

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

JOÃO VICTOR GUIMARÃES COSTA

A NOVA ROTA DA SEDA E O DESENVOLVIMENTO NA PERIFERIA ASIÁTICA: o
caso do Paquistão

RIO DE JANEIRO

2024

João Victor Guimarães Costa

A NOVA ROTA DA SEDA E O DESENVOLVIMENTO NA PERIFERIA ASIÁTICA: o
caso do Paquistão

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Economia Política Internacional.

Orientadora: Profa. Dra. Isabela Nogueira de Moraes

Rio de Janeiro
2024

FICHA CATALOGRÁFICA

C837 Costa, João Victor Guimarães.
A Nova Rota da Seda e o desenvolvimento na periferia asiática: o caso do Paquistão
/ João Victor Guimarães Costa. – 2024.
257 f.; 31 cm.

Orientadora: Isabela Nogueira de Morais.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de
Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2024.
Bibliografia: f. 234 – 257.

1. Nova Rota da Seda. 2. Paquistão – Desenvolvimento econômico. 3. Geopolítica.
I. Morais, Isabela Nogueira de, orient. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Instituto de Economia. III. Título.

CDD 338.95

João Victor Guimarães Costa

A NOVA ROTA DA SEDA E O DESENVOLVIMENTO NA PERIFERIA ASIÁTICA: o caso do Paquistão

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Economia Política Internacional.

Aprovada em:

Profa. Dra. Isabela Nogueira de Moraes
Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional do Instituto de Economia - UFRJ

Prof. Dr. Carlos Aguiar de Medeiros
Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional do Instituto de Economia - UFRJ

Profa. Dra. Valéria Lopes Ribeiro
Programa de Pós-graduação em Economia Política Mundial – UFABC

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”.

“This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001”.

Dedico este trabalho à Caroline Cardozo, minha
amiga, parceira, companheira, meu amor.

AGRADECIMENTOS

À CAPES, pelo financiamento dedicado a essa pesquisa;

Aos professores da banca, Carlos Aguiar de Medeiros e Valéria Lopes Ribeiro, pelas excelentes contribuições à versão final do presente trabalho;

Aos professores Numa Mazat, Ana Saggiaro Garcia e Maurício Metri, pelos valorosos comentários e críticas no processo de qualificação;

Aos professores Aravind Yelery, Carlos Eduardo Martins, Carlos Pinkusfeld Bastos, Eduardo Alberto Crespo, Emir Sader, Franklin Serrano, José Luís Fiori, Martha Castillo e Raphael Padula pelos ensinamentos e lições;

Aos queridos Fabio Bernardino, Gilbran Menezes e demais funcionários do Instituto de Economia pelo apoio;

Aos colegas do futebol e do RPG, pelos momentos de alegria e descontração, em especial Adson Aquino, Francisco Rodrigues, Jordana e Valentino Martins;

Aos colegas do PEPI Caio Jorge Prado, Carol Mia, Erica Magalhães Ravanetti, Fernando Azevedo, João Montenegro Reis, Laura Brizuela, Mario Afonso Lima, Mishell Geoconda Pavon Abalco, Sergio Camargo Neto, Thiago Ferreira D'Amato, Ticiane de Oliveira Alvares e Vitor Motta Sanchez, pelos debates e ensinamentos;

Aos queridos Ana Carolina Lacerda, Bruna Machado Targino, Juliana Lopes Santos, Pedro Allemand e Tainah Santos Pereira pelas lições e pelo apoio;

Aos companheiros Alexandre de Souza, Bruno Farina, Caio Rocha, Caio Vilella, Camilla Aguiar, Jaime Léon, Lucas Almeida, Marcelo Introini, Marcelo Tonon, Marcio Alvarenga Junior, Matheus Sadde, Norberto Martins, Pedro Martinez, Samuel Spellman e Vinicius Geraldo Pereira pelos debates e lições;

Aos parceiros do LabChina Alana Camoça, Bruno Hendler, Caique Andriewiski, Hugo Dahlin, Ellen Akina, Felipe Carioni, Gabriela Padilha e João Pedro Braga pelas lições, comentários e críticas;

Aos amigos Amanda Orguim Simioni, Anelise Leston, Bernardo Motta, Bruna Roc, Bruna Silva, Daniel Farina, Daniel Kosinski, Eduardo Rawet, Erica Rodrigues, Igor Candido de Oliveira, Joana Dresch de Almeida, Luis Berner, Marcos Lyra, Matheus de Freitas Cecílio, Mehmet Arif Kösk, Nathana Garcez, Pedro Lima, Raphael Fernando, Rudrá Balmant, Thomaz da Costa Farias e Vinicius "Kaled" Martins, pela amizade e camaradagem;

À Daniel Guimarães Costa e Lorena Domiciano, Dione e Felipe Pedreira Simões, Marcelo Galvão e Lais Ogando, pelo exemplo e apoio;

Aos amigos Aghata Souza, Ana Clara Maxnuk, Beatriz Figueiredo, Isabelle Fernandes, Rafaella Bueno e Taiany Araújo, pelo carinho, amizade, apoio e acolhimento, em especial Carlos Eduardo Martins Coelho, Clara Campos, Thales Lima e Thiago Silveira, sem os quais eu certamente não teria condições de concluir o presente trabalho.

À professora, coordenadora, orientadora, amiga e parceira, Isabela Nogueira de Moraes com quem tive o prazer de trabalhar nos últimos anos e tornou possível essa pesquisa desde sua idealização, pelos comentários, críticas, apoio e paciência;

À melhor amiga, parceira e companheira que eu poderia ter, Caroline Cardozo, pelos comentários, críticas, sugestões, revisões, compreensão incansável e apoio incondicional durante todas as etapas do curso e da elaboração deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho pretende investigar as consequências da ascensão chinesa e da Nova Rota da Seda (NRS) para o desenvolvimento da periferia. A partir de uma visão interdisciplinar da Economia Política Internacional compreende-se o desenvolvimento como um processo que não se limita por condicionantes puramente econômicos, entendendo-o como uma dinâmica que relaciona disputas geopolíticas e Estados imersos em dinâmicas de conflitos sociais. Partindo de uma revisão crítica da abordagem estruturalista latino-americana que articula a Abordagem do Excedente *sfraffiana*, a teoria do Poder Global, e interpretações *neogramiscianas* do Estado, o presente texto interpreta a NRS como uma visão de Poder Global chinesa, uma fase de sua ascensão e expansão que amarra dinâmicas de acumulação de poder e dinheiro, interna e externamente. Posteriormente, oferece uma chave de leitura para a ascensão chinesa e algumas de suas implicações para a Ásia e a periferia. Baseado no estudo de caso do Paquistão e utilizando dados sobre os projetos da NRS no país, disponibilizadas por fontes oficiais e independentes, esta pesquisa argumenta que o acirramento dos conflitos entre China e demais potências que atuam no continente asiático cria oportunidades para estratégias de desenvolvimento de países da periferia asiática. Entretanto, a partir da análise de indicadores disponíveis em instituições multilaterais como o Banco Mundial e a Organização Internacional do Trabalho, argumenta que não houve transformações significativas na estrutura produtiva do Paquistão nos primeiros cinco anos de implementação da NRS, o que se interpreta à luz das dinâmicas de forças sociais atuantes no país.

Palavras-Chave: Nova Rota da Seda. Desenvolvimento. Paquistão. China. Abordagem Estruturalista. Teoria do Poder Global. Forças Sociais. Estado. Geopolítica.

ABSTRACT

This work aims to investigate China's rising and the Belt and Road Initiative (BRI) consequences for the periphery development. Based on an International Political Economy's interdisciplinary view of development as a non-economic exclusive process and understanding it as a dynamic that includes geopolitics and social conflict dynamics driven States. Built on a critical review of the Latin-American structuralist approach that articulates a Sraffian Surplus Approach, the Global Power Theory, and neogramscian's State view, the present work presents the BRI as a Chinese Global Power vision, an actual phase of its rise and expansion that synthesizes both power and money accumulation dynamics, internally and externally. Thereafter, it offers a reading key to Chinese ascension and some of its implications for Asia and the periphery. Based on the case study of Pakistan and utilizing data from the BRI projects on the country, available on official and independent databases, this research argues that the rising tensions between China and other major acting powers in the continent creates opportunities for development strategies for Asian peripheral countries. However, funded on data from multilateral organizations like the World Bank and the International Labor Organization, this work argues that there was no significant change in Pakistan's economic structure in the first five years of BRI's implementation, which is interpreted in the light of social forces dynamics acting in the country.

Keywords: Belt and Road Initiative. Development. Pakistan. China. Structuralist approach. Global Power Theory. Social Forces. State. Geopolitics.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Investimento agregado chinês (% do total) nos países da NRS (incluindo construção) por setor, destaque para os 10 maiores (Out.2013-Dez.2018).....	131
Figura 2: Investimento agregado chinês (% do total) nos países da NRS (incluindo construção) por região (Out.2013-Dez.2018).....	132
Figura 3: Investimento agregado chinês (% do total) nos países da NRS (incluindo construção) por país, oito maiores receptores em destaque (Out.2013-Dez.2018).	162
Figura 4: Crescimento do PIB do Paquistão em perspectiva comparada (2000-2018).	209
Figura 5: Crescimento do PIB per capita do Paquistão em perspectiva comparada (2000-2018).	210
Figura 6: Desemprego (% da força de trabalho) no Paquistão em perspectiva comparada (2000 e 2019).	211
Figura 7: Participação dos salários (em % da renda) no Paquistão em perspectiva comparada (2004-2017).....	211
Figura 8: Participação dos atores (% do total) no orçamento da saúde (2000-2016)....	212
Figura 9: Porcentagem da população que vive abaixo da linha da pobreza no Paquistão (anos selecionados).....	213
Figura 10: Valor Adicionado (% do PIB) da agricultura, indústria e serviços no Paquistão (2010-2018).	214
Figura 12: Produto/ocupado (1991=100) na Agricultura, Indústria e Serviços do Paquistão (1991-2017).	215
Figura 11: Emprego (% da força de trabalho) da agricultura, indústria e serviços no Paquistão (2010-2019).....	215
Figura 13: Produtividade do trabalho (2000=100) no Paquistão em perspectiva comparada (2000-2018).....	216
Figura 14: Extração de recursos naturais (% do PIB) no Paquistão (2000-2016).....	217
Figura 15: Decomposição setorial da manufatura (% do total de manufaturados) do Paquistão (1991, 1996, 2001 e 2006).....	218
Figura 16: Decomposição da despesa (% do PIB) do Paquistão (2000-2017)	221
Figura 17: Formação Bruta de Capital Fixo (% do PIB) no Paquistão (2000-2017).	221
Figura 18: Investimento Direto Estrangeiro líquido (US\$ bilhões corrente e % do PIB) no Paquistão (2000-2017).....	222
Figura 20: Pauta importadora de mercadorias do Paquistão desagregada (% das importações) (2000-2017).	224
Figura 19: Pauta exportadora de mercadorias do Paquistão desagregada (% das exportações) (2000-2017).	224
Figura 21: Intensidade Tecnológica das manufaturas exportadas (% das manufaturas exportadas) pelo Paquistão (2000-2018).....	225
Figura 22: Comércio, Exportações, Importações e Balança Comercial (% do PIB), e Reservas Internacionais (US\$ bilhões correntes) no Paquistão (2000-2017).....	226
Figura 23: Sustentabilidade e fragilidade externa do Paquistão (2000-2017).....	227

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1: Corredores da NRS segundo documentos oficiais.....	100
Mapa 2: O Estreito de Malaca e o Corredor Econômico China-Paquistão.....	159
Mapa 3: Infraestrutura de transporte no Paquistão. Operacional e planejada.	174

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Projetos do Corredor Econômico China-Paquistão por campo relacionado.....	193
Tabela 2: Projetos de energia do CECP por região.	194
Tabela 3: Projetos de energia do CECP desagregado por matriz.	195
Tabela 4: Projetos de energia do CECP desagregado por propriedade do investimento.	195
Tabela 5: Projetos de energia do CECP desagregado por tipo de tarifa.....	196

Tabela 6: Projetos de Infraestrutura do CECP desagregado por região	201
Tabela 7: Projetos de Gwadar no CECP desagregado por etapa.....	206

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEN	Autoridade de Estradas Nacional
AOD	Ajuda Oficial ao Desenvolvimento
APC	Autoridade Portuária de Cingapura
APG	Autoridade Portuária de Gwadar
BAC	Banco Agrícola da China
BAII	Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura
Banco ExIm	Banco de Exportação e Importação da China
BAP	<i>Balochistan Awami Party</i>
BCC	Banco de Construção da China
BCD	Banco Chinês de Desenvolvimento
BDA	Banco de Desenvolvimento Asiático
BdC	Banco da China
BICC	Banco Industrial e Comercial da China
BNP	<i>Balochistan National Party</i>
BRI	<i>Belt and Road Initiative</i>
CAP	Complexo Aeronáutico do Paquistão
CECP	Corredor Econômico China-Paquistão
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CGIT	<i>China Global Investment Tracker</i>
Col	Caxemira ocupada pela Índia
CoP	Caxemira ocupada pelo Paquistão
COPHCL	<i>China Overseas Port Holding Company Ltd</i>
CSIS	<i>Center for Strategic and International Studies</i>
CVGs	Cadeias de Valor Globais
DES	Divisão Especial de Segurança
EC	Emenda Constitucional
ELB	Exército de Libertação do Balochistan
ETIM	<i>East Turkistan Islamic Movement</i>
FAI	Força Aérea Indiana
FAP	Força Aérea Paquistanesa
FATA	<i>Federally Administrated Tribal Areas</i>
FMI	Fundo Monetário Internacional
FOCAC	Fórum de Cooperação China-África
FRS	Fundo Rota da Seda
FSM	Força de Segurança Marítima
GFN	Grupo de Fornecedores Nucleares
IDE	Investimento Direto Estrangeiro
IPP	<i>Independent Power Producers</i>
IT	Intensidade Tecnológica
KE	<i>Karachi Electric</i>
KESC	<i>Karachi Electric Supply Company</i>
KPK	Khyber Pakhtunkhwa
MLC	Mar do Leste da China
MSC	Mar do Sul da China
NBD	Novo Banco de Desenvolvimento
KPK	Khyber Pakhtunkhwa

NFC award	Prêmio da Comissão Nacional de Finanças
NRS	Nova Rota da Seda
NTDC	<i>National Transmission and Dispatch Company</i>
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OCX	Organização para Cooperação de Xangai
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAN	Plano de Ação Nacional
PCC	Partido Comunista Chinês
PIB	Produto Interno Bruto
PLP	Plano de Longo Prazo
PM	Primeiro Ministro
PML	<i>Pakistan Muslim League</i>
PPP	<i>Pakistan Peoples' Party</i>
PTI	<i>Pakistan Tehrik-e-insaf</i>
RIP	República Islâmica do Paquistão
RNB	Renda Nacional Bruta
RPC	República Popular da China
SMI	Sistema Monetário Internacional
TNP	Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares
TPP	<i>Transpacific Partnership</i>
UniStrong	<i>Beijing UniStrong Science & Technology Co.</i>
UPE	Unidades de Proteção Especiais
VA	Valor Adicionado
WAPDA	<i>Water and Power Development Authority</i>
ZEEs	Zonas Econômicas Especiais

1	INTRODUÇÃO	25
2	DESENVOLVIMENTO, ABORDAGEM ESTRUTURALISTA E CRÍTICAS PARA A COMPREENSÃO DA NOVA ROTA DA SEDA	31
2.1	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A ABORDAGEM ESTRUTURALISTA	32
2.1.1	Desenvolvimento Econômico em perspectiva histórica	35
2.1.2	Estruturalismo e as teorias do desenvolvimento	41
2.2	ABORDAGEM ESTRUTURALISTA CRÍTICA: LEI DE SAY, INSERÇÃO EXTERNA, GEOPOLÍTICA E ESTADO.	47
2.2.1	Acumulação de Capital, Lei de Say, Poupança e Gasto Improdutivo	47
2.2.2	Inserção externa e restrição ao desenvolvimento	53
2.2.3	Geopolítica do desenvolvimento	68
2.2.4	Conformação do Estado para o desenvolvimento.	77
2.3	DESENVOLVIMENTO E INDICADORES NUMA ABORDAGEM ESTRUTURALISTA CRÍTICA.	87
2.3.1	Desenvolvimento, Crescimento e Distribuição	88
2.3.2	Mudança estrutural, progresso técnico e heterogeneidade estrutural	89
2.3.3	Investimento, Capacidade Produtiva e Demanda Efetiva	91
2.3.4	Restrição, liquidez e vulnerabilidade externa	92
2.3.5	Posição Geopolítica e Estado	95
3	A CHINA E A NOVA ROTA DA SEDA: ACUMULAÇÃO E GEOPOLÍTICA	99
3.1	O DESENVOLVIMENTO DA CHINA, DINÂMICA DE ACUMULAÇÃO E EXPANSÃO	103
3.1.1	Desenvolvimento liderado pela ameaça externa	104
3.1.2	Dinâmica de acumulação e contradições para a Nova Rota da Seda	108
3.1.3	Arquitetura financeira e política externa na Nova Rota da Seda	113
3.2	GEOPOLÍTICA NO GRANDE JOGO CHINÊS: EURÁSIA, PETRÓLEO E MARES	121
3.2.1	A Geoestratégia chinesa para a Eurásia	122

3.2.2	Geopolítica dos recursos naturais e dos mares	128
3.3	A NOVA ROTA DA SEDA E OS IMPACTOS DA EXPANSÃO CHINESA	131
4	O CASO DO PAQUISTÃO: ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL E A GEOESTRATÉGIA CHINESA	145
4.1	UMA ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL DO PAQUISTÃO: GEOPOLÍTICA, ESTADO E DESENVOLVIMENTO.	146
4.2	A CHINA NO PAQUISTÃO: GEOPOLÍTICA E FORMAÇÃO DO ESTADO.	157
4.2.1	A posição do Paquistão na geoestratégia chinesa	158
4.2.2	Nova Rota da Seda, Corredor Econômico China-Paquistão e antagonismos regionais no Sul da Ásia	162
4.2.3	Aproximação com a China, Forças Sociais e o Estado paquistanês	170
5	CORREDOR ECONÔMICO CHINA-PAQUISTÃO E DESENVOLVIMENTO	191
5.1	PRINCIPAIS PROJETOS DO CECP: DESCRIÇÃO E ANÁLISE	192
5.1.1	Projetos de Energia	194
5.1.2	Projetos de Infraestrutura	198
5.1.3	Projetos de Gwadar	202
5.2	INDICADORES PARA O DESENVOLVIMENTO PAQUISTANÊS	208
5.2.1	Desenvolvimento, Crescimento e Distribuição	209
5.2.2	Mudança estrutural, progresso técnico e heterogeneidade	213
5.2.3	Investimento, capacidade produtiva e demanda efetiva	220
5.2.4	Restrição, liquidez e vulnerabilidade externa	223
5.2.5	Posição Geopolítica e Estado	228
6	CONCLUSÃO	231
	REFERÊNCIAS	234

1 INTRODUÇÃO

O Desenvolvimento econômico da periferia foi o principal objeto de estudo da mais importante escola de pensamento latino-americana: a escola estruturalista. O estruturalismo cepalino foi responsável por introduzir um pensamento próprio em um debate acadêmico dominado por pensadores do centro, orientados por suas próprias trajetórias nacionais e intelectuais. Com esse movimento, a periferia pôde traçar um caminho próprio para o seu desenvolvimento, mas a experiência histórica mostra que trilhar esse caminho depende de condições ideológicas, materiais e objetivas. O primeiro objetivo desse trabalho é resgatar o olhar estruturalista sobre o desenvolvimento econômico da periferia e apresentar algumas contribuições para se entender os condicionantes desse processo no século XXI. Embora guarde similaridades com o tempo no qual o estruturalismo foi desenvolvido, o mundo de hoje possui algumas diferenças fundamentais sobre o funcionamento das dinâmicas de acumulação e poder. Esse trabalho se debruça sobre a lógica pensada pelos autores, mas também faz um resgate a algumas das principais releituras teóricas que dialogam com o estruturalismo sobre o movimento das forças produtivas, geopolíticas e sociais que conformam a contemporaneidade.

O segundo objetivo desse trabalho é entender a fase mais recente da ascensão chinesa, aqui referida como Nova Rota da Seda (NRS). Longe de aprofundar ou esgotar o tema, o objetivo é conectar algumas das dimensões desse processo, tanto interna quanto externamente. Os estudos de China no Brasil e no mundo ganharam fôlego novo nas últimas décadas e aqui se pretende apresentar uma interpretação para a ascensão chinesa, com destaque para os elementos que consideramos relevantes da sua trajetória histórica de desenvolvimento, em particular, a percepção de ameaça externa. Em seguida, busca-se apresentar algumas de suas principais consequências, sobretudo para os países da periferia. Argumentamos que existe uma mudança em curso no padrão de acumulação chinês, com consequências para a forma como o país se relaciona com seus vizinhos, adversários, aliados e com o mundo.

O terceiro e último objetivo geral deste trabalho é identificar as oportunidades e constrangimentos que a NRS cria para a periferia, a partir do estudo de caso do Paquistão. Em primeiro lugar, escolha do país se dá pois o Paquistão é um país periférico, subdesenvolvido, com um passado colonial recente e imerso em conflitos

sociais e geopolíticos de diversas ordens. Sua história é rica e atravessada por guerras, internas e externas, além de experiências interrompidas de desenvolvimento. Em segundo lugar, pela importância que tem para a geoestratégia chinesa no âmbito da NRS e por sua inserção nas disputas no continente euroasiático e nos mares. Através do Corredor Econômico China-Paquistão (CECP), sua posição é crucial tanto para a segurança energética da China, quanto para as incursões por poder e dinheiro dos Estados Unidos na Ásia. Nesse sentido, buscamos analisar como o recrudescimento nacionalista na potência hegemônica e a aproximação do Paquistão com a China afetam a posição do país e suas possibilidades de desenvolvimento. Em terceiro e último lugar, se as pesquisas sobre China estão finalmente reduzindo a disparidade entre o interesse e a importância do país, o caso do Paquistão é completamente diferente. As pesquisas sobre o país são escassas no Brasil e o presente trabalho busca contribuir com a difusão dos estudos sobre um país que tem assumido uma posição de relevância cada vez maior no cenário internacional, e pode ser importante para a resolução de conflitos cada vez mais evidentes.

Para executar essa tarefa, este texto reuniu alguns dos principais trabalhos sobre desenvolvimento econômico, sobre a NRS e sobre o Paquistão. A partir da revisão da literatura pretendemos aprofundar um pouco mais o nosso objeto entendendo quais são as pontes que se estabelecem entre esses três assuntos. Os documentos oficiais lançados órgãos governamentais tanto da China quanto do Paquistão delimitaram alguns dos principais elementos dos projetos da NRS e do CECP, e foram usados extensamente por todo o trabalho. Alguns dados auxiliares oriundos de *Think Tanks*, centros de pesquisa e fontes independentes ajudaram a complementar as informações através das fontes oficiais. Após uma revisão histórica de alguns dos principais elementos da economia política internacional do Paquistão, estabeleceu-se como corte temporal o período de 2000 a 2019, buscando nas fontes disponíveis as informações sobre alguns dos principais indicadores de desenvolvimento socioeconômico estabelecidos pelo quadro teórico. Sempre que possível, buscamos interpretar a trajetória paquistanesa recente à luz dos principais acontecimentos, destacando, mas não limitando à NRS e ao CECP. Em especial, as bases de dados do Banco Mundial e da Organização Internacional do Trabalho serviram como principais fontes para auferir o desempenho socioeconômico do Paquistão, e recorreu-se a fontes oficiais ou independentes para complementar a análise, sempre que possível ou necessário.

Contudo, a NRS ainda é um tema “quente”, o que dificulta o acesso à dados e informações cruciais para a pesquisa. Para tanto, foi realizado um extenso trabalho de *clipping*, com o intuito não apenas de buscar novos pontos de vista sobre a NRS e o CECP, mas também se atualizar sobre informações relevantes para a pesquisa, priorizando os trabalhos produzidos por fontes especializadas, localizados em países interessados, sob diferentes pontos de vista, como China, Índia e Estados Unidos, além do próprio Paquistão.

A pretensão desse trabalho é intrinsecamente interdisciplinar, não discriminando contribuições dos mais diversos campos das ciências sociais. Em especial, a Economia Política, a Ciência Política, as Relações Internacionais e a História. Uma vez coletados os dados sobre a NRS, o CECP e o desempenho socioeconômico paquistanês recente, apoiamo-nos na revisão de literatura para estabelecer as pontes entre os acontecimentos.

Além desta introdução e da CONCLUSÃO, esse trabalho está dividido em quatro capítulos. No DESENVOLVIMENTO, ABORDAGEM ESTRUTURALISTA E CRÍTICAS PARA A COMPREENSÃO DA NOVA ROTA DA SEDA, apresentamos a abordagem teórica geral que guiará nossa análise. Contextualizaremos o surgimento da Economia do Desenvolvimento e do Estruturalismo fazendo menção aos fatos históricos que possibilitaram que o Desenvolvimento Econômico se tornasse um campo de estudos em si e apresentaremos as linhas gerais do pensamento estruturalista como concebido pelos pensadores da CEPAL. Em seguida, traremos algumas contribuições críticas à abordagem estruturalista resgatando a Abordagem Clássica do Excedente, a geopolítica do desenvolvimento na Teoria do Poder Global, e as interpretações neogramscianas do Estado. Por fim, apresentaremos uma série de indicadores possíveis para interpretar o desenvolvimento socioeconômico da periferia no século XXI, apoiados pela literatura selecionada. Em linhas gerais, argumentaremos que o Desenvolvimento é um processo de crescimento econômico com transformação estrutural e progressiva homogeneização da estrutura produtiva, condicionado pelo contexto geopolítico e ideológico, e que necessita de um consenso hegemônico entre forças sociais atuantes no país.

NoA CHINA E A NOVA ROTA DA SEDA: ACUMULAÇÃO E GEOPOLÍTICA, faremos uma revisão da literatura sobre a NRS e a ascensão chinesa e introduziremos uma visão para o processo, oferecendo uma interpretação para o desenvolvimento da China que orienta sua trajetória inclusive recente. Argumentaremos que a percepção

de ameaça externa é um fator fundamental para se entender as dinâmicas de acumulação de poder e dinheiro na China, e que a potência ascendente estaria em meio a uma mudança em seu padrão de acumulação. Defenderemos que a percepção de vulnerabilidade continua sendo o principal motor do que estamos considerando ser uma nova fase da ascensão chinesa, que articula elementos das contradições de seu padrão de acumulação com questões de segurança de caráter geoestratégicos. Analisaremos o que consideramos ser os principais elementos dessa nova fase e suas causas e efeitos em relação às dinâmicas de poder e dinheiro do continente euroasiático, destacando os impactos na periferia. Em especial, defenderemos que a NRS tem reacendido o debate sobre desenvolvimento nos países do entorno regional e aumentado a pressão sobre as demais potências por ofertar alternativas de projetos de desenvolvimento para os países periféricos, que por sua vez, têm dado maior importância a sua posição geoestratégica e ganhado poder de barganha em relação às potências regionais.

NoO CASO DO PAQUISTÃO: ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL E A GEOESTRATÉGIA CHINESA, apresentaremos nossa interpretação sobre a trajetória de desenvolvimento histórico do Paquistão, bem como uma leitura dos seus principais fracassos e sucessos. Em sequência, analisaremos o lugar que o Paquistão ocupa na geoestratégia chinesa e as dinâmicas de conflitos regionais nas quais se insere, focando nas mudanças recentes no país após o anúncio e implementação dos primeiros projetos da NRS e do CECP. Defenderemos que o Paquistão é um país dividido por conflitos internos não resolvidos e que as tentativas de hegemonização de projetos nacionais de desenvolvimento foram interrompidas por influências de grupos internos e externos. Argumentaremos que a aproximação com a China faz parte de um movimento mais amplo de afastamento da órbita de influência dos Estados Unidos, e tem raízes na rejeição acumulada internamente pela atuação desestabilizadora da potência hegemônica. Apresentaremos o que consideramos ser os principais pontos de aumento tensionamento nas relações trilaterais China-Índia-Paquistão ocasionados pela aproximação entre Pequim e Islamabad, e em especial pela NRS e o CECP. No que se refere ao Paquistão, defenderemos que o estreitamento dos laços com a China e os conflitos exacerbados pela crescente presença chinesa no país e pelas respostas do Estado paquistanês às contradições acentuadas por esta presença provocaram movimentos contraditórios, fortalecendo a

elite militar pró-CECP por um lado, e criando um grupo relativamente massificado antagonista do projeto, mesmo que apenas parcialmente, por outro.

O CORREDOR ECONÔMICO CHINA-PAQUISTÃO E DESENVOLVIMENTO apresenta os principais projetos do CECP e se apoia no caminho percorrido até então para apresentar algumas análises preliminares sobre as consequências para o Paquistão. Em seguida, analisaremos criticamente alguns dados sobre o desenvolvimento socioeconômico do Paquistão a partir dos indicadores selecionados no capítulo 2. Defenderemos que apesar de alguns resultados positivos, não houve desenvolvimento econômico no país. No período recente, o Paquistão acelerou seu crescimento e implementou medidas positivas, porém insuficientes, de distribuição, sem, contudo, avançar na direção de uma mudança estrutural significativa. Externamente, o país continua vulnerável, apesar do alívio da restrição externa de curto prazo provocado pelo influxo de capital chinês. Ao contrário da visão mais comumente na literatura, argumentamos que a *fragilidade externa* do Paquistão está relativamente controlada no curto prazo, enquanto o centro da preocupação está na *insustentabilidade* da trajetória de crescimento. Em nossa visão, a ausência de um setor de bens intermediários e de capitais em conjunto com a especialização na exportação de bens de *baixa elasticidade-renda da demanda*, e *baixa intensidade tecnológica* é a razão principal da vulnerabilidade externa estrutural e da dependência do país. Do ponto de vista da Demanda Efetiva, defenderemos que a má distribuição do país, em conjunto com a atuação tímida do setor público limitam o crescimento do investimento privado em capacidade produtiva, enquanto o investimento estrangeiro crescente, inclusive o chinês, não tem sido um contestador direto do investimento nacional, pois tem se mantido numa proporção ainda pequena do produto. Além disso, argumentaremos que a implementação das Zonas de Processamento de Exportações (ou Zonas Econômicas Especiais) como parte do CECP pode aprofundar essa especialização, enquanto as iniciativas de ajuda técnica, transferência de *know how* produtivo e tecnologia que tem se dado entre China e Paquistão podem mitigar esses efeitos. Em nosso ponto de vista, o CECP ajudou a consolidar uma coesão “social-liberal” relativamente massificada no Paquistão encabeçada pelo grupo do atual Primeiro-Ministro Imran Khan, através da rejeição ao grupo político do ex-Primeiro-Ministro Nawaz Sharif e às forças armadas, principais articuladores da iniciativa no país. Os eixos principais dessa aliança são as políticas de bem-estar, reformas liberais no sistema político e na economia, e o combate à corrupção. Embora não signifique

um abandono ao CECP e venha permeada de políticas distributivas com impactos sociais positivos, de acordo com a visão aqui proposta, o modelo perseguido por Islamabad representa um alinhamento ao consenso neoliberal e conseqüentemente um retrocesso no que se refere aos principais desafios do desenvolvimento econômico do país.

2 DESENVOLVIMENTO, ABORDAGEM ESTRUTURALISTA E CRÍTICAS PARA A COMPREENSÃO DA NOVA ROTA DA SEDA

O presente trabalho tem como objetivo identificar na Nova Rota da Seda as possibilidades (ou constrangimentos) para o desenvolvimento sob uma perspectiva periférica. Nesse sentido, sua primeira preocupação é caracterizar o desenvolvimento econômico e identificar sob que circunstâncias países atrasados se desenvolvem, tanto do ponto de vista teórico quanto histórico.

Dentre as lentes possíveis para se analisar um objeto tão rico como o desenvolvimento econômico de países periféricos, destacamos as virtudes da literatura estruturalista, calcada no método histórico-estrutural e identificada com as políticas desenvolvimentistas que caracterizaram o *mainstream* da política econômica para os “países do Sul” no período da Guerra Fria (Fiori, 1999a, 2001; Medeiros, 2001b, 2010, 2011; Medeiros; Serrano, 2004). Nosso primeiro esforço será o de sistematizar o debate sobre o desenvolvimento e sua concepção como defendida por autores de orientação estruturalista, bem como suas principais recomendações de política. A seguir, faremos algumas considerações acerca dos pontos cegos da literatura, apresentando algumas propostas de interlocuções posteriores que complexifiquem a visão de mundo desses autores.

Em linhas gerais, a partir da abordagem estruturalista identificamos o desenvolvimento econômico como um *processo liderado pelo estado de crescimento com transformação da estrutura socioeconômica* de um país. Geralmente, temos como resultante a aceleração do processo de acumulação de capital com introdução de progresso técnico, aumento progressivo da produtividade do trabalho e da relação capital/trabalho nos setores, aumento do PIB per capita, além de migração setorial da agricultura para a indústria e os serviços, tanto do valor agregado em proporção ao produto quanto da parcela do emprego. A difusão dos frutos do progresso técnico no país é uma das marcas do desenvolvimento econômico bem-sucedido, com diminuição da heterogeneidade estrutural, progressiva homogeneização da estrutura produtiva e melhora nos indicadores sociais. Nesse sentido, o processo de desenvolvimento econômico é frequentemente associado às experiências de industrialização tardia dos países no final do século XIX e ao longo do século XX. Embora essas características estejam presentes em maior ou menor grau nas experiências de desenvolvimento, as trajetórias dos países levaram a distintos

padrões de acumulação e distribuição de renda, associados ao contexto internacional, institucional e geopolítico, além de configurações específicas de poder entre classes e frações de classe internamente. Por fim, ressaltamos a importância da internalização do centro dinâmico de acumulação de capital do país e a diminuição da vulnerabilidade externa estrutural como marcas do sucesso de uma estratégia de desenvolvimento para a periferia. Considerando uma situação na qual os países periféricos produzem internamente e exportam bens com baixa elasticidade-renda da demanda, e importam bens com alta elasticidade-renda da demanda, existe uma tendência a déficits estruturais na balança comercial desses países (Fiori, 1999a, 2001; Medeiros, 2001b; Medeiros; Serrano, 2001, 2004; Kuznets, 1973, 1980; Serrano, 2004; Syrquin, 1988).

Para interpretar os impactos da Nova Rota da Seda (NRS) precisaremos de um conjunto de indicadores que nos ofereça a capacidade de ler as mudanças nos países de forma a captar as transformações proporcionadas por essa fase mais recente da ascensão chinesa, no que se refere a sua posição geopolítica e poder do Estado; seu desempenho econômico e estrutura produtiva doméstica; e sua inserção externa. Para tanto, apresentaremos alguns indicadores de desenvolvimento possíveis a partir de uma releitura crítica da abordagem estruturalista, fazendo referência àqueles que capturem o impacto externo na estrutura socioeconômica doméstica. Este capítulo está dividido em três seções. O debate sobre as teorias do desenvolvimento, a inserção da literatura estruturalista nesse quadro e seus principais conceitos serão objetos da primeira seção. A releitura crítica da literatura estruturalista e a apresentação das principais contribuições posteriores serão feitas na seção dois. Na terceira e última seção, apresentaremos a metodologia e os indicadores escolhidos para a análise.

2.1 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A ABORDAGEM ESTRUTURALISTA

As Teorias do Desenvolvimento Econômico surgem de forma estruturada após a Segunda Guerra Mundial com o objetivo de atrair os países atrasados para o lado capitalista da Guerra Fria. Apesar da origem do pensamento desenvolvimentista poder ser traçada no pensamento mercantilista, somente na segunda metade do século XX

o desenvolvimento passa a se distinguir enquanto um campo próprio¹. Nesse sentido, só é possível entender o desenvolvimento econômico enquanto corpo teórico uma vez que o colocamos em perspectiva histórica, como fruto do processo de intensificação das pressões sociais, das disputas geopolíticas num mundo bipolar, e da crise da doutrina liberal dominante do século XIX² (Bastos; Britto, 2010, p. 9-13; Fiori, 1999a, p. 22-23; Medeiros, 2011, p. 44).

Tendo em vista a crise do paradigma liberal e da hegemonia britânica no marco das duas grandes guerras, das crises hiperinflacionárias da década de 20 e da Grande Depressão, os Estados Nacionais, sob a liderança dos Estados Unidos, desenvolveram alternativas ao modelo de inserção internacional vigente até então. Soma-se a isso o sucesso do processo de industrialização planejada soviético, com resultados expressivos no plano social e pleno emprego, levando os Estados Unidos a mudar sua postura em relação aos seus (recém) aliados (em áreas estratégicas para a disputa contra a União Soviética, como Alemanha e Japão, mas também de forma generalizada na Europa e na própria Ásia e América Latina) para uma posição promotora, ou no mínimo tolerante ao desenvolvimento desses países. Além disso, no plano ideológico a popularização do keynesianismo no pós-segunda guerra deu as bases para o modo de intervenção estatal numa economia capitalista³, muito embora não tenha se tornado a base teórica da economia do desenvolvimento, tanto por se focar em questões relativas ao curto prazo das flutuações econômicas como por não dar conta de problemas relevantes para os países em desenvolvimento (Bastos; Britto, 2010; Fiori, 1999a; Medeiros, 2001b, 2010; Medeiros; Serrano, 2004; Serrano, 2004). Sobre a vitória ideológica do desenvolvimentismo no pós-guerra, Carlos Medeiros (2010, p. 161) destaca que:

¹ As evidências desse fio teórico que conecta o pensamento pioneiro da Economia Política Clássica à Economia do Desenvolvimento, através da acumulação de capital, são muitas e fazem parte do centro do argumento tanto da “abordagem do excedente” de Carlos Medeiros e Franklin Serrano, quanto do Poder Global de José Luís Fiori (Bastos; Britto, 2010; Fiori, 1999a, 2001; Medeiros, 2010, 2011; Medeiros; Serrano, 2004; Padula e Fiori, 2019).

² Nas palavras de Bastos e Britto: “(A teoria do desenvolvimento) é fruto de seu tempo, das *condições sociais e ideológicas* que marcam tanto o seu nascimento quanto a forma geral que assume. Esse período se caracteriza por *fortes pressões sociais e políticas, nacionais e internacionais*, pelo desenvolvimento de países que estavam em estágio de avanço econômico e material inferior aos países mais ricos” (Bastos; Britto, 2010, p. 8, grifo nosso).

³ Embora a herança do pensamento de Keynes seja alvo de debate na literatura, sua influência sobre a economia do desenvolvimento é ponto pacífico, como destaca José Luís Fiori: “Ninguém desconhece a importância decisiva que tiveram a teoria do desenvolvimento econômico de Schumpeter e a ‘revolução teórica’ keynesiana na origem e na legitimação da ‘economia do desenvolvimento’, ao encaminhar conceitualmente a rebelião antineoclássica que acompanhou a desilusão liberal dos anos 30” (Fiori, 1999a, p. 25).

Sob a hegemonia americana do pós-guerra e sob o embate da guerra-fria, **o desenvolvimentismo foi uma estratégia de acumulação e um projeto hegemônico do capital industrial nacional coordenado pelos estados nacionais** favorecendo a formação de grandes empresas industriais e seus mercados. Estratégias nacionais desenvolvimentistas foram seguidas em diversos países e assumiram diferentes vias segundo o tamanho da economia, a base de recursos naturais, a distribuição de renda, a inserção geopolítica (isto é, acompanhada por maior ou menor ambição e autonomia política e militar), o poder político subjacente a esta estratégia e as desiguais oportunidades criadas pelos países mais avançados. O maior ou menor sucesso destas estratégias dependeu da combinação destas circunstâncias internas e externas (grifo nosso).

Por fim, o movimento de descolonização de países da Ásia e África fomentou a criação de políticas de desenvolvimento específicas para estes países, recém-inseridos no sistema internacional, como forma de evitar insurreições comunistas nessas novas nações (Bastos; Britto, 2010, p. 10-12; Medeiros, 2001b, p. 170). O embate ideológico e geopolítico da Guerra Fria são cruciais para a vitória da “hegemonia desenvolvimentista”, conforme argumenta José L. Fiori (1999a, p. 22-23):

Na prática, entretanto, o princípio da autodeterminação (dos povos) só foi respeitado [...] no caso dos Estados que nasceram da derrota e da destruição dos impérios otomano e austro-húngaro. Não por coincidência, lugar de origem da maioria daqueles que se transformaram em pioneiros da ‘economia do desenvolvimento’ dentro do mundo acadêmico anglo-saxão. [...] Só depois de 1945 – em paralelo com o processo de descolonização asiática e africana – [...] e em particular depois da Revolução Chinesa de 1949, as novas condições mundiais pesaram decisivamente na formação e consolidação desta hegemonia desenvolvimentista. Somaram-se nessa direção o fracasso econômico liberal dos anos 20/30, a urgente necessidade de reconstrução do pós-guerra, o novo cenário de competição geopolítica e ideológica da Guerra Fria e a disputa de território que foram se tornando independentes, progressivamente, dos impérios europeus.

O período que vai dos anos 1950 até o fim dos anos 1980 foi dominado, portanto, de duas estratégias centrais de acumulação e distribuição: Os Estados Nacionais Keynesianos de Bem-Estar⁴, para os países do “Norte”, e os Estados Desenvolvimentistas dos países do “Sul”. A partir desse contexto é fácil entender por que a literatura pioneira do desenvolvimento econômico carrega um forte viés normativo, muitas vezes à custa de uma sistematização teórica mais clara. Não é por acaso que diversos teóricos do desenvolvimento escreveram seus trabalhos enquanto desempenhavam funções em órgãos voltados para o desenvolvimento de países

⁴ Segundo a caracterização de Bob Jessop (2002), endossadas por Carlos Medeiros (2010, p. 161).

atrasados (Bastos; Britto, 2010, p. 12; Fiori, 1999a, p. 23). Esses esforços teóricos foram orientados por um resgate, em maior ou menor grau, de algumas das preocupações da Economia Política Clássica e por uma matriz keynesiana difusa, mais ou menos compatível com a economia marginalista tradicional e o *princípio da substituição*⁵. A adoção por vezes intencional da famigerada *Lei de Say*⁶ também entra na conta da falta de rigor teórico da teoria do desenvolvimento, potencializado pela sua visão “otimista” da intervenção governamental, que em última instância interpretava o estado como um ente separado da sociedade e de seus conflitos internos e externos capaz de determinar o nível de investimento de forma autônoma, como se as economias em desenvolvimento funcionassem como um sistema planejado (Bastos; Britto, 2010; Fiori, 2001; Medeiros; Serrano, 2004; Nogueira, 2018; Serrano, 2001a).

Nesse contexto os pensadores da CEPAL desenvolvem o corpo da abordagem estruturalista, combinando alguns dos “imperfeccionismos” característicos do viés normativo da teoria do desenvolvimento, e focado nos problemas do subdesenvolvimento dos países latino-americanos. A questão da acumulação de capital é resgatada da Economia Política Clássica, e a percepção da assimetria entre países e regiões no sistema internacional é colocada de forma clara pelo pensamento estruturalista, tanto do ponto de vista comercial quanto tecnológico. Nessa seção, abordaremos alguns dos elementos que mobilizaram o debate sobre desenvolvimento econômico em perspectiva comparada e as principais contribuições da abordagem estruturalista.

2.1.1 Desenvolvimento Econômico em perspectiva histórica

⁵ Por princípio da substituição caracterizamos a ideia de que existe uma substituição de fatores no consumo ou na produção de bens via preços relativos. Segundo esse princípio, os preços refletiriam a escassez relativa dos fatores, uma vez que existe uma relação inversa entre seu preço e sua quantidade utilizada (Medeiros; Serrano, 2004, p. 242-243; Serrano, 2001b, p. 10).

⁶ Assim como o princípio da substituição neoclássico leva a um equilíbrio entre a oferta e a demanda de fatores, uma vez que todo choque exógeno nas dotações se refletiria nos seus preços relativos, implicando a adoção de técnicas mais intensivas no fator relativamente mais barato (Serrano, 2001, p.10-11), a “Lei de Say” postula que existe um “equilíbrio metafísico entre vendedores e compradores” que em última instância determinaria que toda oferta encontre uma demanda (James Mill *apud* Miglioli, 1981, p. 9-10). Isto é, partindo de pontos distintos, e de um diferente entendimento do funcionamento do mecanismo de mercado, chega-se ao mesmo resultado, o equilíbrio de entre oferta e demanda e o pleno emprego dos fatores.

Para entendermos como os países se desenvolvem é preciso olhar para a evidência histórica e buscar os principais elementos que caracterizam as experiências de desenvolvimento. É possível observar que na difusão do capitalismo industrial no século XIX, o crescimento acelerado da renda *per capita* dos países ultrapassou pela primeira vez na história o crescimento populacional. No entanto, esse crescimento ocorreu de forma muito desigual entre países e regiões contribuindo para um distanciamento cada vez maior entre a Europa Ocidental e o resto do mundo, passando de 3:1 em 1820, para 9:1 em 1913 e chegando finalmente em 15:1⁷, em 1950, num processo histórico que ficou conhecido como a “Grande Divergência”. Esse processo de acumulação e concentração de riqueza e poder iniciado na Europa se confunde com a própria difusão do sistema capitalista mundial (Amsden, 2001; Fiori, 1999a, p. 15-16; Medeiros, 2011, p. 43; Maddison, 1991 tabela 3-1b, p. 126 *apud* Bastos; Britto, 2010, p. 12; Nayyar, 2014).

Nesse movimento iniciado por volta de 1820, alguns países da Europa Ocidental, além dos Estados Unidos, apresentaram um crescimento muito acelerado em relação ao resto do mundo, tanto de renda, quanto produção e renda *per capita* até 1950⁸. Esse processo, associado à mudança de paradigma tecnológico da Revolução Industrial, e induzido pela competição interestatal entre as potências europeias, e pelos conflitos internos de classes⁹ introduziu o crescimento como um fenômeno recorrente no mundo e transformou completamente a relação entre os

⁷ Alternativamente, mas no mesmo sentido, segundo estimativas de Eric Hobsbawm, a diferença de riqueza entre “países ricos e pobres” era de 1,8 para 1 em 1800; passando para 4:1 em 1913. Em estimativas mais recentes, no entanto, uma diferença de 9:1 no começo do século XX chega a algo em torno de 60:1 no final do mesmo século (Fiori, 1999a, p. 24).

⁸ Segundo estimativas de Maddison, compatíveis com outros estudos, de 1820 a 1950, o “ocidente” passou de 25,6% da população mundial e 36,9% da renda global, para 33,0% e 72,9%, respectivamente. Além disso, comparativamente com a Ásia, passou de mais de duas vezes o PIB *per capita*, para quase dez vezes no mesmo período (Nayyar, 2014, p. 37-45). Os grandes responsáveis por esse declínio foram os colapsos de China e Índia, que possuíam 36,6% e 20,1% da população mundial; e 33,0% e 16,1% da renda global, respectivamente, em 1820, atingindo 21,6% e 14,2% da população mundial; e 4,6% e 4,2% da renda global em 1950, respectivamente (Nayyar, 2014, p. 37-39). Em termos de produção “industrial”, Bairoch (1982) estima que Europa, América do Norte e Japão eram responsáveis por 27,0% da produção industrial em 1750, contra 73,0% da Ásia, América Latina e África. Em 1953, o primeiro grupo chegou a ser responsável por 93,5% da produção industrial global, contra apenas 6,5% do segundo (Nayyar, 2014, p. 49-52).

⁹ De acordo com Fiori: “as guerras europeias se transformaram numa atividade contínua e infinitamente elástica, ao lado das rebeliões camponesas e das guerras religiosas, que criaram em conjunto enorme pressão competitiva e imensa energia explosiva dentro da Europa. Essa conflitualidade contínua criou a necessidade crescente de se obterem recursos materiais e humanos e aprofundou os laços desses poderes em conflito com seus sistemas de tributação e de produção de excedente, até o momento em que sua repetição permanente produziu um salto qualitativo” (Fiori, 2014, p. 23-24).

países, que passaram a apresentar pela primeira vez diferenças significativas em suas economias¹⁰. Se antes o crescimento do produto *per capita* dos países estava intimamente ligado com episódios de guerra, mortes e epidemias, após 1820, o crescimento deixou de ser episódico e os países escaparam da “armadilha malthusiana”, com a produtividade crescendo consistentemente a níveis mais altos do que o crescimento demográfico pela primeira vez na história da humanidade (Amsden, 2001; Fiori, 2014; Furtado, 1961; Nayyar, 2014).

Durante esse processo, que tem como elemento chave a geração de excedente que resulta do aumento da produtividade associada aos processos de industrialização, os países vencedores saíram na frente na corrida pela acumulação de capital e poder. A Grã-Bretanha e a Europa Ocidental tomaram a dianteira, e em 1840 mais países se juntaram ao grupo “ascendente”, como Estados Unidos, Alemanha e Japão, definindo a fronteira entre países avançados e o “resto”. Os resultados desse processo já eram possíveis de serem discernidos em 1870, mas o ápice desse processo de divergência se deu na primeira metade do século XX, quando a diferença entre países industrializados e em desenvolvimento chegou a um ponto de inflexão (Amsden, 2001; Nayyar, 2014). A consequência foi a concentração de poder e riqueza nos países do “centro” garantida pela supremacia tecnológica e produtiva da Europa e reforçada pela hegemonia financeira da Inglaterra no padrão ouro-libra até a Primeira Guerra mundial. As revoluções técnicas ocorridas nos setores de transporte e comunicação derrubaram fronteiras e possibilitaram maior conectividade entre as economias em todo o mundo. Através da imposição militar das potências europeias, o imperialismo surge como uma nova forma de controle sobre os países do “resto” e dá origem à nova especialização produtiva e a consolidação da divisão internacional do trabalho entre centro e periferia¹¹, assentada sobre a disparidade de poder militar entre as regiões, a concentração dos frutos do progresso

¹⁰ Segundo Deepak Nayyar (2014, p. 36), “Até o fim do século XVIII, as distinções entre países ou regiões eram mais geográficas ou políticas do que econômicas. A clara divisão do mundo em economias industrializadas e economias em desenvolvimento, ou entre países ricos e pobres, veio depois”. E ainda (Nayyar, 2014, p. 42), “[...] mil anos atrás, os níveis de renda *per capita* eram aproximadamente os mesmos em todo o mundo. Eles não diferiam de maneira significativa nem mesmo há quinhentos anos”.

¹¹ Embora a especialização produtiva e a divisão do trabalho entre centro e periferia remontem períodos históricos anteriores, o processo de industrialização inglês, aliado ao “imperialismo do livre comércio” britânico, foi essencial para os processos de desindustrialização de países importantes na produção manufatureira global como China e Índia. Segundo Deepak Nayyar: “A industrialização da Europa e a desindustrialização da Ásia, durante o século XIX, foram dois lados da mesma moeda” (Nayyar, 2014, p. 52).

técnico e o controle sobre o Sistema Monetário Internacional (Fiori, 2001; Medeiros; Serrano, 1999; Nayyar, 2014; Prebisch, 1949).

Após a industrialização da Grã-Bretanha, países como a França, a Alemanha e os Estados Unidos adotaram políticas de incentivo e proteção para suas indústrias nascentes, na tentativa de superar o atraso industrial, tecnológico e militar em relação à Inglaterra. Nesse contexto os controles dos fluxos de capital, as políticas de proteção às indústrias nascentes e o incentivo à cópia faziam parte do arcabouço institucional padrão do sistema internacional (Chang, 2002; Fiori, 1999a, p. 23; Medeiros, 2001a; Medeiros; Serrano, 1999, p. 125-130; Nayyar, 2014; Prebisch, 1949). Simultaneamente, as potências imperialistas e coloniais impõem aos países atrasados a abertura de suas economias e controlam a produção para abastecer a sua própria demanda por recursos naturais, insumos e bens agrícolas, consolidando a posição dos países da periferia como economias primário-exportadoras. Essa imposição, pela moeda e pela força, caracterizou a relação entre as potências europeias e o resto do mundo até pelo menos a Primeira Guerra Mundial. Em conjunto, esses dois fatores operaram contra a superação do atraso dos países periféricos, criando uma ordem internacional voltada aos países do centro¹². (Chang, 2002; Medeiros; Serrano, 1999; Nayyar, 2014; Prebisch, 1949). De acordo com José Luís Fiori (1999a, p. 15-16):

[...] no início do século XIX e, em particular, depois de 1850, o que a humanidade assistiu foi a um **impressionante e aceleradíssimo processo de concentração de poder político e da riqueza capitalista nas mãos de um reduzido número de Estados**, a maioria deles europeus. [...] No mesmo período, exatamente quando a economia capitalista se transformava num fenômeno global e unificado, **a Europa assumia o controle político colonial de cerca de ¼ do território mundial** e constituíam-se as redes comerciais e a base material do que foi chamado mais tarde de periferia econômica do sistema capitalista mundial (grifo nosso).

Nesse complexo sistema que funcionou até a Primeira Guerra, a então potência hegemônica Inglaterra era responsável por prover a liquidez internacional, dentro do padrão ouro-libra com um regime de câmbio fixo. Enquanto registra déficits comerciais em mercadorias com praticamente todo o resto do mundo (com notável exceção da

¹² Esse sistema internacional resultado da revolução industrial, do padrão ouro-libra e do imperialismo britânico criou dois tipos de inserção externa e desenvolvimento: os países de industrialização tardia, liderado pelo Estado, com forte proteção e expansão do mercado interno, como na Alemanha, Estados Unidos, Japão e boa parte da Europa; e os países agrário-exportadores com modelos de desenvolvimento “para fora”, com estruturas produtivas complementares à Inglaterra e especialização em *commodities*, como nos casos de Argentina, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Noruega e Dinamarca (Medeiros; Serrano, 1999, p. 125-130).

Índia, além de outras colônias), a Inglaterra não registra déficits em conta corrente devido às rendas recebidas de ativos no exterior e o enorme superávit em serviços não fatores, como fretes e seguros. Para manter a paridade entre a libra e o ouro (protegendo-se contra saídas volumosas de ouro), Londres captava recursos no curto prazo, compensando as saídas de capital de longo prazo, como investimentos diretos e empréstimos, financiando assim seu déficit na balança de pagamentos (Medeiros; Serrano, 1999, p. 121).

Após as duas guerras mundiais e o fracasso da Inglaterra em tentar retornar ao padrão ouro-libra, os Estados Unidos tomaram a frente na liderança do sistema e o dólar é imposto como moeda de transação internacional. As restrições aos fluxos financeiros de curto prazo em direção à Londres criadas pelos demais países em conjunto com a perda de competitividade da indústria britânica se somam à ascensão militar e econômica dos Estados Unidos para decretar a transição da hegemonia¹³. No entanto, ao contrário do Reino Unido, os Estados Unidos possuíam uma estrutura econômica pouco complementar às economias periféricas, sendo competitivo na produção de diversas commodities agrícolas e possuindo saldos comerciais largamente positivos com o resto do mundo, além de realizar práticas protecionistas em relação a sua produção agrícola e industrial no comércio com o resto do mundo (Medeiros; Serrano, 1999, p. 122).

A Guerra Fria é o ponto de inflexão na estratégia adotada pelos Estados Unidos não apenas para com seus aliados, mas também para países da América Latina e Ásia, além de Japão e Alemanha. O conflito com a União Soviética desperta na potência hegemônica a necessidade de reconstrução nos países da Europa e de desenvolvimento para os países do eixo capitalista. Através de ajuda externa, investimento direto e empréstimos os Estados Unidos assumem o papel de provedor de liquidez internacional abandonado pela Inglaterra desde o fim do padrão ouro-libra. A partir daí dá-se início a um novo paradigma de crescimento, sob a égide do dólar.

¹³ Conforme destacam Braga e Cintra em sua análise sobre as raízes do capitalismo financeiro estadunidense: “As finanças americanas são poderosas, desde logo, pois estão **ancoradas em uma sólida base técnico-econômica**” (Braga; Cintra, 2004, p. 255; nosso). Os autores ainda enfatizam o papel do Estado e sua busca por poder na articulação dessa base técnica, econômica, militar e financeira: “O Estado e suas finanças foram estratégicos para a moldagem do poder em discussão na medida em que **o gasto público, civil e militar, e a dívida pública, sempre mantiveram e mantêm uma interação dinâmica com a acumulação privada de capital**, seja relacionada com a produção de bens e serviços, seja a financeira. Sem o *Big government* e o *Big Bank* o papel mundial do dólar e das finanças internacionais a ele referidas é incompreensível e insustentável” (Braga; Cintra, 2004, p. 256; grifo nosso).

As regras do jogo durante a Guerra Fria foram distintas para diferentes regiões de acordo com a posição que ocupavam na geoestratégia estadunidense e soviética, mas de forma geral, o período foi marcado por uma tolerância generalizada à constante intervenção do Estado na economia e ao fortalecimento de políticas industriais seletivas e incentivo à cópia, além da expansão dos mercados e da liquidez do sistema internacional, promovidas pelos Estados Unidos (Braga; Cintra, 2004, p. 256; Medeiros, 2010, p. 162-163; 2019, p. 73-75; Medeiros ; Serrano, 1999, p. 122).

Com a Guerra Fria, a literatura do desenvolvimento identificou que a divergência entre os níveis de renda per capita entre os países ricos e os países pobres começou a diminuir a partir da segunda metade do século XX, o que levou alguns ideólogos do desenvolvimento a apontarem uma nova fase do desenvolvimento das nações e um suposto movimento de convergência entre os países capitalistas. Nesse processo, um “punhado” de países atrasados começou a se destacar em termos de participação na produção mundial e renda per capita, se industrializando e acumulando altas taxas de crescimento¹⁴. Esse movimento é assimétrico entre os países, com a América Latina tendo especial desempenho até a década de 1980, e China e Índia merecendo especial destaque após, sendo efetivamente responsáveis por parcela significativa do “emparelhamento” do “resto” com os países avançados. Embora o “emparelhamento” seja incipiente, é inegável que tenha ocorrido uma redistribuição de renda entre as regiões do mundo como um todo a partir de 1950, com melhora nas economias dos países do “resto”, incluindo crescimento, produção industrial, PIB *per capita*, e indicadores de bem-estar (Amsden, 2001; Fiori, 1997, 1999a; Medeiros, 2010; Nayyar, 2014; Prebisch, 1949).

O economista indiano Deepak Nayyar foi um dos que criticou a tese da suposta convergência, apontando as limitações desse suposto processo de emparelhamento. Em sua obra “A corrida pelo crescimento”, Nayyar (2014, p. 23) elenca as duas perguntas que motivaram a pesquisa que resultou no livro:

Até que ponto o rápido crescimento econômico dos países em desenvolvimento, observado a partir de 1950 e que se tornou mais veloz a partir de 1980, levou a uma recuperação de sua participação na produção mundial? Será que a divergência de sua renda *per capita* em relação ao resto do mundo chegou ao fim, tendo-se iniciado uma convergência? [...] Houve

¹⁴ Esse grupo de países, que inclui China, Coréia do Sul, Índia, Indonésia, Malásia, Tailândia, Taiwan, Argentina, Brasil, Chile, México e Turquia, saiu de 47,5% da população mundial, 7,0% do PIB global e 4,9% da produção manufatureira total em 1965, para 49,5%, 14,1% e 17,4% da população, PIB e produção manufatureira em 1995, respectivamente (Amsden, 2001, p. 28).

mudanças significativas no grau ou na natureza de seu engajamento na economia mundial, por meio do comércio internacional? Qual foi a extensão do emparelhamento na industrialização?

E ainda (Nayyar, 2014, p. 23):

O processo de emparelhamento reduziu as desigualdades entre os países e as pessoas do mundo? Levou à convergência ou à divergência entre os países do mundo em desenvolvimento? O rápido crescimento econômico associou-se a uma diminuição ou a um aumento da pobreza e da desigualdade em cada país?

Ao retomar as perguntas da Economia Política Clássica sobre acumulação de poder e riqueza das nações numa perspectiva periférica, Fiori (1999a, p. 23) é contundente ao evidenciar as limitações dos “milagres” do pós-guerra:

O sonho contudo durou pouco e na década de 80 a queda foi muito mais rápida do que a ascensão. Em poucos anos foram varridos sucessivamente todos os ‘milagres’ econômicos periféricos: primeiro caíram por terra, já nos anos 60, os poucos casos de sucesso africanos; depois, nas décadas de 70 e 80, ruíram sucessivamente os desenvolvimentismos latino-americanos; e em seguida foi a vez dos ‘socialismos reais’ e, agora, já no final da década de 90, são os ‘milagres econômicos’ asiáticos que começam a andar para trás.

Sob a hegemonia estadunidense e no contexto da Guerra Fria, surge o estruturalismo latino-americano, com o objetivo de recuperar o sentido da inserção externa de países periféricos num mundo hierarquizado que não tende para a convergência, como ansiavam alguns pioneiros do desenvolvimento. Em particular, a abordagem estruturalista foi responsável por associar a divergência de renda no sistema à divisão internacional do trabalho entre os países do centro e da periferia e à concentração dos frutos do progresso técnico, identificando as especificidades dos países periféricos e negando as abordagens tradicionais que interpretavam o subdesenvolvimento desses países como um estágio anterior ao desenvolvimento econômico dos países centrais. Vejamos que especificidades são essas, como está estruturado o pensamento estruturalista latino-americano, e como os pioneiros da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) se inserem nas teorias do desenvolvimento.

2.1.2 Estruturalismo e as teorias do desenvolvimento

O marco de nascimento da abordagem estruturalista latino-americano se dá com a publicação do trabalho seminal do economista argentino Raul Prebisch, *O desenvolvimento econômico na América Latina e alguns dos seus principais problemas*, da CEPAL, em 1949. De acordo com Prebisch, o mundo estaria dividido entre os países do centro, que produzem e exportam produtos manufaturados, e a periferia, que produz e exporta produtos primários para o centro. Nessa visão, ao contrário dos países do centro, o *centro dinâmico* das economias periféricas está no setor exportador que é praticamente o único componente autônomo responsável pelo crescimento da renda (Bielschowsky, 2000; Fiori, 2001; Prebisch, 1949; Rodríguez, 2006; Tavares, 1963).

O pensamento estruturalista cepalino introduziu o *método histórico-estrutural* baseado na relação centro-periferia, que combina uma análise histórica própria da periferia latino-americana, com uma formulação teórica sobre o seu subdesenvolvimento¹⁵, com origem no passado colonial comum desses países (a chamada “herança colonial”). Além do método próprio, o estruturalismo se preocupa em entender como a *inserção internacional* e os *condicionantes estruturais internos* afetam suas possibilidades de desenvolvimento, com foco para o crescimento, progresso técnico, emprego e distribuição de renda. Ademais, toda análise estruturalista da CEPAL tem como objetivo orientar a *ação estatal*, que é entendida como uma pré-condição para o desenvolvimento econômico na periferia, destacando o caráter normativo dessa contribuição, em acordo com os demais pioneiros das teorias do desenvolvimento (Bielschowsky, 2000; Prebisch, 1949; Rodríguez, 2006).

O método estruturalista visa contrapor o enfoque abstrato-dedutivo das teorias universalistas com um pensamento histórico-indutivo, tentando entender como a condição periférica orienta a evolução das economias latino-americanas. Segundo os estruturalistas, a estrutura econômica desses países condicionaria sua inserção na economia mundial, como afirma Ricardo Bielschowsky (2000, p. 21):

¹⁵ O conceito de subdesenvolvimento aqui incorpora a centralidade da heterogeneidade estrutural da literatura estruturalista, conforme apresentado por Anibal Pinto (Pinto, 1970, p. 575), à ideia de que um país subdesenvolvido é aquele cujo “atraso econômico” gera “tensões socioeconômicas e político-militares”, presente em Kuznets (1954; 1980). Isto é, sua estrutura socioeconômica heterogênea conforma tanto setores atrasados, de baixa produtividade e relações sociais de produção arcaicas, com setores modernos, integrados à dinâmica de acumulação de capital do resto do mundo. Seu atraso relativo oferece insegurança com relação a sua capacidade de se defender de agressões (reais ou temidas) dos países avançados (Bastos; Britto, 2010, p. 17). Além disso, incorporamos a visão própria do estruturalismo sobre o subdesenvolvimento que o entende como uma contrapartida do desenvolvimento do centro, e não como uma etapa necessária pela qual tiveram que passar os países desenvolvidos (Furtado, 1961, p. 253).

[...] a referida estrutura econômica determinava um **padrão específico de inserção na economia mundial**, como 'periferia' da mesma, produtora de bens e serviços com demanda internacional pouco dinâmica, importadora de bens e serviços com demanda doméstica em rápida expansão, e absorvedora de padrões de consumo e tecnologias adequadas ao centro, mas frequentemente inadequadas à disponibilidade de recursos e ao nível de renda da periferia (grifo nosso).

E ainda (Bielschowsky, 2000, p. 22):

[...] a estrutura socioeconômica periférica determinava um modo próprio de industrializar, introduzir progresso técnico e crescer, e um modo próprio de absorver a força de trabalho e distribuir renda. [...] As diferenças devem ser encontradas no fato de que as economias periféricas possuem uma *estrutura pouco diversificada e tecnologicamente heterogênea*, que contrasta com o quadro encontrado na situação dos países do centro (grifo nosso).

Ou seja, de acordo com a perspectiva estruturalista a característica fundamental do subdesenvolvimento estaria na **estrutura socioeconômica** dos países periféricos, que por sua vez seria explicada pela história desses países enquanto periferia, mais especificamente sua “herança pré-capitalista” ou passado colonial, no caso da América Latina. Em última instância, essa estrutura socioeconômica heterogênea e pouco diversificada condicionaria a inserção internacional dos países, suas possibilidades de desenvolvimento e restringindo a atuação estatal (Bielschowsky, 2000). Ainda segundo Bielschowsky (2000, p. 32):

Primeiro, que se herdara uma base econômica especializada em poucas atividades de exportação, com baixo grau de diversificação e com complementariedade intersetorial e integração vertical extremamente reduzidas. [...] A outra característica era a baixa produtividade de todos os setores, exceto o de exportação. Essa 'heterogeneidade estrutural' [...] abrangia um amplo excedente real e potencial de mão-de-obra, e uma baixa produtividade média *per capita* [...] [limitava] a acumulação de capital e o crescimento.

A “heterogeneidade estrutural” referida pelo autor diz respeito a um conceito que permeia as contribuições dos teóricos da CEPAL, mas foi sistematizada apenas em 1970, por Aníbal Pinto, em seu trabalho *Natureza e implicações da heterogeneidade estrutural da América Latina*. A ideia se assenta na análise de que as economias primário-exportadoras assumiram uma forma dual: de um lado, o setor voltado para a exportação, altamente moderno e de alta produtividade; e de outro, o “resto”, de baixa produtividade, voltado para o consumo interno. Nessa visão, não há

efeitos de transbordamento do complexo exportador para o resto da economia, formando um “enclave”, sem que haja qualquer tendência “natural” ou espontânea para a correção dessas disparidades, sugerindo, pelo contrário, que há uma tendência de acentuação da heterogeneidade¹⁶. (Bielschowsky, 2000; Fiori, 2001; Medeiros, 2001b; Pinto, 1970).

Raul Prebisch desenvolve sua crítica à teoria dominante do comércio internacional que fundamenta a divisão internacional do trabalho, destacando que esta supõe a *distribuição igualitária dos frutos do progresso técnico* via preços ou via renda. Ao contrário do que sugeria a teoria das vantagens comparativas, Raul Prebisch percebeu que os preços dos produtos primários tendem a se deteriorar em relação aos produtos industrializados (com exceção do auge da Segunda Guerra Mundial) mesmo que o progresso técnico seja mais acentuado na indústria do que na produção primária¹⁷. Para o autor, esse efeito seria responsável pela significativa diferença no padrão de vida das massas, levando à necessidade de *transformação estrutural* da economia, via industrialização e aumento de produtividade¹⁸. Essa formulação, que ficou conhecida na literatura como *hipótese Prebisch-Singer*, resume a *tendência à deterioração dos termos de intercâmbio* na teoria estruturalista cepalina (Bielschowsky, 2000; Fiori, 1999a, 2001; Prebisch, 1949; Rodríguez, 2006). Essa tendência, que continuou a ser estudada por diversos autores que vieram depois de

¹⁶ Segundo Pinto, os processos de industrialização na América Latina não foram suficientes para resolver as questões da heterogeneidade estrutural nos países. Fazendo alusão ao trabalho de Prebisch, o autor chega a afirmar que o setor “moderno” está para o setor “atrasado” assim como o “centro” está para a “periferia”, ocorrendo inclusive uma “concentração dos frutos do progresso técnico” (Pinto, 1970, p. 575). Para superar o problema, Pinto sugere um modelo de desenvolvimento centrado na disseminação do progresso técnico, ampliação do mercado interno, “homogeneização” interna e maior grau de autonomia externa (Pinto, 1970, p. 584).

¹⁷ É possível argumentar que Prebisch vai além de negar e inverte o raciocínio ao dizer que: “enquanto o centro preservou integralmente o fruto do progresso técnico de sua indústria, os países periféricos transferiram para eles uma parte do fruto de seu próprio progresso técnico” (Prebisch, 1949, p. 83).

¹⁸ Ao explicar esse fenômeno, Prebisch atribui seu movimento à amplitude dos ciclos econômicos, argumentando que os *preços são mais voláteis na periferia do que no centro*, devido às diferenças entre a massa de trabalhadores organizada no centro, que pressiona pelo aumento da fatia dos salários nos momentos de alta e resiste a sua queda nos momentos de baixa, e desorganizada na periferia. Além disso, a *elasticidade-renda da demanda por produtos primários* seria menor do que a dos produtos industrializados, o que faria com que os frutos do progresso técnico também não fossem distribuídos com o aumento da renda nos países do centro (Bielschowsky, 2000; Prebisch, 1949; Rodríguez, 2006). Por fim, em trabalhos posteriores, o autor formulou uma tese auxiliar de compressão dos preços internacionais na agricultura periférica, fundamentado a queda dos preços no excesso de mão-de-obra, similar ao trabalho desenvolvido por Arthur Lewis em “O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão-de-obra” de 1953 (Bielschowsky, 2000).

Prebisch¹⁹, seguiu verdadeira até o final do século XX, quando finalmente os termos de intercâmbio pareceram se tornar favoráveis para os países da periferia, por um breve período entre 2000 e 2008, no contexto da ascensão chinesa (Luce, 2018).

Além disso, ciente do problema da *restrição externa ao crescimento* que atingia as economias periféricas em períodos de rápido crescimento, Prebisch destacou a importância de se obter moeda de circulação internacional para viabilizar a importação de bens e serviços necessários à industrialização, sobretudo no que se refere a bens de capital, além de recomendar cautela com *investimentos estrangeiros e dívida externa*, que deveriam ser orientados para “aplicações produtivas” que *reduziriam as importações* em moeda forte para evitar os déficits estruturais na balança de pagamentos. Isso porque o autor observa que a demanda por produtos industrializados possui maior elasticidade-renda do que a dos produtos primários, de forma que o próprio crescimento da renda dos países periféricos levaria a um crescimento das importações e uma tendência a desequilíbrios na balança de pagamentos e escassez de divisas externas (Bielschowsky, 2000; Prebisch, 1949). O estruturalismo se dedicou ao desenvolvimento de um conceito presente em Prebisch, mas sistematizado por Maria da Conceição Tavares, em *Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil*, de 1963. A *industrialização por substituição de importações* constituía-se de uma série de etapas pela qual a indústria tem que passar para se estabelecer, diante de sucessivos estrangulamentos no balanço de pagamentos oriundos da *vulnerabilidade externa* das economias periféricas, que não seria superada enquanto o processo de industrialização não fosse concluído (Bielschowsky, 2000; Fiori, 1999a; Tavares, 1963).

Sobre o processo de substituição das importações, Maria da Conceição Tavares (1963, p. 223-224) descreve:

Mediante uma redistribuição de fatores e, particularmente, do recurso escasso, as divisas, utilizou-se a *capacidade para importar disponível com o fim de obter do exterior os bens de capital e as matérias-primas indispensáveis* à instalação de novas unidades destinadas a continuar o processo de substituição. [...] *A importância das exportações como principal*

¹⁹ Em sua obra *Formação Econômica do Brasil*, Celso Furtado demonstrou esse fenômeno analisando os preços das exportações brasileiras no século XIX, observando que existia uma forte tendência de queda durante o período (Furtado, 1957). Segundo dados da CEPAL, com exceção de países exportadores de petróleo e alguns minerais metálicos, como ouro, prata e cobre, os termos de troca dos produtos exportados pela América Latina se deterioraram consideravelmente entre 1950 e 2008, chegando a perder mais de 40% do seu poder de compra, para um grupo de quatro países, e mais de 20%, para outros quatro, dos dezenove países estudados (Luce, 2018).

determinante (exógeno) do crescimento foi substituída pela variável endógena do investimento, cujo montante e composição passaram a ser decisivos para a continuação do processo de desenvolvimento. O setor externo não deixou de desempenhar papel importante em nossos países; apenas houve uma mudança significativa nas suas funções. Em vez de ser o fator diretamente responsável pelo crescimento da renda, através do aumento das exportações, sua contribuição passou a ser decisiva no processo de diversificação da estrutura produtiva, mediante importações de equipamentos e bens intermediários” (grifo nosso).

Por fim, o estruturalismo latino-americano contribuiu em muito para a percepção do subdesenvolvimento como uma forma própria diferente do “atraso”, superando o etapismo presente em inúmeros trabalhos da economia do desenvolvimento, que coloca o subdesenvolvimento como uma etapa do desenvolvimento econômico²⁰. O subdesenvolvimento se constituiria de uma série de fatores interconectados, como a relação centro-periferia e a herança colonial, a heterogeneidade estrutural, a concentração dos frutos do progresso técnico, o atraso da estrutura produtiva e a vulnerabilidade externa. Nas palavras de Celso Furtado (1961, p. 253):

O contato das vigorosas economias capitalistas com essas regiões de antiga colonização não se fez de maneira uniforme. Em alguns casos, o interesse limitou-se à abertura de linhas de comércio. Em outros houve, desde o início, o desejo de fomentar a produção de matérias-primas, cuja procura crescia nos centros industriais. O efeito do impacto da expansão capitalista sobre as estruturas arcaicas variou de região para região, ao sabor das circunstâncias locais, do tipo de penetração capitalista e da intensidade desta. Contudo, a *resultante foi quase sempre a criação de estruturas híbridas*, uma parte das quais tendia a comportar-se como um sistema capitalista, a outra, a manter-se dentro da estrutura preexistente. Esse tipo de economia dualista constitui, especificamente, *o fenômeno do subdesenvolvimento econômico*. O subdesenvolvimento é, portanto, um *processo histórico autônomo*, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento (grifo nosso).

Sendo assim, a abordagem estruturalista se desenvolve na segunda metade do século XX como um olhar próprio sobre a periferia dentro do campo do desenvolvimento econômico. Apesar de estar dotada de forte pensamento crítico, sua análise é produto do seu tempo, e guarda semelhanças com os demais pioneiros do

²⁰ Cabe ressaltar que a linearidade do desenvolvimento está presente não apenas nas abordagens que se aproximam da ortodoxia do pensamento econômico, mas também no próprio Marx, no Prefácio à 1ª edição de *O Capital*, como mostra Fiori (1999a, p. 19): “os países que são industrialmente mais avançados mostram aos menos desenvolvidos a imagem de seu futuro’. Uma visão linear que lhe permite dissolver os problemas das relações conflitivas ou mesmo contraditórias entre as tendências unificadoras de homogeneização internacional das novas tecnologias centrípetas e diferenciadoras induzidas pela hierarquia e a competição entre os Estados nacionais”.

desenvolvimento econômico, inclusive no que se refere a seus imperfeccionismos. Nesse sentido, é preciso contrastar alguns desses problemas encontrados na literatura com desenvolvimentos posteriores a fim de ressaltar sua atualidade para a análise da periferia. Na próxima seção veremos algumas críticas e interlocuções que podem ser feitas à abordagem estruturalista com o objetivo de atualizar sua visão para o século XXI.

2.2 ABORDAGEM ESTRUTURALISTA CRÍTICA: LEI DE SAY, INSERÇÃO EXTERNA, GEOPOLÍTICA E ESTADO.

Na seção 2.1 deste capítulo sistematizamos a literatura sobre a perspectiva histórica do desenvolvimento econômico e apresentamos a abordagem estruturalista. Nessa próxima etapa, atacaremos os principais pontos cegos dessa literatura que acreditamos ser de maior fragilidade em sua contribuição teórica para a compreensão dos desafios do desenvolvimento econômico no século XXI. Num 2.2.1, apresentaremos brevemente a conhecida crítica sobre a adoção arbitrária da *Lei de Say* e suas consequências na literatura estruturalista cepalina. 2.2.2, introduziremos o debate sobre as consequências da inserção externa para a restrição externa ao desenvolvimento dos países periféricos em um mundo globalizado a partir de duas dimensões: a 2.2.2.1, com o processo de desregulamentação e liberalização sob a égide de um Sistema Monetário Internacional flexível e fiduciário; e a 2.2.2.2, com a deslocalização e posterior fragmentação do processo produtivo em Cadeias de Valor Globais. 2.2.3, apresentaremos algumas contribuições para o entendimento das dimensões geopolíticas do desenvolvimento. 2.2.4, ofereceremos algumas interpretações críticas sobre o Estado inserido numa sociedade de classes e seu papel no desenvolvimento econômico. Esperamos com isso fornecer alguns apontamentos para uma revisão crítica da literatura estruturalista compatível com a sua visão de mundo, e, em última instância, seus objetivos.

2.2.1 Acumulação de Capital, Lei de Say, Poupança e Gasto Improdutivo

A primeira crítica a ser feita à literatura estruturalista diz respeito à adoção arbitrária da chamada “Lei de Say”, oriunda de uma visão excessivamente normativa

da teoria. Partindo da retomada da abordagem clássica do excedente na visão *sraffiana*, faremos eco à crítica dirigida ao estruturalismo cepalino desenvolvida por Carlos Medeiros e Franklin Serrano (2004; Serrano, 2001a). De acordo com essa visão, a economia do desenvolvimento colocava de forma acertada a questão do excedente e da acumulação de capital no centro do debate sobre o processo de crescimento, sugerindo que esta seria a principal “restrição interna” ao crescimento de longo prazo das economias subdesenvolvidas, devido ao excedente estrutural de mão-de-obra²¹. A questão da “restrição interna” ao crescimento é enfatizada de forma recorrente em seus trabalhos:

No que tange aos **determinantes do produto potencial no longo prazo**, teóricos do excedente sempre entenderam que a capacidade produtiva dependia do **estágio atingido pelo processo de acumulação de capital e a tecnologia**. Isto significa dizer que, nessa visão, o crescimento a longo prazo é usualmente restrito pela **disponibilidade de capital** (em vez de trabalho ou recursos naturais). (Serrano, 2001b, p.28; grifo nosso).

E sempre aparece associada à hipótese de abundância de mão-de-obra:

Nas teorias não-neoclássicas a força de trabalho simplesmente não é escassa. Assim, o fator interno que acaba limitando o nível do produto potencial é o estoque de capital disponível. A **velocidade do crescimento à longo prazo do produto potencial fica dependendo do ritmo de acumulação de capital** (Serrano, 2001a, p. 138; grifo nosso).

De acordo com os autores, ao não se dedicar a uma discussão detalhada do funcionamento do mecanismo de mercado e orientar-se por um viés normativo, os economistas do desenvolvimento, incluindo o estruturalismo cepalino, encaravam as economias subdesenvolvidas como estruturas planejadas centralmente. Quando não existem problemas de realização de demanda efetiva (como se supõe numa economia centralmente planejada), de fato existirá uma relação inversa entre o “gasto improdutivo”²² (também chamado na literatura de “gastos do excedente”) e o

²¹ De acordo com Medeiros e Serrano (2004, p. 247): “[...] a abordagem tradicional para a economia do desenvolvimento sempre esteve de uma maneira ou de outra implicitamente baseada na noção de excedente. Particularmente autores como Prebisch (1949) e Furtado, os líderes do pensamento desenvolvimentista da Cepal sempre enfatizaram esse conceito. Furtado, em particular, dá um papel central a esse conceito em diversas de suas obras a partir dos anos 60 (Furtado, 1967, 1972 e 1992). Prebisch também passou a se centrar cada vez mais explicitamente na questão do excedente em seus últimos trabalhos (por exemplo, Prebisch, 1981)”.

²² Estamos adotando a definição de gasto improdutivo utilizada por Franklin Serrano (2001a), em contraposição ao consumo dos trabalhadores, que é considerado um gasto induzido, para todos os

investimento. Isso ocorre porque se todo o excedente for realizado, o investimento será aquilo que sobrar dos gastos e a poupança potencial determinará o investimento. Essa visão predomina na literatura sobre desenvolvimento que enfatiza a insuficiência de poupança nos países subdesenvolvidos como um entrave à acumulação de capital e ao crescimento de longo prazo, como é o caso do estruturalismo em sua versão difundida pela CEPAL. De acordo com Medeiros e Serrano (2004, p. 239-240):

A economia do desenvolvimento tradicional, apesar de seus grandes méritos, tinha duas sérias limitações. Em primeiro lugar, os economistas do desenvolvimento tinham uma **tendência crônica de partir muito depressa para uma dimensão normativa**, sugerindo intervenções de política pública, sem esclarecer suficientemente bem como economias em desenvolvimento de fato funcionavam. Essa tendência era tão forte que, frequentemente, alguns dos melhores economistas do desenvolvimento **tratavam as economias capitalistas em desenvolvimento como se fossem sistemas planejados ou socialistas**. [...] Outro exemplo do mesmo tipo é o uso difundido da arbitrária ‘Lei de Say’ na literatura estruturalista latino-americana (e que até hoje sobrevive nos argumentos sobre ‘hiato de poupança’ de Cepal e demais ditos ‘neo-estruturalistas’). Segundo essa “Lei” **qualquer redução no consumo automaticamente aumenta o nível de investimento a longo prazo**, o que evidentemente só seria possível numa economia centralmente (bem) planejada (grifo nosso).

Nesse sentido, o estruturalismo cepalino atribuiu a falta de investimento ao padrão de consumo das elites latino-americanas, argumentando que o consumo de luxo das elites (que em nosso esquema faz parte do gasto improdutivo) limitava a alocação desses recursos em investimentos em capacidade produtiva:

A principal restrição interna à acumulação era, segundo esses autores [do estruturalismo cepalino], que **uma parcela grande demais desse excedente era gasta no consumo de luxo ou supérfluo das classes dominantes locais**, o que faria sobrar pouco para o investimento. (Medeiros; Serrano, 2004, p. 248; grifo nosso).

Entretanto, se a economia não for centralmente planejada e, como consequência, o produto não for realizado automaticamente, o gasto improdutivo é uma parcela autônoma da despesa que não apenas ajuda a realizar o produto como também desloca o nível de demanda efetiva, com impactos para o investimento e para o próprio nível do produto através dos efeitos multiplicador e acelerador. O

efeitos; e ao investimento privado, que gera capacidade produtiva para o setor privado. Nesse sentido, o gasto improdutivo é definido como a parcela dos gastos que não gera capacidade produtiva para o setor privado e não é financiado pela folha salarial.

investimento aqui aparece como um gasto induzido pela demanda no longo prazo, devido a sua característica fundamental de criação de capacidade produtiva:

[...] no processo de acumulação, a tendência do **investimento que cria capacidade produtiva** (independentemente de incorporar ou não inovações tecnológicas significativas) não deve ser considerada 'autônoma' pois esta é **inteiramente condicionada pelo nível e taxa de crescimento dos demais componentes da demanda final, que não criam capacidade**, e sua expansão não é sustentável sem a expansão daqueles. Em outras palavras no contexto do processo de acumulação o investimento é um componente basicamente induzido (via acelerador) e não 'autônomo', seguindo o mecanismo do supermultiplicador (Medeiros; Serrano, 2001, p. 114; grifo nosso).

Destaco ainda a questão das flutuações do investimento no curto prazo abordada por Serrano (2001a, p. 153), deixando claro que a tendência à adequação da capacidade produtiva à demanda final é um movimento de adaptação que opera mais facilmente no longo prazo e que reflete a busca por lucros das empresas no sistema capitalista, e não um mecanismo automático:

[...] isto não quer dizer que no *curto prazo* o nível de investimento agregado não possa ser limitado por restrições financeiras, nem que o conjunto de decisões de investimento privado a curto prazo deva ter qualquer coerência macroeconômica. A curto prazo, o nível de agregado de investimento pode flutuar de forma errática.

No curto prazo um aumento da demanda final pode ser acomodado pelo aumento do grau de utilização da capacidade, não resultando, portanto, em um aumento da taxa de investimento. Todavia, após um período mais longo, é perceptível a forma como os níveis de capacidade produtiva (e por consequência, a taxa de investimento) se adequam a demanda final (Medeiros; Serrano, 2004; p. 250; Serrano, 2001a, p. 152-154).

Dessa forma, se os trabalhadores tendem a gastar tudo o que ganham e o investimento que gera capacidade produtiva para a economia precisa ser realizado futuramente, o gasto improdutivo é considerado pelos autores, a despesa autônoma que dita o ritmo do crescimento da economia através do seu potencial de realizar o produto. Esse raciocínio inverte a lógica de causalidade apresentada no argumento da insuficiência de poupança, no que se refere tanto à causalidade entre poupança e investimento quanto ao papel da poupança e do gasto improdutivo na acumulação de capital. Nas palavras de Serrano (2001a, p. 156-157):

De acordo com o supermultiplicador, **o nível de produto a longo prazo será um múltiplo dos gastos improdutivo autônomos**, tanto maior quanto menor a parcela dos lucros (pois maior será o consumo induzido dos salários neste caso) e maior for a taxa de investimento induzido. Dada a parcela dos lucros e a taxa de investimento induzido, a economia vai crescer à taxa que crescer o gasto improdutivo autônomo. Como o investimento é uma parcela dada do produto, **a taxa de crescimento do investimento e da capacidade produtiva também seguirá à longo prazo a taxa de crescimento do gasto improdutivo autônomo** (grifo nosso).

É necessário destacar a forma como o conflito distributivo aparece na abordagem do excedente. Primeiramente é preciso observar que, a exemplo da economia política clássica, a determinação dos salários reflete os custos de reprodução socialmente necessários da força de trabalho, mas também está associada a fatores políticos e institucionais. Em última instância, a determinação dos salários é entendida como uma relação de poder, constrangida por fatores estruturais e institucionais²³. Essa visão relaciona a inserção externa do país e fatores estruturais com suas políticas macroeconômicas e a evolução do padrão de crescimento e distribuição. O crescimento sustentado do produto e do emprego, condições necessárias porém insuficientes para a melhoria do padrão distributivo, tem como resultado uma melhora progressiva no poder de barganha dos trabalhadores e possibilidades de ganhos salariais²⁴. Além do salário, o regime de propriedade da terra e a produtividade de bens salários também aparecem como elementos importantes para o perfil distributivo de um país (Medeiros, 2001b; Serrano, 2004, p. 180).

Se por um lado o regime macroeconômico influencia diretamente em alguns dos mecanismos discutidos em nosso esquema analítico, por outro lado este regime é condicionado pela restrição externa do país, com exceção do país que emite a moeda de transação internacional. A taxa de juros, por exemplo, tem efeitos sobre a distribuição funcional da renda (com impactos para o efeito multiplicador), sobre a oferta de crédito para o consumo e construção civil (ambos fazem parte do gasto improdutivo), e sobre o investimento induzido e o crescimento do produto potencial. A política cambial, por sua vez, é um dos fatores que compõe a competitividade e a

²³ A questão da formação dos salários é abordada em diversas ocasiões pelos autores. De acordo com Serrano (2001b, p. 28): “[...] os salários e a distribuição de renda, em uma economia capitalista, são fortemente influenciados por fatores institucionais e sócio-políticos”. Carlos Medeiros (2001b, p. 169) é ainda mais enfático em sua análise da formação dos salários: “Essencialmente, parte-se da suposição de que os salários são formados pelos custos sociais de reprodução dos trabalhadores e por fatores institucionais e relações de poder entre distintos grupos sociais”.

²⁴ Medeiros (2001b, p. 194) é enfático nesse argumento: “sem crescimento persistente do emprego, nem a Inglaterra ou a Espanha, quanto mais um país como o Brasil, pode reduzir consistentemente a pobreza, ou melhorar a distribuição de renda”.

inserção externa do país e de sua indústria; e a política fiscal pode influenciar a produtividade e a competitividade da indústria local através do investimento público, sem gerar capacidade produtiva para o setor privado (portanto, fazendo parte do gasto improdutivo em nosso esquema) (Medeiros, 2001b; Serrano, 2009). Esse papel é enfatizado por Franklin Serrano (2009, p. 128) em sua análise do regime macroeconômico brasileiro:

Em termos distributivos, os juros reais elevados estabelecem um alto custo de oportunidade para o capital, que eleva o piso aceitável das margens de lucros das empresas e **concentra a distribuição funcional da renda**. Os juros reais elevados atrapalham o crescimento do crédito para o consumo e para a construção civil e, a partir daí, **desestimulam o investimento produtivo induzido** e o crescimento do próprio produto potencial. O câmbio real cada vez mais valorizado desprotege a indústria local contra as importações, diminuindo sua competitividade, e atrapalha as exportações de produtos industriais mais sofisticados, **solidificando uma inserção externa de pouco dinamismo tecnológico**, baseada apenas em nossas vantagens absolutas em alguns recursos naturais (grifo nosso).

Nessa lógica, o cenário internacional tem um papel de destaque não apenas influenciando nas decisões de política mas influenciando efetivamente em seu sucesso, de forma que o resultado dessas políticas pode retroalimentar ou contrariar a inserção externa periférica de um determinado país. Em diversos trabalhos, Medeiros e Serrano enfatizam o papel que os fatores externos diversos exercem no regime macroeconômico de um país e seu sucesso. Para exemplificar:

Em todo caso, o ritmo de crescimento liderado pela demanda é fortemente afetado por políticas macroeconômicas de cada Estado. Essas políticas são no longo prazo muito influenciadas, com a possível exceção do país que emite a moeda corrente internacional, pela **necessidade de satisfazer a restrição externa** ou de balança de pagamento. [...] Diferentes tentativas de Estados desenvolvimentistas de acelerar a mudança estrutural, melhorando a infraestrutura, expandindo e diversificando o mercado interno, ou, alternativamente, de conquistar posições estratégicas em mercados de exportação, **terão graus completamente diferentes de sucesso de acordo com o ambiente internacional** no qual estejam inseridas (Medeiros; Serrano, 2004, p. 250; grifo nosso).

Para dar conta dessa “complexa interação” entre o processo de acumulação de capital a nível doméstico e o cenário internacional, é necessária uma análise da inserção, restrição e vulnerabilidade externas dos países.

2.2.2 Inserção externa e restrição ao desenvolvimento.

A discordância entre os *sraffianos* e o estruturalismo cepalino sobre o funcionamento interno do mecanismo de mercado das economias subdesenvolvidas não se verifica da mesma forma em suas análises da inserção externa dos países. Assim como para a CEPAL, Medeiros e Serrano observam que o principal entrave ao crescimento a longo prazo dos países periféricos é a restrição externa, que estabelece que países que não emitem moeda de transação internacional precisam atrair divisas para custear seu crescimento. De acordo com os *sraffianos*, o argumento central desenvolvido por Prebisch sobre a necessidade de financiamento externo do processo de desenvolvimento desses países e o papel das exportações nesse processo continua válido:

(Numa direção muito próxima às formulações originais de Prebisch,)²⁵ as exportações podem ser **mais ou menos importante para a expansão da economia** – de acordo com uma série de características estruturais de cada país – entretanto, **seu papel no financiamento e relaxamento da restrição externa ao crescimento é absolutamente central e estratégico para todos os países**, com exceção daquele que emite a moeda de circulação internacional (Medeiros; Serrano, 2001, p. 106).

Em outras palavras, Medeiros e Serrano propõem que a exportação pode ser importante para a realização do produto em alguns países, como componente da demanda final, dependendo de algumas questões estruturais como o tamanho do mercado interno ou a disponibilidade de recursos naturais²⁶. Mesmo assim, para qualquer país que não seja emissor da moeda de circulação internacional (como foi o Reino Unido até os anos 30, ou os Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial), as exportações têm como papel aliviar a restrição externa, entendida como a constante necessidade de atrair divisas internacionais para financiar as importações

²⁵ O trecho entre parênteses, apesar de não se encontrar na versão publicada no livro, foi incorporado posteriormente em versão disponível *online* para enfatizar a proximidade entre o pensamento dos autores e do estruturalismo cepalino. Essa versão se encontra disponível online em: http://www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/hpp/arquivos/090420182201_InseroExterna.ExportsBrasil.pdf.

²⁶ Um país com mercado interno grande e/ou abundância de recursos naturais pode não necessitar das exportações para realizar sua produção, por exemplo, enquanto um país com um mercado interno pequeno e/ou escassez de recursos naturais estratégicos (como ferro, carvão ou petróleo, só para dar alguns exemplos) provavelmente necessitará das exportações para realizar seu excedente (no caso de um país muito pequeno ou com mercado interno pouco dinâmico), ou para financiar importações necessárias para viabilizar a reprodução de sua economia (como é o caso de países que precisam importar recursos naturais estratégicos como os citados acima) (Medeiros; Serrano, 2001).

necessárias à reprodução (e ao crescimento) da economia. Seguindo a linha de Prebisch, o problema para o crescimento sustentado a longo prazo dos países periféricos é que o próprio processo de crescimento agrava a sua restrição externa, uma vez que as importações dependem do nível do produto interno, enquanto as exportações são um componente autônomo da renda. Na atual divisão internacional do trabalho os países subdesenvolvidos são relegados a produção (e exportação) de bens com baixa elasticidade-renda da demanda, enquanto os países desenvolvidos produzem (e exportam) bens com alta elasticidade-renda da demanda. Desse raciocínio se percebe que o crescimento dos países periféricos está limitado pela sua “capacidade de importar” e se deriva a necessidade da industrialização na perspectiva estruturalista, que seria condição necessária porém não insuficiente para o processo de desenvolvimento econômico (Medeiros, 2010, 2019, p. 74; Medeiros; Serrano, 2001, 2004).

Como se não bastasse, o próprio processo de industrialização aumenta a propensão a importar dos países subdesenvolvidos, uma vez que a estrutura produtiva desses países em geral não possui um setor de bens intermediários e de capital desenvolvido. À medida que avança o processo de industrialização aumenta a demanda interna por bens intermediários e de capital, de forma que fica cada vez mais difícil conter as importações. Tal intuição, que estava presente na análise de Prebisch, encontra eco na análise de Tavares, de Medeiros e de Serrano (2001, p. 110) sobre os processos de industrialização tardia:

[...] como os insumos intermediários e os bens de capital têm alta elasticidade-renda e **são indispensáveis para a produção**, à medida que a industrialização prossegue, **fica cada vez mais difícil impedir que a propensão a importar aumente**, quanto mais reduzi-la. Tavares (1963) apontou com propriedade a necessidade, neste contexto, de antecipar e **programar investimentos simultaneamente em bens intermediários e de capital**. Assim, longe de ser um viés ideológico, **alto grau de ‘intervencionismo’ estatal** e planejamento se impunha para que fosse possível uma **alocação eficiente das divisas escassas** (grifo nosso).

Dessa forma, a partir de uma perspectiva estruturalista podemos sintetizar a restrição externa de um país a três dimensões: (1) Uma dimensão sistêmica, com respeito à inserção produtiva e tecnológica desse país no sistema internacional e na divisão internacional do trabalho, que pode ser interpretada a partir da elasticidade-renda de suas exportações e importações, uma vez que tanto em momentos de crescimento, quanto em momentos de crise, bens com maior elasticidade-renda

tendem a ter uma demanda mais estável e garantir maior segurança (em termos de obtenção de divisas) aos países que os exportam; (2) Uma dimensão estrutural, que diz respeito a sua estrutura produtiva e a presença de indústria de bens de capital e intermediário necessários ao avanço da industrialização, uma vez que quanto maior o crescimento da indústria, maior a demanda por bens intermediários e de capital; e (3) uma dimensão conjuntural que diz respeito a relação entre sua trajetória de crescimento e sua capacidade de importar, uma vez que quanto maior for o crescimento de um país, maior sua demanda por produtos importados.

Para além da discussão sobre a Balança Comercial, o debate sobre a Restrição Externa ao desenvolvimento sustentado dos países deve levar em consideração os fluxos de capitais e seus impactos sobre a liquidez externa, seja via investimento estrangeiro, seja via endividamento externo. Inicialmente é preciso ressaltar que é possível observar empiricamente que os fluxos de capitais estrangeiros podem se mover numa lógica que não obedeça a “leis de mercado”, tendo sido largamente utilizado como instrumento geoeconômico (tanto na entrada, quanto na saída dos países) para fortalecer ou enfraquecer aliados ou adversários na busca por posições no sistema internacional. Ainda nesse sentido, a circulação desses fluxos, e em particular sua liberdade de saída e entrada nos países, está condicionada ao modo como a potência hegemônica gere o Sistema Monetário Internacional, criando diferentes margens de controle pelos Estados Nacionais em contextos histórico-geográficos específicos (Medeiros; Serrano, 1999).

Em segundo lugar, de forma geral a entrada de fluxos de capitais estrangeiros, seja de investimento, seja de empréstimos, tem como efeito o alívio da restrição externa no curto prazo. Contudo, o problema que decorre da utilização de financiamento externo para a trajetória de crescimento de um país que não emite moeda de circulação internacional é, sobretudo, um problema de liquidez à longo prazo, que devem ser financiadas pela entrada de divisas via exportações (que não geram um passivo externo no futuro) tanto para a abordagem estruturalista em sua versão cepalina, tanto para a literatura *sraffiana* de orientação estruturalista (Medeiros; Serrano, 2001; Prebisch, 1949). Isto é:

[...] a relação central para a questão da sustentabilidade de uma trajetória de crescimento com déficits em conta corrente é determinada pela evolução da **relação entre passivo externo líquido e exportações**, que afinal são a **fonte última de fluxo de caixa em divisas que permite o pagamento dos**

serviços financeiros deste passivo (Medeiros; Serrano, 2001, p. 119; grifo nosso).

A ideia por trás desse mecanismo é que em última instância, fluxos de capitais estrangeiros geram, de uma forma ou de outra, passivos externos nos países receptores que precisam ser sanados pela entrada de divisas. Essas divisas, por sua vez, não podem ser sempre oriundas de novos investimentos ou financiamentos externos, pois esses criam um “novo” passivo externo que demanda novos serviços financeiros e por consequência, novas divisas. Medeiros e Serrano (2001) argumentam inclusive que o custo relativo em divisas do investimento estrangeiro pode inclusive ser superior ao do financiamento externo (de longo prazo), uma vez que as taxas de lucro tendem a ser superiores às taxas de juros e mesmo o “reinvestimento” dos lucros das transnacionais implicariam em novas remessas de lucro no futuro.

Nesse contexto, a acumulação de passivos externos, mesmo “insustentável” para o crescimento (isto é, crescendo acima da capacidade de honrá-los, dada pelas exportações) só geraria uma crise de liquidez no país se os credores externos se recusassem a refinanciá-los, resultando numa saída de divisas e consequente vazamento das reservas internacionais. Dessa forma, a proporção entre fluxos de capitais de curto e longo prazo (incluindo investimentos) oferece alguma indicação sobre a possibilidade de crise de liquidez, uma vez que quanto mais curtos forem os prazos, maior a possibilidade de não haver um refinanciamento desses passivos (Medeiros; Serrano, 2001).

Apesar da restrição externa ao desenvolvimento ser uma preocupação recorrente da abordagem estruturalista, as teorias do desenvolvimento foram elaboradas majoritariamente entre os anos 1940 e 1980, no contexto da “estabilidade” do sistema de *Bretton Woods* e no qual a divisão do trabalho entre países se dava através da comercialização de bens finais, com países da periferia exportando majoritariamente produtos primários e importando manufaturas. Tendo em vista essa realidade, a preocupação com a restrição externa ao crescimento dessa literatura está tipicamente associada a problemas na balança de pagamentos originados nas inserções desiguais no comércio exterior e no Sistema Monetário Internacional do padrão ouro-dólar. A partir dos anos 1970, e cada vez mais ainda hoje, a economia mundial passa por um processo de reorganização da divisão internacional do trabalho originado na fragmentação do processo produtivo, com impactos para a análise das

relações comerciais entre os países, e entra em uma nova fase no que se refere à gestão do Sistema Monetário Internacional (SMI), conforme aponta Isabela Nogueira (2015b, p. 45) em sua análise da inserção chinesa nas Cadeias de Valor Global (CVGs):

As cadeias produtivas globais na manufatura, com o fatiamento das etapas de produção e sua distribuição ao redor do mundo, **tornaram as análises sobre a inserção competitiva de países em desenvolvimento nas estruturas produtivas um exercício mais complexo**. Isso porque um grande exportador de bens finais de média e alta tecnologia, mesmo com um saldo comercial expressivo, pode não deter uma fatia relevante de valor adicionado doméstico se sua posição na hierarquia for essencialmente de montador ou concentrada em bens de baixo valor agregado – importando componentes mais sofisticados e exportando o produto final com a marca de empresas de um terceiro país, sede das firmas líderes (grifo nosso).

Para interpretarmos essa nova fase da restrição externa ao desenvolvimento dos países num mundo globalizado de CVGs e hegemonia do dólar flexível e fiduciário, precisamos entender como essas dinâmicas alteram os mecanismos descritos pela abordagem estruturalista e sua visão sobre o comércio exterior e a restrição externa dos países da periferia.

2.2.2.1 Sistema Monetário Internacional e Padrões de desenvolvimento

A fase de ouro do desenvolvimentismo e o “emparelhamento” do “resto” só podem ser entendidos se levados em consideração os padrões de crescimento oportunizados na vigência de *Bretton Woods* sob a hegemonia do dólar estadunidense. Carlos Medeiros e Franklin Serrano são enfáticos ao observar a tendência à divergência de renda entre países e regiões ricos e pobres no capitalismo. Segundo os autores, os processos de “convergência parcial” ocorridos após a segunda metade do século XX só encontram explicações se levados em consideração fatores geopolíticos, caracterizando o que chamam de “desenvolvimento a convite”. A atuação estatal é um fator preponderante para determinar uma inversão na tendência na visão dos autores, sendo a única alternativa para a reversão tendo em vista o contexto externo favorável (Medeiros; Serrano, 1999). Em suas palavras (1999, p. 199):

A tendência natural do capitalismo desregulado é a *crescente polarização e a divergência entre taxas de crescimento do produto e níveis de renda per*

capita dos diferentes países. Essa tendência ao desenvolvimento desigual decorre dos efeitos cumulativos das enormes assimetrias entre os países centrais e os periféricos. Estas assimetrias dizem respeito fundamentalmente a três aspectos, a saber: a) o *poder militar*, b) o *controle da moeda e finanças internacionais* e c) o *controle sobre a tecnologia e progresso técnico* (grifo nosso).

Segundo o pensamento desses autores, de forte influência estruturalista, o desenvolvimento econômico de países atrasados só pode ocorrer através de estratégias internas de desenvolvimento, cujo resultado, por sua vez, depende das condições externas, não apenas de liquidez, mas também da inserção geopolítica desses países nas disputas entre as grandes potências. Os autores observam que durante toda evolução do SMI, os países que não emitem moeda dominante estão restritos a condicionantes externos impostos pelo país que detém a hegemonia financeira, para aliviar suas restrições externas ao crescimento e equilibrar sua balança de pagamentos. As imposições da potência hegemônica, por sua vez, são influenciadas pelas disputas geopolíticas nas quais se insere, condicionando tanto sua orientação quanto a forma como o *hegemon* gere o SMI (Medeiros; Serrano, 1999, p. 119-120; Serrano, 2004, p. 186-187). Isto é:

[...] a forma e a direção que a criação de mercados e a expansão da integração financeira comandada pelo país central [que emite a moeda de curso internacional] assumirem, será influenciada pela *situação geopolítica internacional*, principalmente no que diz respeito às *rivalidades e à natureza dos conflitos* entre as principais potências internacionais (Medeiros; Serrano, 1999, p. 120; grifo nosso).

A todo momento, a análise desses autores está centrada na questão da acumulação de capital e como as políticas macroeconômicas e o ambiente internacional condicionam a ação estatal e o seu sucesso. De acordo com os autores, esse esquema busca se afastar do “nacionalismo metodológico” e do “fatalismo” determinista, que imputam ao Estado ou ao ambiente externo todo o sucesso e fracasso das políticas adotadas internamente²⁷. Em suas palavras (2004, p. 250-251):

O canal de transmissão principal entre esses dois níveis são as mudanças na situação de balança de pagamento dos Estados em desenvolvimento, que por sua vez afetam diretamente as políticas macroeconômicas e, por meio delas, o ritmo de acumulação de capital. [...] Esse esquema não só é

²⁷ Vale ressaltar que a visão fatalista não é prerrogativa da literatura marxista, estando presente também no que Tavares descreveu como a “arrogância extrema do nacionalismo caboclo” do pensamento conservador brasileiro que defende um “alinhamento automático” aos Estados Unidos (Tavares, 1985, p. 14-15).

teoricamente consistente como também nos permite escapar de ambas as armadilhas: da visão “fatalista” em que o ambiente internacional determina exaustivamente as possibilidades nacionais de desenvolvimento (como muita da literatura marxista sobre globalização, por exemplo) e também do “nacionalismo metodológico”, às vezes excessivo (em que tudo é creditado às políticas ou instituições nacionais específicas, desconsiderando os elementos externos), hoje em dia comuns na maioria da literatura do desenvolvimento mais crítica.

Partindo dessa leitura, o padrão de crescimento que resulta do pós-guerra está assentado no padrão ouro-dólar, dentro do sistema de *Bretton Woods*, até 1971, com a substituição da libra pelo dólar como moeda internacional e conversibilidade do dólar em ouro a uma taxa fixa (Medeiros; Serrano, 1999, p. 122-123; 132-137). Os Estados Unidos financiam a recuperação econômica das economias envolvidas na guerra e o desenvolvimento econômico de seus aliados, seja através do investimento direto, de empréstimos, ou de ajuda externa, incorrendo em sucessivos e crescentes déficits na balança de pagamentos. O arcabouço institucional criado pela potência hegemônica favoreceu a regulação e o controle dos sistemas bancário e financeiros; dos fluxos de capitais; além da tolerância à operação estratégica das políticas macroeconômicas por parte dos Estados Nacionais, visando altas taxas de crescimento e alto nível de emprego. A partir da sólida base produtiva estadunidense desenvolvida no último século e da crise dos anos 30, os Estados Unidos promoveram uma profunda reestruturação do seu sistema financeiro²⁸, com fortalecimento do controle estatal e conexão com a estrutura produtiva, reestruturação essa que foi acompanhada em outras partes do mundo (Braga; Cintra, 2004, p. 256-258; Medeiros; Serrano, 1999, p. 123; Serrano, 2004, p. 186-188).

Com a progressiva recuperação das economias centrais e difusão do crescimento para países da América Latina e Ásia, crescem movimentos de contestação à hegemonia estadunidense e do dólar, interna e externamente. Um movimento interno de contestação ressaltado por Franklin Serrano é o da diminuição do “conformismo social” dos EUA nos anos 60, ao que o autor atribui, entre outros fatores, ao fortalecimento dos movimentos sociais e do poder de barganha dos trabalhadores durante o período a Era de Ouro, levando a um acirramento do conflito distributivo. A reação conservadora que se dá dos anos 1970 para frente, de desarticulação dos sindicatos e estagnação, nesse sentido, carregam uma lógica

²⁸ O destaque fica por conta do *Glass-Steagall Act* (1933) e do *Securities Exchange Act* (1934) que segmentou e fragmentou o sistema financeiro, limitando profundamente sua atuação e facilitando o controle por parte do estado (Braga; Cintra, 2004, p. 256).

similar ao do disciplinamento descrito por Kalecki em seu *Aspectos políticos do Pleno Emprego* de 1943 (Serrano, 2004, p. 184-191). Além da pressão “dos debaixo”, José Carlos de Souza Braga e Marcos Antonio Macedo Cintra destacam o progressivo movimento de desregulamentação do sistema financeiro e fortalecimento do poder interno de frações da classe dominante cada vez mais ligadas às finanças. A correlação de forças parece ter mudado nos anos de ouro de grupos ligados a Wall Street que pressionavam por um novo padrão de acumulação com maiores possibilidades de acumulação privada da riqueza nos circuitos financeiros²⁹ (Braga; Cintra, 2004, p. 260-263).

Em 1971 os Estados Unidos decretam unilateralmente a inconvertibilidade de sua moeda e em 1973 operam desvalorizações cambiais que geram ondas especulativas nos preços das *commodities* e que, em conjunto com os choques do petróleo, levam o mundo todo a uma onda inflacionária sem precedentes em tempos de paz. Em 1979 os Estados Unidos anunciam um “choque monetário-financeiro”, elevando drasticamente sua taxa de juros e acompanhados por uma série de políticas de desregulamentação financeiras se impondo de forma assertiva sobre o sistema internacional e forçando uma recessão em todos os países que operem com o dólar (Braga; Cintra, 2004, p. 265; Medeiros; Serrano, 1999, p. 124; Serrano, 2004, p. 198-202; Tavares, 1985, p. 5-7; Tavares; Melin, 1997). Ao decretar o fim de *Bretton Woods*, a economia do mundo inteiro entra num forte período de instabilidade, potencializado pelo acirramento das disputas entre as grandes potências na década de 1970, e o mundo entra em um novo padrão de crescimento: ainda sob a égide dos Estados Unidos, porém não mais num contexto de disputa num mundo bipolar, mas sim sob a hegemonia estadunidense incontestada e de expansão do capitalismo progressivamente financeirizado e globalizado (Fiori, 1997, p. 114-119; Medeiros; Serrano, 1999, p. 124-125; Serrano, 2004, p. 205-206; Tavares, 1985; Tavares; Melin, 1997).

Uma primeira observação a ser feita acerca do padrão de crescimento que se estabeleceu a partir da década de 80 é que do ponto de vista do país emissor da moeda de transação corrente internacional, o novo padrão imposto pelos Estados

²⁹ De acordo com os autores, “tanto por razões internas ao seu próprio êxito como por razões ‘externas’, o esquema de regulação foi se desfazendo. [...] além das tensões sistêmicas internas, a capacidade de disciplina financeira que o sistema obteve interessava apenas parcialmente aos gestores das corporações e bancos que, compelidos pela concorrência internacional, buscavam as diversas possibilidades de ganhos operacionais e com diferentes moedas, títulos financeiros, *commodities* etc.” (Braga; Cintra, 2004, p. 260).

Unidos tinha duas vantagens essenciais em relação ao ouro-dólar estabelecido em *Bretton Woods*. De um lado, os Estados Unidos não mais precisam manter o câmbio fixo para garantir a confiança de sua moeda, uma vez que não há mais conversibilidade para o ouro, evitando fugas especulativas. De outro lado, o país não mais precisa garantir superávit global na balança de pagamentos, uma vez que não precisa se preocupar com fugas de ouro, tendo em vista que suas reservas internacionais são compostas por ativos denominados em moeda própria. A restrição externa do país deixa de existir, uma vez que seu passivo é composto por obrigações denominadas na própria moeda (Medeiros; Serrano, 1999, p. 125; Serrano, 2004, p. 211). Segundo Medeiros e Serrano (1999, p. 125):

Neste sistema, todo o valor dos déficits americanos tanto em conta corrente quanto na balança de pagamentos, na medida que os pagamentos internacionais são realizados em dólar, *é total e automaticamente financiado por um influxo de capital de curto prazo idêntico ao aumento das reservas dos outros países*, que necessariamente, se quiserem participar da economia monetária capitalista internacional, têm que aceitar simplesmente acumular títulos em dólar (em geral a própria dívida pública americana) (grifo nosso).

No entanto, para os demais países que compõem o sistema e não emitem a moeda de transação corrente internacional, a restrição externa continua sendo um grave entrave ao desenvolvimento, impulsionada ao sabor da operação do SMI pela potência hegemônica e influenciada pelas disputas entre as grandes potências. Com a reafirmação da hegemonia estadunidense, a economia mundial entra em um período de baixo crescimento e aumento das desigualdades direcionado sobretudo pelos ajustes promovidos e defendidos pelo Consenso de Washington³⁰, aliado a um processo crescente de desregulamentação e expansão financeira sob a hegemonia do dólar³¹ (Medeiros, 2010, p. 166-168; Medeiros; Serrano, 1999, p. 138-148). De forma que, para Fiori (1999a, p. 14):

³⁰ O Consenso de Washington que adquiriu força com o fim da Guerra Fria e do “socialismo real” pode ser caracterizado como o conjunto de políticas neoliberalizantes promovido por instituições financeiras internacionais como o FMI e o Banco Mundial. Seus princípios gerais podem ser descritos através de quatro principais eixos: Austeridade fiscal; privatização de bens, serviços e empresas públicas; desregulamentação e liberalização de mercados, inclusive financeiro; e abertura comercial unilateral (Bustillo; Andoni, 2018; Garcia, 2017; Vadell, 2011).

³¹ A desregulamentação financeira reivindicada por frações da classe dominante estadunidense deu origem a um padrão de acumulação e um sistema monetário que reforçaram ainda mais o controle dos EUA e de seus capitalistas sobre os demais países do sistema, como argumentam Braga e Cintra (2004, p. 263): “os bancos reivindicaram e foram se transformando em supermercados financeiros, terminando com a separação das funções entre os bancos comerciais e de investimento, imposta pelo

[...] a simples competição intercapitalista em mercados desregulados e globalizados não assegure o desenvolvimento, nem muito menos a convergência entre as economias nacionais do centro e da periferia do sistema capitalista mundial.

Maria da Conceição Tavares (Tavares; Melin, 1997, p. 71-72) é taxativa ao anunciar o fim da “era de ouro” do padrão de crescimento associado à *Bretton Woods* e relaciona o fraco desempenho econômico no período à gestão do SMI e da política macroeconômica pelos Estados Unidos:

[O baixo crescimento] é em parte explicável tanto pelo impacto dos sucessivos choques do petróleo e de juros quanto pela **coordenação forçada das políticas deflacionistas impostas pela diplomacia do dólar** – sendo essa determinação que está, em última instância, por trás da generalização das chamadas políticas neoliberais (grifo nosso).

No padrão dólar-flexível, os ônus dos ajustes feitos pelos Estados Unidos são, portanto, transferidos para os países que integram o sistema e acumulam reservas em dólar. Na esteira sobre o debate sobre as características da globalização e seus efeitos sobre a dinâmica das economias internacionais, Tavares reconhece a importância do processo de transnacionalização produtiva, que se acentua na segunda metade do século XX, mas atribui ao fenômeno da globalização financeira desregulada a principal causa da expansão das políticas neoliberais associadas às políticas deflacionárias e inibidoras do crescimento econômico no mundo. Em contrapartida, esses dois fenômenos fortalecem a hegemonia do dólar, pela via comercial e financeira (Braga; Cintra, 2004, p. 256; Medeiros, 2010, p. 172-173; Tavares; Melin, 1997, p. 73-74). Com efeito, sob o Consenso de Washington, com exceção da China e da Índia, os países periféricos e um punhado de países do centro se viram obrigados a se ajustar a um padrão de baixo crescimento e alto desemprego, desindustrialização precoce, concentração de renda e aumento da pobreza que se agravou pelo menos até a virada do século (Fiori, 1997, p. 117, 121-122, 2004, p. 55; Medeiros, 2001b, p. 165-166, 2010, p. 166-169, 2019, p. 75). Sobre o consenso neoliberal, Medeiros (2010, p. 166) conecta a nova estratégia de acumulação dominante com a reafirmação da hegemonia do dólar:

Glass-Steagall Act (1933). Desde os anos 1970 os grandes bancos americanos já eram dominantes no mercado internacional de moedas estrangeiras e passaram a liderar as emissões de títulos, ações, operações de fusões e aquisições no mercado internacional de capitais (Group of Ten, 2001)”.

A afirmação do neoliberalismo como doutrina, isto é, a hegemonia das visões predominantes, traduziu uma nova estratégia de acumulação impulsionada pelo estado (neoliberal) e uma **nova coalizão socioeconômica e novo projeto hegemônico a favor dos capitais internacionalizados** e, sobretudo, a um maior poder do capital financeiro. Foram transformações iniciadas a partir de uma ampla ofensiva contra os sindicatos e o estado de bem-estar do pós-guerra e, simultaneamente, da afirmação do dólar como moeda internacional. Correspondia também a uma nova estratégia dos EUA em sua ofensiva contra os novos países industrializados exportadores (grifo nosso).

2.2.2.2 Cadeias de Valor Globais

Se por um lado a expansão financeira desregulada sob a égide do dólar é, para alguns autores, a principal característica do processo de globalização, a progressiva transnacionalização da produção a nível global é um dos fenômenos mais associados a esse processo. A superação de fronteiras na esfera da produção não é um movimento recente, mas a difusão das corporações multinacionais em meados do século XX acelerou o processo de integração global da produção. A partir dos anos 1990, se inaugura uma fase de fragmentação e fatiamento do processo produtivo em diversos países, através da articulação da produção em Cadeias de Valor Globais (CVGs) com progressivo aumento do comércio entre indústrias de países diferentes. Nesse sentido, as CVGs se apresentam como o movimento mais recente da acumulação de capital em escala global e da divisão internacional do trabalho promovida pelos Estados Unidos e seus aliados (Medeiros, 2019, p. 76-77; Nogueira, 2012, p. 6-9; Panitch; Gindin, 2012, p. 8-9).

Para além de tecnologias que viabilizem a fragmentação da produção, sobretudo no desenvolvimento do setor de serviços de logística, comunicação e transportes, uma enorme capacidade organizacional, com uma rígida divisão, codificação e compartimentalização de processos e procedimentos, a estruturação da produção em CVGs também exige um relacionamento específico entre empresas, que envolve alianças e cooperação que superem objetivos de curto prazo de mercado³². No processo de produção em cadeias globais, as empresas importam os bens intermediários e agregam valor adicionado (que remunera seus lucros e salários)

³² “Nas diferentes possíveis formas de fragmentação produtiva, os serviços de coordenação da produção, transporte, telecomunicação, e financeiro ganham uma dimensão crucial, a fim de garantir a ligação entre os numerosos blocos de produção” (Nogueira, 2015b, p. 58-59).

reexportando-os em seguida para a próxima empresa na cadeia, até que o produto esteja pronto para a distribuição ao consumidor final (Nogueira, 2012, p. 9, 2015a, p. 47-50).

A visão convencional sobre as CVGs, de forma análoga às vantagens comparativas ricardianas, interpreta a integração produtiva como uma forma de especialização produtiva vantajosa para todos os países que fazem parte da cadeia, através da difusão dos frutos do progresso técnico e seus efeitos de encadeamento para os demais, e, ainda mais importante, pela difusão direta de tecnologia e inovação entre os países participantes, se apoiando nas experiências asiáticas bem sucedidas em escalar na agregação de valor das CVGs, como Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura e Hong Kong³³. Entretanto, essa abordagem desconsidera o papel do Estado no fomento de políticas de transferência de tecnologia, e do tamanho do mercado interno, tanto pelo seu potencial de barganha, quanto pelos diferentes papéis que as exportações assumem a depender do tamanho e do dinamismo do mercado interno, conforme discutido anteriormente (Amsden, 2001; Nogueira, 2012, p. 9-10). Em sua investigação acerca da relação entre tecnologia e a CVGs, Isabela Nogueira (2015b, p. 57) destaca o papel de políticas públicas para que a transferência deixe de ser uma possibilidade para se tornar realidade:

É bastante evidente, tanto teórica quanto empiricamente, que **as cadeias de valor globais facilitam a absorção tecnológica** e a cópia entre competidores e fornecedores, abrindo a **possibilidade de mais rápido progresso técnico** por parte de países em desenvolvimento (e tornando comuns as reclamações de desrespeito à propriedade intelectual por parte dos detentores das marcas) (grifo nosso).

A problemática que as CVGs introduzem nos padrões de inserção externa dos países diz respeito, fundamentalmente, a forma assimétrica e hierárquica na qual se estruturam as cadeias. Em termos de agregação e apropriação do Valor Adicionado

³³ Carlos Medeiros ainda enfatiza a ausência na literatura que considera essas experiências como caso de sucesso, de uma análise mais pormenorizada do contexto histórico e de como se dá a inovação e o progresso técnico: “frequentemente, Coreia e Taiwan, são apresentados como exemplos de países que evoluíram ao longo da cadeia produtiva (progresso funcional). Entretanto, tendo em vista a baixa participação das firmas estrangeiras na estrutura produtiva destes países, bem como a estratégia de promoção de firmas nacionais com tecnologias próprias e marcas globais, dificilmente a evolução destes países expressa ou traduz uma evolução construída pelas grandes firmas oligopólicas que tipicamente comandam as CGV. Estes países construíram suas estruturas produtivas e capacitações tecnológicas (Bell & Pavitt, 1993) a partir de suas empresas num ambiente institucional e social historicamente determinado. Os demais países asiáticos seguiram uma trajetória distinta e muito mais subordinada aos IDE. Nos anos mais recentes, [...] o ingresso nas CGV resultou em menores ganhos em termos de valor adicionado e crescimento das exportações” (Medeiros, 2019, p. 82).

(VA) pelas etapas do processo de produção, existe uma distinção clara entre as empresas (e países) que controlam os ativos intangíveis, de maior VA, como marca, desenho e concepção, pesquisa e desenvolvimento, e distribuição; e em relação àquelas que se inserem nas cadeias em etapas de menor VA, como a montagem, ou o fornecimento de peças e componentes. De acordo com Medeiros (2019, p. 81):

A questão-chave é que a estrutura hierárquica das CGV define uma apropriação desigual do progresso técnico favorecendo os detentores de marcas globais, as grandes ETN e varejistas que organizam as cadeias.

Do ponto de vista das firmas líderes, as vantagens da transferência da manufatura para outras firmas estão frequentemente associadas à sua capacidade de manter seu poder de controle sobre as cadeias de produção através do seu “poder do comprador” e concentração de suas atividades na inovação. Ao mesmo tempo, se livram dos riscos associados aos investimentos que geram capacidade produtiva, reduzem custos através da exploração de mão-de-obra barata em países periféricos e criam oportunidades de economias de escala (Medeiros, 2019, p.80-81; Nogueira, 2015b, p. 54-55). Em linhas gerais, é possível argumentar que a inserção de países periféricos em CVGs costuma se dar em etapas de menor VA, de forma que as exportações de bens finais desses países podem ocultar um alto conteúdo importado, tanto em termos absolutos, quanto em Intensidade Tecnológica (IT), subestimando sua vulnerabilidade externa e superestimando o atraso de sua estrutura produtiva (Medeiros, 2013b, p. 455-462, 2019; Nogueira, 2012, p. 6-7, 2015b, p. 45). Conforme aponta, Isabela Nogueira (2012, p. 7), em seu estudo sobre a indústria eletroeletrônica de consumo chinesa, ao comentar o caso mexicano e da cadeia de produção da Apple:

O nexu entre o avanço na pauta exportadora e a agregação de valor, entretanto, é bem menos evidente. Um país com uma pauta exportadora repleta de bens finais de média e alta tecnologia pode, também, ser mero montador, tendo apenas processado levemente bens reexportados e mantendo alto conteúdo tecnológico nas suas importações.

Ao se observar o movimento das exportações de um país é importante se distinguir as exportações de bens produzidos através do processamento de peças, componentes e partes oriundas de importações, referidas na literatura como *exportações processadas*; das exportações de bens finais produzidos com insumos

locais, chamadas de *exportações ordinárias*. Em face a essa nova etapa de fatiamento do processo produtivo, diversos países criaram zonas especializadas no processamento das exportações, com tarifas reduzidas para as importações e incentivos à exportação da produção. Em alguns casos, essas Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) foram responsáveis por atrair investimento estrangeiro, catalisar um processo de transferência de tecnologia, e acumular moeda de transação internacional, sem que a entrada de firmas estrangeiras devastasse a indústria nacional. Contudo, na maioria dos casos, essas ZEEs levaram a criação de “enclaves”, reafirmando a condição dual das economias periféricas, sem transferência de progresso técnico e com perda de espaço das firmas nacionais, sem condições de competir em igualdade com as empresas estrangeiras ingressam no país recheadas de benefícios (Amsden, 2001, p. 40-41; Nogueira, 2012, p. 17-20). Em seu trato da criação de zonas de processamento nos países do “resto”, Alice Amsden (2001, p. 40) afirma que:

[...] alguns países criaram zonas de livre comércio (‘de processamento de exportações’). A teoria por trás de tais zonas era que **os fabricantes do ‘resto’ eram intrinsecamente lucrativos a preços mundiais, em razão de seus baixos salários**. Para industrializar, era necessário simplesmente ‘acertar os preços’. As zonas de livre comércio foram um passo nessa direção, pois **os fabricantes se desvencilham das distorções nas taxas de câmbio** prevaletentes, salvo por sua compra de insumos locais, em maioria mão-de-obra. Todos **os insumos importados eram isentos de impostos**, uma importante concessão em face das grandes distorções de preços internacionais. Em troca de importações sem impostos, as empresas tinham que **exportar 100% de sua produção** (grifo nosso).

Isabela Nogueira (2012, p. 19-20) destaca o papel das ZEEs no sucesso da experiência chinesa, reforçando seu papel fundamental em absorver moeda forte e tecnologia, além de enfatizar o sucesso decisivo da experiência chinesa em alcançar o primeiro objetivo (moeda forte), enquanto o segundo (progresso técnico) ainda é alvo de debate³⁴:

Quando as zonas econômicas especiais foram criadas na costa chinesa na década de 1980, seu **objetivo primordial** era criar canais eficazes para a absorção de dois componentes centrais para o desenvolvimento econômico,

³⁴ Vale ressaltar, no entanto, que Nogueira (2012, p. 41-43; 2015b, p. 62-74) argumenta que a experiência chinesa tem sido bem-sucedida em sofisticar suas exportações, com maior agregação de valor doméstico e avanço nas hierarquias das CVGs. A autora atribui esse sucesso à agressiva política industrial do Estado chinês no disciplinamento do Investimento Direto Estrangeiro, estabelecimento de parceria locais para transferência de tecnologia, políticas de inovação endógenas e consolidação de firmas líderes nacionais.

classicamente rarefeitos em países subdesenvolvidos: **moeda forte e tecnologias mais avançadas de produção**. Isto significa afirmar que a indústria de processamento não é, classicamente, o lócus de agregação de valor da cadeia produtiva. Seu objetivo é atrair dólares para evitar desequilíbrios e crise nas contas externas e absorver *know how* produtivo, gerencial e de marketing. [...] Dado o superávit comercial do país e o acúmulo de reservas em moeda estrangeira, **é inquestionável que o primeiro objetivo das indústrias de processamento, acumular moeda estrangeira, tenha sido atingido**. A absorção de tecnologias avançadas, entretanto, é um elemento de mais difícil mensuração e objeto de constantes controvérsias (grifo nosso).

De acordo com essa visão hierárquica das CVGs, as relações de poder entre as empresas (e dos demais agentes envolvidos na cadeia, incluindo o próprio Estado), além das instituições e do sistema de governança que regem essas relações tomam o centro do debate sobre a estruturação das cadeias e os processos de integração produtiva. Nas palavras de Nogueira (2012, p. 10):

Os teóricos das CVGs enfatizam que as análises dos processos de integração global devem ser feitas tendo em conta três dimensões: i) o esquema de governança entre as empresas, ou o caráter das conexões entre tarefas (ou estágios) da cadeia de valor; ii) a distribuição e o exercício do poder das empresas, dos fornecedores, dos sindicatos, dos trabalhadores, dos agentes reguladores, do Estado e dos outros atores envolvidos na cadeia; e iii) o papel das instituições na estruturação do setor, na alocação geográfica das indústrias e na absorção de tecnologias pelos atores.

Por esses motivos, Carlos Medeiros argumenta que a política industrial, através da criação de sistemas nacionais de inovação, ainda deve ser considerada a principal e mais efetiva alternativa de superação do atraso tecnológico. No que se refere à inserção de países periféricos nas CVGs, ou à estratégia “integracionista”, Medeiros não identifica nesta um atalho ao progresso técnico desses países como tem-se argumentado nas leituras próximas ao *mainstream* (Amsden, 2001; Medeiros, 2019, p. 71-72). Além disso, a distribuição da produção em cadeias globais levanta uma nova discussão sobre o impacto do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) sobre a balança de pagamentos. Para auferir corretamente esses impactos, deve ser observado o grau de controle sobre os fluxos de rendas do capital, além do destino dos investimentos, como destaca Medeiros (2019, p. 77):

Do ponto de vista macroeconômico a contribuição do IDE para o balanço de pagamentos dos PD [países em desenvolvimento] é fortemente dependente da relação entre os fluxos de ingresso de novo capital e o estoque de capital estrangeiro que gera as transferências para os proprietários dos ativos. Como este fluxo segue a taxa de investimento é esta taxa que governa o seu fluxo.

Em relação à direção do balanço de divisas as evidências sugerem (Akyus, 2015) que **o IDE voltado para o mercado interno** (como historicamente no Brasil e presentemente na China e na Índia) **possui um impacto negativo** tendo em vista sua maior propensão a importar; já **o IDE associado à formação de cadeias produtivas** possui um **impacto positivo sobre as exportações líquidas**, entretanto, **não sobre o valor adicionado** associado a estas exportações (grifo nosso).

2.2.3 Geopolítica do desenvolvimento

Conforme vimos até aqui, existe uma tendência à divergência entre as taxas de crescimento e níveis de renda no capitalismo desregulado. Para além do debate estruturalista sobre aspectos da estrutura econômica e em especial os frutos do progresso técnico, entendemos que essa assimetria tem origem na disparidade de poder militar dos países que, inseridos num sistema assimétrico e hierarquizado, usam a força para impor suas vontades sobre os rivais, não apenas de forma indireta, com uso de mecanismos cada vez mais sofisticados de controle, mas também através da dominação direta, através de guerras de conquista, ocupação e colonização. (Fiori, 1997, 1999a; 2014; Medeiros; Serrano, 1999; Tavares; Melin, 1997).

Além disso, apontamos que o desenvolvimento dos países atrasados se deu através de forte atuação estatal em resposta a um padrão de crescimento imposto pela potência hegemônica, que cria às regras do jogo tendo em vista as fraturas geopolíticas e a disputa entre as potências, que condicionam o sucesso ou fracasso desses esforços de desenvolvimento. Nos afastamos nesse sentido do “nacionalismo metodológico” que endogeniza o sucesso das estratégias de desenvolvimento dos países e atribui às políticas econômicas a determinação dos resultados dessas estratégias, sejam estes positivos ou negativos (Fiori, 2014; Medeiros, 2001a, p. 43; Medeiros; Serrano, 1999, 2004). Apoiado na evidência histórica³⁵, José Luís Fiori (2014, p. 37) afirma que:

Nenhum caso de desenvolvimento econômico nacional bem-sucedido consegue ser entendido e explicado isoladamente ou a partir de fatores exclusivamente endógenos. Em todos os países estudados, **o desenvolvimento econômico obedeceu a estratégias e seguiu caminhos que foram desenhados em resposta a grandes desafios sistêmico, de natureza geopolítica** (grifo nosso).

³⁵ Essa pesquisa conta com estudos comparados de desenvolvimento de dezenove países que em algum momento chegaram a ocupar alguma posição de liderança global, ou regionalmente. São eles: Alemanha, Argentina, Brasil, Canadá, China, Coreia, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Inglaterra, Itália, Japão, Noruega, Nova Zelândia, Portugal, Rússia e Suécia (Fiori, 2014, p. 36-39; nota de rodapé 40).

Na 2.2.2 discutimos alguns dos elementos do comércio internacional e do SMI que condicionam a atuação dos países que almejam se desenvolver no século XXI sob a “diplomacia do dólar”. Apesar de a geopolítica aparecer como elemento chave para entender alguns dos movimentos feitos pela potência hegemônica, até agora não nos detivemo-nos numa análise pormenorizada dos elementos que integram essa dimensão, que foge à abordagem estruturalista cepalina, mas está presente na análise de alguns de seus sucessores, nas leituras de Carlos Medeiros e Franklin Serrano (Medeiros, 1999, 2010; Serrano, 2004; Medeiros; Serrano, 1999), mas também nos trabalhos pioneiros de Maria da Conceição Tavares (1985; Tavares; Melin, 1997) e José Luís Fiori (1997, 1999a, 1999b, 2001; 2004, 2014, 2018; Padula; Fiori, 2019).

A princípio, voltemos ao argumento central da restrição externa destacando o papel que a geopolítica exerce sobre as oportunidades de desenvolvimento dos países:

Nossa hipótese central é a de que a amplitude dos espaços e oportunidades para o crescimento desses países em cada período histórico está ligado a dois determinantes fundamentais da natureza da restrição externa por eles enfrentada: i) as características gerais do regime monetário internacional e, em particular a forma pelo qual o país central opera o padrão monetário internacional; ii) **a orientação geopolítica da(s) potência(s) dominante(s)** (Medeiros; Serrano, 1999, p. 120).

Como pôde se observar na 2.1.2, a abordagem estruturalista cepalina ignorou a questão da guerra e a dimensão da geopolítica das grandes potências em sua problematização das relações entre o centro e a periferia. Na sua análise geral, o estruturalismo cepalino apontou a questão da assimetria e da hierarquia do sistema internacional, mas se preocupou apenas com aspectos relativos ao comércio e financiamento externo presente nessas relações de poder, enfatizando a diferença nas estruturas produtivas dos países do centro e da periferia. Conforme aponta José Luís Fiori (2001, p. 46):

A política, o poder e as classes sociais ocupam lugar secundário na leitura histórica dos estruturalistas, de conotação fortemente schumpeteriana, na medida em que a inovação e difusão tecnológica ocupam o lugar central na periodização da história capitalista e na determinação, em última instância, do processo histórico de hierarquização ou dualização do sistema econômico mundial. Como consequência, **tem pouco espaço nas análises estruturalistas a competição entre os Estados e as determinações**

geopolíticas que atuaram favorecendo a supremacia da Inglaterra, e depois dos Estados Unidos, dentro e fora da Europa (grifo nosso).

Incorporamos ao conjunto de críticas necessárias para o avanço da agenda de pesquisa estruturalista a elaboração de uma geopolítica do desenvolvimento, e introduzimos algumas contribuições de grande relevância para este debate, a começar por definições sintéticas e funcionais de geoeconomia e geopolítica, extraídas do trabalho *War by other means: Geoeconomics and statecraft*, de Robert Blackwill e Jennifer Harris (2016). Para os autores (2016, p. 9), geoeconomia pode ser definida como “o uso de instrumentos econômicos para promover e defender interesses nacionais e produzir resultados geopolíticos benéficos, e os efeitos das ações econômicas de outros países sobre os objetivos geopolíticos de um país (tradução nossa)”, enquanto a geopolítica pode ser entendida como “um conjunto de suposições sobre como um Estado exerce poder sobre o território – o que constitui esse poder, e como aumenta e diminui” (Blackwill; Harris, 2016, p. 24; tradução nossa), destacando o fato de que:

[...] em grande parte, a geopolítica tradicionalmente considera, explica e prevê o poder do Estado em relação a uma série de fatores geográficos (território, população, performance econômica, recursos naturais, capacidades militares, etc.). A geoeconomia, em nossa visão, provê uma consideração paralela sobre como o Estado constrói e exerce poder em relação a fatores econômicos, ao invés de geográficos (Blackwill; Harris, 2016, p. 24; tradução nossa).

Acrescentaremos nessa definição a inserção desse processo de acumulação de poder do Estado num sistema internacional assimétrico e hierarquizado, como o que aparece na literatura estruturalista. Por ser tributário tanto do estruturalismo cepalino, quanto do pensamento geopolítico clássico e da corrente realista das Relações Internacionais, Fiori está preocupado fundamentalmente com a dinâmica da acumulação de poder do Estado de um ponto de vista periférico e com os impactos das disputas das grandes potências para a periferia. O programa de pesquisa do Poder Global³⁶ de José Luís Fiori em muito contribui para a abordagem aqui adotada,

³⁶O programa de pesquisa do Poder Global vem sendo desenvolvido pelo professor José Luís Fiori desde a década de 80 e encontra-se sistematizado em sua versão mais sistematizada no *Prefácio* da obra “História, Estratégia e Desenvolvimento” (2014, p. 15-18). Além desta obra, destacamos como referências fundamentais para a perspectiva apresentada, os artigos seminais *Globalização, Hegemonia e Império*, capítulo de “Poder e Dinheiro” (1997); os dois textos do autor presentes em “Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações” (1999); o trabalho *Formação, Expansão e Limites*

fornecendo uma valiosa contribuição para o entendimento das dimensões geopolíticas do desenvolvimento.

No *Prefácio* (Fiori, 2014, p. 17-18), Fiori resume as sete teses teóricas e históricas que englobam desde a visão do autor sobre poder até o desenvolvimento histórico das grandes potências, passando pela história do sistema interestatal capitalista. Segundo essa perspectiva³⁷, de um ponto de vista puramente lógico, o poder é limitado e se expressa através de sua própria disputa num sistema fechado, assimétrico e expansivo, entre no mínimo três unidades que reagem continuamente umas às outras. O poder só pode ser medido de forma relacional e é idêntico a sua própria acumulação. A relação de poder só se rompe através da dominação total e sua expansão é movida por valores próprios (Fiori, 2004, p. 25-28, 2014, p. 18-20). Do ponto de vista histórico, Fiori argumenta que o processo de sedentarização do poder foi responsável por dar início a sucessivas guerras de defesa e de conquista a partir da criação de territórios e delimitação de fronteiras. Junto com a sedentarização e as guerras, a arrecadação de tributos e a necessidade de mobilização de recursos impulsionaram a capacidade dos poderes territoriais de exercerem poder através do aumento da produtividade e desenvolvimento de inovações tecnológicas. Para Fiori, as guerras, diretas ou indiretas, se tornariam um impulso para um ciclo de acumulação de poder que se retroalimenta através da acumulação de capital (Fiori, 2004, p. 21-22; 26-27, 2014, p. 20-21). De acordo com o autor (2014, p. 21):

[...] as guerras acabaram se transformando numa espécie de 'primeiro motor', e num instrumento de poder decisivo para a multiplicação das guerras e dos homens capazes de criar os novos recursos que viriam a financiar as novas guerras, feitas com o objetivo de gerar mais recursos, e assim sucessivamente, engendrando um **mecanismo regular de articulação das guerras com os tributos, com o aumento da produção, com a expansão dos mercados e das trocas e com a evolução de formas primitivas de moeda e de crédito** (grifo nosso).

Esse esquema desenvolvido pelo autor relaciona o processo de acumulação de capital à dinâmica da acumulação de poder, que se realiza através da disputa entre

do Poder Global, capítulo da obra "O Poder Americano" (2004); além de seus trabalhos mais recentes, a *Dialética da Guerra e da Paz*, do livro "Sobre a Guerra" (2018), que aponta alguns desenvolvimentos posteriores do programa de pesquisa, sobretudo no que se refere à relação entre guerra e ética (2018, p. 75); e *A Geopolítica do Desenvolvimento em Petty, Hamilton e List* desenvolvido para a disciplina de Economia Política Internacional do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional e publicado em 2019 na Revista de Economia Política (Padula; Fiori, 2019).

³⁷ Inspirada pelos trabalhos de Charles Tilly, John Herz, Norbert Elias e Nicolau Maquiavel (Fiori, 2004).

unidades territoriais. A guerra ganha um papel de destaque, tanto na sua forma tradicional ou “direta”, de conquista ou defesa, através da ação bélica, quanto em formas alternativas ou “indiretas”, no que acima referimos à geoeconomia. (Blackwill; Harris, 2016, p. 19-21, 23-24, 26-27; Fiori, 2004, p. 20-22, 25-28). Seguindo essa linha de raciocínio é possível notar que apesar da constante transformação dos meios e instrumentos disponíveis aos Estados Nacionais, o uso da geoeconomia sempre fez parte do arsenal estatal percebido pelos autores clássicos da corrente realista das relações internacionais, da geopolítica e até mesmo dos pioneiros da economia política³⁸. O elemento de elo entre todos esses pensadores que vai ser incorporado no pensamento de Fiori é a centralidade do Estado Nacional na análise do sistema e a subordinação da dinâmica do capital à lógica de acumulação de poder, que propõe uma leitura da acumulação de riqueza das nações como uma disputa por poder dentro de um sistema assimétrico, hierarquizado e essencialmente anárquico (Fiori, 2004, p. 20-22; 25-28, 2014, p. 25).

A Europa desempenhou um papel fundamental no salto qualitativo no papel que a guerra tem para o sistema internacional. Nesse processo, Fiori destaca a importância do “cerco” e da “ameaça” dos “bárbaros”, “hereges” e povos islâmicos para a escalada beligerante europeia, destacando a presença islâmica no Mediterrâneo e na Península Ibérica (Fiori, 2004, p. 23, 2014, p. 23). Ademais, o autor frisa o processo de criação de um sistema tributário sustentado pela acumulação de excedente endógeno na Europa a partir dos séculos XV e XVI como responsável pela mudança de patamar da guerra, garantindo aos poderes territoriais a capacidade de financiamento de longo prazo e dando origem ao sistema estatal europeu³⁹, ao capitalismo e às economias nacionais, em discordância com a historiografia economicista. Essa capacidade de articulação que transformaria a guerra na origem e no motor do sistema interestatal para Fiori (Fiori, 2004, p. 21-22, 25-30, 2018, p. 77). Nas palavras do autor (2014, p. 25):

³⁸ Destacamos a presença desse elemento nos trabalhos de William Petty, Alexander Hamilton e George Friedrich List, pioneiros da economia política, tipicamente associados ao pensamento mercantilista ou ao “argumento da indústria nascente”; clássicos da geopolítica como Friedrich Ratzel, Alfred Mahan e Halford Mackinder; e um dos mais proeminentes fundadores da corrente realista das relações internacionais, Edward Carr (Blackwill; Harris, 2016, p. 30-32; Carr, 1939, p. 149, 157-158; Deyon, 1969, p. 14, 22-24, 29-32; Mackinder, 1904, p. 437; Metri, 2017, p. 10-11; Padula; Fiori, 2019).

³⁹ Recorrendo a Tilly, Fiori destaca também o crescimento significativo no número de conflitos e países envolvidos dentro e fora da Europa no mesmo período. Deduz-se dessa lógica que o crescimento da capacidade dos estados europeus de promover a guerra de longo prazo impulsionou a expansão assistida no número de conflitos (Fiori, 2018, p. 89-90).

[...] o sistema interestatal capitalista, criado pelos europeus, não foi apenas o produto da expansão dos mercados ou do capital; foi uma **criação do poder expansivo de alguns Estados europeus que conquistaram e colonizaram o mundo**, durante os cinco séculos que lutaram, entre si, pela conquista e monopolização de posições de poder e de acumulação de riqueza (grifo nosso).

Sendo assim, pode-se sistematizar o esquema analítico da teoria do Poder Global de Fiori como sendo um sistema anárquico, assimétrico e hierarquizado composto de unidades nacionais em constante disputa por poder. A guerra seria a principal forma de movimento do sistema e a percepção de ameaça movimentaria o circuito de acumulação de riqueza, que através do fortalecimento da capacidade do Estado-Nação de fazer a guerra, via tributação, dívida pública, expansão da capacidade industrial, entre outros, retroalimentaria a dinâmica de acumulação de poder. Essa lógica é fomentada pela criação de um sentimento de “nós” em oposição ao “outro” que surge na mesma medida em que se separam conflitos internos e externos; e possui um fim em si mesma. Esse motor de desenvolvimento puxado pela ameaça externa seria o principal impulso, aliado a alguns outros fatores históricos específicos, para o sucesso das grandes potências, historicamente, que se desenvolveram sem exceção em tabuleiros geopolíticos conturbados e traçaram suas estratégias em resposta a grandes desafios geopolíticos (Fiori, 2014, p. 37-38, 2018, p. 75-76).

O quadro formulado por Fiori não apenas é compatível com a visão aqui adotada sobre o sistema internacional, como nos é útil para entender a dinâmica entre geopolítica e o desenvolvimento. Sua visão sobre a interação dinâmica entre a acumulação de poder e riqueza não apenas encontra forte evidência histórica como é consistente com a análise aqui proposta, que entende o desenvolvimento econômico dos países como um processo histórica e geograficamente localizado, que se compreende em termos relativos, tanto quando se aponta a questão do atraso da estrutura socioeconômica dos países quanto quando se destaca o imbricamento entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento.

Ao analisar as condições sob as quais os países atrasados se desenvolvem, entender como se dá a inserção dos países periféricos na geoestratégia das grandes potências oferece uma perspectiva sobre as possibilidades de ação concreta e os desafios geoestratégicos que condicionam essas ações, em função não apenas das

características estruturais das economias desses países, mas também de seu território. É importante destacar o papel que os tabuleiros geopolíticos fragmentados desempenham nas possibilidades de desenvolvimento aos países. De acordo com Fiori (2014, p. 38):

Todos esses países vitoriosos⁴⁰ se formaram e se desenvolveram dentro de **tabuleiros geopolíticos altamente competitivos**, por isso compartilharam, ao longo da história, de um **sentimento constante de cerco e de ameaça externa**, de invasão ou de fragmentação de seus territórios por parte de outros países que foram ou também se transformaram em grandes potências. Isso explica a centralidade da preocupação que manifestam com relação à própria defesa, e também sua **permanente preparação para a guerra** – uma guerra futura, virtual (grifo nosso).

Na mesma linha, Maria da Conceição Tavares (Tavares; Melin, 1997, p. 56) argumenta que:

Do ponto de vista geopolítico, a partir da derrota da ex-URSS e do desmonte da velha 'ordem bipolar', criou-se uma situação de instabilidade estrutural em que **a tendência a uma hierarquização do poder político internacional centralizado na potência hegemônica [...] limita decisivamente a eficácia dos Estados Nacionais como agentes de poder soberano**, comprometendo, inclusive, sua capacidade de regulação econômica e proteção social. [...] Tais efeitos perniciosos decorrem em larga medida das políticas de ajuste neoliberal e são atualmente observáveis em países do Primeiro, Segundo e Terceiro Mundos (grifo nosso).

A hegemonia incontestada, como a dos Estados Unidos desde o fim da Guerra Fria e da União Soviética, é prejudicial ao desenvolvimento dos países (Fiori, 1999a, 2014; Tavares; Melin, 1997, p. 56). Essa análise, portanto, também é compatível com a abordagem aqui apresentada sobre a trajetória histórica das teorias do desenvolvimento, formuladas em grande parte dentro de organismos internacionais que tinham como missão levar o progresso aos países do lado capitalista do conflito (Bastos; Britto, 2010; Fiori, 1999a). Além disso, momentos de acirramento são propícios para a aceleração do progresso técnico nos países beligerantes, considerando o potencial inovador dos complexos militares e seus efeitos de transbordamento para o setor civil (Medeiros, 2004, p. 240, 2019, p. 75). De acordo com Medeiros (2004, p. 225-226):

[...] as **inovações básicas que conformaram a tecnologia moderna americana** depois da II Guerra Mundial (e rapidamente difundiu-se pelo

⁴⁰ Referente aos estudos citados na nota de rodapé acima (35).

mundo como o avião a jato, o transistor, as fibras óticas, a energia nuclear, o computador, a internet) **foram concebidas, desenvolvidas e dirigidas como um empreendimento militar** (Roe Smith, 1985). O 'complexo-militar-industrial-acadêmico' criou, nos EUA, um abrangente processo de inovação liderado pelos descobrimentos científicos, voltado simultaneamente, para vencer a Guerra Fria com a União Soviética e impulsionar a fronteira da ciência de forma a consolidar a liderança tecnológica americana no mundo (grifo nosso).

A estrutura produtiva do país, além do contexto histórico e o tabuleiro geopolítico no qual se insere, condicionam as possibilidades de ação do Estado e dão origem a diferentes estratégias. Nas palavras de Medeiros e Serrano (2001, p. 111):

As diferenças entre as políticas específicas aplicadas, e em particular o quanto e como cada país se concentrou mais na promoção de exportações ou na substituição de importações em determinado período, na realidade devem-se muito mais às características da estrutura produtiva e ao contexto histórico (econômico e também geopolítico) em que estes países estavam inseridos.

Em sintonia com a perspectiva de Fiori, Medeiros (2019, p. 75) faz referência ao papel que a guerra tem em catalisar o desenvolvimento industrial e tecnológico, funcionando como um potente incentivo à superação do atraso e à busca pela “igualdade de força” entre os países:

Sobre este aspecto a guerra e a posição geopolítica dos países (após a II GM) foi um 'primum mobile' para a política deliberada de desenvolvimento e para as exportações industriais dos países do Sudeste da Ásia como Japão, Coreia do Sul e Taiwan. Para Rússia, China, Vietnã, Índia, Israel **não apenas a guerra ou a ameaça de guerra foram agentes catalisadores para a industrialização, mas as capacitações técnicas emanadas de seus complexos industrial-militar foram fatores propulsores para a indústria moderna** como na aeronáutica e no setor de bens de capital (grifo nosso).

Além disso, em trabalhos mais recentes, Fiori faz referências aos “aforismos dialéticos” de Heráclito de Éfeso ao tentar entender a importância da guerra e interpreta o fenômeno como origem da hierarquia e das relações de poder, como força que move as relações sociais e como elemento originário da justiça e da ética. Segundo o autor, em algum momento do processo evolucionário do homo sapiens, grupos nômades de caçadores e coletores começaram a separar “conflitos internos” e “conflitos externos” criando uma forma primitiva de guerra, fenômeno este que só viria a surgir como forma estratégica, regular e organizada de violência intersocietária após a sedentarização dos poderes territoriais e surgimento das primeiras grandes

civilizações. No entanto, o elemento fundamental que o autor interpreta desse processo é a constituição de uma identidade social interna a partir da negação. A criação do “nós” aparece simultaneamente ao surgimento do “outro” e a guerra se torna um elemento fundamental para a sustentação dessa identidade (Fiori, 2018, p. 75-76). Assim, a perspectiva do Poder Global conecta a dinâmica interna de conflitos com a guerra e a geopolítica, como argumenta Medeiros (2019, p. 75, nota de rodapé 4):

Do nosso ponto de vista as características de organização e de poder observadas em determinados estados desenvolvimentistas foram fortemente **condicionadas por processos revolucionários ou pela guerra** gerando **condições especiais de poder** favorecendo o capital produtivo e o desenvolvimento nacional **submetendo outras frações de interesses**” (grifo nosso).

O papel desempenhado pela “percepção de ameaça” e pelo “cerco” na obra de Fiori nos dá alguns elementos de análise da conformação de alianças internas no interior dos estados nacionais. Apoiados na visão de autores pioneiros da Economia Política Clássica, Raphael Padula e José Luís Fiori (2019, p. 238) conectam a percepção da ameaça externa à segurança e defesa com a coesão social interna em face ao caráter essencialmente seletivo das políticas necessárias à promoção do desenvolvimento:

[...] é a partir da identificação da existência de ameaças externas que os autores vão justificar a necessidade de políticas que direcionem as atividades produtivas e a geração de renda para determinados setores econômicos e grupos que consideram estratégicos e mais relevantes, com o objetivo de manter e aumentar cada vez mais a coesão social interna de suas sociedades, sobretudo com relação aos seus desafios externos.

Apoiado nas evidências históricas do desenvolvimento econômico de países atrasados, é necessário reafirmar que: as experiências bem-sucedidas se deram em contextos geopolíticos favoráveis, em países que se aproveitaram das disputas entre as grandes potências para se desenvolver; e o cerco e a ameaça desempenharam um papel fundamental para a criação de coalizões internas favoráveis ao desenvolvimento. Por fim, nos resta discutir que tipos de alianças são essa e alguns elementos de sua formação, de um ponto de vista não apenas histórico, mas também teórico, que seja compatível com a visão até aqui apresentada sobre desenvolvimento econômico e sua relação com o Estado e seus conflitos externos.

2.2.4 Conformação do Estado para o desenvolvimento.

Na 2.1 deste capítulo observamos que, historicamente, a trajetória de desenvolvimento econômico depende da adoção de conjuntos de políticas econômicas “desenvolvimentistas” (tanto industriais, quanto comerciais, além do regime macroeconômico). Na 2.2.1, argumentamos que o desenvolvimento está sujeito à “restrição interna”, e que essas políticas devem fortalecer a dinâmica interna de acumulação de capital. Na 2.2.2, argumentamos que a adoção destas políticas está condicionada à inserção externa do país no SMI e no comércio exterior num contexto de fragmentação produtiva em Cadeias Globais de Valor. Na 2.2.3, defendemos que estas dinâmicas estão sujeitas aos movimentos de disputa das grandes potências e respondem a desafios geoestratégicos que destes emergem. Para sistematizar a presente abordagem sobre o desenvolvimento econômico, nos falta explicitar quais são os fatores que levam à formação de um Estado desenvolvimentista num determinado país; isto é, quais são os elementos das disputas entre frações internas do poder nacional que conformam o estado. Ao investigar os conflitos por poder entre os grupos que compõe o Estado, podemos entender que tipos de alianças se formam e que políticas emergem desses grupos vitoriosos.

Portanto, pretendemos avançar em relação a perspectiva estruturalista de Estado que, por mais que entenda sua necessidade ao processo de acumulação de capital, passa ao largo do debate sobre como e em que condições se forma esse Estado desenvolvimentista. Resgatando a contribuição crítica de Fiori (1999a, p. 26) ao estruturalismo latino-americano:

[...] apesar de todos os projetos desenvolvimentistas [...] partirem da **defesa explícita de um Estado forte, intervencionista e protecionista**, e de, além disso, a escola estruturalista inovar teoricamente ao partir de uma visão crítica da estrutura global e hierárquica do sistema capitalista internacional. [...] o “Estado” dos desenvolvimentistas foi sempre uma abstração que ora aparecia como uma construção ideológica idealizada, ora era transformado pela teoria ‘numa dedução lógica ou num mero ente epistemológico requerido pela estratégia de industrialização, sem que tomasse em conta a **natureza das coalizões de poder em que se sustentava**’ (grifo nosso).

E ainda (2001, p. 47):

O estruturalismo, em geral, **não enfrentou o problema do ‘interesse de classe’ do empresariado ou da burguesia** latino-americana. Em princípio, a maior parte dos estruturalistas parece haver suposto em suas análises e propostas político-econômicas um comportamento empresarial clássico ou europeu, e por isso também **acreditou numa vontade coletiva nacional**, capaz de se impor, por cima das **divergência entre as classes sociais e das alianças supranacionais do empresariado** latino-americano (grifo nosso).

Nos aproximamos de uma abordagem que entende o Estado como um ente imerso na sociedade e produto não apenas das disputas por poder no sistema internacional como também de classes. Conforme destacado por José Luís Fiori, os conflitos externos têm peso significativo na formação das alianças vitoriosas nesses processos de disputa internos: Através do papel que o “cerco” e a “percepção de ameaça” tem sobre a coesão interna de um país, como vimos na 2.2.3; mas também, ao estabelecer as regras do jogo do sistema capitalista no que se refere ao papel do Estado e às instituições, além da matriz ideológica hegemônica, que em diferentes regiões e em tempos históricos distintos, ditam os trilhos sobre os quais os países podem ou não caminhar. No caso da periferia esse peso parece ser ainda maior pela forma como as classes dominantes da periferia parecem se alinhar com as burguesias do centro, até mesmo para garantir seus próprios interesses.

O Estado em geral toma o centro da pesquisa dos analistas que entendem a reprodução do sistema capitalista como um processo que não se realiza exclusivamente numa dimensão econômica ou de forma espontânea. Além disso, sua análise é imprescindível para entender que essa reprodução se realiza a nível mundial. Independente do papel que o Estado tem, partimos da ideia de que esse Estado é necessário no curso da acumulação de capital, mesmo não corrigindo as contradições inerentes ao modo de produção, ou corrigindo-as parcialmente. Isto é, não existe capitalismo sem Estado, e não se pode entender o Estado no capitalismo como uma dimensão separada do mercado, de forma que não pretendemos naturalizar a separação institucional entre política e econômica ou a separação jurídica entre público e privado, que tomam formas distintas de país para país e em diferentes tempos históricos (Fiori, 2001, p. 42; Jessop, 2002, p. 37; Nogueira, 2018, p. 3; Sader, 2005, p. 22-23). Assim, entendemos que, as teorias críticas de origem gramsciana contribuem para uma complexificação do entendimento da relação Estado-sociedade que é compatível com a abordagem estruturalista crítica aqui apresentada, não só em relação ao processo de desenvolvimento econômico na visão

estruturalista, como no que se refere ao funcionamento de economias capitalistas na visão *sraffiana*, e à dinâmica de acumulação de poder na teoria do Poder Global⁴¹ (Cox, 1981, p. 134-135; Jessop, 2002, p. 12-13, 18; Panitch; Gindin, 2012; Nogueira, 2018, p. 4-5).

Para a abordagem marxista convencional, as relações sociais de produção e a centralização dos meios de produção representariam a sedimentação da dominação política da burguesia sobre a classe trabalhadora, mascarando as relações de poder político que se estabelecem no modo de produção capitalista. Nessa perspectiva o Estado seria um instrumento de dominação, utilizado pela classe dominante para garantir a estabilidade da estrutura de classes vigente, e o capital, cada vez mais concentrado, seria a fonte mais importante de poder na sociedade capitalista (Barrow, 1993, p. 13-16, 24-26; Medeiros, 2001a, p. 56; Osório, 2018, p. 41-50). O papel do Estado seria o de garantir as condições através das quais a burguesia estabeleceria o seu domínio e impulsionaria o processo de acumulação capitalista. Em sua obra *Critical Studies of the State: Marxist, Neomarxist, Postmarxist*, Clyde W. Barrow (1993, p. 13) evidencia essa abordagem, à qual ele chama de instrumentalista, através da sintética definição do historiador marxista Paul Sweezy:

A afirmação mais sucinta da teoria instrumentalista (do Estado) é a afirmação de Paul Sweezy de que o Estado é 'um instrumento nas mãos da classe dominante para reforçar e garantir a estabilidade da estrutura de classes em si'. A tese básica da abordagem instrumentalista é que os capitalistas modernos são capazes de formular políticas públicas que representem seus interesses de classe de longo prazo e garantir a adoção, implementação e vigência dessas políticas através das instituições de estado" (tradução nossa).

Em sua análise da Economia Política do Estado na perspectiva de Marx, Carlos Medeiros (2001, p. 56) também observa um viés instrumentalista na visão do autor:

As relações sociais de produção cristalizavam, deste modo, as relações de poder garantidas e sustentadas no plano político pelo Estado. A separação

⁴¹ Um exemplo significativo do diálogo entre as abordagens aqui apresentadas se encontra ao longo da obra de Carlos Medeiros, que percorre um caminho teórico fortemente influenciado pela literatura de inspiração gramsciana e pela abordagem estruturalista (Medeiros, 2001a, 2001b, 2010, 2011, 2013a, 2013b, 2019; Medeiros; Serrano, 2001), além de ser um expoente tanto da abordagem clássica do excedente em sua vertente *sraffiana* (Medeiros, 2001a; Medeiros; Serrano, 2001, 2004, 2010, 2019), quanto da geopolítica do desenvolvimento na perspectiva do Poder Global (Medeiros, 1999, 2001a, 2019; Medeiros; Serrano, 1999). As contribuições críticas ao estruturalismo latino-americano sustentadas por José Luís Fiori em sua trajetória acadêmica também evidenciam algumas convergências entre a Economia Política Clássica, a geopolítica do Poder Global, a abordagem estruturalista e as perspectivas críticas de Estado (Fiori, 1999a, 2001, 2014; Padula; Fiori, 2019).

entre economia e política ocorria na medida em que **a economia continha e “escondia” a relação de poder fundamental construída nas empresas em torno da produção e distribuição do excedente social**. A transformação das relações sociais em relações mercantis — e, em particular, a forma mercadoria que assumia a força de trabalho — iludia a natureza fundamental das relações de poder (grifo nosso).

Uma vez garantidas essas condições, a dinâmica de acumulação se daria no âmbito privado e impulsionado pela concorrência, além de ser autossuficiente (da atuação do Estado) e se reproduzir de forma espontânea (Jessop, 2002, p. 23-24; Medeiros, 2001a, p. 56-57; Nogueira, 2018, p. 6). Dessa forma, a atuação do Estado na economia faria parte de uma fase do desenvolvimento do capitalismo e o processo de acumulação de poder estaria subordinado à lógica de acumulação de riqueza (Medeiros, 2001a, p. 66). A fraqueza desse argumento é um dos pontos centrais da análise crítica de Bob Jessop (2002, p. 23) sobre o que ele chamou de Marxismo “Ortodoxo”:

Muitos Marxistas ortodoxos argumentaram para a determinação do econômico sobre o extra econômico, em última instância. [...] Há pouco mérito nesse argumento e, de fato, mesmo numa inspeção causal é incorreto. As relações sociais de produção só poderiam desempenhar esse papel de determinação em duas condições: (1) se elas fossem autossuficientes e se reproduzissem por si mesmas, operando portanto como uma causa sem causas; e (2) se houvesse uma correspondência necessária entre a economia, outras instituições e o Mundo da Vida (tradução nossa).

Carlos Medeiros (2001a, p. 66) ainda chama a atenção para como a visão reducionista de que a atuação do Estado na economia estaria presente na obra de Marx, como também no pensamento liberal:

Além dessa ilegítima simplificação, ocorreu um tipo de reducionismo incorrido não apenas pelos autores liberais, mas, conforme antes analisado, pelo próprio Marx: **a associação da necessidade da intervenção do Estado na economia a uma fase histórica, a que antecede o próprio capitalismo** (grifo nosso).

Em sua crítica da “utopia liberal”⁴², José Luís Fiori (1999a, p. 15) reforça essa crítica ao comparar as visões de Adam Smith e Karl Marx sobre o avanço das forças

⁴² A crítica de Fiori vai numa direção muito próxima da de Gramsci: “como na realidade efetiva sociedade civil e Estado se identificam, é necessário fixar que mesmo o liberalismo é uma “regulamentação” de caráter estatal, introduzido e mantido por via legislativa e pela coação: é um ato de vontade consciente dos próprios objetivos e não a expressão espontânea, automática do fato econômico. Por isso, o liberalismo é um programa político destinado a mudar, quando triunfa, o pessoal

produtivas e sua relação com o desaparecimento não apenas do Estado, como das próprias fronteiras nacionais:

De David Hume a Karl Marx, todos os autores clássicos, entre o fim do século XVIII e meados do século XIX, atacaram sistematicamente as políticas e os sistemas mercantilistas e acreditaram de uma forma ou de outra na **necessidade ou inevitabilidade do desaparecimento dos Estados territoriais**. Não é difícil, por outro lado, localizar na obra de Adam Smith, como na de Karl Marx, a previsão comum de que a expansão dos mercados ou o desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo industrial promoveria, **no longo prazo e por si só, a inevitável universalização da riqueza capitalista** (grifo nosso).

Em outro trabalho na mesma obra, Fiori (1999b, p. 50-51) resgata as similaridades entre a endogenia e autossuficiência do processo de acumulação capitalista na visão de Marx, comparando-o mais uma vez com os pensadores liberais:

A própria ‘crítica da economia política’ de Marx manteve-se fiel ao antimercantilismo de sua época. Sua teoria do Capital foi ainda mais radical no processo analítico de ‘despolitização’ do sistema econômico e da dinâmica capitalista. Nem sua teoria da acumulação, nem seus esquemas de reprodução ampliada, ‘endogenizam’ o papel do poder político na ruptura da ‘reprodução simples’.

O principal elemento dessa perspectiva que pretendemos destacar pode ser encontrado em diversas correntes teóricas e análises históricas: *como o Estado utilizou seu poder político, militar e econômico para criar e defender posições privilegiadas, e conquistar novos mercados para sua burguesia nacional*.

De acordo com esta abordagem, as contradições entre os interesses privados e públicos não se resolveriam no âmbito do Estado, uma vez que este é um reflexo da sociedade hierarquizada em classes. Sendo assim, a noção de “bem comum” não seria possível de ser atingida, uma vez que o Estado age em prol das classes que nele estão representados (isto é, as classes dominantes). Nesse sentido, os interesses da classe dominante são universalizados para o conjunto da sociedade através da criação de um “interesse geral ilusório” que se torna hegemônico nas instituições do Estado. Historicamente, essa relação “virtuosa” entre poder político e econômico, entre Estado e mercado, parece ter sido necessária para o sucesso de diferentes estratégias de desenvolvimento econômico no mundo. Não se trata de

dirigente de um Estado e o programa econômico do próprio Estado, ou seja, mudar a distribuição de renda nacional” (Sader, 2005, p. 23).

“coibir” ou “permitir” o mercado, mas de impor um *regime de acumulação* promovido pelo Estado, cujos fins *não se bastam na acumulação de capital*, mas encontram uma *lógica de poder estatal* que supera o cálculo econômico dos agentes privados (Jessop, 2002, p. 30; Medeiros, 2001a, p. 59-60; Nogueira, 2018, p. 3; Sader, 2005, p. 22-23).

Esse raciocínio fica evidente na análise da política industrial seletiva e seu impacto no desenvolvimento econômico na visão de Carlos Medeiros (2019, p. 75), segundo o qual o sucesso desta universalização de interesses particulares está na chave do entendimento do desenvolvimento:

Tendo em vista a natureza intrinsecamente política da política industrial, discriminando setores e atividades e definindo vencedores e perdedores (Chang & Andreoni, 2016), esta só se afirmou nos países em que **os grupos industriais articulados com as burocracias civis e militares reuniram suficiente poder político neutralizando o poder de veto das demais frações de interesses dos grupos dominantes** (Hirschman, 1968) (grifo nosso).

Ainda em sintonia com a abordagem da economia política clássica⁴³, Isabela Nogueira (2018, p. 3) destaca que, não apenas o processo de acumulação de capital no sistema capitalista depende do Estado, como também o próprio Estado capitalista depende da acumulação para sua reprodução e funcionamento:

Na ponta contrária, também **o Estado capitalista depende da acumulação de capital para seu funcionamento e legitimidade**, seja de maneira mecânica, por meio da arrecadação de impostos, ou da relação mais abstrata entre acúmulo de riqueza e aumento da capacidade de poder da nação. De maneira genérica, a competição capitalista contínua, o conflito de classe, as forças internacionais e as contradições geradas não apenas são determinadas pelas ações dos Estados capitalistas, mas também as determinam (grifo nosso).

Na tentativa de superar a perspectiva economicista que domina o entendimento do Estado na abordagem marxista tradicional, Antonio Gramsci descreve um Estado que não é apenas um representante direto das frações dominantes do poder econômico, e cuja ação não pode ser reduzida ao processo de acumulação de capital. (Cox, 1981; Medeiros, 2001a). Portanto, se trata de não assumir a existência de um automatismo na convergência de interesses entre a acumulação de poder político do

⁴³ Ressalto a visão simbiótica entre acumulação de poder do estado e de riqueza das nações nos pioneiros da economia política clássica (Padula; Fiori, 2019). É interessante destacar também a congruência desse pensamento com a visão de capitalismo e de Estado de Fernand Braudel: “o capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando é o Estado” (BRAUDEL, 1996 *apud* Fiori, 2001, p. 53).

Estado e a acumulação de riqueza das classes dominantes, pelo contrário: a *tensão constante entre esses interesses* seria responsável por *transformações nas estratégias de desenvolvimento* dos países, enquanto a *convergência*, quando existente, formaria a *coalizão responsável pelo estabelecimento de um projeto hegemônico de poder* associado a uma determinada *estratégia de acumulação*. Segundo essa perspectiva o Estado reflete as tensões sociais e os conflitos por poder internos (e externos) de um país (Cox, 1981, p. 134-135; Fiori, 1997, p. 96-97; 2014, p. 35-36; Jessop, 2002, p. 28-30, 36-42; Medeiros, 2011; Nogueira, 2018, p. 3).

O contexto internacional, mais uma vez, aparece como um condicionante ao sucesso das coalizões formadas no seio do Estado, como argumenta Fiori (1999a, p. 35-36) em sua análise do processo de transição democrática brasileira no final dos anos 1980:

[...] o aprofundamento da crítica teórica do próprio Estado desenvolvimentista brasileiro levava à conclusão de que as reformas e o enfrentamento conjunto da crise da dívida externa e do **novo contexto econômico internacional** requeriam uma mudança radical das bases de sustentação política do projeto desenvolvimentista do país. Seria essencial uma **nova coalizão de poder** capaz de redesenhar o projeto nacional com base noutro conjunto de valores, hierarquizados a partir das necessidades da população e de uma inserção soberana na **nova onda globalizante da economia capitalista**. Essas ideias e projetos foram derrotados politicamente em 1990, dando lugar no plano teórico à **hegemonia da crítica neoliberal do ‘desenvolvimentismo’** (grifo nosso).

E prossegue (p. 36):

[...] ideias que já vinham sendo difundidas, durante toda a década de 80, pela equipe econômica do Banco Mundial, [...] entre nós elas se transformaram na argamassa ideológica que ajudou a **‘recolar’ a velha coalizão de poder** autoritária e anti-social, conectando-as com as ideias e o poder **articulados internacionalmente em torno ao Consenso de Washington**” (grifo nosso).

Além do conflito de classe estabelecido entre proprietários dos meios de produção e trabalhadores, a interpretação do Estado aqui defendida parte do princípio de que existem fraturas nos interesses das classes. Não há, necessariamente, como sugere a teoria marxista tradicional, uma classe capitalista “para si”⁴⁴ (Barrow, 1993;

⁴⁴ O debate sobre a separação entre o pertencimento de classe (classe “em si”) e a ação política concreta de classe (classe “para si”) permeia os estudos marxistas do debate da transição de um sistema capitalista para o socialismo. Num raciocínio análogo, a teoria marxiana aqui apresentada também se debruçou sobre o debate entre a unidade da classe capitalista, procurando entender se a burguesia age de forma coesa. Segundo Robert Jessop (2002, p. 31): “Certamente não existe uma correspondência unívoca entre o pertencimento de classe e o real impacto de classe de um particular

Cox, 1981; Fiori, 1997; Jessop, 2002; Medeiros, 2001a). Segundo a perspectiva gramsciana o que há na prática são frações da burguesia, agindo segundo seus próprios interesses, por vezes conflitante, em busca de poder, e disputando entre si o projeto de acumulação de capital que se tornará hegemônico num determinado país, bem como o controle do Estado, essencial para o estabelecimento do arcabouço institucional necessário ao funcionamento e reprodução dessa hegemonia (Jessop, 2002, p. 28-32; Carroll, 2010; Cox, 1981; Panitch; Gindin, 2012).

Dessa forma, para a estratégia de acumulação encabeçada por uma determinada fração do poder econômico ser vitoriosa, é preciso criar uma convergência de interesses que garanta coesão social, seja através da concessão de vantagens para a formação de uma aliança, seja pela universalização do interesse dessa fração para o resto da sociedade. Esse projeto de acumulação cria formas particulares de relação institucional entre o Estado e o mercado, marginalizando outras estratégias e instituições, e estabelecendo sua hegemonia. Nesse sentido, o Estado é produto da luta de classes e das disputas internacionais na qual está inserido na mesma medida em que é agente ativo no movimento das forças sociais que o condicionam (Cox, 1981; Jessop, 2002; Panitch; Gindin, 2012; Nogueira, 2018, p. 3).

Segundo essa interpretação, o exercício de poder de um Estado é sempre estrategicamente seletivo e mediado através de instituições que, por sua vez, também são um reflexo da sociedade e de sua correlação de forças (Barrow, 1993, p. 13-15; Jessop, 2002, p. 40; Medeiros, 2010, 2011, 2019). O processo histórico responsável pela criação das instituições (formais e informais) que articulam a relação entre Estados e mercados é, acima de tudo, um fenômeno social, fruto tanto da concorrência econômica pela riqueza quanto do conflito por poder político. Seu desenvolvimento dá origem a variações de capitalismo nos países, não bastando em sua análise um determinismo da esfera da produção, como apresenta a abordagem marxista tradicional (Medeiros, 2001a, p. 70-71; Jessop, 2002, p. 23-24). Carlos Medeiros (2001a, p. 71) enfatiza a miopia do economicismo em observar as características que resultam no surgimento dessas instituições:

movimento social ou forma de conflito" (tradução nossa). Enquanto isso, Clyde Barrow (1993, p. 18) em sua leitura das teorias marxistas do Estado aponta que "as elites corporativas são inerentemente incapazes de se organizar enquanto classe" (tradução nossa). Entretanto, alguns autores argumentam que frações organizadas da burguesia são capazes de deixar de lado disputas fratricidas pelo capital para engendrar projetos hegemônicos coesos nacionais e até mesmo transnacionais (Carroll, 2010, p. 226-227).

A modelação do comportamento, a aceitação de normas, a formação da personalidade, enfim, o processo civilizatório que os economistas percebem apenas funcionalmente é um **longo processo não redutível a uma razão econômica**, mas a um conjunto de circunstâncias historicamente específicas. Formam-se assim distintas variedades e estilos nacionais de capitalismo. **As instituições que emergem desse processo não são nem racionais nem irracionais, eficientes ou ineficientes; são sociais** (grifo nosso).

A tentativa de reduzir esse processo a motivações econômicas ou mesmo políticas racionalizáveis ou naturais ignora a forma contraditória através do qual são criadas essas relações, bem como a incompletude e dependência do regime de acumulação capitalista de fatores externos, como o modo de regulação, núcleo de instituições sociais que sustentam e asseguram o regime (Medeiros, 2001a, p. 70-71; Jessop, 2002, p. 23-24; Osório, 2018, p. 29-32; Nogueira *et al*, 2019).

Dessa forma, quando buscamos semelhanças nos processos de desenvolvimento dos países não estamos querendo reduzi-los a uma trajetória única, ou a um determinado tipo de relação Estado e mercado. Na história do capitalismo, as formas de interação sobre as quais se construíram essas relações foram diversas, e suas trajetórias indefinidas. O ponto em comum entre essas análises, contudo, é que, reservadas suas diferenças, a acumulação de capital é incompleta e impossível sem a atuação do Estado, seja para engendrar o processo de acumulação de capital, seja para amenizar as contradições inerentes ao modo de produção capitalista e garantir alguma coesão social⁴⁵, seja para comandar a tendência de expansão do capital para além das fronteiras nacionais (Jessop, 2002, p. 18-22; Carroll, 2010; Panitch; Gindin, 2012; Osório, 2018, p. 25-27; Nogueira, 2018, p. 3; Nogueira *et al*, 2019).

Ao descrever as estratégias de desenvolvimento econômico nacionais bem-sucedidas, José Luís Fiori (2014, p. 37-38) aponta para a fugacidade das coalizões vitoriosas nos dezenove casos de desenvolvimento nacional estudados pelo programa

⁴⁵ De acordo com Gramsci: “A existência da hegemonia pressupõe, indubitavelmente, que os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais ela será exercida sejam levados em consideração, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa” (Sader, 2005, p. 24).

de pesquisa do Poder Global, se aproximando da visão de Gramsci sobre as representações dos interesses das classes dominantes no aparelho do Estado⁴⁶:

Independentemente de quais fossem as coalizões de interesse, de classe ou de governo, em todos esses países **em algum momento formou-se um bloco de poder que respondeu** da mesma forma a esses desafios externos, **por meio de estratégias ofensivas e de políticas de fortalecimento econômico** sustentadas por longos períodos. No entanto, **não se consegue identificar nenhuma coalizão específica de classes cujos interesses apontem sempre e necessariamente na direção de um projeto expansivo ou desenvolvimentista** (grifo nosso).

Além do sucesso parcial das economias ascendentes na “era de ouro” do capitalismo em meio à Guerra Fria, outro exemplo dessa relação “virtuosa” está no casamento entre a projeção de poder dos Estados nacionais e a difusão das empresas transnacionais que, ao perseguir o lucro em territórios que ultrapassam as barreiras nacionais, transferem renda para o seu país de origem, exportando os efeitos multiplicadores de seu processo produtivo e aumentando a arrecadação do Estado⁴⁷ (Fiori, 2014; Panitch; Gindin, 2012). Esse processo é ainda mais claro hoje com a fragmentação produtiva e a formação de CVGs cada vez mais integradas e complexas, nas quais a maior parte da agregação de valor, além do controle das cadeias se dá nos países centrais, enquanto aos países periféricos sobram etapas de menor agregação de valor desse processo⁴⁸. Por sua vez, os Estados capitalistas são cada vez mais dependentes do sucesso de suas estratégias de acumulação, e a penetração de suas empresas transnacionais reflete em alguma medida o poder de

⁴⁶ Afirma Gramsci: “têm os grandes industriais um partido político próprio e permanente? A resposta, me parece, deve ser negativa. **Os grandes industriais se servem, segundo a ocasião, de todos os partidos existentes**, mas não têm partido próprio. No entanto, eles não são de modo algum ‘agnósticos’ ou ‘apolíticos’: seu interesse é um determinado equilíbrio que eles mantêm reforçando, segundo a ocasião, este ou aquele partido do variado xadrez político com os meios de que dispõem” (Sader, 2005, p. 18; grifo nosso).

⁴⁷ Aqui estamos assumindo implicitamente que o processo de globalização é promovido ativamente pelos Estados capitalistas e tem como objetivo e consequência o fortalecimento dos Estados do centro que o promovem. Para um debate sobre o fortalecimento ou enfraquecimento do poder do Estado no processo de globalização e surgimento de uma classe transnacional capitalista, ver Caroll, 2010 e Panitch; Gindin, 2012.

⁴⁸ Braga e Cintra ressaltam essa movimento no caso dos Estados Unidos: “O poder financeiro e produtivo articulados impulsionou o investimento direto estrangeiro de suas corporações, seja na fase em que se reproduziam (ao menos parcialmente) os sistemas industriais existentes nos países desenvolvidos nos países periféricos, fase das industrializações tardias, como as latino-americanas; seja no período recente em que o padrão de ação produtiva internacional dessas corporações pende para o chamado *outsourcing* com perfil *pro-trade*. Foram investir no exterior e ao mesmo tempo receberam investimentos estrangeiros diretos beneficiando-se duplamente e sem “ameaças” ao controle decisório dos processos econômicos (Teixeira, 1999)” (Braga; Cintra, 2004, p. 256).

seus Estados⁴⁹. Cabe aos mesmos a defesa das posições privilegiadas dessas empresas através de sua atuação econômica, político-diplomática e militar (Caroll, 2010; Panitch; Gindin, 2012; Nogueira, 2018; Osório, 2018).

Sendo assim, interpretamos que o Estado é um ente complexo, imerso nos conflitos sociais internos à sociedade, e que, através das suas atribuições institucionais tem a capacidade de promover a acumulação de capital e influenciar de forma decisiva no conflito distributivo. Como vimos na seção anterior, o Estado se insere também em conflitos externos, que influenciam a atuação deste. Por um lado, ao estabelecer o paradigma institucional e geopolítico sobre o qual se configuram as alianças que participam do processo de disputa política do aparato estatal. Por outro lado, ao definir o grau da restrição externa ao processo de acumulação de capital no país.

2.3 DESENVOLVIMENTO E INDICADORES NUMA ABORDAGEM ESTRUTURALISTA CRÍTICA.

A DESENVOLVIMENTO, ABORDAGEM ESTRUTURALISTA E CRÍTICAS PARA A COMPREENSÃO DA NOVA ROTA DA SEDA sobre o desenvolvimento o compreende como um *processo de crescimento com progressiva transformação da estrutura socioeconômica do país em direção a etapas mais intensivas em tecnologia, resultado de um contexto geopolítico favorável e políticas implantadas por um Estado dominado por uma hegemonia do projeto desenvolvimentista*. Nessa seção apresentaremos um conjunto de indicadores compatíveis com a análise aqui proposta que possa fornecer ferramentas capazes de interpretar o desenvolvimento de países periféricos no que se refere a seu desempenho econômico, sua estrutura produtiva, a sustentabilidade de seu crescimento, sua inserção externa, sua posição geopolítica, sua coesão interna e poder do Estado.

⁴⁹ Não desprezamos o imperativo à expansão do capital ou os efeitos da globalização do modo de produção capitalista sobre a criação de uma classe transnacional capitalista. Apenas buscamos reconhecer que esta faz parte de uma fração poderosa da classe dominante que disputa o projeto de acumulação hegemônico em seus países de origem, que uma vez vitoriosa submete a lógica do regime de acumulação nacional aos interesses de grupos ligados à economia global. Por um lado, é verdade que as condições para a criação de uma burguesia “cosmopolita” sejam mais concretas no mundo de hoje, com a integração nos mundos financeiro e corporativo. Por outro lado, o capital é disputado em unidades fragmentadas e separado pelas fronteiras nacionais, o que enfraquece as tendências à união de uma classe transnacional. Em outras palavras, a globalização tem a capacidade de transformar os territórios, mas talvez não seja forte o suficiente para superá-los (Caroll, 2010; PANITCH; GINDIN, 2012).

O objetivo dessa seção é sistematizar os elementos qualitativos e quantitativos que consideramos importantes, quando disponíveis, para a análise do estudo de caso para, em conjunto com a revisão bibliográfica e a análise dos dados coletados que se seguem nos capítulos seguintes, sermos capazes de entender o desenvolvimento socioeconômico do Paquistão e as mudanças trazidas pela Nova Rota da Seda nessa trajetória. Nesse sentido, as quatro primeiras subseções (2.3.1, 2.3.2, 2.3.3 e 2.3.4) buscam fornecer indicadores quantitativos para a análise do desenvolvimento paquistanês, enquanto a 2.3.5 elucida alguns elementos qualitativos do desenvolvimento do país.

2.3.1 Desenvolvimento, Crescimento e Distribuição.

Como vimos, o desenvolvimento econômico na perspectiva estruturalista é um processo que se caracteriza pelo crescimento econômico com mudança estrutural e progressiva homogeneização da estrutura produtiva de um país. Isso significa dizer que um primeiro indicador que será necessário observar para o desenvolvimento econômico é o próprio *crescimento econômico*, sabendo que sua análise não basta por si só. Para além da discussão sobre o crescimento, o desenvolvimento envolve necessariamente mudanças na estrutura produtiva de um país e sua progressiva homogeneização.

Embora exista evidência histórica que demonstre que o desenvolvimento econômico trouxe melhora na qualidade de vida das pessoas⁵⁰, a melhora no padrão de vida das massas não é uma consequência lógica, natural ou espontânea do processo de desenvolvimento econômico. É preciso destacar que os processos históricos responsáveis por essas melhorias foram fruto de políticas promovidas por grupos hegemônicos, calcado na necessidade de coesão social, ou pressão social e luta dos movimentos populares. Por mais que seja um elemento normativo, frequentemente presente no discurso dos teóricos do desenvolvimento econômico,

⁵⁰ De acordo com Nayyar (2014, p. 48-49), as estimativas de Maddison (2001) e Pomeranz (2000) sugerem mudanças significativas na qualidade de vida nas diferentes regiões num período de acelerado crescimento do PIB *per capita* dos países da Europa Ocidental e Estados Unidos, contra uma estagnação das demais regiões. Enquanto até 1750 a expectativa de vida entre Europa Ocidental e Ásia era aproximadamente a mesma, em 1820 a expectativa de vida na Europa cresce para 36 em 1820, 46 em 1900 e 66 anos em 1950, contra 24, 26, e 44 anos na Ásia, nos mesmos períodos, respectivamente.

não se pode inferir uma causalidade direta entre acumulação de capital e distribuição de renda. Conforme destaca Franklin Serrano (2004, p. 184), baseado em Kalecki:

[...] embora as classes não fossem contra intervenções limitadas do governo em economias em recessão, haveria forte oposição a um conjunto de políticas que implicassem na *manutenção* de condições próximas ao pleno emprego em longo prazo. [...] Haveria uma mudança substancial no poder de barganha dos trabalhadores no sentido de uma diminuição na 'disciplina', aumento na demanda por maior participação popular nas decisões do governo e até nas decisões internas das grandes firmas, pressões por aumentos salariais etc. Estas tensões fatalmente levariam a um acirramento do conflito distributivo.

O *padrão de distribuição*, portanto, é um fator que devemos considerar pela sua riqueza analítica própria, e por nos elucidar a dinâmica do *conflito distributivo* no país e as políticas adotadas por grupos hegemônicos para tentar obter *coesão social*, no que se referem ao *nível do emprego*, *evolução dos salários* e do *sistema de proteção social*. Quando disponível, deveremos levar em conta a *distribuição funcional da renda* e o *regime de propriedade da terra*.

2.3.2 Mudança estrutural, progresso técnico e heterogeneidade estrutural

De acordo com Rodrigo Verghanini (2013, p. 12):

Nos modelos neoclássicos, o desenvolvimento é tratado como sinônimo de crescimento econômico. Este seria obtido pela acumulação de capital independentemente do setor ou atividade em que ocorrem. Em oposição, partimos da concepção crítico-estruturalista de que o *desenvolvimento é setor-específico* e consiste num *processo de mudança estrutural* em direção a etapas superiores *mais intensivas em tecnologia* (grifo nosso).

Isso significa dizer, por exemplo, que a acumulação é condição necessária, porém não suficiente para o desenvolvimento. A mudança estrutural de uma economia em desenvolvimento pode se dar de forma “extensiva” ou “intensiva”, baseada na sistematização feita com base em economias duais, comuns tanto a Arthur Lewis, quanto à literatura estruturalista. Uma economia dual é composta por setores atrasados, com métodos de produção arcaicos e permanência de elementos tradicionais, e por setores avançados, com alta IT e geralmente conectados aos grandes circuitos de produção internacional. Em geral, no caso de países da periferia,

o “centro dinâmico” da sua acumulação é o setor exportador, que em geral possui tudo o que há de mais moderno, sem conexão como resto da economia, formando uma espécie de enclave e sem efeitos de transbordamento. Os demais setores, em geral atrasados, são voltados para o mercado interno (Bielschowsky, 2000, 2013; Fiori, 2001; Furtado, 1961; Medeiros, 2001b, 2013; Medeiros; Serrano, 2001; Pinto, 1970; Tavares, 1963).

Uma mudança “extensiva” se caracteriza pela progressiva migração (tanto em emprego, quanto em valor adicionado) da importância relativa do setor tradicional para o setor avançado, enquanto a mudança “intensiva” ocorre quando há progresso técnico, com avanços nos métodos de produção que geram incrementos na produtividade. Além disso, a homogeneização da estrutura produtiva pode ocorrer quando forem identificados efeitos de encadeamento entre os setores da economia. A promoção de um determinado setor da indústria, mesmo de forma inadvertida pode ter efeitos de “transbordamento” (*spill-over*) com impactos positivos para a economia como um todo, gerando demanda efetiva para outros setores, ou repassando seus ganhos de produtividade para os custos de setores para os quais sua produção são insumos (Hirschman, 1958; Medeiros, 2001b, p. 183-184; Medeiros, 2013a, 2013b, p. 435-436, 2019, p. 73-74; Tavares, 1963).

Para fomentar a mudança estrutural e internalizar a dinâmica de acumulação de capital, é necessário desenvolver domesticamente um setor de bens intermediários e de capital. A produção interna de meios de produção evita que os efeitos de encadeamento vazem para outros países aliviando a vulnerabilidade externa e amplificando os efeitos positivos de um aumento do gasto autônomo, conforme destacam Medeiros e Serrano (2001, p. 113):

O segundo efeito da **implantação do setor doméstico de meios de produção** é que este também permite que o impacto de um aumento dos componentes autônomos da demanda final sobre o crescimento dos mercados da produção e do emprego seja bem maior. Um crescimento dos gastos autônomos gera o efeito multiplicador sobre o consumo e o efeito acelerador sobre o investimento, tanto em bens intermediários (capital circulante) quanto em capital fixo; o efeito acelerador gera ulteriores efeitos multiplicadores sobre o consumo, etc. Numa economia que **importa uma proporção grande dos seus meios de produção, o grosso do efeito acelerador e suas repercussões ulteriores “vazam” para o exterior** pois a demanda induzida se destina às importações e não estimula a produção doméstica. **A implantação de um setor de meios de produção aumenta consideravelmente o efeito acelerador, de encadeamento para trás e o efeito multiplicador de qualquer expansão primária dos gastos autônomos** ampliando o mercado interno (grifo nosso).

A participação do *emprego* e do *valor agregado* entre os setores da economia no produto servem como indicadores de mudanças estruturais extensivas na economia, enquanto o aumento da *produtividade* dos setores funciona como um indicador da mudança estrutural intensiva. Um especial destaque deve ser dado ao *setor de bens intermediários e de capitais*, no que se refere ao seu tamanho e IT. Quando disponíveis, a desagregação das matrizes insumo-produto de um país pode ser usada para captar *efeitos de encadeamento*, funcionando como um indicador para a integração produtiva da economia.

Em termos de impactos estrangeiros, políticas de *transferência de tecnologia e ajuda técnica* aparecem como um fator relevante em experiências diversas de *catch up*, e a inserção em CVGs, por sua vez, aponta para um aumento do coeficiente de importação e criação de encadeamento que podem mitigar possíveis efeitos aceleradores através de remessas de lucro enviadas ao exterior.

2.3.3 Investimento, Capacidade Produtiva e Demanda Efetiva.

O elemento comum do desenvolvimento entre diversos matizes teóricos é a centralidade do processo de acumulação de capital para o crescimento econômico, divergindo de forma geral sobre o papel do Estado no processo. Para a ortodoxia econômica, na qual a *Lei de Say* vale, por exemplo, não há necessidade de intervenção estatal, uma vez que o próprio mecanismo de mercado garantirá o pleno emprego na taxa de crescimento de equilíbrio da economia. Qualquer intervenção apenas deslocaria o produto no curto prazo, que trataria de retornar ao produto de equilíbrio após uma correção automática das “distorções” causadas pela intervenção do Estado. No entanto, numa economia em que a *Lei de Say* não se verifica na prática e não existe qualquer mecanismo de ajuste que vá garantir o crescimento a uma taxa de “equilíbrio” ou mesmo o pleno emprego, a atuação estatal é necessária para estimular ou mesmo dirigir o processo de acumulação de capital.

Na abordagem sraffiana, a característica fundamental que diferencia o investimento dos demais componentes da demanda agregada é o seu potencial de criação de capacidade produtiva para o setor privado. Partindo da ideia de que o gasto improdutivo é autônomo e de que o produto tende a se ajustar no longo prazo à demanda, o investimento tende a seguir a demanda efetiva. Internamente, isso

significa que o setor público pode provocar aumentos sustentáveis do crescimento à longo prazo através de *política fiscal ou monetária expansiva*. No entanto, o crescimento tem como consequência uma tendência ao aumento das importações, o que ao tratarmos de países periféricos percebemos que eventualmente levaria a um problema de restrição externa e uma crise na balança de pagamentos.

Desse modo, é preciso observar a dinâmica entre *Demanda Efetiva e Investimento* no país para saber em que medida os incrementos feitos à demanda estão sendo comportados por um aumento na *capacidade produtiva do setor privado doméstico*, e até que ponto, esses incrementos à demanda são supridos por um aumento da *capacidade produtiva estrangeira*, especialmente importante em países que se convivem com elevado grau de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e financiamento externo. No capitalismo desregulado, o IDE não apenas é um passivo futuro através das remessas de lucros enviadas ao exterior, como também é um inibidor do investimento privado doméstico, quando compete (real ou potencialmente) com este, reduzindo seus efeitos multiplicador e acelerador para o resto da economia. Seguindo essa linha, Shaikh (2003, p. 10) destaca:

A liberalização do comércio beneficiará principalmente as firmas dos países desenvolvidos, uma vez que esses são tecnologicamente mais avançados. Sem tempo adequado para se preparar para esse desafio, o mundo em desenvolvimento vai majoritariamente ficar para trás oferecendo acesso estrangeiro a mão-de-obra e recursos naturais baratos. Nada nesse processo indica que o desenvolvimento ou a redução de pobreza seguirão dele. Ao contrário, **importações baratas e intensivo em capital irão provavelmente destruir mais empregos do que criarão**, intensificando, portanto, a pobreza. (grifo nosso).

Sendo assim, o *montante de IDE* em um setor pode ser interpretado como um indicador para o impacto direto de uma potência estrangeira sobre o nível de investimento privado doméstico de um país, sobretudo se a entrada significar um aumento da *relação capital-trabalho* no setor.

2.3.4 Restrição, liquidez e vulnerabilidade externa.

Do ponto de vista estruturalista, a restrição externa é a principal limitação ao crescimento sustentado dos países que não emitem a moeda de transação internacional. De acordo com Medeiros e Serrano (2004, p. 253):

Na prática a **principal restrição objetiva a políticas macroeconômicas** que levem a uma expansão ordenada da demanda final se encontra, de forma especialmente drástica no caso de países em desenvolvimento, na **restrição de balança de pagamentos**, pois as divisas são, em última instância, o 'insumo' que é realmente escasso no processo de desenvolvimento (grifo nosso).

Os países que não emitem a moeda de circulação internacional precisam atrair essa moeda para sustentar suas importações e fechar sua balança de pagamentos, o que os coloca numa posição de dependência em relação ao país que possui a hegemonia do SMI. Outrossim, os países periféricos ocupam uma posição vulnerável na divisão internacional do trabalho, importando bens com alta elasticidade-renda da demanda, enquanto exportam bens com baixa elasticidade-renda da demanda⁵¹, de forma que as flutuações da demanda têm impactos significativamente piores em suas economias em relação àquelas dos países do centro. Conforme observamos na 2.3.2, a estrutura incompleta das economias periféricas em geral não possui um setor de bens intermediários e de capitais bem desenvolvido, de forma que mesmo em períodos de expansão da economia, sua propensão a importar cresce devido ao aumento da demanda por máquinas e equipamentos. Não obstante, a demanda por produtos importados também depende da renda, ao passo que as exportações dependem da renda do resto do mundo, de forma que mesmo numa fase de prosperidade as importações tendem a crescer.

Para auferir a vulnerabilidade externa de um país, podemos identificar alguns indicadores que ajudam a entender a dinâmica entre o desenvolvimento e o comércio exterior. Quando possível, é interessante contrastar a *elasticidade-renda da demanda das importações e das exportações* de um país, para entender a inserção desse país na divisão internacional do trabalho. Além disso, a *proporção dos bens intermediários e de capital que são produzidos internamente* a uma dada taxa de investimento pode dar algumas indicações sobre a trajetória da propensão a importar desse país:

A existência de capacidade de produção doméstica de meios de produção é fundamental para aliviar a restrição externa ao crescimento, na medida em que permite o **controle da propensão marginal a importar** mesmo com crescimento da taxa de investimento. Assim, **quanto maior a proporção dos meios de produção, que já é produzida internamente, menor é a propensão marginal a importar** associada a uma dada taxa de

⁵¹ Cabe enfatizar que em um sistema caracterizado pela deslocalização produtiva e integração dos processos de produção a nível internacional em cadeias de valor globais, a definição de "bens" aqui aplicada deve ser relaxada não apenas para bens intermediários, partes e componentes, como também para bens intangíveis, como marca e desenho.

investimento, o que gera uma considerável folga na situação da balança de pagamentos. (Medeiros; Serrano, 2001, p. 112; grifo nosso).

O próprio movimento das *exportações* e *importações* oferece alguma perspectiva nesse sentido, na medida em que, em última instância, qualquer passivo externo deve ser financiado através das exportações em algum momento, por ser a única forma de captar divisas (além de ajuda externa) que não gera um passivo no futuro. A *relação passivo externo/exportações* oferece um indicador relevante para a situação externa do país, apontando a *sustentabilidade da trajetória de crescimento*. Nas palavras de Medeiros e Serrano (2001, p. 120):

Dada a dificuldade prática de discriminar as taxas de retorno dos diversos tipos de passivos externo – incluindo o pagamento por *royalties*, licenças e patentes – um bom indicador empírico, razoavelmente adequado, da situação da **sustentabilidade de uma trajetória de crescimento** com déficit externo é a **evolução da razão déficit em conta corrente/exportações**. Este indicador tem a vantagem adicional de refletir bem o **impacto do aumento do coeficiente e do volume de importações**, que tem sido marcante nas experiências de abertura comercial e financeira dos chamados ‘mercados emergentes’ nos anos 90. Note-se, no entanto, que **mesmo uma trajetória insustentável de acumulação de passivos externos**, embora conduza, mais cedo ou mais tarde, a alguma desaceleração do crescimento, **não necessariamente tem que terminar em uma crise financeira e cambial** (grifo nosso).

A possibilidade de crise cambial ainda é um risco real para as economias periféricas que se encontrem em situação de vulnerabilidade, embora em geral sua ocorrência esteja muito mais relacionada aos *prazos dos passivos* do que ao seu montante, propriamente dito. Sobre isso, Medeiros e Serrano (2001, p. 121) destacam:

[...] um indicador sintético da **fragilidade financeira externa** e até da probabilidade de uma crise cambial pode ser obtido pela **razão entre os passivos externos de curto prazo e as reservas cambiais do país** em questão. Quando essa razão se torna muito alta, qualquer interrupção nos fluxos de capital decorrente da decisão de não refinarciar as dívidas que estão para vencer pode detonar, e com frequência detona, um processo especulativo (grifo nosso).

Portanto, quando for possível discernir os prazos dos passivos externos dos países, a *relação entre passivos de curto prazo e as reservas do país* nos fornecerá um indicador adequado para o risco de crise cambial, ou crise de liquidez.

Em tempos de CVGs, uma análise sobre o *conteúdo doméstico das exportações*, quando disponível, tende a fornecer informações relevantes não apenas

sobre a estrutura do setor exportador, quanto à própria integração produtiva do país. Deve-se diferenciar o *valor adicionado domesticamente* das *exportações processadas* das *exportações ordinárias*, para evidenciar o desafio da política industrial que busca a inovação tecnológica:

[...] a **taxa de crescimento do VA doméstico contido nas exportações** do PD (Países em Desenvolvimento) o principal desafio para a política industrial nos setores e atividades em que as CGV são predominantes. Este desafio, o de conter a erosão do valor adicionado doméstico vai se ampliando **à medida que o país se industrializa e se desloca para atividades mais complexas** em que não apenas o conteúdo de emprego, mas a parcela do VA doméstico contido nas exportações é menor (Medeiros, 2019, p. 83).

Por fim, os mecanismos de *controle de capitais* e o *destino do Investimento Direto Estrangeiro* oferecem um indicador para captar os impactos da inserção externa dos países periféricos na divisão internacional do trabalho e no SMI.

2.3.5 Posição Geopolítica e Estado

A partir da tipologia desenvolvida por José Luís Fiori no *Prefácio* (2014), pretendemos avaliar a posição geopolítica e hierárquica relativa dos países e os caminhos possíveis para o desenvolvimento. Segundo a proposta do autor, os países podem se enquadrar em quatro grupos distintos: (i) países que lideram a expansão do sistema interestatal e do capitalismo; (ii) países derrotados ou submetidos que adotam estratégias de inserção “integrada” ou subordinada às potências líderes; (iii) países contestadores da hierarquia internacional e do *status quo*; e (iv) países da periferia, que não têm condições ou não se propõe a desafiar o *status quo* (Fiori, 2014, p. 43-45).

(i) Os países do primeiro grupo são os que possuem maior grau de liberdade para atuar, pois mantêm uma relação virtuosa entre seus Estados Nacionais e suas economias, numa busca permanente por poder e competição constante, tecnológica e militar, com as demais potências do mesmo grupo. Esses países conseguem repassar os ônus de seus ajustes internos aos demais países ao controlar a moeda e o crédito internacional, tendo liberdade na condução da política econômica;

(ii) Os países do segundo grupo em geral estão associados a países do primeiro grupo, e submetem sua política econômica ao país ao qual se associa em troca de acesso privilegiado a mercados, capitais ou mesmo proteção;

(iii) Os países do terceiro grupo, normalmente potências regionais, em geral possui alguma(s) lacuna(s) tecnológica, industrial e/ou financeira em relação aos países do primeiro grupo e adotam políticas protecionistas para superá-la(s). Em geral, sua liberdade para atuação é limitada pelo próprio exercício de poder militar, tecnológico, econômico ou financeiro das potências do grupo um, que visam assegurar sua dominância;

(iv) Os países do quarto grupo estão submetidos a forte restrição externa e pouca capacidade de ação, controlada direta ou indiretamente pelas potências do primeiro grupo, sem os “privilégios” dos países do segundo grupo (Fiori, 2014, p. 43-45).

Partindo dessa tipologia pretendemos discutir os *graus de liberdade* que os países periféricos (grupo quatro) podem obter, tendo em vista a disputa entre as grandes potências e os movimentos de contestação ao sistema exercidos pelos países dos grupos um e três. Em particular, identificar o “caminho dos ‘ganhadores’” que pode se abrir para os países do grupo quatro, seja se inserindo de forma subordinada a países do grupo um, seja criando as condições para se inserir de forma independente ou integrar o grupo de contestadores (Fiori, 2014, p. 45).

No que se refere ao Estado, é importante observar quais são as *forças sociais* que orientam a formação desse Estado, dominam seu aparelho e que tipo de coesão (ou ausência dela) se forma em torno de seu projeto; isto é, que tipo de alianças se formam dessa dinâmica, como oportunizam os graus de liberdade que possuem e como atuam nos conflitos domésticos e externos. O desenvolvimento econômico, como vimos, se deu, sem exceção, com a participação ativa de Estados que perseguiram políticas industriais, como destaca Medeiros (2019, p. 73):

[...] o investimento em infraestrutura, a formação de recursos humanos qualificados, a criação de empresas públicas na indústria pesada, a abertura seletiva ao capital estrangeiro e a criação de bancos públicos de desenvolvimento, estiveram sempre presentes nas experiências nacionais exitosas.

Destacamos a importância de se observar o projeto (ou ausência dele) que resulta dessa interação entre forças sociais internas e externas em conflito, entendendo que essa interação, bem como o resultado dela, constitui uma relação de poder:

Nas experiências exitosas de desenvolvimento política industrial não se limitou a criar um ambiente favorável às firmas domésticas mas induziu o deslocamento das especializações produtivas não apenas no período da Golden Age, sob a liderança de Estados Desenvolvimentistas, mas também no período posterior, em particular após 2008. Nestas experiências argumentou-se que a questão central da política industrial não se confunde com a existência de instrumentos, mas de poder do Estado nacional. Trata-se aqui de uma **questão do poder político do Estado** tanto em sua **negociação com as grandes empresas** abrindo oportunidades e espaços para as empresas domésticas quanto em sua **capacidade de investir, financiar e promover o desenvolvimento econômico e tecnológico** (Medeiros, 2019, p. 85).

Portanto, devemos identificar como essa dinâmica opera no fortalecimento (ou enfraquecimento) do *poder do Estado*, e como essa mudança de poder relativo cria (ou destrói) oportunidades e espaços de política para a promoção do desenvolvimento econômico dos países.

3 A CHINA E A NOVA ROTA DA SEDA: ACUMULAÇÃO E GEOPOLÍTICA

[...] o Partido Comunista Chinês também usou um arsenal de políticas inconsistentes com o livre e justo comércio, incluindo tarifas, quotas, manipulação cambial, transferências forçadas de tecnologia, roubo de propriedade intelectual, e subsídios industriais, que foram distribuídos como doces para o investimento estrangeiro. Essas políticas construíram a base manufatureira de Pequim às custas de seus competidores.

Vice-Presidente dos Estados Unidos Mike Pence em discurso ao *Hudson Institute* em Washington DC, em 4 de outubro de 2018.

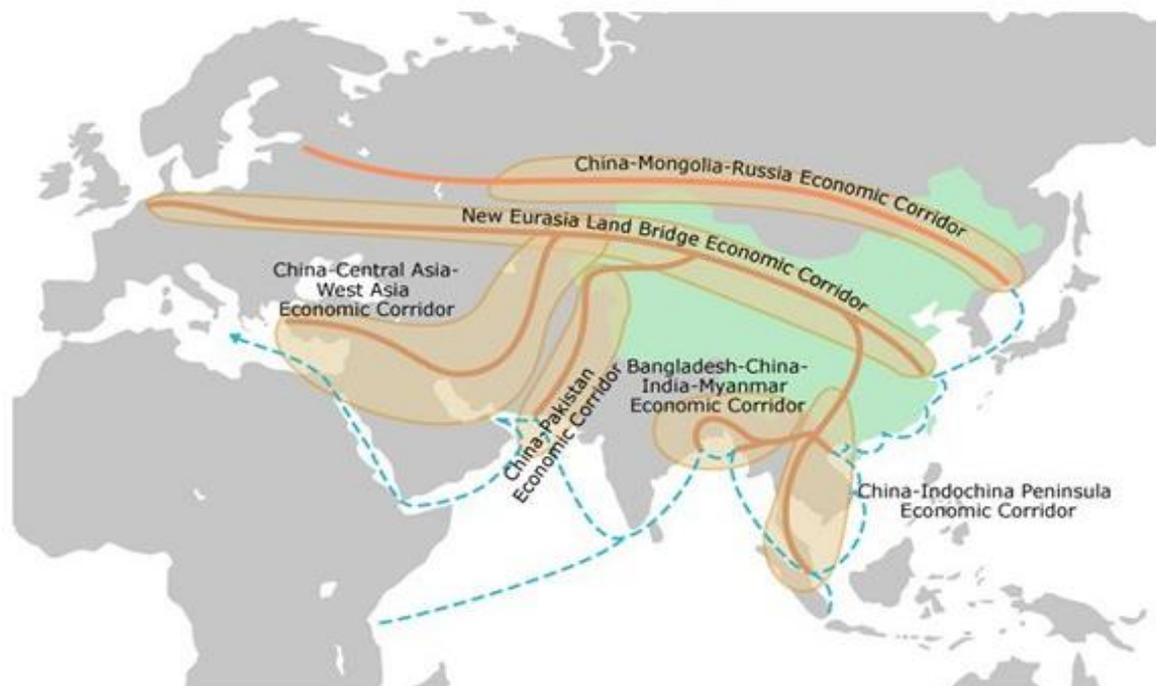
A Nova Rota da Seda (NRS) foi anunciada inicialmente pelo presidente Xi Jinping em setembro de 2013 na Universidade de Nazarbayev no Cazaquistão e tem sido noticiada nos últimos anos como a megalomaniaca iniciativa de infraestrutura chinesa que visa ligar a Europa à Ásia através de um conjunto de projetos interconectados⁵². O projeto ultrapassa qualquer outra iniciativa anterior, seja no montante investido quanto na área de cobertura, que se entende do Pacífico-Sul ao Mar do Norte, passando pela costa leste da África, além do Mediterrâneo. Com a inclusão de países da África Subsaariana e da América Latina, em outubro de 2018, engloba mais de 110 países e de 60% da população mundial (China, 2015c; Joy-Perez; Scissors, 2018).

A NRS ganhou forma ao longo do tempo com o lançamento pelo governo chinês em março de 2015 do *Action plan on the Belt and Road Initiative* (China, 2015d) e em junho de 2017 do *Vision for Maritime Cooperation under the Belt and Road Initiative* (China, 2017b), nos quais foram delineados os corredores econômicos pretendidos, além dos princípios guias para a ação conjunta dos países (**Mapa 1**). Os seis corredores são: a (i) Nova Ponte Terrestre da Eurásia, o (ii) Corredor China-Mongólia-Rússia, o (iii) Corredor China-Ásia Central-Leste Asiático, o (iv) Corredor Península China-Indochina, o (v) Corredor Econômico China-Paquistão, e o (vi) Corredor Bangladesh-China-Índia-Myanmar.

Desde seu anúncio, a NRS suscitou uma miríade de pesquisas acadêmicas e análises de especialistas do mundo inteiro que se dedicaram a entender os seus

⁵² A Nova Rota da Seda foi inicialmente apresentada com o nome de *One Belt, One Road* (Um cinturão, uma rota) e foi posteriormente rebatizado de *Belt and Road Initiative* (Iniciativa Cinturão e Rota). Uma parte da academia e da mídia convencionou chamar de *New Silk Road* (Nova Rota da Seda, ou NSR), em referência à antiga rota que conectava a Ásia à Europa. Embora qualquer um desses nomes possa aparecer nos trabalhos sobre o tema, todos se referem ao mesmo projeto. Aqui convencionamos nos referir como Nova Rota da Seda (NRS).

Mapa 1: Corredores da NRS segundo documentos oficiais.



Fonte: The Belt and Road..., 2018.

motores e condicionantes. A literatura sobre o tema diverge entre duas principais abordagens. De acordo com um primeiro grupo, a NRS deve ser entendida como o resultado da trajetória de desenvolvimento econômico chinês e das contradições de seu desenvolvimento capitalista. Para essa perspectiva, presente em alguma medida tanto na literatura de inspiração marxista quanto na literatura liberal, a NRS seria uma expressão da necessidade da China de exportar capitais e criar um padrão de desenvolvimento mais equilibrado devido à sobrecapacidade em alguns setores da sua indústria e de seu acúmulo de reservas internacionais; à queda das taxas de lucro em decorrência da valorização dos salários e da implementação de políticas de bem-estar; e a um esgotamento do padrão de desenvolvimento que beneficiou historicamente as províncias do litoral em detrimento das do interior. Das virtudes dessa literatura pode-se destacar sua análise da dinâmica de acumulação de capital no país e a correlação positiva com uma das características mais marcantes da NRS: os cinco princípios de conectividade desenhados nos documentos oficiais⁵³

⁵³ A saber, coordenação política entre os governos (policy coordination); conexão física e logística através de infraestrutura de transportes, energia e telecomunicações (facilities connectivity); troca desimpedida entre as economias (unimpeded trade); integração monetária e financeira (financial integration); e construção de laços interpessoais entre povos (people-to-people bond).

(Calabrese, 2019; Chen *et al*, 2019; Cheng, 2016; Das, 2017; Huang, 2016; Hung, 2018; Junchi, 2017; Summers, 2016; Yeh; Wharton, 2016; Yu; Zhang, 2015).

Outra interpretação frequentemente adotada pela literatura é de que a NRS seria o resultado de uma trajetória de acumulação de poder relativo chinês frente a um declínio relativo da potência hegemônica. De acordo com essa visão, compartilhada em geral por autores de inclinação realista, a China teria adotado uma política externa mais assertiva desde a chegada de Xi Jinping e a NRS seria uma expressão concreta de uma tentativa chinesa de fortalecer sua posição geopolítica e assegurar o abastecimento de recursos naturais estratégicos. Outra parcela desta literatura caracteriza a NRS como parte de um processo de transição hegemônica entre as duas potências. De forma geral, o descrédito em relação à ordem internacional e à liderança da potência hegemônica em decorrência da crise de 2008 e da inflexão na política externa estadunidense pós-Trump seriam alguns dos elementos principais dessas análises. Essa literatura destina bastante atenção à relação entre China e Estados Unidos, oferece uma chave de leitura para os conflitos geopolíticos associados à emergência da China e destaca as mudanças na lógica de política externa dos países, incluindo a própria China, contribuindo para uma análise do tabuleiro geopolítico euroasiático e seus principais atores (Clarke, 2016; Danilovich, 2018; Fallon, 2015; Flint; Zhu, 2019; Nanwani, 2019; Swaine, 2015; Wang; Liu, 2019; Wu, 2019).

Por mais que a presença de elementos da acumulação de capital e poder chinesa se façam presentes em maior ou menor grau na maioria das análises sobre o projeto, a literatura sobre o tema costuma adotar uma visão dicotômica, ou numa tentativa implícita de disputar o sentido da NRS, ou resultado de um processo de segmentação do conhecimento. Em linhas gerais, destacam-se alguns trabalhos que conectam as duas perspectivas e que de forma acertada não as trata como excludentes, mas como uma totalidade cujas dinâmicas se reforçam mutuamente. Seguindo os passos desta perspectiva, e a partir de uma abordagem interdisciplinar da Economia Política Internacional, adotaremos uma visão da NRS como o resultado de uma dinâmica de acumulação de poder e dinheiro que responde a uma lógica não apenas interna, como também externa (Abbas *et al*, 2019, p. 2; Ahmad, 2017; Andornino, 2017; Cai, 2017; Lima *et al*, 2016; Nordin; Weissmann, 2018; Ribeiro, 2018; Tekdal, 2018; Yelery, 2019).

Nosso argumento é que a NRS representa uma visão de poder global chinês. Não se trata exclusivamente do fortalecimento de instituições multilaterais ou acordos bilaterais isolados, muito menos de um projeto unicamente de cooperação de infraestrutura econômica e conectividade com “ganhos mútuos” (China, 2015d, 2017a). Também não se refere apenas às disputas pelo controle do comércio e das CVGs em construção na Ásia com repercussões para a divisão internacional do trabalho em todo o mundo (Center for Strategic & International Studies, 2018; Eder; Mardell, 2018; Fallon, 2015). Esses elementos estão associados ao fortalecimento da China na Eurásia e no mundo num momento de conturbação e incerteza no sistema interestatal capitalista, no qual a potência hegemônica recua algumas posições no seu espaço de política internacionalmente (Fiori, 2014, p. 32-33). Essa visão chinesa engloba, além desses elementos, uma transição no seu regime de acumulação, com destaque para as subidas nas CVGs e fortalecimento do mercado interno, a expansão do capital chinês e a internacionalização do *Renminbi*. Para tanto, também nos apoiaremos numa literatura que não menciona diretamente a NRS, mas investiga implícita ou explicitamente a dinâmica de acumulação chinesa.

O objetivo central desse capítulo é apresentar a NRS como o resultado de dois processos: por um lado, uma tentativa do Partido-Estado chinês de dar resposta a contradições do padrão de acumulação doméstico, incluindo impulsos expansionistas do capital apoiados pelo Estado e imbricados com a acumulação de poder; por outro, uma resposta à política de cerceamento praticada pelos Estados Unidos nas últimas décadas, que fica evidente com a disposição dos corredores e a tentativa de controlar rotas alternativas aos mares e oceanos dominados pela potência hegemônica, especialmente no que se refere ao transporte de petróleo, envolvendo questões típicas do debate da geopolítica e geoeconomia como a instrumentalização da política econômica, dilemas de segurança e disputa por recursos naturais e território. Dessa forma, a NRS é uma face da disputa entre uma potência em ascensão, contestadora - a China - e a potência hegemônica - os Estados Unidos (Fiori, 2014, p. 33). Na 3.1, apresentaremos algumas das 3.1.1, os 3.1.2, e 3.1.3. Na 3.2, discutiremos alguns dos aspectos geopolíticos e geoestratégicos da NRS, em particular a relação entre a política externa estadunidense e o projeto de poder chinês nas disputas 3.2.1 e 3.2.2. Na 3.3, apresentaremos alguns dos elementos centrais da NRS, com destaque para o movimento de expansão do capital chinês e suas implicações para o mundo desde suas origens no início do século.

3.1 O DESENVOLVIMENTO DA CHINA, DINÂMICA DE ACUMULAÇÃO E EXPANSÃO

De acordo com a compreensão aqui adotada, a NRS é a etapa atual do processo de ascensão da China a nível global, consequência de sua trajetória de luta por acumulação de capital e poder, interna e externamente. Essa estratégia busca articular os movimentos de acumulação de capital e poder de forma virtuosa, repetindo algumas receitas utilizada pelas grandes potências no passado, como pode-se observar na experiência histórica⁵⁴, e resgatando elementos próprios da tradição chinesa para o século XXI. O resultado é um projeto de acumulação hegemônico num sentido mais amplo: um caminho para responder a desafios geoestratégicos e de acumulação interna que se transformam no tempo e no espaço.

Ao longo 3.1.1, argumentaremos que a trajetória de desenvolvimento seguida pela China foi fortemente condicionada pela ameaça externa, respondendo a um cenário mais ou menos favorável. Como resultado, o padrão de acumulação seguido pelo país se transforma ao longo do tempo, e apontamos que esse padrão indica uma nova mudança iniciada nos anos 2000. A NRS amarra dimensões produtivas, financeiras e sociais das contradições do padrão de acumulação em construção com sua projeção externa de poder, sendo um passo necessário para uma China cada vez mais proeminente no mundo.

A NRS e o padrão de acumulação de poder e dinheiro para a China no século XXI estão sendo traçados em resposta a desafios internos e externos de natureza social, econômica e geopolítica. Não se trata simplesmente de uma visão benevolente de longo prazo empreendida por uma burocracia dotada de “racionalidade” política ou econômica inscrita em um Estado monolítico, tampouco de um “círculo de co-prosperidade” ou de “benefícios mútuos” fomentada por uma “potência benevolente”. Isso não significa argumentar que não haja convergência de interesses domesticamente⁵⁵, ou vantagens para a entrada dos países na NRS, 3.3, mas que

⁵⁴ Referente à nota de rodapé 35.

⁵⁵ Em virtude do escopo ampliado desta pesquisa, optamos por deixar de fora uma análise mais detalhada das relações sociais envolvidas na Economia Política doméstica chinesa, fazendo breves comentários sobre, quando pertinentes. Em todo caso, reconhecemos que as pressões exercidas por grupos internos, como os trabalhadores e os capitalistas domésticos têm profundo impacto sobre a dinâmica de expansão, e assumimos que a NRS estabelece uma ligação “virtuosa” entre a dinâmica

essas vantagens, como é de se esperar, são condicionadas em cada caso pelos interesses da própria China, do Partido-Estado chinês e de seu capital privado.

Objetivamente, a NRS se refere a uma forma particular de superação do atraso tecnológico, produtivo, financeiro e militar da China em relação a seus rivais; de fortalecimento da moeda chinesa frente a um sistema dominado pelo dólar; de expansão, internacionalização dos capitais chineses e de sua moeda; de política externa assertiva; de reforma na arquitetura de governança global e de instituições multilaterais, construção de instituições alternativas e reforço das relações diplomáticas bilaterais; de salvaguarda do abastecimento de recursos naturais e estratégicos; de hegemonização de interesses particulares das classes dominantes chinesas interna e externamente; e de contestação de alguns elementos da hegemonia estadunidense. Nesta seção, apresentaremos uma visão geral sobre esses elementos da NRS de forma articulada antes de 3.2. Na 3.1.1, apresentaremos uma interpretação para a trajetória traçada pela China até a NRS. Na 3.1.2, discutiremos alguns dos elementos da dinâmica de acumulação chinesa, com destaque para a posição da China nas CVGs e os esforços de criação de um sistema de bem-estar no país, com implicações para os países da periferia. Na 3.1.3, apresentaremos alguns dos elementos da política externa chinesa; da projeção chinesa pela via financeira; e da internacionalização do *Renminbi*.

3.1.1 Desenvolvimento liderado pela ameaça externa

Ao contrário do tabuleiro geopolítico fragmentado no qual se formaram os Estados Nacionais europeus, o Império do Meio chinês gozou de um território unificado e relativamente estável durante cerca de dois milênios, no qual as principais ameaças eram internas ou de vizinhos de menor expressão política, econômica e militar. A ausência de um cenário competitivo internacionalmente (se comparado à Europa) proporcionou a relativa estabilidade política do Estado chinês que, uma vez tendo desenvolvido tecnologias responsáveis pelo aumento no bem-estar da população de forma pioneira, sobretudo no que diz respeito à agricultura e à

de acumulação privada de capital e a acumulação de poder do Estado chinês. Para uma análise mais detalhada, ver Garcia, 2017; Nogueira, 2015a, 2018; Nogueira *et al*, 2018, 2019; Yeh e Whaton, 2016.

infraestrutura⁵⁶, foi ultrapassado pelos impulsos desenvolvimentistas dos Estados Europeus, cuja motivação central foi a ameaça externa (Fiori, 2014). A centralidade da agricultura e a internalização da expansão econômica no país responderam por um desenvolvimento menos pronunciado das cidades e do comércio, elementos centrais para o fortalecimento da burguesia europeia, sustentados pelas inovações institucionais e financeiras no continente (Aglietta; Bai, 2014; Medeiros, 2001; Wong, 1999).

Essa relativa estabilidade política externa do qual desfrutou o Império do Meio teve fim após o choque com o imperialismo europeu no século XIX (Spence, 1999). Tendo como marco inicial a Guerra do Ópio, dá-se início na China um período conhecido como “Século da Humilhação”⁵⁷, que dura até a vitória do Partido Comunista Chinês (PCC) e a fundação da República Popular da China (RPC) em 1949. Em grande parte, Nogueira (2011) atribui à restauração e ao sucesso organizacional do Partido nos anos iniciais o fundamento para a criação de consenso em torno de seu projeto, que teve enormes avanços sociais e econômicos considerados importantes para sua legitimidade, mesmo em momentos de maior fratura política, como nas convulsões sociais durante as reformas estruturais do final das décadas de 70 e 80 (Das, 2017; Medeiros, 1999; Nogueira, 2015a; Nogueira *et al*, 2018). A ameaça externa é o elemento que atravessa a memória chinesa desde os anos imperiais e continua viva ainda hoje, graças ao resgate histórico reforçado no sistema de educação, na mídia e na política externa do país (Oliveira; Nogueira, 2018, p. 119-120; Yeh; Wharton, 2016). Sem a ameaça externa das potências imperialistas, o discurso nacionalista modernizante que amarra o regime de acumulação chinês e dá as bases do projeto desenvolvimentista hegemônico do Partido-Estado não teria a força e a coesão nacional que tiveram nas últimas décadas. Somado a isso, o Estado chinês carrega elementos importantes da herança confucionista que visa uma

⁵⁶ Vale ressaltar que esses desenvolvimentos pioneiros de técnicas agrícolas e investimentos públicos em infraestrutura, embora incipientes, também encontram razão em uma lógica de confronto de uma classe camponesa incendiária que com frequência atuava como desestabilizador do regime (AGLIETTA; BAI, 2012).

⁵⁷ Nesse período, a China foi submetida a uma série de tratados humilhantes em sucessão a derrotas militares na Primeira e Segunda Guerra do Ópio (1839-42 e 1854-60, respectivamente), além da Guerra Sino-Japonesa (1894-95). Em geral os tratados incorporavam a abertura de portos e mercados, concessões de vantagens para potências europeias (e o Japão), além de multas e indenizações. No início do século XX, a China manteve sua instabilidade com um período de guerra civil e enorme desorganização social e produtiva que sucedeu o fim do império e a fundação da República da China (1911-1949), para além da invasão japonesa (1937) no âmbito da Segunda Guerra Mundial (Lima *et al*, 2016; Spence, 1999).

sociedade ordenada e tem na hierarquia e no mérito elementos organizadores. Em outras palavras, o respeito aos superiores (no caso, o Partido-Estado, em alusão ao Império) aparece como ponto central de uma sociedade confucionista na mesma medida em que a legitimidade desses superiores está atrelada à entrega de resultados materiais à sociedade (Aglietta; Bai, 2014; Andornino, 2017; Das, 2017; Yan, 2001).

A aproximação com a União Soviética teve um papel decisivo nos primeiros anos da RPC, fornecendo apoio técnico fundamental para a reestruturação social e produtiva que se deu. A estratégia do PCC no período maoísta é carregada de contradições que refletem os desafios geoestratégicos da época. O maior exemplo é o “Grande Salto Adiante”, que pode ser resumido como uma tentativa massiva de extrair o máximo de excedente da agricultura para a indústria e pulverizar a produção industrial do país com o objetivo de se proteger de ataques e catalisar a produção da indústria bélica (Medeiros, 1999; Nogueira, 2011). Outro exemplo está no uso estratégico e dual que o sistema educacional teve no período, subordinado à trajetória de desenvolvimento econômico e ao mesmo tempo orientado por uma forte ideologia nacionalista, resgatando o passado de subordinação imperialista e humilhação, sobretudo por parte do Japão (Nogueira *et al*, 2018; Oliveira; Nogueira, 2018; Trebat; Medeiros, 2015). Não por acaso, a despeito de seu colossal atraso tecnológico e produtivo, a RPC se torna potência nuclear. Na década de 1950, após a morte de Stalin, a Rússia e a China encerram seus programas de cooperação e na década de 1960 a China se envolve em uma guerra de fronteira com a Índia. Finalmente, em 1972 ocorre a virada fundamental da política externa chinesa que marcou o início de uma nova forma de inserção internacional chinesa no resto do século. Mao Tse-Tung e o presidente estadunidense Richard Nixon se encontram em Pequim, reestabelecendo relações entre os países após 45 anos e isolando a União Soviética na Guerra Fria (Aglietta; Bai, 2014; Hung, 2018; Medeiros, 1999; Nogueira, 2011; Nogueira *et al*, 2018; Oliveira; Nogueira, 2018).

Conforme 2.1.2, o desenvolvimento acelerado dos aliados na Guerra Fria se colocou como necessidade à sobrevivência dos Estados num sistema fraturado e foi defendido e estimulado pelos Estados Unidos. Após 1972, a própria China passou a se beneficiar das fraturas do mundo bipolar da Guerra Fria e do “complô para o desenvolvimento” que se estabeleceu para avançar em seus projetos industrializantes. A China teria sido a “última dos convidados” pelos Estados Unidos

ao seleto grupo de países desenvolvidos. No entanto, com o fim da Guerra Fria os estímulos para o desenvolvimento do terceiro mundo se esgotam no centro, e as “regras do jogo” favoráveis cedem lugar a um ambiente institucional hostil a projetos de desenvolvimentos nacionais (AMSDEM, 2001; Bastos; Britto, 2010; Fiori, 1999a; Medeiros, 1999; 2010; Medeiros; Serrano, 1999; Nayyar, 2014).

Devido à sua importância para a potência hegemônica e a um uso estratégico de seus mercados, a China foi capaz de se inserir de forma lenta e gradual na economia mundial mantendo relativa autonomia sobre seu território e fazendo uso de políticas desenvolvimentistas mesmo após a vitória incontestada dos Estados Unidos (Deos, 2015; Medeiros, 1999). Embora a potência hegemônica e os países do centro façam pressão para que a RPC adote as regras do jogo estabelecidas pelo Consenso de Washington e caminhe na direção de uma democracia neoliberal, o sucesso do desenvolvimento econômico e social chinês em contraste com as crises econômicas, políticas e institucionais no mundo ocidental colocam dúvidas sobre a capacidade do sistema interestatal capitalista sob hegemonia dos Estados Unidos promover paz e prosperidade no mundo (Garcia, 2012; Ramos *et al*, 2012; Ribeiro, 2018; Vadell, 2011).

A percepção de ameaça externa foi o elemento crucial e o principal motor para o desenvolvimento chinês, orientando a noção de que a superação do atraso (econômico, militar e sobretudo tecnológico) seria uma necessidade para a sobrevivência do país. Por outro lado, tanto o apoio soviético quanto o estreitamento das relações com os Estados Unidos são identificados pela literatura como elementos cruciais para o sucesso do desenvolvimento chinês, e são frutos de um processo histórico específico resultado da fragmentação do tabuleiro geopolítico na Guerra Fria (Cassiolato; Podcameni, 2015; Fiori, 2012; Medeiros, 1999; Trebat; Medeiros, 2015). Com os resultados positivos do desenvolvimento econômico chinês, a percepção do atraso não desaparece, mas se modifica. Se até meados dos anos 2000 a RPC ainda se denominava país em desenvolvimento, hoje a RPC contesta a potência hegemônica mais abertamente, ainda que de forma parcial e sutil. De acordo com os chineses, a ascensão na NRS não se trata simplesmente da superação do atraso em relação às potências imperialistas, mas da correção de um “erro histórico”, do retorno da grandeza do “Império do Meio”, patamar de potência da qual a China nunca deveria ter saído, em alusão à 2.1.1 (Andornino, 2017; Cassiolato; Podcameni, 2015; Yan, 2001).

3.1.2 Dinâmica de acumulação e contradições para a Nova Rota da Seda

Se 3.1.1, a superação do atraso tecnológico não apenas, produtivo e financeiro, mas também militar é o seu principal objetivo. Nesse sentido, a dinâmica de acumulação chinesa que tem origem em meados dos anos 2000 marca o início da transformação que a China atravessa hoje e busca remover os principais entraves a esse objetivo. As *possibilidades de inovação por cópia*, que se afirmaram entre 1950 e 1980, se tornam cada vez mais limitadas conforme a distância tecnológica entre os países diminui, o que cria a necessidade do estabelecimento de sistemas endógenos de inovação para avançar na fronteira tecnológica, inclusive militar (Cassiolato; Podcameni, 2015; MAJEROWICZ; Medeiros, 2018; Medeiros, 2019; Trebat; Medeiros, 2015; Yelery, 2019). A *vulnerabilidade financeira chinesa no sistema do dólar* evidenciada pela crise de 2008 em conjunto com a *drástica redução dos fluxos de comércio* apontam para a necessidade de criação de instituições de financiamento alternativas ao Consenso de Washington (Garcia, 2012; Torres; Pose, 2018; Ramos *et al*, 2012; Summers, 2016; Vadell, 2011; Yeh; Wharton, 2016; Yelery, 2019) e fortalecimento do mercado interno com progressiva homogeneização do desenvolvimento internamente (Cai, 2017; Cheng, 2016; Clarke, 2016; Das, 2017; Hiratuka, 2019; Lima *et al*, 2016; Nogueira, 2015a; Pinto, 2015; Yeh; Wharton, 2016; Yu; Zhang, 2015). Por sua vez, a dinâmica de *crescimento com elevação persistente dos salários* acima da produtividade criam a necessidade de novos horizontes para a acumulação privada de capital (Cai, 2017; Calabrese, 2019; Cheng, 2016; Flint; Zhu, 2018; Majerowicz, 2015; Hiratuka, 2019; ; Huang, 2016; Hung, 2018; Pinto, 2015; Ribeiro, 2017; Summers, 2016; Yeh; Wharton, 2016), o que incita uma atuação externa mais assertiva para defender interesses nacionais públicos e privados (Ahmad, 2017; Andornino, 2017; Hung, 2018; Lopes *et al*, 2012; Ramos *et al*, 2012; Ribeiro, 2017; Yelery, 2019). A partir desta perspectiva, e tendo a ameaça externa como catalisador do processo, analisaremos a seguir as mudanças na dinâmica de acumulação chinesa e sua confluência com a Nova Rota da Seda.

Retomando 2.2.2.2, as grandes firmas dos países avançados se apropriam das rendas diferenciais e de oligopólios relativas às marcas, ao desenho e aos direitos de propriedade associados, enquanto os demais países inseridos nas cadeias competem

por custos de produção via redução de salários, isenções tarifárias e compressão das margens de lucros (Medeiros, 2019; Nogueira, 2012; 2015b). A persistente elevação dos salários reais levada a cabo nos últimos anos na China se torna progressivamente incompatível como uma posição mais baixa nas CVGs, espaço anteriormente ocupado pelo país. O Partido-Estado chinês tem deixado claro que está buscando se reposicionar internacionalmente e atravessando um novo desafio no que se refere à criação de sistemas nacionais de inovação endógena⁵⁸ que levem as firmas do país a posições de comando nas CVGs (Cai, 2017; Calabrese, 2019; Cassiolato; Podcameni, 2015; Garcia, 2017; Majerowicz, 2015; Medeiros, 2019; Nogueira, 2015b; Nogueira *et al*, 2018; Pinto, 2015; Tekdal, 2018; Trebat; Medeiros, 2015; Yu; Zhang, 2015).

Nos anos 1980 e 1990 as contradições do padrão de acumulação interno da China criaram fraturas no tecido social com o desmonte do sistema de *danwei*⁵⁹ e a aceleração das desigualdades no país, sociais e regionais, sobretudo do *gap* urbano-rural (Nogueira, 2015a; Nogueira *et al*, 2018; Yeh; Wharton, 2016). As convulsões sociais e o acirramento do conflito capital-trabalho atingem seu ápice no final do século XX e o Partido-Estado, incapaz de conter os anseios da base da sociedade apenas com a percepção da ameaça externa e o conformismo da herança confucionista, responde com o conjunto de políticas que caracterizaram o período da “Sociedade Harmoniosa”⁶⁰. Nos anos 2000 a China passa por algumas mudanças importantes no sentido da criação de um sistema de bem-estar social que atenua as desigualdades crescentes no país e garanta alguma coesão social, através do fortalecimento de sistemas públicos de educação e saúde (ainda que fragmentados e segmentados) e por uma valorização expressiva dos salários reais, não limitado às camadas urbanas (Hiratuka, 2019; Lima *et al*, 2016; Nogueira, 2015a, 2018; Nogueira *et al*, 2018; Nogueira *et al*, 2019; Pinto, 2015; Ribeiro, 2017).

⁵⁸ Nesse sentido destaca-se a estratégia adotada pela China para responder aos desafios da inovação no século XXI. Recentemente, o país lançou um programa industrial (*China Manufacturing 2025*) com o objetivo de modernizar a indústria doméstica e desenvolver tecnologias verdes, ligadas à tecnologia da informação, à robótica, entre outros setores de ponta (RIBEIRO, 2018).

⁵⁹ Sistema de proteção social baseado no emprego público urbano que perdurou durante o período maoísta. Para mais informações, ver Nogueira *et al*, 2018.

⁶⁰ Dentre as políticas promovidas por Hu Jintao e Wen Jiabao entre 2002 e 2012 destacamos os esforços de construção de um sistema de bem-estar e seguridade para os mais pobres, apoiado pela persistente evolução dos salários, políticas fiscais e de renda mínima e criação de sistemas nacionais de seguridade social e serviços públicos como educação e saúde. Uma outra característica do período que marca o início do processo de expansão chinês é a política de desenvolvimento regional para o Oeste, Nordeste e Centro (Nogueira, 2015a).

Outro desafio interno que a NRS promete atacar diz respeito à persistente heterogeneidade estrutural produtiva e social do país regionalmente, conectando a dinâmica da acumulação de capital com uma dimensão de poder do Estado, mais particularmente, sua soberania e integridade territorial. Este movimento, que pode ser traçado desde os anos 2000⁶¹, almeja atenuar as principais contradições do padrão de acumulação que se intensificam com a crise de 2008 e dar resposta à movimentos de contestação (de dentro e fora da China). A ampla rede de infraestrutura circunscrita na NRS conecta as regiões mais prósperas (notadamente a costa) às mais remotas ou turbulentas da própria RPC, numa tentativa de promover desenvolvimento regional e apaziguar movimentos separatistas. No âmbito da NRS, a China construiu a primeira ferrovia interligando a região autônoma do Tibet com outras províncias do país, dando um passo importante para assegurar a sua unidade territorial e soberania em uma região socialmente conturbada e politicamente visada (Abbas *et al*, 2019; Andornino, 2017; Cheng, 2016; Clarke, 2016; Das, 2017; Hiratuka, 2019; Nogueira, 2015a; Tekdal, 2018; Yeh; Wharton, 2016; Yelery, 2019).

De maioria islâmica, a região autônoma de Xinjiang é entendida como crucial para a execução do Corredor Econômico China-Paquistão e se mostra um desafio central para a estabilidade interna na RPC. A região convive com movimentos separatistas de uma parcela da população *uigure*, como o grupo extremista *East Turkistan Islamic Movement* (ETIM), que reivindica a criação do Turquestão Oriental na província (Abbas *et al*, 2019; Ahmad, 2017; Cai, 2017; Das, 2017; Lima *et al*, 2016; Nordin; Weissmann, 2016; Summers, 2016; Yeh; Wharton, 2016). De acordo com Ahmad (2017, p. 105), a alienação da comunidade *uigure* majoritária na região fortaleceu o sentimento separatista e o ETIM. Segundo Abbas e outros (2019, p. 2), “de todos os territórios do oeste da China, Xinjiang é importante estrategicamente por se conectar com oito países, incluindo Paquistão, Cazaquistão, Índia, Rússia, Mongólia e Quirguistão”, além de Tajiquistão e um pequeno pedaço do Afeganistão.

Para defender sua soberania, combater o “extremismo” e o separatismo; e assegurar a NRS, o PCC tem estabelecido rígido controle político, social e cultural

⁶¹ O “Going West” (*xibu dakaifa*) foi anunciado pela primeira vez em 1999. A estratégia com o objetivo de “compartilhar os frutos do desenvolvimento econômico” teve como objetivo atrair investimento privado e estrangeiro para a região através de uma série de projetos de infraestrutura de comunicações, transporte e energia (Yeh; Wharton, 2016, p. 287-288).

(Clarke, 2017), com incentivos à migração⁶² de populações de etnia *han* (majoritários) e políticas focalizadas, como investimentos em infraestrutura, subsídios e transferências de recursos do governo central, ao mesmo tempo em que a violência escala na região. A resposta contraditória do governo promove o deslocamento das forças armadas interna e externamente, ao mesmo tempo que promete prosperidade regional como a saída para acalmar os ânimos das populações insatisfeitas, tanto dentro do próprio país como em alguns de seus vizinhos (Clarke, 2016; Fallon, 2015; Yeh; Wharton, 2016).

Além de Xinjiang, o Nordeste da China também tem sido alvo de projetos de desenvolvimento regional. Como parte do Corredor China-Mongólia-Rússia, numa parceria com o governo russo, a RPC construiu pontes ferroviárias ligando a região ao extremo oriente da Rússia. Um ligando a cidade russa de Nizhneleninskoye à Tongjiang, na China, e outra ligando Blagoveshchensk à sua cidade irmã chinesa, Heibe. Além de fazer parte da iniciativa de desenvolvimento regional chinês, essas parcerias endossam a estratégia dos países de se conectar política e economicamente, que se fortalece pela posição privilegiada que a Rússia desfruta nas iniciativas da NRS. Em alguma medida são exemplos bem-sucedidos das pontes estabelecidas entre a NRS de Xi Jinping e a “Grande Eurásia” de Vladimir Putin (Blank; Kim, 2016; Chen *et al*, 2019; Clarke, 2016; Fallon, 2015; Yeh; Wharton, 2016).

Nas últimas décadas, a China deslocou o eixo da acumulação mundial e se tornou a segunda maior economia do mundo. Esse processo se deu através de uma articulação virtuosa entre as dinâmicas de acumulação de capital e poder. Especialmente após os anos 80, o motor do crescimento da economia chinesa foi o investimento, e as exportações foram a principal forma de acumular divisas para a superação da restrição externa⁶³ às elevadas taxas de crescimento e industrialização do país⁶⁴. Assim como diversas variantes de “sucesso” do capitalismo

⁶² Apesar da migração ser um resultado de políticas de incentivo do PCC, Yeh e Wharton (2016, p. 299) destacam que a migração ocorre por iniciativa própria e não por uma “transferência direta” do governo, como se pensa. Além disso, apesar de serem vistos pela população local como “agentes do Estado”, em geral a percepção dos migrantes é de quem são vítimas da negligência do poder público.

⁶³ Dado o expressivo tamanho da população chinesa, mesmo em níveis de renda baixos as exportações só se tornam uma necessidade para a realização da demanda efetiva na medida em que a escala da produção atinge patamares inigualáveis na história da acumulação capitalista (ver 2.2.2).

⁶⁴ Embora o processo gradual de abertura na década de 80 tenha alterado fundamentalmente a dinâmica de acumulação chinesa, a preocupação com a elevação da capacidade produtiva através do investimento, inclusive público, remonta, como vimos anteriormente, o período Maoísta (com notável exceção da Revolução Cultural) e sua preocupação de defesa (CASSIOLATO e PODCAMENI, 2015;

contemporâneo, esse processo bem-sucedido de *catch up* se deu com forte atuação do Estado chinês na acumulação: como planejador, investidor e financiador dos projetos; diretamente como provedor de bens e serviços essenciais, como a criação de mão-de-obra qualificada e investimento em infraestrutura; e garantindo as condições para a acumulação privada de sua recém-formada classe capitalista internamente (Das, 2017; Fiori, 2008; Garcia, 2017; Huang, 2016; Medeiros, 1999; Pinto, 2015; Pinto; BALANCO, 2013; Ribeiro, 2017).

Recentemente, o novo padrão de acumulação que se estabelece domesticamente é centrado em dois elementos fundamentais: os centros de inovação endógenos e a expansão do mercado interno (Cassiolato; Podcameni, 2015; Huang, 2016; Pinto, 2015; Ribeiro, 2017; Tekdal, 2018; Yu; Zhang, 2015). A ideia é elevar o padrão de consumo da população ao mesmo passo em que suas firmas (estatais, mas também privadas) mantenham sua competitividade externa. Para isso, a busca por novos territórios, mercados e fontes de matéria-prima é parte central dessa estratégia. De acordo com Eduardo Costa Pinto (2015), o novo modelo de crescimento chinês articula a estratégia de internacionalização das empresas chinesas iniciada em 1999 com o *Going Out*⁶⁵, com o programa de inovação autóctone adotado em 2005 e a elevação persistente dos salários reais no país. Entre 2000 e 2013 os salários reais na China cresceram de US\$94 para US\$692, no caso das empresas não privadas, e entre 2008 e 2013, cresceram de US\$205 para US\$440 entre 2008 e 2013, no caso das empresas privadas. Eduardo Pinto (2015) destaca o crescimento dos salários acima de seus vizinhos asiáticos, e Isabela Nogueira (2015a) ressalta o aumento muito superior à produtividade e ao crescimento do produto no mesmo período. De acordo com Cassiolato e Podcameni (2015), o poder público e em particular as forças armadas lideram o processo de inovação no país, de forma integrada com as instituições de ensino e empresas privadas. A política de inovação do país se diversifica após 2006, quando parte significativa de seus esforços são destinados à produção de tecnologias produtivas adaptadas à realidade do país e com forte destaque dado à sustentabilidade ambiental, como forma de se preparar para uma

Fiori, 2012; Medeiros, 1999; RIBEIRO, 2017; Trebat e Medeiros, 2015) e, em alguma medida, a própria China imperial (AGLIETTA e BAI, 2014).

⁶⁵ A estratégia "Going Out" (zouchuqu zhanlüe) consistiu na política deliberada de investimento externo de empresas chinesas e difusão de marcas, em particular estatais, através de incentivos públicos como subsídios, redução de tarifas, e estabelecimento de acordos diplomáticos (Yeh; Wharton, 2016, p. 286-287).

possível mudança de paradigma tecnológico. Segundo Trebat e Medeiros (2015), sob o controle Estatal, o sistema de inovação chinês passou por transformações importantes nas últimas décadas, com a progressiva integração entre o sistema civil e as instituições militares, criando tecnologias de uso dual. A motivação principal para este processo, segundo os autores, seria justamente necessidade de defesa dos interesses chineses, não apenas internamente, mas também no resto da Ásia, tendo em vista as demonstrações de poder bélico estadunidenses nas Guerras do Golfo.

3.1.3 Arquitetura financeira e política externa na Nova Rota da Seda

Como 3.1.2, a ascensão chinesa criou impulsos expansivos para o seu capital e uma das formas de expansão promovida pelo Estado chinês se dá através da via financeira, pela progressiva internacionalização do *Renminbi*. A estratégia, que nasce como uma resposta às necessidades do novo padrão de acumulação de capital e ao cerceamento estadunidense, ganha contornos mais ambiciosos após a crise de 2008, quando a unicidade do dólar enquanto moeda de referência do 2.2.2.1 passa a ser questionada pelas autoridades chinesas. Além disso, a política externa de Xi Jinping abandona progressivamente a diplomacia “Denguista” para dar cabo a uma atuação mais assertiva externamente, fazendo jus à nova posição internacional ocupada pelo país. Nessa seção, buscamos estressar a relação entre as mudanças e estratégias adotadas pela diplomacia chinesa para aumentar sua influência externamente, internacionalizar seus capitais, incluindo suas instituições financeiras e sua moeda.

A política externa chinesa foi marcada nas últimas décadas por alguns princípios que ressoam o discurso consensual de Deng Xiaoping. Mesmo nos momentos nos quais já estava clara a emergência do país, a ideia da “ascensão pacífica” permeou o discurso oficial⁶⁶. Até pelo menos o início do século XXI a China procurou manter uma postura modesta no cenário internacional, assumindo uma posição de “nação em desenvolvimento” voltada para o progresso interno, aliada a uma política externa não intervencionista. Entretanto, na perspectiva chinesa, a ascensão do país não é um projeto novo ou de curto prazo e atingir o status de

⁶⁶ As diretrizes da política externa chinesa remontam a Conferência de Bandung, nos anos 50 no estabelecimento dos “Cinco Princípios para a Coexistência Pacífica”. São eles: respeito mútuo à soberania e integridade territorial; não agressão mútua; não interferência interna; igualdade e vantagens recíprocas; e coexistência pacífica (Lopes *et al*, 2013; RIBEIRO, 2017).

superpotência é uma questão de corrigir um erro histórico, isto é, seu declínio momentâneo (Abbas *et al*, 2019, p. 2; End of..., 2017; Lima *et al*, 2016; Wang; Liu, 2019; Yan, 2001, p. 33-34).

Essa mudança de visão faz parte do ideário confucionista do “Sonho Chinês” de Xi Jinping, que ao longo dos últimos anos abandonou progressivamente o discurso de “nação em desenvolvimento” para fomentar um sentimento de grandeza que une os chineses em torno desse projeto. Do ponto de vista das relações diplomáticas, o mantra dos benefícios compartilhados é repetido por acadêmicos e oficiais chineses e em grande medida têm o propósito de acalmar os ânimos frente aos discursos mais inflamados sobre a atuação política da China no exterior⁶⁷ e criar um ambiente externo favorável para a consagração dessa visão. A origem desse discurso de construir um “grande círculo de co-prosperidade na Ásia” remonta ao sistema sinocêntrico, no qual a reciprocidade e a “benevolência do centro” aparecem como elementos importantes do período imperial. A analogia fica especialmente evidente com a adoção de Pequim ao termo “Diplomacia Periférica”, reforçando sua posição de centro do mundo (Abbas *et al*, 2019, p. 2; Andornino, 2017; Fallon, 2015; Lima *et al*, 2016; Nordin; Weissmann, 2016; Summers, 2016; Yan, 2001; Yeh; Wharton, 2016).

No entanto, ao contrário da Ásia pré-moderna, as relações entre a RPC e o seu entorno regional não estão baseadas numa fundação cultural comum e a China não é mais a única potência atuando na região. De acordo com Hung (2018), os laços construídos tendem a ser efêmeros e os países instrumentalizam as disputas entre a China e os Estados Unidos, barganhando posições melhores nas negociações e a atuação das grandes potências inflama conflitos interestatais. Num momento no qual os Estados Unidos se voltam para dentro, renegando sua política de contenção praticada contra Pequim até então, a RPC tende a ganhar mais espaço para atuar regional e globalmente. A partir disso a NRS ganha contornos de um projeto global, na medida em que seu principal contestador - os Estados Unidos - parece não

⁶⁷ Um movimento de resposta à ascensão chinesa ganhou força em países vizinhos e em desenvolvimento e os empurrou na direção de alianças com os Estados Unidos, que se posicionou como o grande opositor da estratégia chinesa até então. A potência hegemônica é uma das principais idealizadoras dos discursos de contestação à China e vem tecendo críticas, promovendo políticas e ações contra a emergência do gigante asiático. Do pivô para a Ásia ao TPP, passando pelo financiamento de grupos separatistas, o governo estadunidense encabeçou diversos boicotes à China e suas relações diplomáticas na Ásia. Esse discurso de que o crescimento chinês representa uma ameaça tem sido largamente reproduzido por acadêmicos e mídia internacional ocidental e japonesa (CHENG, 2016; Hung, 2018, p. 3; 21; Yelery, 2019).

se utilizar de todos os instrumentos disponíveis e necessários para refrear a expansão chinesa.

Um dos produtos do conturbado 3.1.1 foi um regime de acumulação chinês razoavelmente autônomo do processo de financeirização imposto pela hegemonia do dólar no mundo, além de uma inigualável percepção da necessidade de acumular reservas para não incorrer em crises de balança de pagamentos⁶⁸. De acordo com Cintra e Silva (2015), o sistema financeiro chinês é fortemente comprimido pelo Estado e majoritariamente centrado no setor bancário estatal, com rígidos controles de capitais. Segundo Deos (2015), o processo gradual de abertura do setor bancário para o capital privado, inclusive estrangeiro, fortaleceu a capacidade do sistema financeiro chinês mantendo o controle estratégico na mão do PCC, articulando-o com o projeto de desenvolvimento nacional e se utilizando do aprendizado a partir da experimentação em Hong Kong para a internacionalização das instituições financeiras chinesas. Tanto para Tekdal (2018) quanto para Torres e Pose (2018), a internacionalização do *Renminbi* surge com objetivo claro de diminuir a dependência chinesa em relação ao dólar. De acordo com a visão aqui apreendida do processo, a internacionalização da moeda chinesa é mais uma frente de contestação da hegemonia estadunidense, ao levantar questionamentos sobre a unicidade do dólar enquanto moeda de referência no SMI. A China tem trabalhado na construção de consensos para além de suas fronteiras nacionais e desenvolvidos mecanismos financeiros diretos e indiretos para atingir seus objetivos, articulando a expansão de seus capitais e a internacionalização de sua moeda com sua diplomacia para os países subdesenvolvidos.

O *Renminbi* tem sido cada vez mais utilizado como moeda de referência em acordos bilaterais, contratos futuros e operações de *swap* na mesma medida em que a política externa se torna mais assertiva. Em alguma medida, essa percepção de superação da vulnerabilidade em relação ao dólar se conecta com o consenso de que a China precisaria fortalecer seu mercado interno para diminuir sua dependência do comércio exterior e superar a defasagem tecnológica em relação aos seus concorrentes. Enquanto o primeiro aspecto está associado à percepção chinesa da 2.2.2.1 como fator de instabilidade, o segundo diz respeito à superação de 2.2.2.2 e 3.1.1 do país, frente aos Estados Unidos, às potências europeias e ao Japão,

⁶⁸ Em parte, a expansão dos fluxos financeiros e de investimento da China recente é possibilitada pelo gigantesco grau de reservas acumuladas pelo país (Ribeiro, 2015).

conforme 3.1. De acordo com o discurso oficial, a NRS “oferece uma histórica oportunidade de ouro para a internacionalização do *Renminbi*” que irá “beneficiar o mundo todo” (China, 2015a). Desde a crise de 2008, o projeto de internacionalização da moeda chinesa ganha novo fôlego e a NRS cria instrumentos de pressão pelo uso do *Renminbi* como moeda de reserva nos bancos centrais. Em meio à crise, o então presidente chinês Hu Jintao e o presidente do Banco Central da China teceram duras críticas ao SMI, atribuindo a este a sua responsabilidade e alertando para a vulnerabilidade sistêmica associada ao uso do dólar como única moeda de referência. De acordo esta visão, 2.2.2.1 (Chen *et al*, 2019; Cheng, 2016; Drysdale *et al*, 2017; Medeiros; Serrano, 1999; Swaine, 2015; Tekdal, 2018; Torres; Pose, 2018, p. 15; Wang; Liu, 2019).

Nas últimas décadas, a China diversificou sua atuação externa em relação ao modelo de governança liderado pelos Estados Unidos. Num primeiro momento, o país integrou os mais diversos espaços e advogou por tentativas de reforma da arquitetura multilateral controlada pela potência hegemônica⁶⁹. Em alguma medida, a rigidez dessas instituições e seu alinhamento com o Consenso de Washington contribuíram para o descrédito não apenas das autoridades chinesa, mas relativamente generalizado da capacidade dessas instituições em funcionarem como agentes da promoção da prosperidade e da paz⁷⁰. Após rodadas de negociação do G20 em decorrência da crise de 2008, os pilares centrais do neoliberalismo foram reforçados e a responsabilidade pela crise foi atribuída à “falta de coordenação macroeconômica” das economias, com ênfase na flexibilidade cambial e no déficit fiscal dos governos, a despeito do aumento da participação dos países subdesenvolvidos, incluindo a RPC, nos organismos multilaterais (Huang, 2016; Ramos *et al*, 2012).

O relativo fracasso dos objetivos da China em suas propostas de reforma da arquitetura financeira internacional convencional, em conjunto com as pressões dos Estados Unidos e Europa – sobretudo em relação à “flexibilização” do câmbio do yuan

⁶⁹ Destacamos a participação da China nos fóruns do G20 e em diversas organizações como o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Banco de Desenvolvimento Asiático (BDA), o Banco Mundial (BM) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), nos quais os Estados Unidos possui maior poder isolado de votação, com exceção do BDA, que o Japão divide o controle (Bustillo e Andoni, 2018; Drysdale *et al*, 2017; RAMOS, *et al*, 2012; Vadell, 2011; Yelery, 2019).

⁷⁰ A sensação de descrédito é especialmente forte após o fracasso da atuação do FMI na crise asiática (Bustillo e Andoni, 2018; Garcia, 2017; Vadell, 2011). Bustillo e Andoni (2018) citam diversos estudos para destacar a correlação positiva entre a atuação de diversas dessas entidades e os interesses da política externa estadunidense, ao reforçar o controle estratégico da potência hegemônica sobre essas organizações multilaterais.

– levaram o país a buscar estratégias alternativas (Bustillo; Andoni, 2018; Drysdale *et al*, 2017; Huang, 2016; NORDIN e WEISSMANN, 2016; Ramos *et al*, 2012; Swaine, 2015). Em junho de 2009, o então presidente chinês Hu Jintao se reuniu com os presidentes de Brasil e Rússia e o Primeiro-Ministro (PM) da Índia na primeira cúpula dos BRICS, e reacendeu o debate sobre hegemonia estadunidense no sistema internacional (Garcia, 2017). Em outubro de 2013, o presidente Xi Jinping anunciou a criação do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (BAII), que posteriormente se transformou em um dos pilares da projeção externa chinesa, tanto no que se refere à internacionalização do *Renmimbi* quanto da NRS (Bustillo; Andoni, 2018; Das, 2017; Flint; Zhu, 2018; Nordin; Weissmann, 2016; Swaine, 2015; Tekdal, 2018; Yeh; Wharton, 2016; Yelery, 2019). Além do BAII, a China endossou a construção do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) dos BRICS em 2014 e criou o Fundo Rota da Seda (FRS). No âmbito da segurança, a RPC integrou, juntamente com a Rússia (e desde 2017, com Índia e Paquistão) a Organização para Cooperação de Xangai (OCX), que não apenas é considerada uma alternativa à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), liderada pelos Estados Unidos, como também tem sido utilizada para cooperação econômica fora da diplomacia do dólar (Ahmad, 2017; Clarke, 2016; Das, 2017; Drysdale *et al*, 2017; Fallon, 2015; Flint; Zhu, 2018; Huang, 2016; Nordin; Weissmann, 2016; Padula, 2018; Tekdal, 2018; Yeh; Wharton, 2016).

Dessas iniciativas, o BAII - que atualmente conta com mais de 80 países membros - merece papel de destaque. Após alguma repercussão negativa em sua atuação direta externa⁷¹ a China renunciou uma pequena parcela do seu controle sobre o direcionamento dos fluxos de capital, bem como da sua capacidade de financiamento, em troca de uma posição menos exposta às críticas da comunidade internacional oriundas da atuação direta (Drysdale *et al*, 2017; Hung, 2018, p. 9-20; Swaine, 2015). Mesmo assim, o BAII foi alvo de críticas da comunidade internacional encabeçadas por Estados Unidos e Japão. A adesão do Reino Unido (em março de 2015) e posteriormente de diversos países da União Europeia e aliados históricos dos Estados Unidos foi crucial para sacramentar o *status* global do qual o banco goza

⁷¹ Ho-fung (2018) destaca o papel que as repercussões negativas da atuação chinesa em diversos países asiáticos tanto em meios acadêmicos quanto midiáticos e em órgãos governamentais e da sociedade civil tiveram para moldar em alguma medida um movimento em direção ao multilateralismo.

atualmente, ampliando as tensões entre as potências (Bustillo; Andoni, 2018; Garcia, 2017).

Além do relativo sucesso em moldar a arquitetura financeira internacional a seu favor, a RPC tem fortalecido sua diplomacia bilateral. A China tem sido bem-sucedida em acordos comerciais em moedas locais com diversos países, como a Indonésia, Corei do Sul, Malásia, Argentina, Rússia e até mesmo o Reino Unido (Ramos *et al*, 2012; Torres; Pose, 2018). É significativo o Cônsul-Geral da RPC afirmar que o país está pronto para se relacionar com seus parceiros sem a utilização do dólar e que, para que isso ocorra no Brasil, bastaria a vontade do governo brasileiro (Li, 2019). Mesmo que não aponte para o fim da hegemonia do dólar, ou para o colapso do SMI caracterizado pelo padrão dólar flexível fiduciário, tal postura demonstra de forma clara não apenas a assertividade que caracteriza a política externa chinesa de Xi Jinping, como também a contestação de um dos elementos fundamentais da hegemonia estadunidense por uma potência em ascensão (Abbas *et al*, 2019; Andornino, 2017; Nordin; Weissmann, 2016; Yelery, 2019).

As instituições financeiras chinesas também têm surgido como importante atores para o financiamento de projetos de infraestrutura e desenvolvimento em países do Sul Global, conectando as pressões chinesas sobre a arquitetura financeira internacional com a NRS. Dos dez maiores bancos em 2019 a China ocupa as quatro primeiras posições, com o Banco Industrial e Comercial da China (BICC) em primeiro, seguido pelo Banco de Construção da China (BCC), o Banco Agrícola da China (BAC) e o Banco da China (BdC)⁷². Além destes, o Banco Chinês de Desenvolvimento (BCD) e o Banco de Exportação e Importação da China (Banco Exim) foram projetados como instituições de financiamento com atuação destacada à nível global⁷³, se utilizando de empréstimos concessionais e financiamentos lastreados em recursos naturais (Bustillo; Andoni, 2018; Das, 2017; Lopes *et al*, 2013; Hurley *et al*, 2018; Nordin; Weissmann, 2018; Ribeiro, 2018; Vadell, 2011; Yeh; Wharton, 2016). Curiosamente, a China recebeu críticas da comunidade internacional, sobretudo dos Estados Unidos,

⁷² Top 1000 World Banks 2019 - The Banker International Press Release – for immediate release. *The Banker*. Disponível em: <https://www.thebanker.com/Top-1000-World-Banks/Top-1000-World-Banks-2019-The-Banker-International-Press-Release-for-immediate-release> . Acesso em: 28.08.2019.

⁷³ De acordo com Cai (2017, p. 15) o BCD diz estar envolvido em mais de 900 projetos, espalhados em 60 países, totalizando mais de US\$890 bilhões. O BdC anunciou ter investido mais de US\$20 bilhões em 2015 e mais de US\$100 bilhões entre 2016 e 2018. O BICC está supervisionando 130 projetos da NRS no valor de US\$159 bilhões e financiou 5 projetos no Paquistão, além de estabelecer uma filial no país, em Lahore.

pela correlação positiva entre os empréstimos de bancos chineses e o alinhamento da atuação diplomática entre os países receptores e a RPC internacionalmente (Bustillo; Andoni, 2018; Hung, 2018; Lopes *et al*, 2013; Yeh; Wharton, 2016). Conforme apontam estudos do próprio Banco Mundial, essas críticas desconsideram, por exemplo, que mesmo no caso de empréstimos de organizações multilaterais como o Banco Mundial e o FMI, existe ingerência direta da política externa estadunidense não apenas sobre o regime macroeconômico dos países receptores, como amplamente reconhecido, mas também sobre a atuação diplomática destes (Bustillo; Andoni, 2018).

No que se refere à intervenção doméstica, a atuação chinesa nos países periféricos parece se diferenciar da maior parte das potências ocidentais. Além da não-ingerência no plano macroeconômico, outra diferença fundamental diz respeito ao direcionamento dos empréstimos. Apesar do déficit estrutural em infraestrutura dos países asiáticos reconhecido pelo Banco de Desenvolvimento Asiático (BDA)⁷⁴, o Banco Mundial e o BDA em conjunto destinam somente cerca de US\$20 bilhões anuais ao Sudeste Asiático, dos quais apenas metade é devotado à infraestrutura⁷⁵ (Bustillo e Andoni, 2018; Junchi, 2017). Ribeiro (2015) estressa que enquanto a ajuda externa oriunda de países ocidentais tende a se focar em assistência social e humanitária, a cooperação para o desenvolvimento de infraestrutura local é o principal diferencial da diplomacia chinesa para os países periféricos, cujos gargalos no setor são reconhecidos mesmo por agentes de organizações multilaterais convencionais, como Bustillo e Andoni (2018) e Mahamoud Islam⁷⁶. Calabrese (2019, p. 64) enfatiza o fato de que 40% do estoque de capital fixo chinês no continente africano está nos setores de construção e manufaturas, uma diferença significativa para a atuação de Estados Unidos, Reino Unido e França, que concentram 66%, 54% e 46% de seus estoques de capital fixo no continente no setor de mineração.

⁷⁴ O BDA estima que a Ásia tenha um déficit de infraestrutura na casa dos US\$26 trilhões, que seria necessário entre 2016 e 2030 para manter uma taxa de crescimento entre 3 e 7%, eliminar a pobreza e responder adequadamente aos desafios das mudanças climáticas (Center for Strategic & International Studies, 2018; Hurley *et al*, 2018).

⁷⁵ Numa perspectiva crítica, Garcia (2017) enfatiza que a proposta das instituições financeiras criadas pelos chineses, como o BAII e o NBD não almejam substituir as instituições existentes, mas complementá-las. A agenda não seria de “confrontação”, mas sim de “reivindicar ‘um lugar à mesa’” (p. 377). Como exemplo, a autora cita o uso necessariamente complementar do Arranjo Contingente de Reservas (ACR) do NBD, que exige a adesão a um programa de apoio financeiro do FMI (p. 381).

⁷⁶ Economista do departamento de risco do Banco Mundial e da agência de risco Euler Hermes – Ásia Pacífico, em entrevista à Bloomberg sobre os efeitos dos cinco primeiros anos da NRS (China’s Belt..., 2019).

A composição da propriedade do capital que se projeta externamente pode elucidar alguma dessas diferenças. De acordo com Xiaoyu Song (2019, p. 21-22), a onipresença do poder público no IDE chinês é uma marca distintiva em relação aos demais, seja diretamente, pela utilização de empresas públicas, seja indiretamente, através de políticas de incentivos, financiamento ou marcos regulatórios. A presença estatal – em contraste com a presença majoritária de empresas privadas no caso europeu e estadunidense – e a criação de uma estrutura de financiamento que envolve uma diversidade de instituições públicas, possibilita a busca por objetivos de longo prazo para o país e uma forte articulação com a dinâmica de acumulação de poder do Estado (Flint; Zhu, 2018; Hiratuka, 2019; Nordin; Weissmann, 2016; Ribeiro, 2015; Yeh; Wharton, 2016). Além de permitir prazos mais alargados para os retornos financeiros dos projetos e o pagamento de empréstimos pelos Estados receptores, essa estrutura de projeção criada pelos chineses está apoiada em parcerias que não encontram fim numa lógica exclusivamente econômica⁷⁷, como o apoio diplomático em matérias sensíveis e a cooperação militar. Embora o acesso à recursos naturais estratégicos seja claramente um dos objetivos da atuação externa da RPC, ao contrário de diversos atores do ocidente, os chineses não parecem preocupados em se envolver em gigantescos projetos de infraestrutura com enormes custos afundados em países “antidemocráticos”, com histórico de “corrupção”, ou exigir contrapartidas macroeconômicas. Nesse sentido, pode-se argumentar que os “custos econômicos” de algumas dessas empreitadas estão hierarquicamente abaixo dos seus “benefícios estratégicos”, e sua importância supera “cálculos econômicos racionais” (Calabrese, 2019; Hiratuka, 2019; Hung, 2018; Lopes *et al*, 2013; Ribeiro, 2015; Wang; Liu, 2019; Yeh; Wharton, 2016).

Uma última marca distintiva da atuação chinesa que se aprofunda com a NRS é sua ênfase no bilateralismo. Embora não sejam objetivamente uma condição necessária para a participação, os *memorandos de entendimento* de adesão dos países à NRS são negociados bilateralmente, o que resulta em termos distintos de país para país e tem gerado críticas da comunidade internacional (Das, 2017; Yelery, 2019). Nos cinco anos da iniciativa a China assinou mais de 120 documentos do tipo,

⁷⁷ Alguns exemplos são o cancelamento das dívidas de 31 países africanos (no valor aproximado de US\$1,3 bilhões); o envio de 50 equipes de técnicos agrícolas para cooperação no setor; o envio de 1,2 mil profissionais de saúde; além da construção de 96 escolas e 50 hospitais no continente (Lopes *et al*, 2013, p. 89-90). Hurley e outros (2018, p. 29-32) destacam a extensa lista de cancelamentos de dívidas dos chineses entre 2000 e 2017.

com mais de 100 países diferentes e mais de 25 documentos de cooperação entre mais de 25 organizações internacionais (Belt and Road Initiative). Nesse sentido, categorizar a relação entre a RPC e a periferia como Cooperação Sul-Sul⁷⁸ pode ser enganoso. De acordo com Lopes e outros (2013), mesmo em sua atuação em órgãos multilaterais como a FOCAC, a China privilegia as relações bilaterais com países com grandes reservas de recursos naturais. Na visão de Vadell (2011), o bilateralismo característico do “Consenso do Pacífico” chinês dificulta a integração regional dos países, como no caso da América do Sul⁷⁹. Tanto para Lima e outros (2016, p. 68) como para Hurley e outros (2018, p. 21-22), a preferência pelo bilateralismo é uma marca da diplomacia chinesa na medida em que privilegia o pragmatismo e a busca pelos interesses nacionais do país. Por sua vez, Hurley e outros (2018, p. 21-22), assim como Andornino (2017, p. 15), ressaltam que o bilateralismo tende a favorecer o país mais forte, que dispõe de maior poder de barganha, e que na relação entre a China e os demais países periféricos e de seu entorno regional, não seria diferente.

3.2 GEOPOLÍTICA NO GRANDE JOGO CHINÊS: EURÁSIA, PETRÓLEO E MARES

Na 3.1 investigamos algumas das dinâmicas da acumulação chinesa que informam a NRS e argumentamos que pressões internas e externas condicionam sua direção e sentido. Do ponto de vista geopolítico, a ascensão da China inquieta seus vizinhos e reacende conflitos com rivais, além de perturbar elementos da hegemonia dos Estados Unidos. De todos as potências, Índia, Rússia e Japão são aqueles que possuem maior rivalidade histórica com o gigante asiático, e mais recentemente, a posição de *hegemon* dos Estados Unidos e sua atuação no continente asiático os colocam num espaço de destaque para quem pretende compreender as movimentações da RPC.

⁷⁸ A partir da definição oferecida por Lopes *et al* (2013, p. 84), entendemos que a Cooperação Sul-Sul se dá através de formas de financiamento e critérios diferenciados entre os países, com investimento estatal em infraestrutura, fornecimento de energia em condições mais favoráveis, cooperação técnica, transferência de conhecimento, tecnologia e experiência. Ainda segundo os autores, esse tipo de cooperação se dá segundo os princípios da horizontalidade, ausência de condicionalidades políticas e com compartilhamento de desafios do desenvolvimento econômico.

⁷⁹ O autor cita como exemplo o mal-estar diplomático entre Brasil e Argentina em 2010 originado em diferenças nas relações entre a China e os dois países (Vadell, 2010, p. 74).

Tendo como marco inicial a crise de 2008, argumentamos que a China mudou sua postura diante dos Estados Unidos, contestando alguns dos elementos de sua hegemonia, em especial sua capacidade de proporcionar crescimento econômico, prosperidade e estabilidade ao sistema interestatal. Em parte, a assertividade da política externa chinesa pode ser entendida como um reconhecimento do amadurecimento da posição chinesa no mundo. Ao mesmo tempo, a China entende que não é capaz de suplantar a hegemonia dos Estados Unidos e trabalha no sentido de criar alternativas que possam assegurar sua relativa autonomia no sistema. 3.2.1, destacaremos alguns elementos da geoestratégia chinesa para a Eurásia e os aspectos da disputa entre as grandes potências no continente – em especial Estados Unidos, Índia e Japão, além da própria China –, resgatando a contribuição de alguns clássicos do pensamento geopolítico. 3.2.2, traremos luz às disputas por recursos naturais e pelos mares da Ásia, fazendo referência aos conflitos que emergem da ascensão chinesa e da NRS.

3.2.1 A Geoestratégia chinesa para a Eurásia

A importância estratégica da Eurásia remonta ao pensamento geopolítico clássico de Halford Mackinder e sua teoria do poder terrestre: pensando no advento da ferrovia, Mackinder exaltou a força de uma potência que por suposto dominasse o *Heartland* em termos de território, população, e acesso a recursos. Além dele, Nicholas Spykman destacou a relação entre o continente Eurasiático e a América do Norte, que se cercam mutuamente, vizinhos pelos Oceanos Pacífico e Atlântico, além do Mar Ártico. Historicamente, orientados por uma visão geoestratégica, as potências hegemônicas sempre atuaram para manter um equilíbrio de poderes a fim de evitar que uma só potência dominasse a Eurásia. Em alguma medida, é possível interpretar por essa ótica as políticas de contenção praticadas pelos Estados Unidos durante o século XX, como faz uma parte da literatura que enfatiza a centralidade do “cerco” e da “ameaça” na história das grandes potências (Clarke, 2016; Fallon, 2015; Flint; Zhu, 2018; Mackinder, 1904, p. 434-436; Padula, 2018, p. 341-344; Padula; Fiori, 2019).

Ainda seguindo essa interpretação, o 2.1.1 dos países europeus (além do Japão), responderam à política de contenção da União Soviética e da expansão do socialismo no contexto da Guerra Fria, tendo sido fundamentais para a industrialização japonesa e sul coreana, as ameaças concretizadas pela Revolução

Comunista na China e pela Guerra da Coréia. Como a premissa desse argumento é de disputa geopolítica e não ideológica, não há qualquer diferença entre esses exemplos e a 3.1.1, sendo apenas mais um passo dado pela potência hegemônica para isolar seu principal rival. Como consequência a RPC teria sido a última dos convidados, antes do fim da União Soviética, e gozou de maior autonomia política relativa aos demais países subdesenvolvidos no mesmo período (Fiori, 2014; Hung, 2018; Medeiros, 1999; 2006; Medeiros; Serrano, 1999).

2.2.2.1. Mesmo assim, a Eurásia continua tendo papel essencial para a potência hegemônica e sua atuação apenas mudou de foco, da Ásia Central/Oriente Médio - área de influência e contestação Soviético-Russa - para o Sul/Sudeste Asiático, área de influência e contestação chinesa. A ascensão chinesa, inclusive militar, deslocou a balança de poder no continente e acendeu um sinal de alerta na potência hegemônica e em algumas potências regionais, como a Rússia, o Japão e a Índia. Esse movimento, além de provocar desconfiança das demais potências, reacendeu conflitos locais, aumentou a sensação de insegurança e instabilidade, e aumentou a pressão competitiva no sistema (Fallon, 2015; Flint; Zhu, 2018; Nordin; Weissmann, 2016; Oliveira, 2017a; 2017b; Padula, 2018; Pinto, 2015; Swaine, 2015; Vadell, 2011). De acordo com Pinto (2015, p. 95-96), entre 2003 e 2013 as despesas militares chinesas cresceram em média 11,7%, contra 2,1% dos Estados Unidos e 2,9% do resto do mundo, e a China se tornou o segundo maior orçamento militar do planeta, atrás apenas dos Estados Unidos.

Do Complexo de Segurança Asiático, a Rússia é potência militar que ocupou o segundo lugar em poderio bélico durante boa parte do século XX, com capacidade nuclear, ocupante de cadeira no Conselho de Segurança da ONU e com um influência sobre a Ásia Central; a República da Índia é potência militar e nuclear com influência sobre o Sul da Ásia; a RPC é potência nuclear e militar, que também ocupa cadeira no Conselho de Segurança da ONU, com influência sobre a Ásia Central, o Sul da Ásia e o Sudeste Asiático; e os Estados Unidos mantêm presença provavelmente mais forte do que todas as demais potências no continente, em especial no Oriente Médio e Sudeste Asiático (Fiori, 2014, p. 35; Nanwani, 2019; Nordin; Weissmann, 2018; Oliveira, 2017a, p. 258; Padula, 2018, p. 343; Swaine, 2015).

Do ponto de vista da potência hegemônica, a ascensão chinesa foi instrumental nas últimas décadas, sobretudo pelo alto grau de integração comercial “virtuosa” entre os dois gigantes. A China ofereceu mão-de-obra barata com enorme escala de

produção e um gigantesco mercado para as firmas estadunidenses, mesmo levando em consideração todas as condicionalidades estipuladas para a instalação de firmas estrangeiras na RPC (Garcia, 2012; 2017; Huang, 2016; Hung, 2018; Ribeiro, 2018; Vadell, 2011). Até a administração de Obama, os Estados Unidos se utilizaram de medidas de contenção no guarda-chuva do Pivô para a Ásia para frear a expansão chinesa e o surgimento de outras potências não-alinhadas que seguissem a mesma estratégia, o que fica claro nas diretrizes antipolítica industrial presentes do *Transpacific Partnership* (TPP). Na mesma medida, o governo estadunidense criou um arranjo de segurança baseado no estreitamento de relações bilaterais com países asiáticos, implementando iniciativas que visassem isolar a China de seus vizinhos e criando uma sensação de cerco. Desde que chegou ao poder, Xi Jinping assumiu uma postura crítica ao arranjo promovido pelos Estados Unidos e com a NRS, pratica uma doutrina de “Ásia para os Asiáticos”, que busca diminuir a influência da potência hegemônica na região e, na visão dos estadunidenses, excluí-los do continente⁸⁰ (Ahmad, 2017, p. 87; Cai, 2017; Cheng, 2016; Flint; Zhu, 2018; Huang, 2016; Hung, 2018; Nanwani, 2019; Nordin; Weissmann, 2016, p. 243-244; Swaine, 2015; Yelery, 2019).

Não obstante, a NRS não responde única e exclusivamente à dinâmica de acumulação interna, sendo também uma resposta aos entraves e desafios impostos pela potência hegemônica à China. Em 2016, os conflitos se intensificam com a eleição de Donald Trump e a postura “nacionalista” dos Estados Unidos que, num primeiro momento, implementam um isolacionismo após o relativo fracasso da “Guerra ao Terror” promovida no Oriente Médio. Todavia, a Casa Branca rompe com a forma indireta pela qual Washington atuava no continente, dando espaço a uma postura mais agressiva e protecionista, evidenciada na “Guerra Comercial”. O recrudescimento nacionalista estadunidense em conjunto com os problemas internos europeus cria uma janela de oportunidade para a China, ao mesmo tempo em que aumenta a sensação de insegurança e instabilidade para os aliados estadunidenses na região (Ahmad, 2017; Andornino, 2017; Blank; Kim, 2016; Cai, 2017; Clarke, 2016; Fallon, 2015; Medeiros, 1999; 2006; Nordin; Weissmann, 2018; Padula, 2018; Pinto;

⁸⁰ De acordo com o presidente e CEO da Associação Nacional de Defesa do Transporte estadunidense (National Defense Transportation Association) e ex-Vice-almirante Andy Brown, a NRS tem o potencial de destruir e suplantando as cadeias de produção estadunidenses, negando acesso ao país ao comércio da Ásia (Center for Strategic & International Studies, 2018).

BALANCO, 2013; Wang; Liu, 2019). De acordo com Mike Pence⁸¹, Donald Trump descreveu o momento como “uma nova era de ‘competição das grandes potências’” (Pence, 2018).

Diante do ceticismo da nova administração em Washington sobre a capacidade das instituições internacionais e do multilateralismo em assegurar os interesses nacionais, a ordem liberal internacional parece ter um novo defensor: a própria China (Andornino, 2017). Em sua análise da ascensão chinesa, Garcia (2017, p. 387-388) destaca a inversão de posições no discurso de Estados Unidos e China:

[...] a ascensão de Trump nos EUA e sua guinada a um relativo protecionismo econômico coloca a China, sempre compreendida como um modelo diferenciado que conduziu sua economia fora dos padrões impostos pelo ‘Consenso de Washington’, em uma nova posição. Ela **hoje perfila como defensora do mercado aberto e da globalização** (grifo nosso).

Esse “neoliberalismo” chinês, que pode ser observado em documentos oficiais, discursos de autoridades chinesas e nos princípios da NRS (China, 2015d, 2017; China, 2017a; PAQUISTÃO; CHINA, 2017), é parte da tentativa chinesa de suavizar sua imagem externamente, frente à vitória ideológica neoliberal no contexto do Consenso de Washington desde o fim da Guerra Fria. Em seu discurso no Fórum Econômico Mundial em janeiro de 2017 e novamente no Fórum da Nova Rota da Seda em maio de 2017 (Nordin; Weissmann, 2018, p.239-240), Xi Jinping posicionou a China como defensora, promotora e líder do capitalismo global e do livre mercado.

Recentemente, as tentativas dos Estados Unidos de boicote à NRS e isolamento da China têm sido malsucedidas e Washington parece divergir para duas principais opiniões: enquanto um grupo considera a NRS uma enorme ameaça à segurança e à hegemonia dos Estados Unidos, outros entendem a NRS como um esquema fadado ao fracasso em decorrência de elementos considerados problemáticos, como o baixo retorno dos investimentos e o endividamento massivo de países participantes. Em todo caso, mesmo alguns dos aliados mais próximos dos Estados Unidos na região, como a Coreia do Sul, a Arábia Saudita e até mesmo o Japão, já aderiram à iniciativa e colaboram hoje com a China em ao menos um projeto ligado à NRS (Khana, 2019).

⁸¹ Vice-Presidente estadunidense na gestão de Donald Trump.

Como ocupa o lugar de uma potência contestadora, a China se posiciona de forma cautelosa nas disputas no continente. A rivalidade histórica com a Rússia desde o racha sino-soviético e o alinhamento entre os Estados Unidos e a RPC na Guerra Fria parece arrefecer com a aparente comunhão entre a “Grande Eurásia” de Vladimir Putin e a NRS de Xi Jinping. Nos últimos anos, os países têm atuado de forma conjunta em diversas iniciativas e coexistem de forma relativamente pacífica. Uma das iniciativas mais recentes diz respeito à tentativa de criação de uma *internet* soberana e independente dos Estados Unidos na Rússia, que tem sido executada com apoio da Huawei. Em alguma medida, a RPC tem tentado incluir os russos em negociações que envolvam a Ásia Central, considerado uma região estratégica para a segurança de Moscou. Dos países da NRS, a Rússia é a que parece mais ter se integrado com a China nos últimos anos (Ahmad, 2017; Fallon, 2015; Blank; Kim, 2016; Chen *et al*, 2019; Padula, 2018).

A relação entre a Pequim e Nova Délhi se estremeceram com o avançar da NRS – que é percebida como um cerco pelos indianos – e a aproximação entre China e Paquistão também é vista com cautela pela Índia. Após o fim da União Soviética. Nova Délhi se aproximou de Washington e integrou iniciativas multilaterais encabeçadas pela potência hegemônica e seus aliados, como o Banco Mundial e o BDA, apesar de manter uma diplomacia diversificada, fazendo parte de iniciativas lideradas pelos chineses, como o BAII, o NBD e a OCX (Nanwani, 2019). Nos últimos anos, a RPC tem se esforçado para incluir a Índia em suas iniciativas, mas os indianos têm sido relutantes em aceitar o rótulo da NRS, apesar de não se opor a cooperar com os chineses (Parashar, 2019; Yelery, 2019). No corredor da iniciativa que passa pelo país – O Corredor Econômico Bangladesh-China-Índia-Myanmar –, Nova Délhi tem adotado uma tática de boicote com o objetivo de atrasar o projeto o máximo possível. Assim como na China, a política externa indiana, que tinha um perfil reconhecidamente mais baixo, também teve uma virada mais assertiva com a eleição (e subsequente reeleição) do PM Narendra Modi, de perfil mais conservador, nacionalista e expansivo, dando fôlego novo a alguns conflitos locais, não apenas com a China, no caso da NRS, mas principalmente com o Paquistão, no caso do CECP e da Caxemira (Cheema, 2018; Das, 2017; Fallon, 2015; Nanwani, 2019; Nordin; Weissmann, 2016; PM Imran..., 2019; Wu, 2019).

Por fim, a RPC ainda alimenta rivalidades históricas com o Japão através de sua mídia e sistema educacional. A ausência de poderio militar e o histórico de

agressões fazem de Tóquio um adversário perfeito para uma China que busca evitar o conflito bélico. Por um lado, a ainda fraca, embora crescente, capacidade militar do Japão, bem como suas restrições constitucionais (mesmo que insuficientes no caso de vizinhos mais fracos) parecem bastar para dissuadir uma agressão contra um vizinho com a capacidade militar de Pequim. Por outro, as hostilidades históricas entre os países são mais do que o suficiente para alimentar o nacionalismo e instrumentalizar a percepção de ameaça em favor do projeto desenvolvimentista da RPC (Oliveira, 2017b; Oliveira; Nogueira, 2018).

Historicamente, o Japão é um aliado estratégico dos Estados Unidos e participou ativamente das iniciativas da potência hegemônica na região, tanto em seus arranjos de segurança, quanto nas iniciativas multilaterais que se multiplicaram no continente desde os anos 1980 (Nanwani, 2019). Tóquio também teme que a NRS desalinhará a balança de poder no continente em favor da China e introduzirá competição em mercados no qual as empresas japonesas têm presença assegurada (Nanwani, 2019; Nordin; Weissmann, 2018). Apesar disso, o Japão enviou o secretário geral do partido liberal Toshihiro Nikai ao Fórum da NRS em maio de 2017 e em junho do mesmo ano o PM Shinzo Abe declarou que o Japão está pronto para cooperar com a China no âmbito da NRS, antecedendo a aprovação de medidas diplomáticas e institucionais para facilitar a cooperação entre as empresas japonesas e chinesas. Em parte, essas medidas podem ser atribuídas à reversão do apoio estadunidense à Estratégia do Indo-Pacífico Livre e Aberto encampada por Abe em 2007 e bancada até então pela administração Obama, como parte de seu arranjo de segurança para o continente (Nanwani, 2019, p. 285).

3.2.2 Geopolítica dos recursos naturais e dos mares

Um dos campos onde a disputa na Ásia mais ganha destaque é no controle dos mares da região, das quais se destacam o Mar do Sul da China (MSC) e do Mar do Leste da China (MLC). Além da disputa territorial pelas linhas que dividem os mares da região, o controle sobre ilhas, arquipélagos ou mesmo a capacidade de exploração de recursos empurram os países da Ásia uns contra os outros⁸². Em 2012, a

⁸² No Mar do Sul da China, destacamos os conflitos históricos envolvendo os arquipélagos de Paracel (entre China, Taiwan e Vietnã) e Spratlys (envolvendo China, Taiwan, Malásia, Filipinas, Brunei

nacionalização das ilhas Senkaku pelo Japão afetou a relação diplomática entre os países, e em 2013 o Japão se recusou a integrar o recém-formado BAII alegando falta de transparência e regras de governança claras. Os mares asiáticos são alvo de controle e intervenção constante dos Estados Unidos, que possuem bases militares espalhadas pela região (Ahmad, 2017, p. 89; Almeida, 2018, p. 46-47, 62, 65-68, 71-73; Hung, 2018, p. 16; Nanwani, 2019, p. 285; Oliveira, 2017a, p. 257, 260).

Do ponto de vista estratégico, o MSC se destaca pela sua relevância por ser um gargalo para o funcionamento normal do comércio internacional, ligando o Oriente Médio e o Oceano Índico ao Pacífico pelo Estreito de Malaca. O abastecimento de petróleo e energia de países como Japão, Coréia do Sul, Taiwan e até mesmo da própria China dependem dessas rotas marítimas controladas pelos Estados Unidos, por onde passa cerca de 80% do petróleo importado por esses países. Além do controle da potência hegemônica, a Índia também tem forte presença militar na região com bases nas Ilhas de Andamão e Nicobar, a 800 km do Estreito de Malaca (Ahmad, 2017, p. 89; *The Belt and...*, 2018; Padula, 2018, p. 366). Em termos de comparação, o MSC é responsável por duas vezes o tráfego do Canal de Suez e três vezes o Canal do Panamá. No que se refere ao MLC, o mar é considerado uma área de contenção entre a China e Estados Unidos, além de ser uma região rica em recursos minerais e gás natural (Oliveira, 2017a, p. 266-268).

Por muito tempo, os mares foram considerados comuns a todos os países. No entanto, hoje fazem parte integral do território de uma nação, e sua ocupação e controle são ainda mais difíceis do que sobre os domínios terrestres. Além das disputas de fronteiras baseadas em rivalidades históricas ou recursos naturais, o domínio sobre os mares muitas vezes se ancora na busca dos Estados por segurança, assim como na terra. Da mesma forma que um país expande seu território para criar “zonas de segurança”⁸³, o controle sobre os mares oferece uma área de defesa aos estados que precisa ser maior quanto maior a potência e o alcance do poderio bélico dos seus vizinhos (Oliveira, 2017a, p. 258-259).

e Vietnã). No Mar do Leste destacamos a disputa pelas ilhas Diaoyu/Senkaku/Diaoyutai (entre China, Japão e Taiwan) que remonta a conflitos históricos entre os países. Além da aceleração da construção de ilhas artificiais pela China para reforçar suas reivindicações territoriais (ALMEIDA, 2018, p. 60-61; Oliveira, 2017a, p. 266-268; 271; Pinto, 2015, p. 97).

⁸³ A “zona de segurança” elucidada por Tilly faz parte do mesmo enigma que levou John Hertz a propor a tese do “dilema de segurança”, ambos, partes integrantes da sistematização da Teoria do Poder Global de Fiori (Fiori, 2004, p. 25-26).

Apesar de encampar a retórica da “ascensão pacífica” como princípio, a diplomacia chinesa tem abandonado progressivamente sua linha “Denguista”, sobretudo nas primeiras décadas do século XXI, 3.1.3. Embora pareça reconhecer que não possui ainda a capacidade política e militar de bancar uma atuação externa intervencionista como os Estados Unidos, o país tem tido uma preocupação crescente com defesa e segurança e responde hoje por 10% do orçamento militar do mundo (Ahmad, 2017; Almeida, 2018, p. 55-56, 59-60; Cheng, 2016, p. 310; Hung, 2018, p. 20-21; End Of..., 2017; Nordin; Weissmann, 2016; Pinto, 2015, p. 95-96; Torres; Pose, 2018, p. 9; Ribeiro, 2018, p. 31-32). Além da atuação chinesa nos mares, a ausência de instituições internacionais ou potências, consideradas legítimas para arbitrar os conflitos no continente ou fortes o suficiente para impor sua decisão, causa preocupação em seus vizinhos e gera reações dos demais atores da região, entre estes, a tendência de remilitarização do Japão de Shinzo Abe e a construção de laços militares entre a Índia e Malásia (Pandit, 2018; Fiori, 2004, p. 11-20; Oliveira, 2017a, p.271; 2017b; Pinto, 2015).

Para expandir sua posição nos mares, a China tem adquirido direitos de operação em portos estratégicos por todo o globo, geralmente por meio de suas estatais, como o Porto de Hambantota, no Sri Lanka; o Novo Porto de Haifa em Israel; o Porto de Contêineres de Pireus, na Grécia; o Porto de Gwadar, no Paquistão, e investido em outros como o Porto de Roterdã, na Holanda; o Kumport na Turquia, além de outros em Bangladesh, na Malásia e em outros lugares do mundo (Ahmad, 2017; Ali, 2019; Fallon, 2015; Ismail, 2014; Tekdal, 2018). Em dezembro de 2017, a China adquiriu o controle do porto de Hambantota no Sri Lanka por 99 anos, incluindo o direito de exploração econômica de algumas terras na região, após um acordo com o governo local para quitação de mais de US\$ 8 bilhões em dívidas com estatais chinesas, o que levou autoridades indianas e estadunidenses a declarar que o controle do porto fazia parte do objetivo inicial da China desde o início (Center for Strategic & International Studies, 2018). O porto dá à China acesso ao Oceano Índico e evidencia um potencial problema para os parceiros chineses na iniciativa que alguns analistas e autoridades estão se referindo como “armadilha de dívida” ou “diplomacia da dívida” chinesa (Joy-Perez; Scissors, 2018; Parashar, 2019; Why China..., 2018). Além da capacidade de explorar comercialmente o porto, o acesso causa preocupação pela possibilidade de uso dual pela China durante o próximo século, evocando o episódio do estabelecimento da primeira base militar chinesa em solo

estrangeiro no Djibuti em julho de 2017 (Almeida, 2018, p. 90-92; Blackwill; Harris, 2016, p. 111; Djibouti: China..., 2017; Hurley *et al*, 2018, p. 2). Dentre as figuras públicas a se manifestarem sobre o assunto, chama atenção o tom hostil empreendido pelo vice-presidente dos Estados Unidos, Mike Pence, em entrevista concedida em outubro de 2018, evocando o que considera ser a estratégia chinesa de militarização do projeto (Pence, 2018).

Um caso semelhante diz respeito ao financiamento de projetos de infraestrutura de transporte no Laos, onde a China construiu trens de alta velocidade, ligando a capital do país, Vientiane, à cidade de Kunming, no sudeste da China. A construção da primeira e única ferrovia do país evidencia o abismo existente entre a China e vários de seus vizinhos no Sul e Sudeste Asiático, e a carência de infraestrutura e financiamento pelo qual muitos desses países passam. A ferrovia liga Laos à Cingapura, conectando-se à rota tradicional de abastecimento do petróleo chinês no Estreito de Malaca. Devido ao alto grau de endividamento, alguns analistas apontam para a possibilidade de o governo chinês ganhar direitos de uso e exploração econômica do trecho nos mesmos moldes do que ocorreu no Sri Lanka (Almeida, 2018, p. 90-92; Blackwill; Harris, 2016, p. 111; Ismail, 2014, p. 190-192).

Dessa forma, a NRS se insere no contexto dessa atuação chinesa que consterna as potências rivais, mas além da atuação desestabilizadora de potências rivais e das disputas entre vizinhos no MSC, o Estreito de Malaca é alvo constante de ataques de piratas, além de movimentos tectônicos que provocam perdas e destruição. Pode se dizer que a dependência chinesa do Estreito é um dos grandes gargalos que move a construção do mais importante corredor da NRS, o Corredor Econômico China-Paquistão (CECP). Conforme abordaremos no 145, para entender melhor o que envolve o CECP, analisaremos um pouco mais nos desafios que envolvem a ascensão chinesa e sua aproximação com o principal parceiro nessa empreitada em particular, o Paquistão. Por ora, nos determos na discussão sobre os 131.

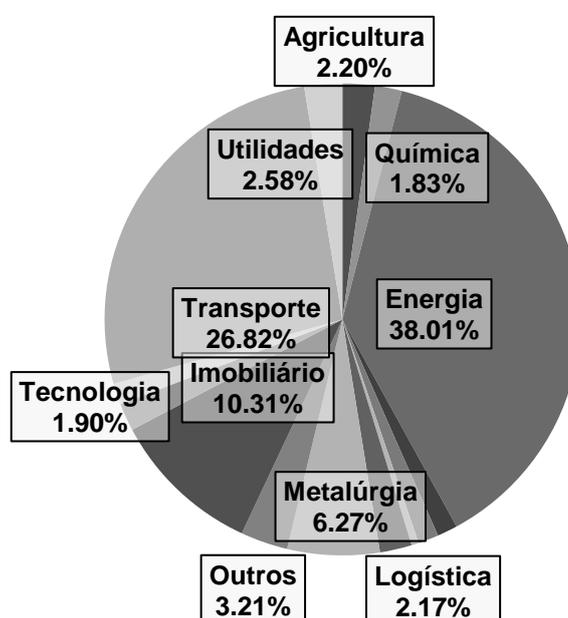
3.3 A NOVA ROTA DA SEDA E OS IMPACTOS DA EXPANSÃO CHINESA

O pilar mais divulgado e talvez um dos mais fortes da NRS é a exportação de capitais chineses na forma de IDE. Utilizando dados do *China Global Investment Tracker* (CGIT) podemos perceber que o investimento chinês na NRS agregado (entre

outubro de 2013 quando o projeto foi anunciado até dezembro de 2018) chegou a US\$614 bilhões⁸⁴, embora algumas estimativas ultrapassem os trilhões (American Enterprise Institute, Center for Strategic & International Studies, 2018). As saídas de maior destaque são de estatais nos setores de energia e infraestrutura de transporte, que representam 38,01% e 26,82% dos investimentos totais, respectivamente.

Os principais alvos são a África e o Sudeste Asiático, que tomam 27,2% e 19,33% dos Investimentos agregados no âmbito da NRS, desde que o projeto foi anunciado em 2013, respectivamente. De 2000 a 2012 a China fundou 1666 projetos de assistência oficial espalhados em 51 países diferentes. (Dreher *et al*, 2017; Hung, 2018; Torres; Pose, 2018). Em 2016, pela primeira vez o fluxo de IDE originado na China se torna maior do que o IDE com destino ao país e a diferença entre ambos vem crescendo desde então (Song, 2019, p. 15). De acordo com Jonathan Hillman, coordenador do projeto *Reconnecting Asia*, do *Center for Strategic and International Studies* (Center for Strategic & International Studies, 2018), até outubro de 2018, aproximadamente um quarto dos projetos anunciados até então já haviam sido

Figura 1: Investimento agregado chinês (% do total) nos países da NRS (incluindo construção) por setor, destaque para os 10 maiores (Out.2013-Dez.2018).



Fonte: AMERICAN ENTERPRISE INSTITUTE. Elaboração própria.

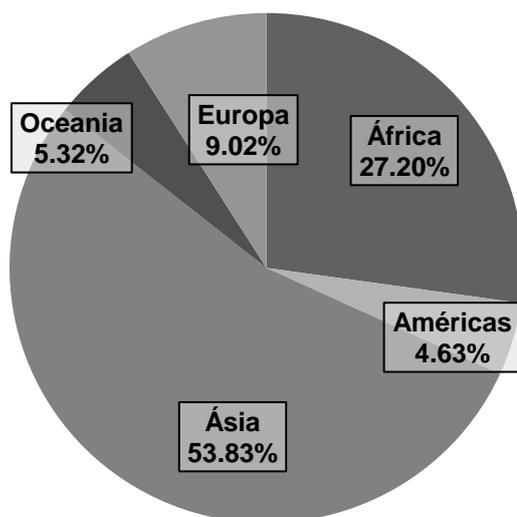
concluídos, o que pode parecer pouco, mas representa uma parcela significativa para

⁸⁴ Os dados só levam em consideração projetos acima dos US\$100 milhões. Os dados incluem gastos em construção, que representam a maior parcela do total com US\$394 bilhões (AMERICAN...)

grandes projetos de infraestrutura em escala regional e global, especialmente se considerado que apenas cinco anos se passaram de uma visão de longo prazo que deve perdurar por décadas.

A lógica expansiva do capital chinês se acentua com a sensação de instabilidade criada pela crise de 2008 e se reforça com o recrudescimento das políticas nacionalistas no mundo. Em alguma medida, a própria ascensão da China pode ter contribuído para o fortalecimento de “coligações neo-mercantilistas” nos Estados Unidos⁸⁵. Apesar dos países centrais ainda serem os principais parceiros comerciais da China, o país tem ampliado seu relacionamento comercial e aumentado seus investimentos em infraestrutura em países periféricos, mudando seu patamar na participação mundial em IDE e ajuda externa (Jennings, 2018, Almeida, 2018; Dreher *et al*, 2016, 2017; Garcia, 2017; Hiratuka, 2018; Hung, 2018; Hurley *et al*, 2018; Lopes

Figura 2: Investimento agregado chinês (% do total) nos países da NRS (incluindo construção) por região (Out.2013-Dez.2018).



Fonte: AMERICAN ENTERPRISE INSTITUTE. Elaboração própria.

et al, 2013; Ribeiro, 2015; 2018; Vadell, 2011).

A pujança do crescimento da economia chinesa foi responsável por uma expansão da demanda por *commodities* que se deu de forma concomitante com um processo de reprimarização de economias da América Latina e da África. Uma parte da literatura enfatiza o “efeito China” na piora das economias da periferia, geralmente

⁸⁵ Por mais que defenda a visão de que a China não seria uma potência “contra-hegemônica” por entender que suas classes dominantes estão imbricadas com a hegemonia estadunidense, Garcia (2012, p. 7), antes mesmo da eleição de Trump e da ascensão de movimentos protecionistas no país, caracterizou esse processo a partir da leitura dos conflitos entre os centros de poder em uma ordem “não hegemônica” na visão de Robert Cox, resgatando a origem das conturbações na crise de 2008.

destacando o papel da busca chinesa por novos espaços para a acumulação de poder e dinheiro na deterioração da estrutura produtiva dos países⁸⁶. Outro grupo de autores observa os efeitos da crise internacional e a adesão ao consenso neoliberal como principal causa para a piora das economias destes países, entendendo que a ascensão chinesa tenha tido efeitos positivos para as economias dos países que usualmente superam os efeitos negativos⁸⁷.

De acordo com Celio Hiratuka (2018; 2019), Ho-fung Hung (2018) e Javier Vadell (2011), com a expansão do comércio chinês na América Latina e África, o agronegócio e a mineração assistiram seus retornos econômicos decolarem em oposição aos projetos de industrialização nacionais, enquanto a China pressionou o setor manufatureiro desses países com sua oferta inesgotável de produtos industrializados à baixos custos. Para Hiratuka (2018), essa dinâmica teve impactos distintos nas economias dos países primário-exportadores, mas os efeitos teriam sido mais evidentes em alguns países africanos, nos quais as estatais chinesas passaram a controlar a cadeia produtiva da mineração de ponta a ponta. Ainda segundo o autor (2019, p. 170-171), o crescimento das relações comerciais entre China e Brasil (a RPC se torna a principal origem das importações do Brasil em 2012) intensificou um padrão de comércio que reforça as vantagens comparativas dos países. Em 2010, 80% da pauta de exportação brasileira para a China era composta de petróleo bruto, soja e minério de ferro, enquanto a pauta importadora se concentrava em manufaturas de média e alta IT. Para Javier Vadell (2011) o reforço da especialização comercial do tipo centro-periferia entre a América Latina e a RPC atingiu mais fortemente países com parques industriais consideráveis, como Brasil e Argentina. No que se refere ao IDE, Hiratuka (2019, p. 174) destaca que embora os fluxos originados na China tenham crescido, em 2016 o IDE chinês para o Brasil ainda ficava atrás de países

⁸⁶ Nessa perspectiva incluímos o trabalho de Ana Elisa Saggioro Garcia (2017) sobre a relação entre os países BRICS e a África; a pesquisa de Esther Majerowicz Gouveia (2013) sobre a integração produtiva entre China e Malásia; a visão de Celio Hiratuka sobre a relação entre China e América Latina (2018) e sobre o IDE chinês no Brasil (2019); além da análise de Ho-fung Hung (2018) sobre a ascensão chinesa e os impactos para o Sul Global.

⁸⁷ Destacamos nessa perspectiva, a análise de Linda Calabrese (2019) sobre o IDE chinês no continente africano; o trabalho de Barbara Ferreira Lopes, Daniele Cardoso do Nascimento e Javier Alberto Vadell (2013) sobre o Fórum de Cooperação China-África (FOCAC); a pesquisa de Enrique Dussel Peters (2019) sobre os impactos do IDE chinês na América Latina e Caribe; a análise de Eduardo Costa Pinto (2013) sobre a integração produtiva entre China e os países da ASEAN, com destaque para o Vietnã; os trabalhos de Valéria Lopes Ribeiro sobre a expansão chinesa na África (2015) e sobre o imperialismo no século XXI (2017); e o trabalho de Javier Vadell (2011) sobre as relações entre China e América do Sul.

como Estados Unidos, Japão e países da Europa Ocidental, ocupando a 13ª posição em volume, e representando apenas 2,5% do volume total de IDE destinado ao país. Por mais que tenha se diversificado setorialmente entre 2005 e 2017⁸⁸, o IDE chinês no país se concentrou em fusões e aquisições, limitando drasticamente sua capacidade de geração de emprego e VA (Hiratuka, 2019, p. 180-181).

Seguindo a mesma linha, Ana Elisa Saggiore Garcia (2017) identifica que uma das formas de reforço da matriz produtiva dos países primários exportadores se deu através da utilização de acordos de exportação de recursos naturais como o pagamento de empréstimos. Com o crescimento do endividamento “Sul-Sul”, países primário-exportadores comprometeram parte de sua produção futura de *commodities*⁸⁹ para o pagamento de dívidas a países como a China, como no caso de Angola e Venezuela, o que limitou a capacidade desses países de diversificar suas estruturas produtivas. Segundo Vadell (2011), os investimentos chineses na região reforçaram a especialização comercial entre os países, e para Garcia (2017), não apenas a concentração dos investimentos nos setores de extração e de infraestrutura, mas também os acordos de proteção de investimento da China no continente foram semelhantes àqueles das potências tradicionais⁹⁰. Para ambos os autores, a relação entre os países não poderia ser caracterizada como “Sul-Sul”⁹¹.

De acordo com Ho-fung Hung (2018), a atuação da China nesses países levantou muitos questionamentos sobre como a projeção externa chinesa poderia ser entendida no âmbito das disputas imperialistas, ou como a ascensão de uma nova

⁸⁸ O autor enfatiza os diferentes resultados atingidos ao se utilizar fontes distintas de monitoramento do IDE. Utilizando os dados do Banco Central do Brasil, o setor de mineração e petróleo passou de 90,8% em 2010 para 40,4% do IDE em 2016. Em contrapartida, o setor de eletricidade e água teria crescido para 35% do IDE em 2016 (Hiratuka, 2019, p. 174-175). Utilizando dados do Monitor de IDE da Red ALC-China, a queda na participação do setor de mineração e petróleo teria sido mais drástica, de 92,9% no período entre 2003 e 2009; para 72,2% entre 2010 e 2013; e finalmente apenas 5,6% entre 2014 e 2017. Enquanto isso, o setor de eletricidade e água teria subido drasticamente, de 10,7% entre 2010 e 2013, para 85,6% entre 2014 e 2017 (HIRATUKE, 2019, p. 178).

⁸⁹ Calabrese (2019, p. 71-72) destaca que a despeito dos riscos associados ao modelo de empréstimos com garantia de recursos, como o reforço da especialização produtiva ou a insegurança quanto ao preço futuro das *commodities*, estes são amplamente recomendados e utilizados, inclusive por países da Europa, em parte por evitar o uso de dólar em múltiplas transações entre países com elevadas restrições de divisas na balança de pagamentos. Em 2016, esse modelo representava 1/3 dos empréstimos chineses para o continente, sendo a maioria baseados em petróleo.

⁹⁰ A autora enfatiza a orientação dos projetos de infraestrutura para a atender a indústria extrativista, criando corredores de exportação, e cita como exemplo o Corredor de Nacala em Moçambique (Garcia, 2017, p. 380).

⁹¹ Apesar de crítico, Vadell (2011, p. 68) caracteriza a relação estabelecida entre a América Latina e a RPC como uma forma particular de relação Norte-Sul, uma espécie de “interdependência assimétrica”, que “se mostrou uma interessante alternativa aos rígidos constrangimentos do ‘Consenso de Washington’”.

potência neocolonial. Seguindo uma linha clássica do debate imperialista, o autor destaca que o sucesso da estratégia de acumulação chinesa até então empurrou o país para a busca de novos territórios para a expansão do seu capital, para aliviar a sobrecapacidade de sua indústria pesada e garantir o abastecimento de recursos naturais necessários à acumulação.

No caso de países da periferia asiática, Esther Majerowicz (2015) aponta que a ascensão chinesa e sua inserção nas CVG tiveram impactos diferenciados entre os países dependendo do grau de integração destes com a estrutura produtiva chinesa e do tamanho de seus mercados. Em seu estudo da integração produtiva da Malásia, a autora destaca que a subida chinesa nas cadeias produtivas da indústria eletrônica deslocou a produção malaia para a parte mais intensiva em trabalho da produção de semicondutores por meio de indústrias multinacionais estrangeiras. Devido ao tamanho reduzido do mercado malaio, o aumento dos fluxos de comércio exterior com a China e a regressão no valor agregado da produção industrial no país tiveram impactos significativos na estrutura produtiva, reforçando uma estrutura dependente e tensionando o relacionamento entre Malásia e China. Em seu estudo sobre a percepção dos países da Ásia Central sobre a NRS, Maria Danilovich (2018, p. 299) afirma que, na opinião de especialistas cazaques, o estreitamento de laços bilaterais entre o país e a China em conjunto com quantidades massivas de IDE em atividades extrativas com a NRS reforçou a estrutura produtiva e a pauta exportadora primária do país.

De acordo com o projeto *Reconnecting Asia*, parte considerável dos efeitos de encadeamento do IDE chinês pode ser absorvida pela China, ao utilizar suas empresas para construir as malhas de infraestrutura (Center for Strategic & International Studies). Dos financiamentos aprovados no guarda-chuva da NRS até então, 89,0% dos projetos financiados por capital chinês são executados por empresas chinesas⁹², enquanto em 7,6% dos contratos são operados por empresas locais. Mesmo no caso de projetos financiados por bancos multilaterais, como o BDA ou o BAII, 29,0% dos projetos estão ficam com empresas chinesas, enquanto as empresas locais realizam 40,8% dos contratos. Esses dados sugerem que uma parcela significativa dos projetos financiados por parceiros chineses é empreendida por firmas chinesas, o que significa que, na ausência de mecanismos de proteção,

⁹² "Very often (but not always) loans from China have been tied to the use of Chinese goods and services" (CALABRESE, 2019, p. 70).

podem ser responsáveis por escoar parcela significativa da renda gerada de volta para a China, não só via juros⁹³, mas também através de salários, lucros e redes de fornecedores.

De acordo com o mesmo estudo (Center for Strategic & International Studies, 2018), a forte presença das estatais chinesas, mesmo em projetos financiados por bancos multilaterais, pode ser entendida não apenas do ponto de vista das redes de *guanxi* mas da alta competitividade que as firmas chinesas desenvolveram nestes setores nos últimos anos⁹⁴. A análise de Yeh e Wharton (2016, p. 298) sobre a atuação externa do Banco ExIm aponta que 50% dos recursos empregados nos projetos financiados pelo banco devem vir da China. Ainda de acordo com os autores, no caso angolano os materiais, equipamentos e tecnologia empregados chegam a ser 70% chineses. De acordo com Nogueira e outros (2016), esse tipo de padrão de acumulação pode resultar em economias com alto grau de porosidade, com transferência de renda, subordinação à dinâmica de extração que leva a ganhos privados e perda sociais, dependendo das dinâmicas sociais e da ação do Estado.

No que se refere à transferência de renda, uma das críticas que a RPC tem se mobilizado para superar se refere ao uso de mão-de-obra chinesa em seus empreendimentos pelo mundo, que gerou problemas em sua atuação na África Subsaariana, no Laos e na Tailândia⁹⁵. O CSIS estima que dois terços da mão-de-obra não qualificada nos projetos desenvolvidos pelos chineses seja africana, apesar da mão-de-obra qualificada e posições de gerência ainda estar nas mãos dos chineses (Center for Strategic & International Studies, 2018; Junchi, 2017). De acordo com Yeh e Wharton (2016, p. 298), menos de 15% da mão-de-obra empregada por empresas chinesas de petróleo na Angola eram locais. Em sua análise do IDE chinês na África, Calabrese (2019, p. 74-75) se apoia em estudos recentes e dados disponibilizados por entidades locais para afirmar que o investimento chinês é criador indiscutível de empregos locais no continente, variando de 50 a 90% do total da mão-de-obra. Embora a autora reconheça que a mão-de-obra chinesa ocupa cerca de 10%

⁹³ Song (2019, p. 25-26) ressalta uma mudança no marco regulatório do IDE chinês em 2016 para evitar a canalização de fluxos domésticos através de paraísos fiscais para se aproveitar de taxas preferenciais que retornam para o país de origem, facilitando o direcionamento dos investimentos chineses para o setor produtivo e diminuindo os fluxos especulativos (Song, 2019, p. 25-26).

⁹⁴ Utilizando dados de 2016, das dez maiores empresas do setor de construção (medido pela receita), sete são chinesas (Center for Strategic & International Studies, 2018).

⁹⁵ De acordo com a diretora de estudos asiáticos do CSIS, Amy Searight (Center for Strategic & International Studies, 2018).

da força de trabalho, em geral em cargos gerenciais, de salários mais elevados, ela destaca que a proporção de trabalhadores locais tende a aumentar com o tempo, inclusive em posições de maior destaque e remuneração.

Um dos ganhos propagandeados para os países receptores diz respeito ao potencial de redução de custos da economia local devido aos investimentos em infraestrutura, a criação dessas malhas conectadas de transporte, geração e transmissão de energia, além de logística, teriam impactos nos custos de produção e tornariam as economias dos países receptores mais competitivas internacionalmente, aumentando os fluxos de comércio. Em primeiro lugar é preciso ressaltar que os investimentos estrangeiros em setores chave como energia, telecomunicações ou transporte não apenas não garante o barateamento de custos, como pode resultar em custos ainda maiores para os países, que, ao não dominar as tecnologias internamente, não possuem condições de competir com estas empresas, gerando potenciais monopólios. Traçando um paralelo à NRS, Yeh e Wharton (2016, p. 290, 298, 300, 306) ressaltam que a estratégia de desenvolvimento do interior chinês teve resultados contraditórios. Apesar dos subsídios e dos investimentos em infraestrutura terem elevado o nível de atividade econômica na região do Tibet, Mongólia Interior e Xinjiang, o modelo de desenvolvimento agrícola “de cima para baixo” em regiões geograficamente heterogêneas como as duas primeiras resultou em problemas socioambientais. Além disso, o fluxo de migração Han estimulado pela atividade econômica criou atritos entre as populações migrantes e locais⁹⁶. No caso do Tibet, se configurou um nível de endividamento com as outras províncias devido aos fluxos de renda enviados para fora para a aquisição de máquinas e equipamentos, além dos salários dos migrantes. Mesmo assumindo que essas empresas não utilizem sua posição privilegiada para obter lucros extraordinários, uma eventual redução de custos e abertura comercial é vantajosa para a China, que parece buscar a criação de economias regionais sobre as quais terá não apenas o controle da infraestrutura, como também o domínio das pontas das CVGs (Flint; Zhu, 2018; Hung, 2018;

⁹⁶ Baseados em estudos de alguns casos de migração interna e para a África, Yeh e Wharton (2016, p. 300) sugerem que as estimativas sobre migração chinesa são exageradas e a percepção da migração chinesa é muito maior do que o número de migrantes de fato. Os autores atribuem esse efeito a duas causas fundamentais. Por um lado, a migração mesmo de uma parcela modesta de trabalhadores chineses para comunidades com pequenas economias cria uma sensação de lotação. Por outro lado, o isolamento e a criação de comunidades autocontidas de chineses, com pouco contato externo também influencia essa percepção, embora os autores enfatizem que esta não é uma característica distinta de outros fluxos migratórios.

Medeiros, 2017; Medeiros; Serrano, 1999; Nogueira, 2015b; Nogueira *et al*, 2018a; Yu; Zhang, 2015).

Em muitos países como Malásia⁹⁷, Zâmbia, Serra Leoa (Center for Strategic & International Studies, 2018; Junchi, 2017) e até mesmo no Paquistão (Khattak, 2019), a plataforma anti-China elegeu líderes (How Pakistan's..., 2018) e destruiu carreiras políticas (Pakistan: Ousted..., 2019) através de acusações de corrupção (Pakistan: Former..., 2018). Mesmo assim, algumas observações preliminares apontam para ausência de mudanças significativas no relacionamento desses países com a China, mesmo no caso em que esses líderes são eleitos (Center for Strategic & International Studies, 2018).

Por outro lado, Valéria Lopes Ribeiro (2015, 2017) critica a utilização da categoria imperialista para descrever a relação chinesa com os países da África e da América Latina. A autora (Ribeiro, 2015) destaca que o saldo comercial positivo do continente africano com o gigante asiático teve impactos benéficos para os países no plano macroeconômico e ressalta o alívio da restrição externa a despeito da cartilha neoliberal vigente. Segundo seu argumento (Ribeiro, 2017), os resultados negativos nos países no período estariam relacionados não apenas ao “efeito China”, mas a problemas internos, que por sua vez devem ser entendidos sob o prisma do consenso neoliberal anti-desenvolvimentista. Seguindo a mesma linha, Lopes *et al* (2013), destacam o papel que a criação em 2000 do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC) teve no desenvolvimento de políticas que orientaram a atuação chinesa no continente⁹⁸, reforçando o espaço existente para negociação e benefícios comerciais e para setores da indústria em países africanos⁹⁹. Os autores destacam a preferência para a importação de produtos do continente por parte da China; as parcerias técnicas

⁹⁷De acordo com Amy Searight, diretora do programa de Sudeste asiático do CSIS (Center for Strategic & International Studies, 2018): “[A NRS na] Malásia (...) levou, em parte, à eleição do PM Mahathir (bin Mohamad) e a a à destituição do PM Najib (Razak) que era visto como uma espécie de garoto propaganda dos projetos da NRS, e a China olhava para a Malásia como o caso em toda a região em que podia verter dinheiro para o governo acolhedor do PM Najib, que subseqüentemente, foi acusado em diversos casos de corrupção e falta de transparência e levou, em grande medida, à primeira transição de poder na história política do país (com a primeira derrota da coalizão governista Frente Nacional)”.

⁹⁸ Calabrese (2019, p. 70) destaca o papel das negociações no âmbito da FOCAC para a assinatura de um Memorando de Entendimento entre a União Africana e a China em 2015 incluindo o desenvolvimento da infraestrutura como um ponto de colaboração entre os atores.

⁹⁹ Nesse sentido é importante destacar que a visão dos autores de cooperação Sul-Sul se aplica também a forma como os países africanos se organizam na própria FOCAC em sua barganha com a China: “[...] a Cooperação Sul-Sul, de modo geral, refere-se a ‘uma cooperação política destinada a reforçar as relações bilaterais e/ou **formar coalizões em fóruns multilaterais para obter maior poder de negociação conjunto, em defesa de seus interesses**’” (Lopes *et al*, 2013, p. 83; grifo nosso).

e trocas de experiências; a criação de *joint ventures* entre empresas chinesas e africanas; e a participação de empresas chinesas em projetos de desenvolvimento econômico e social no continente (LOPES *et al*, 2013, p. 88). Ainda sobre a África, Calabrese (2019, p. 74-77) salienta o papel do IDE chinês na criação massiva de empregos no continente, bem como a transferência de conhecimento através do treinamento da mão-de-obra. Além disso, a autora observa que os atores africanos, em especial os governos, têm participação ativa nas negociações e no destino do IDE e mesmo das doações chinesas no continente (Calabrese, 2019, p. 78-79).

Em sua análise do fortalecimento das relações entre China e América do Sul, Javier Vadell (2011) atribui ao efeito China a recuperação das economias dos países do continente e ao aumento do poder de barganha da periferia na divisão internacional do trabalho a partir da valorização dos preços dos bens produzidos na América Latina e África¹⁰⁰. Segundo o autor, o “Consenso do Pacífico”¹⁰¹, que dita os princípios da atuação chinesa, se apresenta como uma forma de relacionamento Norte-Sul alternativa ao Consenso de Washington e abre margens de manobra política aos países periféricos ao oferecer novas possibilidades de financiamento sem impor condicionalidades políticas ou macroeconômicas. De acordo com Enrique Dussel Peters (2019, p. 111-114), entre 2000 e 2018 o IDE chinês foi responsável por criar mais de 320 mil empregos na América Latina e Caribe, sendo mais de 145 mil apenas no Brasil¹⁰². Embora a participação de matérias primas seja majoritária, seu percentual no total do IDE tem decrescido tanto em valor, quanto em geração de empregos, com um crescimento no setor de manufaturas.

Por mais que seja um consenso na literatura que a expansão chinesa criou incentivos para a reprimarização das economias em países periféricos, nosso entendimento sobre o processo de desenvolvimento econômico se caracteriza justamente pela necessidade da atuação do Estado contra esses incentivos, através de instrumentos de política econômica, o que, em grande parte foi impossibilitado pelo

¹⁰⁰ Cabe ressaltar o destaque feito pelo autor ao *déficit* comercial da América Latina e o Caribe com relação à China na primeira década do século XXI. Vadell (2011) destaca que apesar do saldo comercial entre China e América do Sul serem razoavelmente equilibrados no período, o México e a região da América Central e Caribe registram um preocupante *déficit* comercial com a RPC (p. 61-62).

¹⁰¹ Em oposição ao “Consenso de Pequim” de Joshua Cooper Ramo (Vadell, 2011, p. 70-71).

¹⁰² De acordo com Celio Hiratuka (2019, p. 180-181) o IDE chinês teria sido responsável por criar apenas 25 mil empregos entre 2003 e 2017. Segundo o autor, a discrepância nas estatísticas se dá devido ao fato de que o crescimento das Fusões e Aquisições como forma preferencial do IDE chinês e a queda inclusive absoluta dos investimentos em *greenfield* entre 2010 e 2017 amplificam a contabilização de empregos já existentes que apenas passaram para o controle de entidades chinesas.

consenso neoliberal vigente. O argumento que está presente implícita ou explicitamente, tanto na literatura que destaca os efeitos positivos da atuação chinesa na periferia quanto da literatura crítica aos efeitos negativos, é que não se pode esperar que o Estado chinês ou sua iniciativa privada resolva as contradições do subdesenvolvimento da dos países periféricos. Como aponta Linda Calabrese (2019, p. 64-65) em sua análise do IDE chinês na África, as potências tradicionais (notadamente Estados Unidos, Reino Unido e França) ainda são os maiores investidores da região em termos de estoque e seus investimentos se concentram nos serviços financeiros e no setor de extração. Em outras palavras, por mais que a atuação chinesa possa criar obstáculos ou oportunidades para o desenvolvimento dos países periféricos, em última instância, cabe aos Estados nacionais se utilizar do cenário externo para se desenvolver, aproveitando inclusive de oportunidades para aprendizado através do uso estratégico de políticas públicas. Conforme destaca Carlos Aguiar de Medeiros (2019, p. 84) em sua análise da industrialização dos países através da inserção nas CVGs:

[...] Como o objetivo central tanto do IDE centralizado nas ETN [Empresas Transnacionais] é o de se apropriar das rendas ao longo das cadeias de valor, a difusão do progresso técnico e sua apropriação por firmas locais nas ED depende não apenas da sua participação em redes lideradas pelas ETN, mas da **existência de instituições e políticas públicas que deliberadamente promovam o aprendizado em tecnologias dominadas e aproveitem as oportunidades tecnológicas** tanto para o deslocamento para estágios tecnologicamente mais avançados quanto para a construção de trajetórias produtivas com maior conteúdo e tecnologias nacionais (grifo nosso).

Sobre os países da Ásia e América Latina que se inseriram na economia mundial através da inserção nas CVGs, Medeiros (2019) afirma que a pura e simples abertura ao capital estrangeiro e competição por salários levou a industrializações “menos significativa”, com elevação das exportações e do nível de emprego industrial, mas com redução significativa do VA das exportações.

Seguindo a mesma linha, em sua análise dos impactos da expansão chinesa nas economias latino-americanas, Ho-fung Hung (2018, p. 11) destaca que:

[...] a maior parte dos países da América Latina tem empresas de mineração reguladas ou sob controle de seus governos, possuindo, assim, alguma influência sobre o preço e o volume de produção do material demandado. Eles são, então, capazes de negociar com a China e com outros clientes para chegar a acordos que maximizem seus interesses. **Os governos poderiam também estabelecer instituições que direcionem os lucros do setor de**

recursos naturais em expansão para outros usos, incluindo investimentos de longo prazo, apoio à diversificação econômica e alívio da pobreza (grifo nosso).

Nesse sentido, enfatizamos que a atuação da China nesses países teria relaxado a principal restrição ao desenvolvimento dessas economias, sua restrição externa, e criado oportunidades para uma atuação relativamente mais autônoma dos Estados Nacionais latino-americanos e africanos, tomados como um todo, conforme argumentamos no primeiro capítulo. Reconhecer esses efeitos não significa desconsiderar os pesos negativos da expansão chinesa nessas economias, mas sim entender que a lógica de acumulação de capital e poder das potências não tem como objetivo, em geral, promover diretamente o desenvolvimento da periferia.

No caso dos países da periferia asiática¹⁰³, Pinto (2015) destaca que a política de valorização dos salários acima da produtividade adotadas pela China desde os anos 2000 elevou o custo de produção no país, o que, em conjunto com a redução de incentivos fiscais no fim da década, levou a uma realocação de segmentos¹⁰⁴ de empresas multinacionais instaladas na China para os seus países vizinhos, cujos salários tiveram um crescimento bem menos acentuado no mesmo período. De acordo com o autor, esta nova configuração geográfica em conjunto com a expansão do IDE e dos mecanismos de financiamento promovidos pelo Estado chinês deram origem a uma integração produtiva regional de alto dinamismo, centrada na RPC, com alto grau de crescimento econômico e industrialização de sua periferia imediata e relativa convergência regional. Além disso, do ponto de vista comercial as exportações e importações aumentaram mais do que no resto do mundo e, a despeito de *déficits* comerciais com Japão, Coreia do Sul e China, os países do bloco tiveram consideráveis *superávits* comerciais com o resto do mundo (cerca de US\$525 bilhões acumulados entre 2000 e 2012).

Conforme destaca Pinto (2015), um dos principais beneficiados por este processo é o Vietnã. No marco do *China plus one* e da expansão do IDE chinês, o país recebeu uma série de investimentos chineses em infraestrutura para a construção de corredores econômicos conectando o Vietnã e seu entorno regional.

¹⁰³ De forma geral Pinto (2015) se refere aos países da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), em especial Vietnã, Camboja, Filipinas, Tailândia, Indonésia e Laos.

¹⁰⁴ É importante destacar deste fenômeno conhecido como *China plus one*, que na maior parte dos casos, mesmo transferindo parte de seus processos produtivos intensivos em mão-de-obra ou até mesmo intensivos em capital, estas empresas mantiveram operações na China para se aproveitar do mercado interno do país (Pinto, 2015).

Como resultado, os fluxos comerciais intra-bloco aumentaram e o país passou por significativa transformação estrutural, com expansão da indústria, com destaque para a indústria de transformação.

A China parece avançar numa estratégia de abertura de seu mercado e criação de uma economia regional similar à criada pelo Japão na década de 1960 e pelos Tigres Asiáticos na década de 1980, mas em um nível ainda maior de integração. Ao transferir parte de suas indústrias de menor valor agregado para o interior e países vizinhos, a China complementa sua estratégia de subida nas CVGs, que vem sendo fomentada nas últimas décadas. Seguindo essa linha, a China poderia se tornar um gigantesco mercado para esses países, criando um centro dinâmico de importações para os participantes. Resta saber se no longo prazo, conforme aponta o Ministério das Relações Exteriores da China, a busca do país por assegurar posições privilegiadas na fronteira tecnológica de setores estratégicos levará o país a renunciar, como foi no caso dos países supracitados, a posição de fábrica do mundo, a despeito de seu enorme potencial de economias de escala (Cai, 2017; LIN, 2017; Tekdal, 2018; Swaine, 2015).

Por fim, talvez o impacto mais significativo da expansão do capital chinês e em particular da NRS tenha sido o resgate do debate sobre a importância do crescimento e do desenvolvimento econômico, em particular da periferia, que desapareceu com o fim da Guerra Fria e o Consenso de Washington. O mundo voltou a discutir o desenvolvimento, sua qualidade, suas trajetórias e diferentes formas de financiamento. A maior vantagem que a ascensão chinesa trouxe para os países da periferia foi oferecer, através da NRS, uma alternativa para o desenvolvimento, criando pressão nas demais potências para oferecer suas próprias opções, mesmo que guiadas por fins geopolíticos e por uma dinâmica de acumulação de poder e dinheiro. Conforme destaca Hung (2018, p. 18) em sua análise sobre a relação entre a China e países da periferia:

[...] a presença crescente da China ofereceu a esses Estados novas fontes de apoio e oportunidades financeiras e, portanto, nova autonomia para resistir às demandas políticas dos Estados Unidos e de outras potências Ocidentais.

O período que se seguiu ao anúncio da NRS em 2013 foi marcado por uma “corrida” dos principais atores da Eurásia para oferecer alternativas ao projeto chinês. Em particular, Índia e Japão lançaram iniciativas que, embora não tenham alcance

global como o projeto da RPC, oferecem alternativas regionais ao desenvolvimento. Em 2014, Nova Delhi lança sua “Política de Ação para o Leste” (Look/Act East Policy), voltada para o desenvolvimento de infraestrutura entre a Índia e países do Indo-Pacífico e da África. Em 2016, o Japão anunciou a “Parceria Estendida para Infraestrutura de Qualidade” (Expanded Partnership for Quality Infrastructure), alocando US\$200 bi nos próximos 5 anos para o desenvolvimento em infraestrutura de países da região. Ainda em 2016, a Índia anuncia sua “Estratégia Ida ao Oeste” (Go West Strategy), devotada ao desenvolvimento de países da Ásia Central, envolvendo a desenvolvimento do porto de Chabahar no Irã investindo US\$8,5 bilhões para a renovação do porto¹⁰⁵ e a criação de um corredor Norte-Sul na Ásia Central, passando pelo Afeganistão. Finalmente, desde 2015 Tóquio e Nova Delhi têm desenvolvido uma parceria estratégica bilateral que engloba uma visão conjunta para a paz, segurança e desenvolvimento da região do Indo-Pacífico (Vision 2025 Special Strategic and Global Partnership). Em maio de 2017, os dois países lançaram a “Iniciativa de Corredor de Crescimento Ásia-África” (Asia-Africa Growth Corridor Initiative), com o objetivo de conectar os continentes através de projetos de infraestrutura (Ahmad, 2017; Das, 2017, p. 136; Fallon, 2015, p. 145; Ismail, 2014, p. 187-191; Nanwani, 2019, p. 285-287; Wu, 2019, p. 6-8; Yelery, 2019).

Para Mahamoud Islam, economista do departamento de risco do Banco Mundial e da agência de risco Euler Hermes (China’s Belt..., 2019), por mais que as potências vejam a NRS como uma ameaça, não há muitas alternativas para países endividados como o Sri Lanka e o Paquistão. Para países em situação mais estável, os empréstimos de bancos multilaterais ou potências tradicionais seguem sendo uma alternativa. O Japão, por exemplo, continua sendo o maior investidor em infraestrutura no Sudeste Asiático. Segundo o analista, o aumento da demanda global tem atraído cada vez mais países a participarem como uma forma de acessar não só os mercados chineses, mas também dos demais países integrantes, como o próprio Japão. Do ponto de vista da periferia, a NRS despertou um olhar estratégico para a própria geografia dos países. Para a especialista em segurança do Indo-Pacífico Nilanthi Samaranyake, os países da região, como Sri Lanka, Maldivas e Bangladesh

¹⁰⁵ O desenvolvimento do porto já se encontrava em andamento desde a assinatura de um memorando de entendimento entre os governos de Índia e Irã, e foi adicionado à iniciativa posteriormente, assim como no caso de vários projetos da NRS (Nanwani, 2019, p. 287; Wu, 2019, p. 7). Segundo Ismail (2014, p. 191), o investimento indiano no porto de Chabahar é uma resposta direta aos investimentos chineses crescentes no porto de Gwadar.

passaram a se enxergar como “localizados estrategicamente” e estão buscando aumentar sua integração não apenas regional, como internamente. Ainda segundo a analista, a China é vista como “uma de muitas parceiras” para atingir esses objetivos (Center for Strategic & International Studies, 2018).

Em resumo, a ascensão chinesa e a NRS tiveram efeitos contraditórios para o mundo e a periferia. Como resultado das dinâmicas de acumulação de capital e poder, que responderam a desafios internos e externos, a NRS representa uma nova fase da ascensão chinesa em direção a uma política externa mais assertiva, uma diplomacia pragmática e diversificada com foco no bilateralismo, um projeto de expansão do capital chinês tanto financeiro quanto produtivo e uma busca por assegurar o abastecimento de recursos estratégicos, sobretudo pela diversificação de fontes e caminhos para o fornecimento. Para a periferia, essa expansão teve como efeito uma melhora nos termos de troca e alívio da restrição externa concomitante a desindustrializações prematuras, reprimarizações das pautas exportadoras ou industrializações pouco significativas e centradas no capital estrangeiro, dependendo de cada país. Em última instância, argumentamos que a principal contribuição da NRS para os países da periferia teria sido o retorno do crescimento e desenvolvimento para o centro dos estudos acadêmicos e debates de política pública, além da criação de espaços de atuação para os Estados na medida em que outros países integram a NRS, oferecem alternativas à iniciativa, ou ambos.

4 O CASO DO PAQUISTÃO: ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL E A GEOESTRATÉGIA CHINESA

A crença ou ideia mais perniciosa conectada com as democracias é de que a democracia é um sistema caracterizado por ‘uma pessoa, um voto’ e pelo ‘governo da maioria’. Tal crença respalda a ideia de que o grupo social – religioso, étnico ou de classe – majoritário tem o direito de comandar a sociedade. Essa forma de democracia e governo padrão é a causa para o fratricídio.

Muhammad Ismael em *Geostrategic Importance of Balochistan: Baloch Insurgency and the Global Politics of Energy Resources*, 2014.

A evidente importância do Paquistão para o sucesso da NRS tem sido reportada de forma recorrente na mídia internacional e chinesa, e o país abocanha a maior fatia isolada dos recursos chineses desde o anúncio da NRS. O principal projeto chinês no país recebe o nome de Corredor Econômico China-Paquistão (CECP) e incorpora três dimensões distintas da inserção chinesa no Paquistão: (i) A criação e expansão da infraestrutura logística e de transporte do país, criando corredores de escoamento entre a cidade chinesa de Kashgar, na província de Xinjiang, e o porto paquistanês de Gwadar, na província de Balochistan; (ii) A reforma e modernização da infraestrutura portuária de Gwadar, incluindo não apenas a expansão da capacidade do porto, mas também a criação de uma Zona Econômica Especial na região; e (iii) a construção de infraestrutura energética, não somente para mitigar o déficit energético estrutural do Paquistão mas também abastecer a recém criada demanda por energia do país.

O objetivo deste capítulo é investigar a inserção chinesa no Paquistão, sobretudo a partir da NRS e do CECP, e interpretar alguns desdobramentos para o desenvolvimento do país, dividido em quatro partes. Na seção 4.1 apresentaremos uma chave de leitura para a trajetória de desenvolvimento paquistanesa até a NRS, com destaque para as conexões entre as dinâmicas de poder e dinheiro no país. Na seção 4.2 discutiremos alguns desdobramentos da geoestratégia chinesa, apresentando as implicações da relevância estratégica do Paquistão para o desenvolvimento do país.

Orientando-se pelo debate da seção 2.2.3, interpreta-se que o principal desafio do Paquistão é manter sua integridade territorial em decorrência de ameaças constantes, internas e externas. O confuso e sangrento processo de partição entre Índia e Paquistão, em decorrência da independência do subcontinente país, levou os

dois países a uma guerra de fronteira, na mesma medida em que não sedimentou o que Fiori (2018, p. 75-76) caracteriza como a separação entre “conflitos internos” e “conflitos externos” (Cohen, 2004; Jalal, 2000; Siddiq, 2007). Nesse sentido, apesar da guerra ter sido um “*primum mobile*” (Medeiros, 2019, p. 75) para o desenvolvimento do país, com avanços consideráveis na indústria de defesa, não se formou no Paquistão, como sustentamos na seção 2.2.4, uma “coalizão hegemônica” em torno de um projeto de desenvolvimento (Fiori, 2014, p. 37-38; Jessop, 2008, p. 28-32; Medeiros, 2019, p. 75).

4.1 UMA ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL DO PAQUISTÃO: GEOPOLÍTICA, ESTADO E DESENVOLVIMENTO.

Desde sua independência em 1947, a República Islâmica do Paquistão (RIP) ocupa um lugar estratégico na geopolítica das grandes potências, sobretudo dos Estados Unidos, em suas incursões por poder e dinheiro no Oriente Médio. Seja nas parcerias com a potência hegemônica nos anos 1950¹⁰⁶, no crucial apoio antissoviético no Afeganistão na década de 1980, ou na Guerra ao Terror promovida pelo governo Bush nos anos 2000, o Paquistão teve posições de destaque nas empreitadas promovidas pelos estadunidenses e atuou como um de seus principais parceiros na região até tempos mais recentes. Sua posição é estratégica, ligando o Oriente Médio, o Sul da Ásia e a Ásia Central (Paquistão; China, 2017, p. 5); fazendo fronteira com Irã, Afeganistão, Índia e China; e com saída para o Mar Árabe e próxima ao Golfo Pérsico (Gilani, 2017; Ahmad, 2017, p. 95-96; Ismail, 2014, p. 182; Talbot, 1998, p. 21). No entanto, mesmo tendo sido fundamental para o sucesso estadunidense, o país nunca perdeu a fama de “estado autônomo” ou “potência forda-lei”¹⁰⁷. Em meio à guerra do Afeganistão o país desenvolveu seu programa nuclear, atraindo críticas da comunidade internacional. A RIP também reconheceu o regime talibã no Afeganistão em 1996, que abrigava inimigos dos Estados Unidos, e admitiu

¹⁰⁶ Cabe destacar a entrada do país na Organização do Tratado do Sudeste Asiático (OTSA), envolvendo particularmente questões de defesa coletiva, em 1954, e a Organização do Tratado Central (OTC) ou “Pacto de Bagdá”, envolvendo ajuda e aliança militar, em 1955. Ambas as organizações tiveram envolvimento direto ou indireto (respectivamente) dos Estados Unidos em sua concepção e execução (COHEN, 2004, p. 8; Talbot, 1998, p. 96).

¹⁰⁷ Tradução de *rogue power* (COHEN, 2004, p. 1.).

ter compartilhado tecnologia nuclear com uma série de outros estados (Cohen, 2004; Haqqani, 2010; Fair, 2011; Talbot, 1998).

Essa posição privilegiada colocou a RIP no alto da lista dos países receptores de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD), ocupando a terceira posição entre 1960-1998 (atrás apenas de Índia e Egito). Segundo dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entre 1960 e 2002 o país recebeu cerca de US\$73,14 bilhões (a preços constantes de 2001), dos quais 72% foram oriundos de transferências bilaterais. Destas, quase 45% vieram dos Estados Unidos. Além disso, entre 1960 e 1998 o país teve acesso a mais de 22 empréstimos diferentes oriundos do Banco Mundial, do BDA e FMI, e implementou uma série de programas de desenvolvimento, triplicando sua renda *per capita* entre 1950 e 1999 (Anwar; Michaelowa, 2006; Easterly, 2001; Talbot, 1998).

A instabilidade política do Paquistão, tanto interna quanto externa, pode ser datada do processo de independência do subcontinente com o Reino Unido em 1947. Desde a partição, a Índia e o Paquistão passaram por diversos conflitos abertos e as disputas territoriais entre os dois permanecem não resolvidas até hoje na região mais militarizada do mundo, a Caxemira (Kashmir..., 2017). O relacionamento hostil e as escaladas de conflitos entre os dois vizinhos têm impactos profundos nas políticas adotadas pelos governos paquistaneses e na trajetória de desenvolvimento socioeconômico do país (Cohen, 2004; Haqqani, 2010; Talbot, 1998, p. 21-22, p. 95-97). Para efeitos de comparação, o gasto do Paquistão no setor de defesa em proporção do PIB foi em média 3,3 pontos percentuais a mais por ano do que a média de países na mesma faixa de renda entre 1972 e 1998, e o Paquistão possuía, em 2006 o 7º maior exército do mundo (Craig; Porter, 2006, p. 190; Easterly, 2001, p. 10-11; Jalal, 2000; Siddiqi, 2007).

Desde sua chegada no subcontinente em 1100, os muçulmanos se estabeleceram no território e ocuparam posição de destaque política e economicamente. Em 1858, o imperialismo do “livre mercado” britânico atingiu o subcontinente e desfez o trabalho de articulação feito pelos muçulmanos. De acordo com Cohen (2004) o ressentimento pela ocupação move muito mais os paquistaneses do que os indianos, pela sensação de derrota que se sucedeu ao choque com a então potência hegemônica. Em 1906, os muçulmanos do subcontinente formaram a Liga

Muçulmana¹⁰⁸, e em 1940 seu líder Mohammed Ali Jinnah declarou apoio à ideia de um território destinado aos muçulmanos do subcontinente: “A ideia do Paquistão”¹⁰⁹ (Cohen, 2004; Haqqani, 2010; Talbot, 1998).

Após a independência em agosto de 1947, as províncias de Punjab e Bengal foram divididas entre o que hoje são Índia, Paquistão e Bangladesh. Como resultado do processo, o Paquistão ficou com um território dividido entre duas alas (incluindo Bangladesh, à época, Paquistão do Leste) com a Índia no meio e milhares de pessoas migraram entre os dois países. Como resultado da desorganização política e social, e das disputas territoriais sobre os territórios majoritariamente muçulmanos de Jammu e Caxemira, os recém-formados Índia e Paquistão entraram em sua primeira guerra, que para todos os efeitos, se pareceu mais com uma guerra civil do que um conflito entre dois países (Índia, Pakistan...,2017; Kashmir..., 2017). Com o cessar fogo em 1949, a Índia ficou com a maior parte do território, incluindo o Vale da Caxemira, regado pelas águas dos Himalaias e com ricos recursos hídricos que abastecem tanto a Índia, quanto toda a água doce do Paquistão (Cohen, 2004; Talbot, 1998).

Desde então, os dois vizinhos travam uma disputa pela Caxemira, dividida entre a região de Jammu e Caxemira¹¹⁰, também conhecida como Caxemira ocupadas pela Índia (CoI), e a região de Gilgit-Baltistan (GB), comumente referida como Caxemira ocupada pelo Paquistão (CoP). Da disputa territorial se sucedeu um verdadeiro “dilema de segurança”, com os dois países se militarizando cada vez mais e utilizando todos os seus recursos para balancear um ao outro. A corrida armamentista eventualmente levou os dois países a se tornarem potências nucleares, sendo os únicos, além de Israel e da Coreia do Norte, a não assinarem do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP) das Nações Unidas. Apesar da corrida armamentista, o poderio militar indiano segue sendo muito superior (Chughtai, 2019), em função de seu território, sua indústria, sua população e seu acesso à tecnologia. Desde a independência dos países, Índia e Paquistão estiveram envolvidos em quatro guerras (1947-1948, 1965, 1971 e 1999) e os episódios de violência direta e indireta

¹⁰⁸ Tradução nossa para *Muslim League*.

¹⁰⁹ Tradução nossa para *The idea of Pakistan*.

¹¹⁰ Embora o termo Caxemira (ou Kashmir, no inglês) seja usado para designar toda a região de disputa territorial entre Índia e Paquistão, a Caxemira é apenas um dos territórios em disputa. Para todos os efeitos este trabalho utilizará o termo Caxemira para se referir a todo o território em disputa, a menos que diga expressamente o contrário.

entre os países são frequentes, em especial na região da Caxemira (Cohen, 2004; Fair, 2011; Haqqani, 2010; Hundley, 2012; Talbot, 1998; Siddiqa, 2007).

Apesar de uma percepção constante de ameaça externa que orienta a necessidade de superação de atraso relativo e coloca a defesa no topo da lista de prioridades dos paquistaneses, o país convive historicamente com uma série de fraturas e disputas internas por poder e dinheiro, incluindo conflitos étnico-religiosos, regional e constante intervenção da elite militar no sistema político, além de um conflito distributivo agravado (Haqqani, 2010; Talbot, 1998; Weiss, 1991).

De acordo com Haqqani (2010), a grande diversidade étnica, linguística e política – além de intensas *rivalidades regionais* – entre os grupos que formaram o Paquistão permaneceram “dormentes” até a independência. Após o Paquistão se tornar um Estado, justificado pelo Islã, essas diferenças se afloraram. Numa linha parecida com a que argumentamos na seção 2.2.3, a ameaça externa, no caso indiana, foi o “outro” que forjou um “nós” entre grupos radicalmente diferentes cuja única similaridade é a religião, e mesmo esta está sujeito a disputas de ramos e filosofias. Segundo Siddiqa (2007, p. 26):

[...] A primeira guerra com a Índia definiu o curso político do país. [...] a ameaça externa foi utilizada como a *raison d'être* das forças armadas e a fonte de seu poder. [...] De fato, a ameaça externa foi definida de forma a também incluir questões de segurança interna.

Apesar da unificação do país se dar em torno do Islã, a diversidade étnica e religiosa do país é considerada como um fator de disputa: apenas 8% da população tem o idioma oficial urdu como língua nativa¹¹¹; existe uma disputa entre as variantes de Islamismo, especialmente entre Xiitas e Sunitas; e um debate sobre até que ponto o Paquistão deveria ser um estado islâmico ou secular (Cohen, 2004; Easterly, 2001; Talbot, 1998). Autoridades locais e especialistas chamam a atenção para a influência

¹¹¹ Um dos pontos de disputa do movimento de independência do “Paquistão do Leste” no final dos anos 1960 era a adesão do bengali como segundo idioma oficial, em adição ao urdu. Entretanto, após a derrota das reivindicações dos manifestantes e consecutivos episódios de desobediência civil e repressão do governo paquistanês, incluindo estimativas de mortos entre 1,2 e 3 milhões, o Bangladesh conseguiu sua independência em 1971 com ajuda da Índia, resultando em novas hostilidades entre os vizinhos rivais (Easterly, 2001, p. 26-27. Talbot, 1998, p. 26-27). Talbot (1998, p. 24-25) também destaca dos desafios para a integração associados à separação geográfica entre as duas regiões, além de diferenças religiosas e uma radical diferença na concentração da propriedade da terra, com uma distribuição muito mais igualitária na região que hoje conforma Bangladesh, enquanto regiões como Sindh e Punjab mantém estruturas altamente concentradas. Mustafa (2011, p. 5) destaca o papel do conflito redistributivo regional.

de potências estrangeiras, como a Arábia Saudita, o Irã e até mesmo os Estados Unidos (Pakistan: Sectarian..., 2013) nas disputas religiosas do país. De acordo com Hussain (2019, p. 139), a violência interna, em especial o terrorismo, aumentaram consideravelmente após a decisão do general (e então presidente) Pervez Musharraf de apoiar a Guerra ao Terror do presidente dos Estados Unidos George W. Bush. Segundo o autor, entre 2003 e 2018 mais de 30 mil paquistaneses perderam a vida em ataques terroristas no país. O resultado desse processo histórico é a conformação de uma sociedade fragmentada, atormentada pela instabilidade política, pelo separatismo e pelo terrorismo, que se refletem no aparelho do Estado, conforme elucidamos na seção 2.2.4.

Não fosse o bastante, a estrutura produtiva desintegrada e concentrada herdada pelo Paquistão era concentrada na produção de produtos primários e têxteis¹¹², e de poucas famílias, resultando numa economia extremamente desigual e vulnerável externamente. Desde sua formação, o Paquistão convive com uma classe política desconectada dos interesses da base da sociedade, em particular uma elite agrária concentrada em Punjab que se usou de sua representação política no aparelho do Estado para barrar mudanças institucionais mais significativas, sem atingir consenso para um projeto hegemônico para o país (Easterly, 2001; Fair, 2011; Husain, 1999; Taha, 2012; Talbot, 1998).

O Paquistão possui uma longa tradição de instabilidade e corrupção em seu sistema político. O país é dividido entre duas dinastias que se revezam no poder, representadas pelos dois principais partidos do país: o *Pakistan Peoples' Party* (PPP), partido de centro-esquerda com orientação social-democrata, comandado pelos Bhuttos e o *Pakistan Muslim League (Nawaz)* (PML-N)¹¹³, partido de direita conservador com orientação liberal, comandado pelos Sharifs e herdeiro dos fundadores do país, o *All-India Muslim League*. Além dos movimentos civis, as elites militares forjadas na percepção da ameaça externa após a partição possuem forte ingerência sobre os assuntos do Estado e são historicamente reforçadas pelo apoio

¹¹² Ian Talbot (1998, p. 97-98) ressalta que o Paquistão herdou apenas 14 dos 394 moinhos de algodão do subcontinente e as principais zonas de produção de algodão que supriam a produção ficaram na Índia. Além disso, Punjab concentrava 2/3 da produção industrial do país.

¹¹³ O *Pakistan Muslim League (Nawaz)* é resultado da ruptura do *Pakistan Muslim League* nas eleições gerais de 1988 após a morte do general Zia-ul-Haq. Como resultado uma série de partidos políticos conservadores de centro e direita no país reivindicam o nome original dos fundadores, sendo o mais popular o PML-N e o segundo o *Pakistan Muslim League (Quaid e Azam Group)* ou PML-Q (Talbot, 1998, p. 411-412).

estadunidense, muito embora o discurso “pró-democracia” na RIP tenha ganhado força nos meios acadêmicos e em Washington (Easterly, 2001; Haqqani, 2010; Fair, 2011; Talbot, 1998, p. 411-413). Dos 22 primeiros-ministros que o Paquistão teve desde 1947, nenhum governante chegou a completar um mandato inteiro e as forças armadas foram bem-sucedidas em quatro golpes de Estado (o General Ayub Khan em 1958, o General Agha Muhammad Yahya Khan em 1969, o Chefe das Forças Armadas Zia-ul-Haq em 1977, e o Chefe do Estado-Maior do Exército Pervez Musharraf em 1999) (Paquistão; Cohen, 1999, p. 7; Craig; Porter, 2006; p. 190; Taha, 2012). Em 2018, o *Pakistan Tehrik-e-insaf* (PTI) - ou Movimento Paquistanês pela Justiça, em tradução livre – conquistou maioria nas eleições gerais do país e elegeu pela primeira vez o PM Imran Khan. O partido de orientação centrista, criado em 1996 pelo próprio Khan, é relativamente recente e tem no combate à corrupção uma de suas principais bandeiras (Bacon, 2019; Talbot, 1998, p. 415).

Ressaltar esses conflitos não significa dizer que não exista qualquer tipo de coalizão pelo poder no país. Desde sua concepção, o Estado paquistanês é produto de alianças entre setores militares e civis, sobretudo das elites religiosas e dos proprietários de terra (Haqqani, 2010; Siddiqa, 2007; Talbot, 1998, p. 30-31). Após a guerra de 1971 com a Índia e a promulgação da constituição de 1973, o Paquistão migrou para um sistema federalista parlamentarista e o então presidente Zulfikar Ali Bhutto¹¹⁴ (PPP), assumiu como PM, implementando reformas significativas como a nacionalização de 30 firmas entre 10 setores industriais, incluindo bancos e universidade privadas, reformas trabalhistas com fortalecimento dos sindicatos e reformas agrárias com resultados parcialmente significativos, a despeito da deterioração do cenário interno e da pressão inflacionária em virtude dos choques do petróleo (Haqqani, 2010, p. 107; Talbot, 1998, p. 230-233).

A despeito do PPP ter ganhado 155 dos 200 assentos parlamentares nas eleições em 1977, os principais opositores representados pela Aliança Nacional do Paquistão, formada por 9 partidos (incluindo o PML-N e parte da esquerda), não reconheceram o resultado eleitoral e em julho de 1977, a mesma pequena burguesia de Punjab que havia apoiado a eleição de Bhutto promoveu o golpe de Estado que o depôs, comandado pelo general Muhammad Zia-ul-Haq e apoiado pelos Estados Unidos, paralisando ou revertendo em parte os as reformas até então implementadas.

¹¹⁴ Fundador e líder do PPP.

Em 1979 a Suprema Corte condenou Bhutto à morte e em abril o ex-PM foi executado (Haqqani, 2010, p. 104-105; Talbot, 1998, p. 241-243).

A instabilidade das alianças políticas no país é fundada pela ausência de legitimação do poder do Estado que acomoda demandas populares em alguns momentos e reprime movimentos de insatisfação em outros. A subordinação da política econômica às regras da governança internacional e a influência de potências externas também desempenham papel significativo na adoção de políticas econômicas não apenas impopulares como também prejudiciais ao desenvolvimento econômico do país, com impactos para a coesão social. Todos os golpes militares no país ocorreram com adesão de camadas civis e apoio de partidos políticos, do judiciário e de segmentos do parlamento (Craig; Porter, 2006, p. 190; Fair, 2011, p. 576; Weiss, 1991).

Apesar do relativo sucesso nos anos 1970, quando se iniciou uma industrialização por substituição de importações, a economia paquistanesa ainda apresenta uma estrutura subdesenvolvida, vulnerável externamente, e dependente de financiamento e ajuda externa para fechar sua balança de pagamentos¹¹⁵. Esses fluxos externos são instáveis e pouco confiáveis enquanto estratégia de captação de divisas internacionais¹¹⁶; sem uma estrutura produtiva diversificada e competitiva externamente, a relação dívida externa/PIB do país cresce de forma insustentável. Mesmo com o sucesso do crescimento econômico do país após 1971, o Paquistão concentrou renda social e regionalmente, os indicadores sociais do país permaneceram estagnados e a estrutura produtiva do país se manteve atrasada e heterogênea. Nos anos 1990, a economia permanecia centrada na exportação de produtos primários (majoritariamente arroz, peixe, frutas e vegetais, além de algodão, têxteis e roupas), enquanto parte significativa das importações eram compostas de trigo (que compõe parte significativa do consumo alimentar doméstico), petróleo, fertilizantes e máquinas (Ahmad, 2017, p. 102; Talbot, 1998, p. 23-24).

¹¹⁵ Após um breve surto industrializante, e com exceção de algum sucesso relativo na indústria de defesa, a manufatura paquistanesa ainda apresenta uma estrutura pouco diversificada e com baixo grau de intensidade tecnológica. Em 2012 a indústria têxtil paquistanesa representava cerca de 53% das exportações (AMJAD; BURKI, 2015, p. 11).

¹¹⁶ Ao contrário da posição mais comumente difundida, os fluxos de capitais externos ao Paquistão variam muito mais ao sabor da posição geoestratégica que o país ocupa e suas alianças do que propriamente de oportunidades de lucratividade, ou de um “ambiente de confiança” para os investimentos (ANWAR; MICHAELOWA, 2006; Easterly, 2001).

Um dos maiores gargalos ao desenvolvimento sustentado paquistanês se refere à oferta de energia. O país é atravessado por crises recorrentes de abastecimento, que se tornam ainda mais frequentes toda vez que o Paquistão atinge taxas de crescimento relativamente altas. Em sucessão ao processo de independência e partição a RIP herdou apenas 60 MW de capacidade instalada no setor, sem linhas de transmissão integradas nacionalmente ou conectadas entre as poucas instalações existentes. Em 1958 o governo militar vigente criou a *Water and Power Development Authority* (WAPDA), empresa pública com o objetivo de coordenar e desenvolver o setor no país¹¹⁷ e determinar o preço da energia ao consumidor final. Em 1971, Bhutto nacionalizou os elementos privados do setor de energia¹¹⁸ e como resultado da maturação dos investimentos feitos até 1977, 2500 MW são adicionados à capacidade instalada do país. Após um período de estagnação do setor seguido do golpe em 1977, o Paquistão sofreu com novos episódios de escassez de energia na década de 1980. Até então, a WAPDA e a *Karachi Electric Supply Company* (KESC) eram as duas únicas empresas responsáveis pela geração, transmissão e distribuição de energia no país (Bacon, 2019).

Posteriormente à morte do General Zia em agosto de 1988, o Paquistão elegeu Benazir Bhutto (PPP), a primeira PM mulher, filha do ex-PM Zulfikar Ali Bhutto e presa política durante o regime militar. Seu governo foi dissolvido pelo presidente Ghulam Ishaq Khan em 1990 e no mesmo ano, o protegido do regime militar Mian Muhammad Nawaz Sharif (PML-N) foi eleito para o seu primeiro mandato de PM (In Pictures..., 2019). Orientado por relatórios de organizações multilaterais¹¹⁹, tanto Benazir Bhutto quanto Nawaz Sharif deram início a uma série de reformas no setor de energia com o

¹¹⁷ Com exceção da região de Karachi, na província de Sindh (Sindh), abastecida pela Karachi Electric Supply Company (KESC) (Bacon, 2019).

¹¹⁸ O “National Economic Reform Order” de Bhutto atingiu algumas das principais empresas do setor que, mesmo públicas, possuíam alguns elementos privados, como algumas plantas e refinarias da Karachi Electric Supply company (KESC) e da Multan Electric Power Company (MEPCO) (Bacon, 2019).

¹¹⁹ De acordo com o analista do Banco Mundial Robert Bacon, responsável pelo estudo das reformas no setor de energia no país, a principal causa das crises de abastecimento de energia no país é a “dívida circular” criada pelo subsídio das tarifas por parte do governo. Segundo o autor, a distorção de preços criada pelo subsídio aumenta o déficit do governo, que por sua vez se vê incapaz de arcar com os custos dos subsídios, gerando ônus para as empresas do setor, e fazer novos investimentos em infraestrutura, o que seria responsável pela estagnação da capacidade instalada (Bacon, 2019).

objetivo de reduzir a participação do Estado e descentralizar o setor horizontal e verticalmente¹²⁰.

A década de 1990 é atravessada por crises extrema de abastecimento, e entre 1998 e 1999 a WAPDA foi repartida em doze entidades separadas: três empresas de geração (GENCOs), oito de distribuição (DISCOs) e uma responsável pela transmissão par todo território nacional com exceção de Karachi, a *National Transmission and Dispatch Company* (NTDC). Além disso, se estabeleceu a referência para o setor, com a abertura para a participação privada em 1994 através dos *Independent Power Producers* (IPP). O governo também criou agências reguladoras para supervisionar os processos de descentralização e privatização: a *Private Power and Infrastructure Board* (PPIB) em 1994, a *National Electric Power Regulatory Authority* (NEPRA) em 1997 e a *Pakistan Electric Supply Company* (PEPCO) em 1998. Em 2005, o governo militar privatizou a KESC – que passou a se chamar *Karachi Electric* (KE) – em um processo conturbado que se arrasta na justiça paquistanesa até hoje. (Bacon, 2019).

Não surpreendentemente, as reformas privatizantes aliadas à desestruturação das principais empresas públicas do setor não surtiram efeito positivo e o Paquistão seguiu tendo problemas de abastecimento no período que se segue. De acordo com Robert Bacon (2019), as crises energéticas de 2011, 2012 e 2013 influenciaram decisivamente na derrota eleitoral do PPP para o PML-N de Nawaz Sharif em maio de 2013, resultando na primeira transição democrática de governo entre os dois partidos. Apesar de ter concorrido numa plataforma de autonomia e soberania econômica, Sharif recorreu a empréstimos de US\$5,3 bilhões do FMI que, como contrapartida, incluíam o compromisso de privatizar o setor de energia e abandonar o controle estatal sobre a tarifa da energia. Segundo Husain (2018, p. 6), a escassez de energia custa à economia do Paquistão entre 1,5 e 2% do PIB, uma vez que a falta de energia leva tanto ao cancelamento e atraso das exportações quanto à importação de energia, afetando não apenas o crescimento como a balança de pagamentos do país.

¹²⁰ O “Power Sector Strategic Plan for Restructuring and Reform” de Nawaz Sharif, lançado em 1992 nunca chegou a sair do papel. No entanto, o “Policy Framework and Package of Incentives for Private Power Generation Projects in Pakistan” de Benazir Bhutto, lançado em 1994 manteve essencialmente as mesmas linhas centrais do projeto de seu antecessor (Bacon, 2019).

Outro ponto sensível que conecta o gargalo energético do país e seus desafios geoestratégicos com a rivalidade com a Índia é o abastecimento de água. Todos os rios que abastecem o Paquistão passam pela região da Col. Apesar do conflito pela água estar relativamente pacificado desde a assinatura do Tratado da Água do Rio Indus¹²¹ em 1960, o abastecimento é usado como barganha por Nova Delhi, sobretudo na disputa pela região. Um conflito aberto entre os países deixaria a RIP numa situação de vulnerabilidade extrema, o que tem se tornado algo cada vez mais preocupante levando consideração a guinada nacionalista conservadora na Índia e a escalada de conflitos na região (Easterly, 2001; MCCARTNEY, 2011; Amjad; Burki, 2015).

Mesmo que seja inegável que o Paquistão tenha conseguido atingir taxas de crescimento respeitáveis (em média 5,2% entre 1960 e 2010) (Amjad; Burki, 2015) e tenha passado por algum processo de industrialização¹²², a mudança estrutural no país não foi significativa. Segundo dados do Banco Mundial, entre 1991 e 2017 o setor primário empregou entre 40% e 50% da força de trabalho paquistanesa e foi responsável por 20 a 30% do produto. Ainda segundo dados da OIT, a produtividade do trabalho no Paquistão cresceu abaixo da média de todos os países comparáveis¹²³ entre 2000 e 2018. Os dados são ainda mais preocupantes uma vez que o caminho atual parece apontar para um aprofundamento da vulnerabilidade externa paquistanesa.

No final dos anos 2000, sob pressão do FMI (Fundo Monetário Internacional, 2009) o Paquistão aderiu a uma agenda de reformas liberais e descentralizadoras com o objetivo de fomentar instituições para um funcionamento “eficiente” de mecanismos de mercado e se adequar às regras de governança internacional, incluindo a descentralização das responsabilidades sobre a provisão de serviços públicos (com o suposto objetivo de aproximar os cidadãos das autoridades provedoras de serviços) e medidas de austeridade fiscal (para supostamente controlar os “gastos ineficientes do governo” e a crescente relação dívida pública/PIB) (Amjad; Burki, 2015; Craig; Porter, 2006, p. 186-189; Fair, 2011, p. 582-583; Mustafa, 2011).

¹²¹ *Indus Water Treaty*.

¹²² As estimativas de Ian Talbot (1998, p. 23) sugerem que a mudança estrutural mais significativa do país ocorreu em algum momento antes dos anos 1990, com a participação da agricultura no produto caiu de 53% em 1947 para 26% no início dos anos 1990.

¹²³ Países de renda média-baixa, países da Ásia-Pacífico, países do Sul da Ásia e países de renda média baixa da Ásia-Pacífico e países de renda média-baixa do sul da Ásia.

No mesmo contexto o 7º prêmio da Comissão Nacional de Finanças¹²⁴ (NFC award) e a 18ª Emenda Constitucional (EC), de dezembro de 2009 e abril de 2010, respectivamente, incluíram mudanças no sistema político, com reforço do sistema parlamentarista e uma massiva reforma tributária descentralizadora (Ahmad, 2017, p. 107-108; AMJAD e BURKI, 2015, p. 9; Mustafa, 2011)

O 7º NFC award foi o primeiro a incorporar critérios além da população (82%) e da origem das receitas (5%) no peso da distribuição dos tributos entre as províncias, incluindo pobreza e subdesenvolvimento (10,3%), além da densidade populacional inversa (2,7%). O governo federal renunciou mais de 10% da sua arrecadação para acomodar as demandas conflitantes entre Punjab por um lado, Balochistan, Sindh e Khyber Pakhtunkhwa (KPK) por outro. Da receita destinada às províncias, Punjab ficou com 51,74%, Sindh com 24,55%, KPK com 14,62 e Balochistan com 9,09. Embora a estrutura continue concentrada, a mudança significou uma redistribuição com impacto orçamentário significativo para as províncias mais pobres. Por exemplo, no Balochistan o orçamento aumentou em 175%.

Pouco tempo após a reforma tributária, a 18ª EC transferiu cinco ministérios para o nível provincial, incluindo uma equipe estimada de aproximadamente 40 mil pessoas, aumentando as despesas dos governos locais (Mustafa, 2011, p. 6-9). O principal legado da 18ª EC foi remover o poder do presidente de desfazer o parlamento (Artigo 41, cláusulas 7, 8 e 9; e Artigo 58), instituído por Pervez Musharraf na 17ª Emenda Constitucional de 2003 (REPÚBLICA ISLÂMICA..., 2003), e incluir a suspensão da constituição pela força como crime de alta traição (Artigo 6, cláusulas 1 e 2). transformando a presidência em um poder praticamente fiscalizador (Artigo 90). A despeito da transferência de poder para os governos locais, não houve redistribuição significativa dos assentos na representação local na Assembleia Nacional com relação à Constituição de 1973. Com a adição das *Federally Administrated Tribal Areas* (FATA) na divisão dos assentos, todas as províncias, com exceção de Punjab, perderam entre 0,42 e 3,61 pontos percentuais de participação. Punjab, depois das recém-inclusas FATA, foi a maior beneficiada com a emenda, aumentando sua participação em 2,05 pontos percentuais (REPÚBLICA ISLÂMICA...,

¹²⁴ O NFC award é um dispositivo constitucional que determina as regras da distribuição de receitas tributárias do país entre as províncias criado em 1935 (com o nome de Niemeyer Award). Desde a promulgação da constituição de 1971, é um dever revisar o dispositivo a cada cinco anos e a unanimidade precisa ser atingida para efetuar a mudança (Mustafa, 2011).

2010). O acréscimo poderia ser interpretado como uma clara demonstração de concentração de poder deliberado, não fosse o atrelamento da quantidade de assentos ao censo demográfico, que favorece indiretamente as províncias mais populosas como Punjab.

Conforme tentamos evidenciar em diversas partes desse trabalho, inclusive com a própria trajetória paquistanesa, as medidas de subordinação, em geral resultado da ingerência de organizações externas atreladas a empréstimos e ajuda internacional, não costumam resolver os problemas dos países periféricos e por vezes os agravam. Embora a 7ª *NFC Award* e a 18ª *EC* tenham dado passos importantes na direção de um pacto federativo mais equilibrado, tendo sido recebidos com otimismo pelo país, uma das consequências foi a diminuição da capacidade de investimento público de um Estado que, carente de uma estrutura econômica sólida, convive com constantes desequilíbrios na Balança de Pagamentos, necessitando efetivamente de capital externo. Após este resgate histórico de alguns elementos fundamentais da trajetória do país, voltemo-nos para a análise de alguns elementos fundamentais da geoestratégia chinesa no Paquistão, para entender como o estreitamento da relação entre os dois atores altera as dinâmicas em jogo no país e na região.

4.2 A CHINA NO PAQUISTÃO: GEOPOLÍTICA E FORMAÇÃO DO ESTADO.

Conforme discutimos no capítulo 0, a abordagem aqui adotada sobre a NRS entende o projeto como uma visão de Poder Global chinês, que articula desafios sociais, produtivos e geoestratégicos que a China enfrenta no século XXI. Para entender os impactos da NRS no Paquistão, resgataremos na seção 4.2.1 a importância da NRS na geoestratégia chinesa, enfatizando o papel do Corredor Econômico China-Paquistão (CECP) em assegurar o abastecimento de recursos estratégicos. Na seção 4.2.2 ofereceremos uma interpretação para o papel do Paquistão nas rivalidades entre as grandes potências no Sul da Ásia, enfatizando como a NRS e o CECP reinserem o país nas disputas entre Estados Unidos e China, e Índia e China. Na seção 4.2.3, apresentaremos alguns dos desdobramentos da NRS e do CECP na articulação das forças sociais em atuação no país.

4.2.1 A posição do Paquistão na geoestratégia chinesa

O Plano de Longo Prazo (PLP) lançado conjuntamente pelos governos do Paquistão e da China em 2017, descreve o Paquistão como um país que é “rico em recursos naturais e humanos, tem grande potencial para o crescimento econômico e amplas perspectivas de mercado, além de uma **localização geoestratégica.**” (Paquistão; China, 2017, p. 5, grifo nosso).

Embora a retórica chinesa tente se afastar do que consideram ser uma “leitura ocidentalizada” (Wang; Liu, 2019, p. 266-267) ou uma “mentalidade da Guerra Fria”, o reconhecimento da riqueza de recursos, humanos e naturais, além da posição geográfica do Paquistão tem fortes implicações geopolíticas, mesmo que não tenha “intenções diretas” (Flint; Zhu, 2018, p. 96). Nesse sentido, o CECP é considerado um dos “carros-chefes” da NRS¹²⁵, inclusive por autoridades dos países como o ex-PM paquistanês Nawaz Sharif (The Press Trust of India, 2018). Outro exemplo do reconhecimento de elementos geopolíticos, este no discurso oficial paquistanês, pode ser encontrado no Plano Diretor Gwadar Cidade Portuária Inteligente (Paquistão [s.d] g, que expressa:

O desenvolvimento de Gwadar é uma prioridade estratégica do Governo do Paquistão. Os benefícios comerciais da conectividade política, socioeconômica, **de defesa** e regional que podem se concretizar uma vez que o porto (e a cidade) atinja o seu potencial torna imperativo que se desenvolva a área sem mais delongas. (p. 4, grifo nosso)

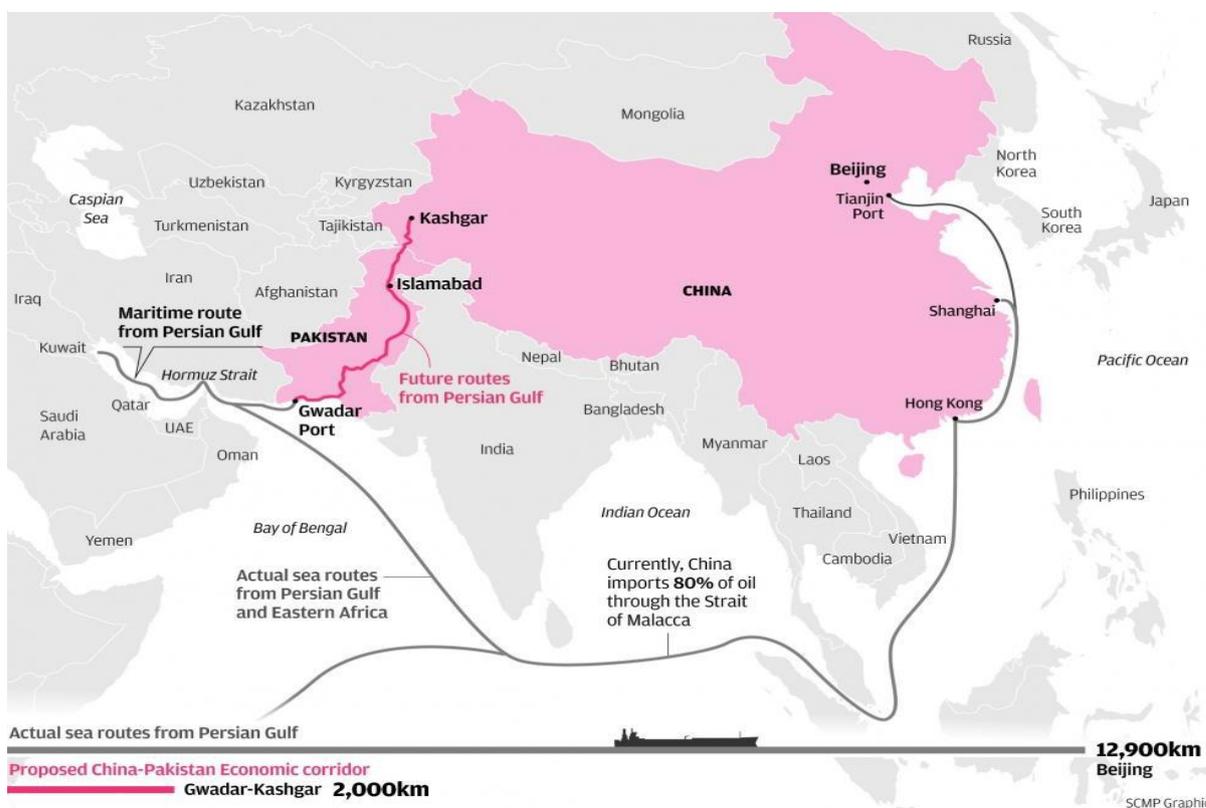
Esse tipo de pensamento encontra eco até mesmo entre a literatura produzida em universidades chinesas e paquistanesas. Conforme destaca Abbas e outros (2019, p. 4):

Gwadar é o porto de água quente mais profundo do mundo (14 m de profundidade) comportando os maiores navios cargueiros ao longo de sua costa [...]. Devido a sua profundidade, a China pode usar o porto não apenas como uma rota segura para a importação de petróleo, mas também como uma **base naval para expandir sua presença no Oceano Índico** (grifo nosso).

Conforme destacamos na seção 3.2.2, o Estreito de Malaca é um gargalo importante para a segurança energética de diversos países da Ásia e do mundo,

¹²⁵ Tradução livre de “flagship”. Múltiplas fontes têm se referido ao CECP dessa forma. Para exemplos ver Ahmed, 2017; Eder e Mardell, 2018a, 2018b; Hurley *et al*, 2018; Hussain, 2019.

Mapa 2: O Estreito de Malaca e o Corredor Econômico China-Paquistão.



Fonte: Ebrahim, 2015.

responsável por cerca de 80% das importações de petróleo do país (Belt and..., 2018). O Estreito é o caminho por mar mais próximo entre a China, cuja costa se encontra totalmente no Oceano Pacífico, e o Oceano Índico, com acesso à costa leste do continente africano e ao Oriente Médio (Ahmad, 2017; Ismail, 2014, p. 192; Oliveira, 2017a, p. 266-268; Padula, 2018, p. 366). Não bastasse o controle da potência hegemônica, o Estreito é instável devido aos ataques de piratas e movimentos tectônicos, que provocam perdas e destruição para a China nos últimos anos (Koh, 2019). Pode-se dizer que a dependência chinesa do Estreito é um dos grandes motivos que move a construção do CECP (Ahmad, 2017; Almeida, 2018; Bashir *et al*, 2019; Center for Strategic & International Studies, 2018; Oliveira, 2017a). Se por um lado a China busca viabilizar alternativas ao uso de combustíveis fósseis, investindo pesadamente em energias limpas como a eólica e a solar; por outro lado sua matriz energética ainda é concentrada em combustíveis fósseis, e assim será por um longo período (Cassiolato; Podcameni, 2015).

A vulnerabilidade que resulta dessa combinação de dependências fica mais evidenciada no contexto da ascensão chinesa e do acirramento das disputas entre as

potências. Com Trump, a política externa estadunidense regrediu em sua estratégia de cerceamento à China, adotando um discurso nacionalista e uma postura protecionista e elevando as tensões no continente (Andornino, 2017; Garcia, 2017; Nordin; Weissmann, 2018). Esse movimento recente dos Estados Unidos deixa claro que, como ressalta Fiori (2004), a utopia liberal da paz promovida pelo livre mercado e a estabilidade encampada por um único *hegemon* só fazem sentido no mundo das ideias onde vivem seus formuladores.

De acordo com Abbas e outros (2019, p. 1): “[o] CECP oferece uma rota alternativa, rápida, segura e econômica para as importações de petróleo da China”. Por esse motivo, o CECP é considerado crucial para a geoestratégia chinesa e tem tido prosseguimento independente da instabilidade política paquistanesa e regional. Quando se pensa em alternativas ao Estreito de Malaca para o acesso do Oceano Índico, o Paquistão se destaca pela sua localização estratégica e porto de Gwadar se encaixa perfeitamente na visão chinesa (**Mapa 2: O Estreito de Malaca e o Corredor Econômico China-Paquistão.**). Pela proximidade com o Estreito de Ormuz, no Golfo Pérsico, é o porto de água quente mais próximo da região mais rica em petróleo do mundo (Abrar, 2015). De acordo com a estatal chinesa que administra o porto (China Overseas Port Holding Company LTD) hoje, Gwadar se localiza:

[...] na convergência entre as três regiões de maior importância comercial do mundo, i. e. O Oriente Médio, rico em petróleo, a Ásia Central, repleta de recursos naturais e o Sul da Ásia, com potencial de crescimento, fazendo deste um dos portos bem localizados para o desenvolvimento e o comércio global.

Ainda de acordo com a estatal, o porto de Gwadar está “estrategicamente posicionado”, “fornece acesso econômico ao transporte de gás e petróleo do Golfo para a China”, e é uma “bem-merecida alternativa aos portos locais” (China Overseas Port Holding Company LTD).

Para Ishrat Husain¹²⁶ (2018, p. 11), “Gwadar é o componente mais crucial, sensível e estratégico do CECP”. Segundo o PLP, o objetivo é se inspirar na experiência de Xangai para construir uma ZEE capaz de abrigar um parque industrial na cidade e conduzir negócios financeiros em *Renminbi*; conectar o porto com a infraestrutura de transporte do país que está sendo expandida para acomodar o

¹²⁶ Ex-economista do Banco Mundial (1979-1999), ex-governador do Banco Central do Paquistão (1999-2005) e atual conselheiro de reformas do PM Imran Khan (2018-).

aumento do fluxo, incluindo a construção de um aeroporto internacional; implementar programas de treinamento da mão-de-obra local para a construção e operação da infraestrutura, em parceria entre entidades paquistanesas e chinesas; além de expandir a capacidade do porto.

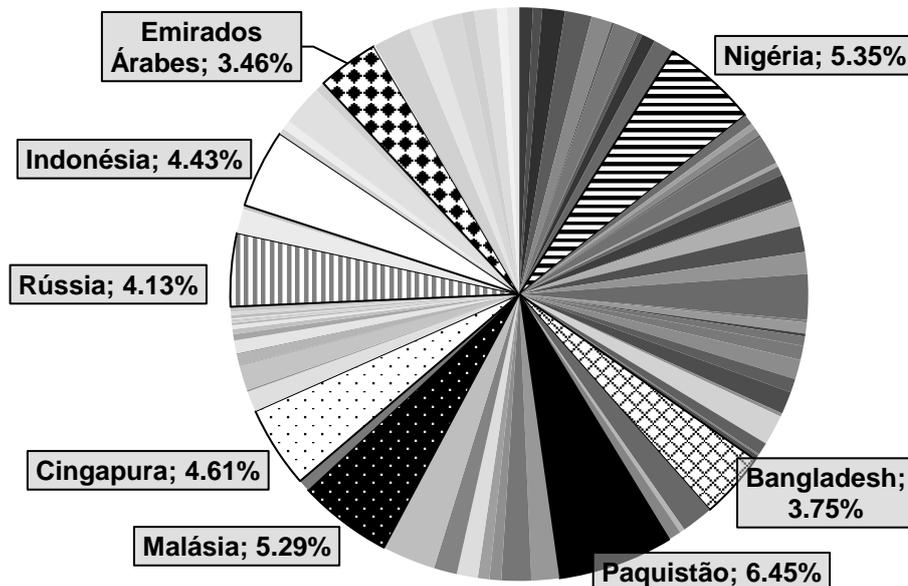
A ideia original para o porto foi concebida em 2002, antes mesmo da NRS, e em 2007 a primeira fase ficou pronta, dando início as operações comerciais, com 75% da construção financiada pelos chineses. As estimativas de custo do projeto variam entre US\$250 milhões (China Overseas Port Holding Company LTD; Raza, 2013) e US\$1 bilhão, despertando preocupação dos Estados Unidos (Pakistan launches..., 2007) - o que alguns alegam ser o motivo para a preferência da concessão à Autoridade Portuária de Cingapura, a despeito dos chineses serem os maiores investidores (Raza, 2013).

Em fevereiro de 2013 (antes mesmo do anúncio da NRS) (Paquistão; [s.d] g) o então presidente do Paquistão Asif Ali Zardari e o embaixador chinês testemunharam a assinatura de um acordo de concessão do Porto de Gwadar da Autoridade Portuária de Cingapura (APC) para a *China Overseas Port Holding Company Ltd* (COPHCL) por 43 anos, o que despertou preocupações do ministro da defesa indiano. A APC acusou o Paquistão de não cumprir com suas obrigações contratuais, enquanto Islamabad alegou que a APC não cumpriu com os planos de investimentos acordados (Raza, 2013). Em 2017, o então Ministro de Assuntos Marítimos do Paquistão Mir Hasil Bizenjo afirmou ao senado do país que, de acordo com o contrato de concessão assinado, a Autoridade Portuária de Gwadar (APG)¹²⁷ ficaria com 9% das receitas do porto enquanto a COPHCL ficaria com os 91% restante (Khan, 2017).

A importância estratégica do CECP também fica evidente pelo fato de, dos seis corredores divulgados pelas autoridades chinesas, é o único que encontra correlação positiva com os projetos anunciados e é aquele que concentra a maior quantidade de projetos finalizados ou em andamento (Center for Strategic & International Studies, 2018); embora, de acordo com Hussain (2019), o fato do CECP ser o único corredor que conecta apenas dois países deva ser mencionado por facilitar drasticamente as negociações. Outro reflexo da importância do CECP pode ser observado ao desagregarmos o IDE chinês desde o anúncio da NRS em 2013. De acordo com dados do CGIT, o Paquistão aparece de forma isolada como principal receptor dos

¹²⁷ Submetida ao governo provincial do Balochistan.

Figura 3: Investimento agregado chinês (% do total) nos países da NRS (incluindo construção) por país, oito maiores receptores em destaque (Out.2013-Dez.2018).



Fonte: AMERICAN ENTERPRISE INSTITUTE. Elaboração própria.

recursos oriundos do gigante asiático até dezembro de 2018 (**Figura 3**), com 6,45% dos recursos ou US\$39,61 bilhões, mesmo que algumas estimativas recentes apontem para valores entre US\$50 bilhões (Husain, 2018, p. 19.) e US\$62 bilhões (Eder; Mardell, 2018a) no total.

4.2.2 Nova Rota da Seda, Corredor Econômico China-Paquistão e antagonismos regionais no Sul da Ásia

O Paquistão faz parte de um delicado equilíbrio numa relação triangular de disputa por poder no Sul da Ásia entre a China e a Índia, mas também entre a própria China e os Estados Unidos. Na relação entre China e Estados Unidos, a ascensão chinesa e a aproximação com a RIP criam atritos na já tumultuada relação entre o Paquistão e a potência hegemônica (Ahmad, 2017; Fair, 2011; Fiori, 2014; Haqqani, 2010; Padula, 2018). No que se refere à Índia, a aproximação entre Pequim e Islamabad significa apenas uma nova fase da disputa entre os dois gigantes asiáticos, enquanto a relação conflituosa entre Nova Delhi e Islamabad data do processo de independência em 1947 (Ahmad, 2017; Talbot, 1998; Cohen, 2004; Haqqani, 2010).

Na subseção 4.2.2.1 apresentaremos uma chave de leitura para a aproximação diplomática entre China e Paquistão. Na subseção 4.2.2.2 sintetizaremos as relações

entre Estados Unidos, China e Paquistão. Na subseção 4.2.2.3 apresentaremos a aproximação entre China e Paquistão na perspectiva indiana e algumas de suas implicações.

4.2.2.1 Aproximação com a China

As origens da “amizade para qualquer tempo”¹²⁸ entre a RPC e a RIP remontam a atuação de Zulfiqar Ali Bhutto como Ministro das Relações Exteriores no governo de Ayub Khan nos anos 1960 e como presidente e PM na década de 1970, com episódios de cooperação técnica e militar (Paquistão, 2019a), além de empréstimos chineses livres de juros (Abbas *et al*, 2019, p. 1; Talbot, 1998, p. 175). Em meio a guerra sino-indiana em 1962, China e Paquistão entraram em acordo sobre suas fronteiras, e a RIP se tornou o primeiro vizinho chinês a não ter disputas territoriais com a RPC (Hussain, 2019, p. 141; Talbot, 1998, p. 172-174). Desde então, as relações diplomáticas entre os dois países continuaram relativamente amistosas e se intensificaram desde o anúncio da NRS em 2013, quando China e Paquistão assinaram um memorando de entendimento delimitando as linhas gerais do projeto do CECP (Ahmad, 2017; Husain, 2018, p. 6; Hussain, 2019, p. 136). De acordo com as forças armadas do Paquistão, a China é uma “amiga e vizinha testada pelo tempo” (Paquistão, 2019B).

Ainda em maio de 2003, China e Paquistão desenharam o primeiro protótipo do que viria a ser a espinha dorsal da Força Aérea Paquistanesa (FAP): o caça JF-17. Produto de uma *joint venture* entre a *Chengdu Aircraft Industry Corporation* chinesa e o Complexo Aeronáutico do Paquistão Kamra (CAP), na província de Punjab, o primeiro JF-17 ficou pronto em 2007 e introduzido na FAP em 2009. De acordo com o CAP, o Paquistão detém 58% dos direitos exclusivos sobre a produção do jato (Paquistão; [s.d] e). O modelo F-16 estadunidense, também utilizado pela FAP tem sido progressivamente substituído, uma vez que as relações entre os países têm se estremecido e os Estados Unidos interromperam o fornecimento do avião à RIP (Abi-habib, 2018).

¹²⁸ Tradução livre para a expressão “all-weather friendship”, utilizada de forma recorrente por autoridades e acadêmicos de ambos os países em múltiplas ocasiões. Como exemplo, ver Paquistão e China, 2017a, p.2.

Recentemente, as parcerias bilaterais entre China e Paquistão se multiplicaram, a cooperação científica e militar entre os países tem avançado significativamente e a China se tornou o maior supridor de armas do país. Em abril de 2015, a agência de notícias Reuters divulgou que o então PM Nawaz Sharif havia aprovado em março de 2015 a compra de oito submarinos no valor entre US\$4 e US\$5 bilhões (Pakistan PM..., 2015). Em 3 de dezembro de 2015, o então presidente Mamnoon Hussain (PML-N) confirmou a importação de equipamento de defesa de alta tecnologia sem especificar o país de origem, em discurso no evento de inauguração do Centro de Convenções organizado pela Organização de Promoção à Exportação de Defesa. De acordo com o presidente, a aquisição se deve à “doutrina militar agressiva na região que pode perturbar a balança de poder existente” (Hussain, 2019). No mesmo evento, Rana Tanveer Hussain (PML-N)¹²⁹ confirmou o acordo que incluiu não apenas a compra de quatro submarinos de fabricação chinesa, mas também um acordo de transferência de tecnologia, incluindo treinamento, para a construção dos quatro submarinos restantes no *Karachi Shipyard & Engineering Works*, no Paquistão, garantindo poder de retaliação do país e aumentando seu arsenal de dissuasão (Ansari, 2019). Ainda no campo naval, em janeiro de 2017 Hussain inaugurou a construção de seis veículos de patrulha marítima no mesmo estaleiro em Karachi, também com assistência chinesa, além de fazer referência ao CECP (KARACHI SHIPYARD & ENGINEERING WORKS). No que se refere ao corredor, Mansoor Ahmad (2017, p. 99) argumenta que o desenvolvimento do Porto de Gwadar representa um ganho estratégico significativo para a marinha paquistanesa, por oferecer uma alternativa ao estaleiro de Karachi, que foi facilmente anulado por um bloqueio da Índia na guerra em 1971.

Conforme informações da *Beijing UniStrong Science & Technology Co.* (UniStrong), empresa responsável pelo desenvolvimento do sistema de navegação por satélite *BeiDou*, o Paquistão é o primeiro país a ter acesso completo ao sistema alternativo ao GPS. Em maio de 2013, durante visita do PM chinês Li Keqiang ao Paquistão, os dois países assinaram um acordo de cooperação aeroespacial. Ainda segundo a empresa, a UniStrong chegou em Karachi em novembro de 2013 e as obras de instalação da infraestrutura ficaram prontas em de maio de 2014, incluindo cinco estações de base e um centro de processamento (Beijing Unistrong Science &

¹²⁹ Então Ministro da Produção de Defesa, ex-Ministro da Ciência e Tecnologia e atual membro da Assembleia Nacional do Paquistão.

Technology CO, 2017). Para a analista de política externa paquistanesa Sabena Siddiqi, a instalação do sistema alavanca a influência chinesa internacionalmente e o país pretende usar o teste no Paquistão para expandir seu sistema para outros países. No que se refere ao Paquistão, a adesão ao sistema oferece diversas oportunidades de planejamento e monitoramento civil e militar e a infraestrutura foi oferecida ao país com custos subsidiados pela China (Siddiqi, 2017). Com a ajuda dos chineses, o Paquistão lançou dois satélites ao espaço e Fawad Chaudhry¹³⁰ declarou que o país pretende lançar sua primeira missão espacial até 2022 com a ajuda da RPC (Pakistan to launch..., 2018).

A China considera o desenvolvimento do *BeiDou* uma necessidade de segurança nacional e expressa claramente o desejo de expandir seu sistema para os “países relevantes” no âmbito da NRS (China, 2015b). Para Ajay Lele¹³¹, o programa espacial chinês, incluindo o *BeiDou*, tem crescido de forma acelerada e atingido os objetivos declarados pelo Conselho de Estado com pouco ou nenhum atraso. Em desacordo com a visão tradicional sobre o programa espacial dos chineses propagada por analistas ocidentais e indianos (Abi-habib, 2019), o ex-militar ressalta que os avanços feitos pela China se destacam mais pelo seu potencial civil (Lele, 2017). Em reunião do Comitê de Segurança Marítima da Organização Marítima Internacional das Nações Unidas entre 17 e 21 de novembro de 2014 na cidade de Londres, o Sistema de Navegação de Satélite *BeiDou* foi reconhecido como parte do Sistema de Rádio navegação Mundial (se juntando ao GLONASS russo e ao GPS estadunidense) (Comitê de Segurança Marítima, 2014).

A parceria com a China também tem aproximado o Paquistão da Rússia. Em 2012, os dois países assinaram um acordo para a construção do gasoduto entre Karachi (na província de Sindh, no sul do país) e Lahore (na província de Punjab, ao norte), em troca de garantia de compra de equipamentos militares russos por parte do Paquistão. No ano de 2014, os países assinaram um pacto militar de defesa bilateral incluindo a colaboração e troca de experiências em segurança, contraterrorismo, medicina, educação, além de exercícios militares conjuntos em 2016 e 2017 (Ahmad, 2017, p. 100-101; Ismail, 2014, p. 182).

¹³⁰ À época Ministro da Informação e Radiodifusão e hoje Ministro da Ciência e Tecnologia.

¹³¹ Ex-Capitão de Grupo (Patente da Força aérea equivalente à Coronel na Força Aérea Brasileira) e diretor do Centro de Tecnologias Estratégicas do Instituto de Análises em Estudo de Defesa da Índia.

Mesmo considerando os avanços recentes da Indústria armamentista paquistanesa, a diferença de poderio militar entre o Paquistão e a Índia permanece enorme. A combinação entre o tamanho da população, a capacidade produtiva e o apoio estadunidense fazem das forças armadas da Índia uma potência inigualável para a RIP. Em alguma medida, é de se esperar que o Paquistão seja o grande interessado na resolução pacífica das diferenças entre os dois países e seu poderio militar serve, em grande parte, como poder de dissuasão (Chughtai, 2017). Em 9 de junho de 2017, no apagar das luzes da administração de Sharif, Índia e Paquistão integram a OCX como membros plenos, num esforço chinês de aumentar a cooperação em segurança regional e consolidar as relações externas entre Pequim e Islamabad (Hussain, 2019, p. 141).

4.2.2.2 Relações com os Estados Unidos

A diplomacia entre Estados Unidos e Paquistão atravessou períodos de desgaste desde o estabelecimento de acordos diplomáticos e de defesa nos anos 1950. Mesmo após o presidente Kennedy descrever o Paquistão como um “amigo de imediatismo e constância” (Talbot, 1998, p. 172) , os atritos entre os países se acumularam ao longo do tempo, incluindo o pontual envio de assistência militar dos Estados Unidos para a Índia em virtude da guerra com a China em 1962, a despeito da política indiana de não-alinhamento na Guerra Fria e do congelamento no envio de ajuda e suprimentos com a eclosão da guerra entre Índia e Paquistão em 1965, resultando em um sentimento anti-estadunidense no país (Talbot, 1998, p. 172-179). Mais recentemente, o apoio do Paquistão à Guerra ao Terror de Bush manteve o sentimento vivo tanto pela percepção de que a adesão fomentou a violência terrorista no país quanto pelas experiências negativas com os aparatos de segurança pública e privada estadunidense, que se instalaram no país após os ataques de 11 de setembro de 2001 (Hussain, 2019, p. 139; 144).

Após o fim da Guerra Fria e particularmente com a política do Pivô para a Ásia de Barack Obama, a amizade entre China e Paquistão passou a ser enxergada como problemática. Especialmente após o anúncio da NRS e do CECP, Japão e Índia intensificaram suas parcerias estratégicas e se aproximaram da potência hegemônica na tentativa de conter a ascensão chinesa (Ahmad, 2017, p. 87; Hung, 2018, p. 21; Husain, 2018, p. 6; Nanwani, 2019; Nordin; Weissmann, 2018, p. 245-246; Yelery,

2019). O recuo parcial dos Estados Unidos de sua posição no Oriente Médio deteriorou a importância estratégica do Paquistão para o país e criou uma sensação de instabilidade para os aliados dos estadunidenses, que viram a influência chinesa crescer nos últimos anos (Fallon, 2015; Nanwani, 2019; Nordin; Weissmann, 2018; Padula; Fiori, 2019). Em um exercício recente de pressão, a administração de Donald Trump suspendeu bilhões de dólares em assistência militar destinados ao Paquistão, com o objetivo de enquadrar o exército paquistanês e exigir que o país colaborasse com os aliados estadunidenses. No entanto, após a suspensão da ajuda no início de 2018, o Paquistão intensificou sua cooperação militar e aeroespacial com a China (Abi-habib, 2018).

4.2.2.3 Antagonismos com a Índia

A ascensão chinesa despertou alguns sinais de alerta na Índia, que tem abandonado uma posição histórica de mediadora de conflitos externos para assumir uma postura mais assertiva. Hoje é possível observar uma nova escalada nas tensões, presente não apenas nos discursos inflamados anti-China e anti-Paquistão que ganham forma e força no próprio Estado indiano, como também em conflitos entre Nova Délhi e Islamabad, com episódios recentes de hostilidade, incluindo o uso de poder bélico.

De acordo com Aravind Yelery¹³² (2019), Índia e China possuem percepções distintas da evolução da Ordem Global: ambos os países defendem a reforma das instituições de governança que reflita a nova balança de poder, concordam sobre a importância da soberania dos Estados e se beneficiam de estabilidade na Ásia-Pacífico e de rotas marítimas abertas; em contrapartida, divergem sobre o papel dos Estados Unidos na região e sobre o teor das reformas necessárias. Ainda segundo Yelery (2019), Nova Delhi defende a presença dos Estados Unidos por entendê-la como um fator de contenção aos avanços chineses, enquanto Pequim atua para minimizar a influência da potência hegemônica no continente. Além disso, a RPC tem bloqueado a entrada da Índia no Grupo de Fornecedores Nucleares (GFN) condicionando seu apoio à entrada do Paquistão. Segundo Das (2017, p. 138-139), a

¹³² Pesquisador do Instituto de Pesquisa da Rota da Seda Marítima da Universidade de Pequim e ex-pesquisador do Instituto de Estudos Chineses de Delhi.

Índia também tem mostrado preocupação em relação aos déficits comerciais com a China.

Em novembro de 2018, numa declaração conjunta durante uma visita do atual PM Imran Khan à Pequim, China e Paquistão reafirmaram sua política de compromisso com a “não-proliferação e o controle não discriminatório de armamentos” e condenaram, a postura de “dois pesos e duas medidas” dos Estados Unidos, sem citar o país diretamente. A potência hegemônica reformou sua política nuclear para incluir o comércio com a Índia, mesmo que o país não seja signatário do TNP, e defende a entrada dos indianos no GFN a despeito de bloquear a entrada do Paquistão. Após a medida, o Japão também passou a cooperar em tecnologia militar com a Índia e em 2016 os países assinaram o “Acordo para Cooperação em uso Pacífico de Energia Nuclear”, como parte do *Vision 2025*. Além disso, a declaração também enfatiza o apoio da candidatura do Paquistão no GFN (Full text of..., 2018; Ahmad, 2017, p. 96-97).

Segundo autoridades e analistas, críticos ou não ao CECP e à NRS, a assertividade chinesa no Sul e Sudeste asiático e em especial a centralidade do CECP para a geoestratégia chinesa, causa desconforto nas autoridades indianas. Do ponto de vista da Índia, a aproximação da China em países como Sri Lanka, Myanmar, Tailândia, Bangladesh e Paquistão faz parte da “Colar de Pérolas” chinês, uma estratégia de disputa geopolítica pelo controle do Oceano Índico. A NRS e a aproximação com o Paquistão fariam parte dessa estratégia e seriam uma ameaça à segurança do país (Ahmad, 2017; Das, 2017; Center for Strategic & International Studies, 2018; Tekdal, 2018).

A sensação de cerco indiana aparece de forma destacada quando o Paquistão anunciou o projeto de construção do Porto de Gwadar em 2002, com apoio financeiro dos chineses. Desde o anúncio da NRS, os indianos têm sido críticos à falta de multilateralismo e de transparência do projeto, mas a preocupação com a estabilidade financeira dos países envolvidos e o discurso da “diplomacia da dívida” chinesa ganhou força na Índia, em especial após a aquisição dos direitos de exploração dos portos de Gwadar, em 2013, e Hambantota, em 2015, por estatais chinesas. Desde então, a principal preocupação de Nova Delhi é a capacidade do uso dual da infraestrutura do porto de Gwadar por Pequim, como uma plataforma para projetar seu poder militar sobre o Oceano Índico (Abrar, 2015; Associated Press of Pakistan,

2016; Center for Strategic & International Studies, 2018; Das, 2017; Ismail, 2014; Nanwani, 2019; Nordin; Weissmann, 2018).

Em virtude do histórico conturbado de conflitos entre Nova Delhi e Islamabad, a Índia teme a melhora do poderio militar do Paquistão em função da aproximação com a China e da tradição de cooperação militar entre os dois países (Fallon, 2015; Talbot, 1998; Yelery, 2019). Para além do acirramento da disputa pelos mares, a Índia considera o CECP como uma afronta à soberania do país. Levando em consideração as disputas territoriais com o Paquistão na Caxemira, conforme discutido na seção 4.1 (Parashar, 2019), a Índia questiona a inclusão da região de Gilgit-Baltistan (GB) nos traçados dos documentos oficiais (Parashar, 2019; Center for Strategic & International Studies, 2018; Das, 2017, p. 130; Eder; Mardell, 2018a; Nanwani, 2019, p. 286; Nordin; Weissmann, 2018, p. 241; Pandit, 2018; Parashar, 2019; Wu, 2019). Segundo o relatório enviado ao parlamento do país pelo Ministro da Defesa da Índia, o CECP é um “desafio à soberania indiana” (Pandit, 2018) e desde o anúncio do CECP, as tensões na Caxemira têm se ampliado (PM Imran..., 2019).

As autoridades indianas reconhecem que o Paquistão fez esforços no sentido de melhorar a segurança na região, especialmente após a entrada conjunta dos países à Estrutura Regional Anti-Terrorismo, como parte da adesão à OCX em 2017 (Siddiqi, 2018). Mesmo assim, Nova Delhi acusa Islamabad de abrigar e acobertar grupos jihadistas responsáveis por ataques terroristas nos países vizinhos (Pandit, 2018.). No dia 14 de fevereiro de 2019, um ataque a bomba na região da Col atribuído a um grupo terrorista paquistanês matou 40 indianos. Em resposta, a Força Aérea Indiana (FAI) bombardeou o que as autoridades do país alegaram ser um “campo de treinamento de terroristas” no território paquistanês. No dia seguinte a FAP derrubou dois caças indianos que alegadamente violaram o espaço aéreo do Paquistão pela primeira vez desde 1971 (Paquistão, 2019b), prendendo um dos pilotos (Marlow; Haider, 2019). Em seguida, a FAI alegou ter derrubado um caça F-16 paquistanês, provocando cobranças de explicações e ameaças dos Estados Unidos pelo uso dos caças no conflito. A conclusão das investigações determinou que os caças utilizados eram do modelo JF-17 (Paquistão, 2019a). Entre 28 de fevereiro e 1º de março de 2019, o parlamento paquistanês se reuniu para discutir a “ameaça externa indiana ao Paquistão” e aprovou uma resolução condenando as ações do governo de Narendra Modi (ASSEMBLEIA NACIONAL...).

A política de Nova Delhi na administração do PM indiano para a Caxemira tem sido a reafirmação de seu controle sobre a Col através da repressão. Em 5 de agosto de 2019 a Índia revogou o artigo 370 para Col, que garantia algum grau de autonomia legislativa para a região (Article 370:...,2019), e em discurso ao parlamento no dia seguinte, o PM paquistanês Imran Khan condenou publicamente a ação do governo Modi, alegando que a ação tinha cunho racista e comparando a ideologia do partido do PM indiano ao nazismo. Ainda sobre o episódio, Khan declarou que “[...] esta será uma guerra sem vencedores com implicações globais” (PM Imran..., 2019). No final de agosto, o governo paquistanês teria movido caças JF-17 para base aérea de Skardu, na fronteira com a Índia, colocando as forças armadas indianas em estado de alerta (Valduga, 2019).

4.2.3 Aproximação com a China, Forças Sociais e o Estado paquistanês

Conforme discutimos na seção 4.1, durante o período de maior proximidade com os Estados Unidos o Paquistão foi incapaz de implementar um projeto autônomo de desenvolvimento sustentado no longo prazo. O país passou por alguns surtos desenvolvimentistas, em geral impulsionados por uma política externa triangular balanceando a influência entre as potências como na Guerra Fria e buscando cooperação, principalmente militar. Por sua vez, a aproximação com a China e o estabelecimento de cooperação, *joint ventures* e acordos de transferência de tecnologia resultou numa diminuição relativa da disparidade de poderio militar paquistanês em relação ao seu maior rival, a Índia. Apesar disso, o Paquistão permanece subdesenvolvido e internamente, o país ainda convive com conflitos regionais, distributivos, étnico-religiosos, além de terrorismo e separatismo. Esses elementos da instabilidade política continuam sendo fatores decisivos para a falta de coesão interna. Vejamos a seguir como a China influencia essa dinâmica.

Apesar da aproximação com a China ser um processo histórico que remonte ao período da Guerra Fria, Nawaz Sharif (PML-N) é frequentemente associado ao realinhamento recente da diplomacia paquistanesa e é considerado o garoto propaganda do CECP e da NRS. Em seu último mandato (2013 a 2017), Sharif estabeleceu as bases para o projeto do CECP e é até hoje um de seus maiores defensores. Em 2017, Sharif descreveu o projeto como “um caminho para superar o

terrorismo e o extremismo”, frequentemente referidos em discursos e documentos oficiais da China e do Paquistão, em conjunto com o separatismo, como os “Três Males” (Full text of..., 2018). O movimento descrito por Nilanthi Samaranyake, de autorreconhecimento da importância geográfica dos países da periferia a partir da geoestratégia chinesa, é muito claro no Paquistão e está presente na visão de Sharif, que vê a geografia do país como um “instrumento de barganha para a prosperidade econômica” e a China como “amigo próximo e aliado de confiança” (The Press Trust of India, 2018), capaz de levar prosperidade para o país e para a região através do CECF e da NRS.

Conforme mencionado na seção 4.1, com apoio massivo da província de Punjab, a eleição de Nawaz Sharif (PML-N) para o seu terceiro mandato como PM do país, em 11 de maio de 2013, foi o primeiro processo de transição democrática entre as duas principais forças políticas do país. Apesar da marca, a eleição de Sharif foi marcada por graves acusações de fraude. Depois do resultado, Imran Khan, o terceiro colocado nas eleições, não reconheceu a derrota eleitoral e liderou manifestações em Islamabad com milhares de pessoas, que duraram 126 dias (The Press Trust of India, 2018). Após o anúncio da NRS, Islamabad e Pequim assinam um memorando de entendimento em 2013 que estabeleceu as linhas gerais do projeto no Paquistão. Desde então, o projeto se transformou no carro-chefe da administração de Sharif e a alternativa para a construção de um projeto hegemônico no país, apoiado pela elite militar.

No ano de 2015, o presidente chinês visitou Islamabad e os dois países assinaram 51 acordos de investimento em projetos de produção de energia, gasodutos, infraestrutura de estradas e telecomunicações num valor anunciado em US\$46 bilhões. O processo de elaboração do PLP reuniu representantes de distintas matizes político-ideológicas, em um raro momento de coesão na história do país. Governos provinciais e oposição fizeram parte da elaboração do documento, que foi encarado pela população paquistanesa de forma majoritariamente positiva. Além do apoio dos principais partidos da oposição, o projeto ganhou adesão na população, sobretudo na província de Punjab, base de apoio do PLMN-N de Sharif (Ahmad, 2017; Husain, 2018; Hussain, 2019; PAQUISTÃO; CHINA, 2017a).

Para Ahmad (2017, p. 104) e Hussain (2019, p. 137), a coesão formada se deve em parte à forma como o governo federal lidou com as disputas entre partidos políticos e governos provinciais. Num primeiro momento, o governo federal e os governos

provinciais, representados em particular pelos partidos nacionalistas¹³³ de KPK e Balochistan, como o *Balochistan National Party* (BNP), tiveram um impasse em relação ao traçado do corredor de transporte que ficou conhecido como “controvérsia das rotas”. No PLP traçado por Islamabad em acordo com Pequim, o CECP passaria por todas as regiões do país, prometendo algum nível de distribuição regional dos projetos. Cada província também receberia uma ZEE, mesmo que algumas fossem priorizadas no curto prazo em razão de seu valor estratégico¹³⁴. Segundo Mosharraf Zaidi¹³⁵, os paquistaneses viram o CECP com um “otimismo cauteloso”: o otimismo estaria ligado ao fato de que o projeto seria uma inversão à escassez de recursos, associada à visão da instabilidade do país; enquanto a cautela diria respeito às promessas de IDE não realizadas no passado. De acordo com Zaidi, dos investimentos prometidos ao Paquistão entre 2001 e 2011 apenas 6% foram efetivamente realizados (China-Pakistan ‘economic..., 2015). Em geral, o histórico de cooperação entre os dois países contribuiu para uma percepção positiva dos chineses na sociedade paquistanesa (Ahmad, 2017; Hussain, 2019, p. 143).

Nesta seção, discutiremos os principais fatores para a ruptura do aparente consenso estabelecido em torno do CECP e suas implicações para as principais forças sociais do Paquistão. Na subseção 4.2.3.1 analisaremos o papel do CECP de amplificador das disparidades regionais, sobretudo entre Punjab e Balochistan, e o surgimento de ameaças à segurança física dos projetos. Na subseção 4.2.3.2 discutiremos as tensões entre China e Paquistão no âmbito do CECP, com respeito às relações interpessoais, transparência e desequilíbrios industrial, comercial e financeiro. A contribuição do CECP para a eleição de Imran Khan em 2018 e suas implicações para o projeto serão analisadas na subseção 4.2.3.3.

4.2.3.1 Disparidades regionais e “nacionalismos”

¹³³ Ao contrário da maioria dos países, os partidos nacionalistas do Paquistão representam movimentos provinciais que defendem maior autonomia (ou mesmo independência) para suas respectivas províncias. Esses movimentos são especialmente fortes em KPK e, como veremos mais a frente, Balochistan.

¹³⁴ De acordo com Husain (2018, p. 11), o número inicial de ZEEs variava entre 46 e 100. Posteriormente, as autoridades paquistanesas diminuíram o número para 9 (além de Gwadar), garantindo a distribuição geográfica das ZEEs entre as diferentes regiões do país, incluindo a CoP.

¹³⁵ Ex-conselheiro de política externa paquistanês do gabinete da Ministra das Relações Exteriores Hina Rabbani Khar durante dois governos do PPP, entre 2011 e 2013.

Além do Território Capital Islamabad, o Paquistão é dividido em quatro províncias: Punjab, Sindh, *Khyber Pakhtunkhwa* (KPK)¹³⁶ e Balochistan; e dois territórios administrados na região da Caxemira: Gilgit-Baltistan (GB) e Azad Jammu Kashmir¹³⁷ (AJK). De acordo com Sanuallah Baloch¹³⁸, vivem na pobreza 71% do Balochistan, 49% de KPK, 43% de Sindh e 31% de Punjab (Baloch, 2017b).

A postura inicial do governo federal foi enfática em priorizar um trajeto que passasse pelas regiões mais ricas do país para agradar a província mais populosa do país e sua base de apoio em Punjab. De acordo com Ahmad (2019, p. 104), algumas estimativas sugerem que cerca de US\$37 dos US\$46 bilhões prometidos para o CECP estariam sendo alocados na província. Entretanto, tanto Ahmad, quanto Hussain (2019, p. 137) apontam que o governo federal foi bem-sucedido em acomodar as demandas da oposição em três rotas distintas. A “Rota Leste” passaria pela área mais desenvolvida do país, entre Sindh e Punjab, chegando até Gwadar pela Rodovia Costeira de Makran (N10) vindo de Karachi, até se encontrar com a Rodovia Expressa de Peshawar-Karachi (linha verde no **Error! Reference source not found.**). A “Rota Central” iria de Punjab até D.I.Khan em KPK (parte tracejada da linha azul do **Error! Reference source not found.**), de lá, seguiria por Punjab até Khuzdar no Balochistan (linha rosa no **Error! Reference source not found.**). Daí, a rota poderia seguir pela N25 para a N10 até Gwadar, ou ir até Basima, onde se encontraria com a Rota Oeste (linha azul no **Error! Reference source not found.**). Por fim, a “Rota Oeste” passaria pelas áreas mais atrasadas do país, passando brevemente por Punjab e KPK, antes de cortar o interior do Balochistan (linha azul do **Error! Reference source not found.**) (Paquistão; [s.d] b).

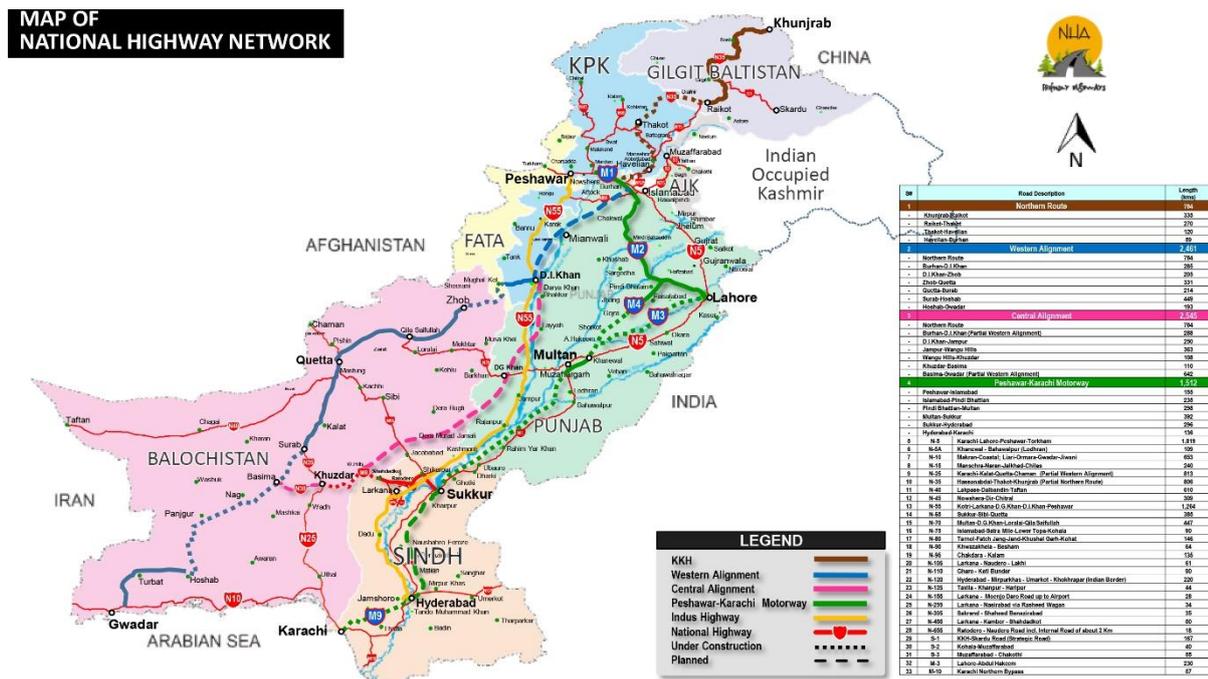
Um dos principais fatores de desestabilização da coesão em torno do CECP no Paquistão diz respeito às disparidades regionais que ancoram os movimentos separatistas, com a concentração do poder econômico e político em Punjab. De acordo com Bashir e outros (2019, p. 77-78), os principais fatores por trás da insatisfação da população do Balochistan são o desemprego e a pobreza frutos de políticas públicas de extração deliberada das riquezas da região. Para Muhmmad

¹³⁶ A antiga FATA foi integrada à KPK a partir da 25ª EC de 2018, com apoio majoritário entre todos os partidos políticos.

¹³⁷ “Caxemira e Jammu livres” em tradução livre.

¹³⁸ Ativista dos direitos humanos e minorias do Balochistan, ex-senador, líder opositor do partido nacionalista de esquerda BNP-M e membro da Assembleia Provincial do Balochistan (oposição).

Mapa 3: Infraestrutura de transporte no Paquistão. Operacional e planejada.



Fonte: Paquistão; [s.d.] b.

Ismail (2014, p. 188), Mansoor Ahmed (2017, p. 85) e Isirat Husain (2018, p. 11), a ação das grandes potências, em especial Estados Unidos e Índia, também desempenha um papel importante no fomento de movimentos separatistas do Balochistan, principalmente através do apoio político e financeiro¹³⁹. De acordo com Muhammad Ismail (2014, p. 185) os movimentos de insurreição no país reivindicam a criação do “Grande Balochistan”, incluindo não apenas a região no interior do território paquistanês, mas também do Afeganistão e Irã.

Fazendo fronteira com Irã e Afeganistão, o Balochistan é a maior província em extensão do Paquistão, com aproximadamente 800km de área costeira, porém com a menor população. No extremo oeste da província, a cidade costeira de Gaddani fica a aproximadamente 650km do Estreito de Ormuz, na boca no Golfo Pérsico, entre os Emirados Árabes e o Irã, por onde passa aproximadamente um terço do petróleo comercializado mundialmente. O Balochistan é a província menos desenvolvida do país em termos socioeconômicos, com a menor taxa de crescimento do país, altos níveis de desemprego e analfabetismo, e pouco acesso à saneamento, educação e

¹³⁹ Ahmed (2017, p. 93-94) destaca a atenção dada às insurgências na província pelos Estados Unidos, incluindo declarações do Departamento de Estado e, em particular, uma audiência da câmara dos deputados que deliberou pelo apoio ao movimento de independência em 2012. Ainda de acordo com Ahmad (2017, p. 106), a atuação indiana reforça a tese de que o país teria influência sobre os movimentos separatistas com o objetivo de sabotar o CECP, especialmente após os discursos de Modi direcionados à região. De acordo com Ismail (2014, p.188) a Índia e os Estados Unidos patrocinam insurreições na região para evitar que o Paquistão oportunize os recursos e se fortaleça.

saúde. Alguns distritos da província estão listados entre as regiões mais pobres da Ásia, como Dera Bugti, Kharran, Lasbela, Awaran, Loralí, Chaghi e Kolu, Washuk (BALOCH, 2016a). A população do Balochistan é majoritariamente rural e o território é rico em recursos naturais, como o gás natural e minérios, contendo uma das maiores minas de ouro e uma das maiores reservas de ferro e cobre do mundo¹⁴⁰, nas minas Saindak e RekoDiq (Ahmad, 2017; Bashir *et al*, 2019; Ismail, 2014).

Para Sanaullah Baloch, o CECP teve impactos socioeconômicos significativos no país, mesmo nos primeiros anos, criando empregos nas áreas de segurança, energia e transporte; aumentando a acessibilidade, a produtividade e a eficiência do sistema de transporte urbano; além de fomentar a atividade econômica de pequenas e médias empresas. Contudo, a despeito das promessas iniciais de dispersão geográfica dos investimentos, a província de Punjab concentrou parte significativa dos investimentos, deixando províncias pobres como o Balochistan com US\$600 milhões dos US\$46 bilhões prometidos, concentrados nos projetos do porto e do aeroporto de Gwadar (Baloch, 2016A). De acordo com Ahmad (2019, p. 107), dos US\$28,6 bilhões destinados aos projetos da primeira fase do CECP, Punjab concentraria US\$13 bilhões, contra US\$4,6 bilhões de Sindh, US\$1,8 bilhões de KPK, US\$0,92 bilhões de GB, e apenas US\$0,6 bilhões do Balochistan¹⁴¹.

Ainda segundo o ativista, mesmo a província sendo rica em recursos energéticos, dos quinze projetos de energia do CECP, sete se localizam em Punjab e sete em Sindh, ambas províncias ricas nas quais bastante progresso foi feito, enquanto os projetos destinados a outras regiões foram abandonados ou engavetados. De acordo com Mansoor Ahmad (2017, p. 104-105) dos Rs. 110 bilhões¹⁴² alocados pelo governo federal no programa de desenvolvimento do setor público no ano fiscal de 2015-2016, apenas Rs. 20 bilhões foram destinados à Rota Oeste. No ano fiscal de 2016-2017, Rs. 1,2 bilhões foram alocados à Rota Oeste, apesar do custo estimado apenas para a aquisição de terras necessárias para o projeto chegar a Rs. 55 bilhões. Enquanto isso, a Rota Leste recebeu Rs. 66 bilhões no mesmo período.

¹⁴⁰ De acordo com Ismail (2014, p. 188), Rickodek (ou RekoDiq) é a 4ª maior reserva de ouro e cobre do mundo, com 10 bilhões de quilos de quilos e cobre e 370 milhões de quilos de ouro, no valor aproximado de US\$260 bilhões.

¹⁴¹ O autor não esclarece por que a soma não totaliza US\$28,6 bilhões. Para todos os efeitos, estamos considerando que a diferença é devida a investimentos que por qualquer motivo não são contabilizados como provinciais.

¹⁴² Rúpias paquistanesas.

De acordo com Hussain (2019, p. 137), o BNP exerceu forte pressão sobre o governo federal para descentralizar as receitas tributárias do porto e do aeroporto de Gwadar, que constitucionalmente seria recolhida pela união. O opositor Baloch (BNP) critica a limitação da capacidade de arrecadação local de dois dos principais projetos do CECP no Balochistan, ressaltando o histórico de extração dos recursos locais por parte de Islamabad (Baloch, 2017a).

Do ponto de vista energético, Baloch destaca que os 16000MW de capacidade adicionados à malha nacional não beneficiariam os consumidores das províncias mais pobres, uma vez que a infraestrutura de transmissão é deficiente e os projetos de linhas de transmissão também são concentrados em Punjab e Sindh. Apesar da demanda por energia do Balochistan estar em torno de 1650MW, a capacidade de absorção máxima do sistema da província é de apenas 500MW (Baloch, 2017b). Ahmad (2019, p. 106-107) destaca que o investimento de menos de US\$1 bilhão destinado à província é incapaz de cobrir os projetos que incluiriam a construção de uma usina termelétrica com 300MW de capacidade, rodovias conectando o porto de Gwadar como a autoestrada M-8 (Trecho azul tracejado no **Error! Reference source not found.**) e a Rodovia Costeira de Makran (linha vermelha N10 no **Error! Reference source not found.**), um hospital com 300 leitos e um instituto de treinamento técnico e vocacional.

Para Bashir e outros (2019, p. 79), o problema não estaria na concentração geográfica dos investimentos, mas no grau de envolvimento da comunidade local. De acordo com os autores, o CECP teria trazido um número de empreendimentos de infraestrutura sem precedentes na história do Balochistan. Apenas na área de energia, foram criados cinco projetos com potencial de gerar 2940MW no valor de US\$7,46 bilhões na província. Em pesquisa recente realizada na região, entre oficiais do governo, membros de partidos políticos e representantes de Organizações Não-Governamentais, os autores apontam que, dos entrevistados, apenas 37% declarou conhecer o CECP, 7% afirmaram ter participado do processo de elaboração e 29% acreditam que o projeto trará desenvolvimento para a província. Segundo Ahmad (2019, p. 105), apesar de reforçar a disparidade regional, a concentração dos investimentos não impediu os avanços “massivos” dos projetos no Balochistan.

De acordo com Ahmad (2017), os movimentos separatistas no Balochistan encontram eco na ideologia separatista do ETIM chinês, de Xinjiang, que também atua em território paquistanês. Após décadas de marginalização, alguns movimentos de

insurreição contra o governo federal têm se espalhado pela província, e estas organizações têm identificado os chineses como aliados de seus exploradores. Segundo Ismail (2014, p. 184, 196), as insurgências na província são historicamente reprimidas pelo governo federal por governos civis e militares através da violência desde pelo menos 1970, após o processo de independência do Bangladesh, e em especial após a descoberta de reservas de gás no início dos anos 1980. Para Sanaullah Baloch (2017a), a política de “cortina de ferro” de Islamabad para o Balochistan, resultado da propaganda do governo federal combinada com a repressão aos críticos do CECP, criou uma ilusão entre os menos afortunados de que o projeto iria resolver todos os problemas socioeconômicos do país, o que funcionou no curto prazo, mas leva a maiores frustrações e desconfiança no futuro.

De acordo com Ahmad (2017, p. 105-106) e Hussain (2019, p. 141-142), a Rota Oeste atravessa o coração da província, passando por territórios contestados por diversos grupos insurgentes, como o Talibã paquistanês, o Estado Islâmico e o ETIM, além do Exército de Libertação do Balochistan (ELB), o que motivou ações estratégicas do governo federal para garantir a segurança dos projetos do CECP, que tem sido alvo de ataques constantes¹⁴³. Para Hussain (2019, p. 139-140), as ameaças ao CECP levantaram uma série de questões relativas às responsabilidades dos diferentes níveis de governo sobre a segurança dos projetos, o que foi agravado pelas disputas fiscais entre os governos locais e federal. Segundo Ahmad (2019, p. 106), os custos dos projetos de energia foram aumentados em 1% para financiar a segurança, enquanto os governos provinciais ficaram responsáveis por alocar 3% das receitas das transferências federais para a segurança local. Em setembro de 2016, o governo federal desembolsou US\$250 milhões para criar duas divisões especiais de militares devotados à proteção do CECP, a Divisão Especial de Segurança (DES) e a Força de

¹⁴³ Em 2017, homens armados abriram fogo contra trabalhadores de construção em Gwadar, matando dez pessoas. O ELB, grupo separatista considerado terrorista pelo Paquistão (List of banned..., 2012), reivindicou a autoria do ataque referindo-se ao CECP como um “plano conspiratório” do governo com os chineses (Gunmen kill..., 2017). Já em novembro de 2018 um ataque à bomba com tentativa de invasão ao consulado chinês em Karachi deixou ao menos sete pessoas mortas. O ELB reivindicou a autoria do ataque declarando: “não vamos tolerar nenhuma empreitada militar expansionista em solo Baloch”. O atual PM Imran Khan declarou que o ataque faz parte da “conspiração contra a cooperação estratégica e econômica entre Paquistão e China” (Mckindy; Saifi, 2018). Recentemente, um atentado armado a um hotel cinco estrelas em Gwadar deixou cinco mortos e seis feridos. O ELB reivindicou a autoria do ataque, alegando que os alvos seriam investidores chineses hospedados no hotel. Além destes episódios, o ELB reivindicou autoria de mais dois ataques no Balochistan, um a uma mina de carvão em Harnai que vitimou cinco pessoas, e outro a um ônibus com destino a Karachi, matando ao menos quatorze pessoas (Hashim, 2019).

Segurança Marítima (FSM), composta de um total de 15 mil pessoas, divididas entre 9 batalhões militares das forças armadas (9 mil pessoas) e 6 alas paramilitares (6 mil pessoas) distribuídas regionalmente pelo Ministério do Interior do Paquistão, em coordenação com os governos provinciais (Abrar, 2015; Ahmad, 2017, p. 105-106; Baloch, 2016a; Hussain, 2019, p. 142).

Em declaração conjunta no final de 2018, os governos do Paquistão e China reafirmaram a defesa mútua incondicional da soberania e integridade territorial dos dois países, em referência não apenas aos movimentos separatistas em Xinjiang e no Balochistan, citando nominalmente o ETIM, banido pelo governo de Sharif em 2013 (Three groups..., 2013), mas também à região da CoP. Além disso, a China agradeceu os esforços feitos pelo Paquistão para garantir a segurança dos projetos do CECF e dos trabalhadores chineses no país (Full of text..., 2018). Baseados em entrevistas com autoridades chinesas, Nordin e Weissmann (2018, p. 239) afirmam que os investidores que chegam ao Paquistão estão cientes dos riscos de segurança física associados ao projeto. Após um sequestro e consequente assassinato de um casal de chineses em Quetta (no Balochistan) em dezembro de 2017, a embaixada chinesa em Islamabad emitiu uma nota na qual “agradeceu a importância dada pelo Paquistão à segurança das instituições e pessoal chineses” (Hussain, 2019, p. 139)

Para Sanaullah Baloch, a DES e a FSM contribuíram para a política de exclusão do Balochistan, pois não ofereceram perspectivas de participação e emprego das comunidades locais, a despeito da criação de 15 mil novos postos (Baloch, 2017b). Além disso, o líder opositorista critica a utilização excessiva de força na região, destacando que a província tem a maior presença militar per capita do país (Baloch, 2016b). Para Mansoor Ahmad (2017, p. 89-90), a concentração das instalações militares na região se justifica pela sua importância estratégica e instabilidade.

De acordo com Hussain (2019, p. 141), as ações do governo federal empoderaram as Forças Armadas do país. Após um ataque terrorista em 2014 numa escola em Peshawar (KPK), vitimando 156 pessoas, a administração de Sharif em Islamabad aprovou em 2015, o Plano de Ação Nacional (PAN) para o contraterrorismo e a 21ª EC, estabelecendo cortes militares para o julgamento rápido de ações civis relacionadas ao terrorismo e um canal de comunicação direto entre os governos provinciais e os militares. A medida incluiu um prazo de validade para as cortes de 2 anos, mas em março de 2017 a medida foi estendida até 2019. Em quatro anos, as cortes analisaram 717 casos e decretaram 345 sentenças de morte (Malik, 2019). Em

março de 2019, apesar de ter apoio do governo do PTI, a prorrogação da medida por mais 2 anos não conseguiu os 2/3 necessários para a aprovação, enfrentando forte oposição do PPP (Washim, 2019). Regionalmente, as províncias em geral expandiram os poderes e a jurisdição das forças paramilitares, e em lugares como KPK e Punjab foram criados Unidades de Proteção Especiais (UPE), com cerca de 10 mil pessoas e compostas majoritariamente de policiais, para proteger os projetos do CECP e os trabalhadores chineses. De acordo com Hussain (2019, p. 139), as políticas de segurança têm tido êxito, uma vez que o número de mortos por casos relacionados ao terrorismo tem caído desde 2014.

Por sua vez, a China também tem tomado medidas para garantir a estabilidade e a segurança dos projetos no país. A diplomacia chinesa tem tentado aproximações entre o Paquistão e o Afeganistão para expandir a iniciativa do CECP (China: China-Pakistan..., 2018) e coordenar atividades envolvendo ações de segurança na região. Até então, o Paquistão havia lucrado diretamente com a instabilidade do país vizinho através do apoio logístico dado aos Estados Unidos em sua Guerra ao Terror. Com o recuo estadunidense, a RIP ganha mais com a estabilidade e maior segurança na região, por sua capacidade de potencializar a estratégia de apaziguar os próprios conflitos internos (Pakistan: Foreign..., 2018; Pakistan's Imran..., 2019). Em reunião em setembro de 2019, o Ministro das Relações Exteriores do Afeganistão reforçou seu apoio à soberania e integridade territorial paquistanesa na Caxemira e ao combate do ETIM (China's Wang Yi..., 2019). Na nota emitida pelas autoridades do Paquistão e China em novembro de 2018, os países reforçaram a defesa do processo de reconciliação "liderado pelo Afeganistão" em seu próprio território e a RPC parabenizou a iniciativa de coordenação entre Paquistão e Afeganistão enfatizando o Plano de Ação do Afeganistão e Paquistão para a Paz e Solidariedade, assinado pelos países em abril de 2018 (Full text of..., 2018).

Não obstante, de acordo com o *Financial Times*, oficiais chineses também estariam negociando diretamente com militantes separatistas no Balochistan na tentativa de garantir estabilidade no desenvolvimento dos projetos do CECP. Num primeiro momento, a notícia publicada por um dos maiores veículos de mídia do país, *Dawn*, gerou um certo desconforto em Islamabad. De acordo com o canal, representantes da oposição e de movimentos separatistas negaram ter se encontrado com os chineses (China in talks..., 2018). Em setembro de 2019, Pequim convidou formalmente uma delegação de líderes políticos do Balochistan críticos ao CECP,

incluindo Sanaulah Baloch (BNP), para ouvir o ponto de vista dos descontentes e discutir estratégias para combater os problemas associados à região (Aamir, 2019a).

4.2.3.2 Tensões com a China

As tensões entre paquistaneses e chineses têm sido discutidas sobre três principais ângulos. O primeiro diz respeito à conflitos interpessoais associados ao choque cultural ou ao contato prolongado entre cidadãos dos dois países; o segundo, se refere ao problema da transparência dos projetos e da insegurança relacionada ao endividamento do Paquistão frente à China; o terceiro e último ponto diz respeito ao desequilíbrio comercial e industrial entre os dois países, com efeito negativo para as contas externas do Paquistão.

O contato prolongado entre paquistaneses e chineses no território do Paquistão tem se provado um desafio para a relação entre os países, uma vez que os conflitos ficam mais evidentes com o passar do tempo. De acordo com algumas estimativas, o CECP empregou aproximadamente 10 mil chineses no Paquistão (Khattak, 2019). Empresas chinesas têm enfrentado acusações em território paquistanês das mais variadas, desde a violação de leis trabalhistas locais, até tráfico sexual, intolerância religiosa e fraude. (Khan, 2018)

Para a diretora do departamento de China da *Human Rights Watch* Sophie Richardson, as acusações de tráfico sexual reportadas pela mídia paquistanesa chamam atenção pela similaridade com casos de outros países asiáticos anteriormente investigados pela instituição. De acordo com a ativista, os governos do Paquistão e China reconheceram as acusações como legítimas, e a embaixada chinesa em Islamabad emitiu uma nota em 13 de abril de 2019 afirmando estar tomando medidas conjuntas com as autoridades paquistanesas para combater as violações (Richardson, 2019). Em julho de 2019, o líder religioso Mufti Tariq Masood condenou empresas chinesas (Khattak, 2019) por não respeitarem a religião local ao proibir os trabalhadores locais de praticarem o Salá¹⁴⁴.

Em abril de 2018, um grupo de trabalhadores chineses em Punjab foram filmados agredindo o policial paquistanês responsável por provê-los segurança e o vídeo se espalhou nas redes sociais, tornando-se viral. O governo do Paquistão

¹⁴⁴ Traduzido do inglês, *Namaz*. Salá se refere a uma prática de devoção na forma de orações diárias na religião muçulmana.

afirmou ter deportado os cinco agressores. Hussain (2019, p. 143) argumenta que os incidentes são episódios isolados que ganharam destaque desproporcional na mídia local e internacional, quando em realidade a esmagadora maioria dos cidadãos chineses morando ou trabalhando no Paquistão não trouxe problemas nem incitou conflitos no país, num argumento similar ao de Yeh e Wharton (2016, p. 300) em seus estudos de migração chinesa interna e na África (Ver nota de rodapé 96).

A migração massiva de chineses também faz parte desse conjunto de críticas, que acredita que a migração de chineses para regiões como Gwadar irá tornar o povo do Balochistan em uma minoria em seu próprio território. Ao desenvolver uma pesquisa sobre a geração de emprego nos projetos do CECP, Rahid e outros (2018) apontaram que a proporção de trabalhadores chineses é maior durante a etapa da construção, criando o efeito acima referido. Para os autores, existe uma disparidade entre as habilidades necessárias os projetos do CECP e a força de trabalho local.

Segundo Husain (2018, p. 12), a utilização e formação da mão-de-obra local é do interesse dos chineses, que destacam a redução no custo de produção que resultaria dessa troca. Segundo o autor, a escassez de mão-de-obra qualificada no Paquistão é o principal motivo alegado pelos investidores para contratar trabalhadores chineses. Para Rashid e outros (2018, p. 7), as oportunidades estão sendo criadas e os paquistaneses precisam se qualificar para aproveitá-las. Para tanto, são necessárias políticas públicas para a capacitação da força de trabalho, como a criação de institutos técnico-vocacionais, que estão sendo planejados como o que está sendo construído em Gwadar.

De acordo com Ali (2019, p.9), hoje é um consenso que o CPEC tem enorme potencial para a criação de empregos. As estimativas da OIT giram em torno de 400 mil empregos entre 2015 e 2025, enquanto outras estimativas apontam para números em torno de 1,5 milhão, entre empregos diretos e indiretos espalhados por diferentes setores. Atualmente, o Paquistão convive com uma taxa desemprego de 5,9% (Rashid et al, 2018, p. 2) e de acordo com Ali (2019), o setor de transporte sozinho tem um potencial de adicionar 10% do PIB do país e 6% de emprego da força de trabalho.

Em novembro de 2018, Xi Jinping e Imran Khan se reuniram em Pequim e, numa declaração conjunta, minimizaram as críticas sobre a quantidade de chineses no território paquistanês. De acordo com os líderes, aproximadamente 25 mil estudantes paquistaneses estão matriculados em universidades na China, com bolsas de estudos oferecidas pelo governo chinês. Xi Jinping ainda se comprometeu em

oferecer bolsas adicionais e melhorar seu apoio aos programas de treinamento vocacionais promovidos pelo Paquistão para preparar a força de trabalho para os projetos do CECF. Por sua vez, Imran Khan agradeceu a presença e a contribuição dos trabalhadores chineses em solo paquistanês (Full text of..., 2018). De acordo com Khattak (2019), Khan tem fingido ignorância sobre os incidentes para não deteriorar as relações com os chineses, de quem seria refém.

Outro elemento associado à imagem negativa do CECF no país se refere à falta de transparência e o que se convencionou chamar de “armadilha da dívida”. Enquanto a situação da transparência sobre os projetos é deplorável e merece atenção, a situação da dívida paquistanesa com a China não parece tão alarmante quanto se tem veiculado, o que não quer dizer que a situação externa do país seja favorável. Como veremos no capítulo 5, as dívidas do Paquistão têm crescido em relação às suas reservas, mas a participação do CECF não parece tão decisiva quanto se sustenta.

Para Husain (2018, p. 22) e Ali (2019, p. 10), a desinformação é a principal fonte das críticas ao projeto e a atuação do governo paquistanês têm contribuído para isso. De acordo com Hurley e outros (2018, p. 4), o BCD e o Banco ExIm não disponibilizam os termos de seus empréstimos, gerando dificuldades para se analisar a situação de forma concreta. Até então, não há informações confiáveis e detalhadas sobre fontes de financiamento, estrutura de capital e investidores disponíveis ao público. O próprio ex-governador do Banco Central¹⁴⁵ do Paquistão Ahhraf Mahmood Wathra teria declarado publicamente não ter clareza sobre a magnitude dos investimentos chineses no país (Abi-habib, 2018).

A principal teoria seria de que a frágil e endividada economia do Paquistão estaria contraindo empréstimos com os quais não poderia arcar. A China, por sua vez, estaria deliberadamente empurrando empréstimos elevados para projetos dúbios. Desde o episódio de Hambantota, o acordo entre RPC e Sri Lanka tem sido usado como argumento para provar as intenções coloniais de Pequim de tomar o controle sobre o Porto de Gwadar, conforme tem sido propagandeado por entidades estadunidenses (Center for Strategic & International Studies, 2018; Eder; Mardell, 2018a; Joy-Perez; Scissors, 2018; Abi-habib, 2018; Why China..., 2018) e indianas (The Press Trust of India, 2015; Pandit, 2018; Parashar, 2019; Wu, 2019). Na visão

¹⁴⁵ Equivalente ao presidente do Banco Central do Brasil.

de Husain (2018, p. 7-8) e Hussein (2018), a repercussão negativa internacional seria resultado da guerra híbrida travada por Estados Unidos, Japão e Índia contra China (e Paquistão), em função de disputas geopolíticas.

Nordin e Weissmann (2018, p. 238-239) chamam atenção para o baixo retorno e elevado tempo de maturação de investimentos de infraestrutura, que combinado com a situação financeira precária dos países da NRS, colocam em risco a sustentabilidade dos projetos. De acordo com entrevistas realizadas pelos autores com autoridades chinesas, os credores do país não parecem estar preparados para a insolvência de seus devedores. Para Hurley e outros (2018, p. 2), a sustentabilidade financeira depende em grande medida da produtividade dos projetos.

De acordo com relatos de canais ocidentais, a dívida externa paquistanesa está estimada em US\$95 bilhões, dos quais US\$23 bilhões pertencem à China. As estimativas são de que as cifras atinjam US\$90 bilhões nos próximos anos, após a conclusão dos projetos. Em setembro de 2018, Imran Khan foi ao FMI solicitar em torno de US\$8-12 bilhões em empréstimos (Abi-habib, 2018).

Mesmo alguns críticos do CECF têm reconhecido que as datas para o tempo dos pagamentos das dívidas do projeto se estendem por pelo menos 10 anos. As autoridades chinesas afirmaram recentemente que o CECF representa menos de 1/10 da dívida do Paquistão (Hussein, 2018; Kugelman, 2019). O FMI estima que no auge dos pagamentos das dívidas e investimentos o impacto na Balança de Pagamentos será entre US\$2,5 e US\$3 bilhões anuais em entre 2020 e 2025 (Hussein, 2018).

De acordo com as estimativas de Hurley e outros (2018, p. 28), a dívida do Paquistão com a China é de 6,329 bilhões, contra os 58,014 bilhões da dívida externa total do país (10,91%). Não somente, Ishrat Husain (2018, p. 8) e Ashan Iqbal¹⁴⁶ (Ashan warns..., 2019), destacam que a Infraestrutura do CECF está sendo financiada por empréstimos concessionais¹⁴⁷, com 2% de juros ao ano, além de créditos subsidiados pelo governo chinês e empréstimos livres de juros. Ahan Iqbal também destaca que o volume de empréstimos dos chineses gira em torno de US\$5,8 bilhões e não US\$18 bilhões, como acredita o atual governo, e ainda afirma que as condições favoráveis se devem ao “relacionamento especial” entre os dois países.

¹⁴⁶ Secretário Geral do PML-N.

¹⁴⁷ Os “concessional loans” se referem à empréstimos oferecidos em condições especiais, com juros abaixo dos oferecidos no mercado, prazos estendidos, ou ambos (Organização Para A Cooperação E Desenvolvimento Econômico, [s.d.]

Para Husain (2018, p. 5-8; p. 18), o peso das dívidas na Balança de Pagamentos do país será menor do que o impacto positivo dos investimentos. Utilizando como base um relatório do FMI, o autor afirma que os incrementos na capacidade produtiva do setor de energia prevenirão perdas de cerca de US\$6 bilhões anuais. Não somente, de acordo com Husain, através de um processo de Substituição de Importações de combustíveis (diversificada em hidro, térmica, solar e eólica), o Paquistão deixaria de importar aproximadamente US\$1 bilhão anualmente.

No final de 2018, o governo do Paquistão emitiu uma nota sobre a situação financeira do país e detalhando que os pagamentos do CECF começarão em 2021, em torno de US\$300-400 milhões anuais, aumentando de forma gradual progressiva para aproximadamente US\$3,5 bilhões em 2025. De acordo com a nota, os pagamentos deverão ser feitos num período de 25 anos. O relatório defende que os pagamentos não comprometem a situação financeira do país a curto prazo e nem estão atrelados à exportação de energia. De acordo com o relatório, o custo dos pagamentos será superado pelos benefícios dos investimentos (Hussein, 2018).

Como alternativa à escassez de divisas estrangeiras, Islamabad ainda tem a possibilidade de realizar operações de *swap* cambial, que Pequim tem praticado de forma recorrente com seus parceiros, entre eles o próprio Paquistão. De acordo com Chen e outros (2019), entre 2008 e 2017, o país que mais se integrou financeiramente com a China foi o Paquistão e os chefes dos dois Estados reforçaram a estratégia de integração entre os Bancos Centrais dos países em sua declaração conjunta. Nos últimos anos também se proliferaram bancos comerciais chineses e paquistaneses operando nos dois países (Full text of..., 2018).

Um problema em geral associado às críticas feitas à sustentabilidade financeira do CECF é a ênfase que determinados autores colocam no déficit fiscal do governo, confundindo a necessidade de acumular moeda internacional para fechar a Balança de Pagamentos e os mecanismos por trás da deterioração da situação externa de um país com uma suposta restrição à capacidade de endividamento do governo em sua própria moeda (Aamir, 2019b; Abi-habib, 2018; Ali, 2019; Bacon, 2019; Hurley *et al*, 2018; Kugelman, 2019). É evidente que, no contexto do Consenso de Washington, a necessidade de financiamento externo está condicionada à adoção de políticas de austeridade macroeconômica, exigidos pelos organismos multilaterais. No entanto, tal mecanismo visa controlar a restrição externa impondo ajustes recessivos, com todos os seus efeitos macroeconômicos associados. É motivo de alarde dentre essa

literatura o fato de que a dívida pública interna do Paquistão tenha aumentado 250% entre 2013 e 2018, e a sugestão é a redução do gasto público e privatizações. Usualmente essa literatura também ignora tanto os efeitos do desaquecimento da economia mundial quanto o próprio impacto das políticas liberalizantes ao explicar a “alarmante” desaceleração do país (3,3% de crescimento entre 2018 e 2019, contra 5,5% entre 2017 e 2018) (Abi-habib, 2018; Bacon, 2019; Hurley *et al*, 2018; Kugelman, 2019).

Talvez um dos problemas mais representativos das relações China-Paquistão hoje seja a disparidade comercial entre os países, o que tem afetado decisivamente a Balança de Pagamentos do Paquistão. De acordo com Mahamoud Islam (China-Pakistan ‘economic..., 2015), a China importou em média 16% a mais do resto do mundo nos primeiros cinco anos da iniciativa, enquanto os países da NRS importaram em média 22% a mais da China. Para Ahmad (2017, p. 102-103), a disparidade no comércio bilateral entre China e Paquistão tem origem no Acordo de Livre Comércio China-Paquistão, implementado em julho de 2007, e que custaria à economia do Paquistão US\$22 bilhões anuais. De 2006 a 2015, as exportações paquistanesas para a China aumentaram de US\$575 milhões para US\$ 2,1 bilhões, enquanto no mesmo período, as exportações chinesas para o Paquistão cresceram de US\$ 3,5 bilhões para US\$ 10 bilhões.

Ao que tudo indica, a disparidade industrial entre a China e seus parceiros comerciais é um dos pontos centrais do problema (Pakistan: Islamabad..., 2018). De acordo com Das (2017, p. 136) as vantagens da indústria chinesa têm perturbado a balança comercial de alguns países da Ásia e da Europa. Até mesmo Estados Unidos têm levantado barreiras tarifárias contra os chineses para proteger seu mercado doméstico. Dessa forma, o comércio desregulado estaria afetando a capacidade da indústria paquistanesa de progredir, o que tem sido reconhecido até mesmo pelas autoridades dos países. Na declaração conjunta de Khan e Xi, os chefes de Estado reconheceram o “desequilíbrio comercial” resultado do aumento expressivo no volume das trocas desiguais entre os dois países (Full text of..., 2018). Em 2018, Abdul Razak Dawood¹⁴⁸ declarou que:

[Um dos] aspectos da governança do CECP diz respeito às disputas fiscais e comerciais emergindo entre empresas chinesas e paquistanesas. Não há

¹⁴⁸ Conselheiro de Comércio, Têxteis, Indústria e Produção, e Investimento do PM Imran Khan.

nenhum mecanismo de resolução dessas disputas para aliviar as partes envolvidas à nível local, regional, provincial e federal. Ademais, no que se refere à troca no âmbito do CECP, tanto China quanto Paquistão tem sofrido para atingir um consenso em torno de mecanismos transnacionais (Hussain, 2019, p. 138; tradução nossa).

E ainda na mesma linha:

Empresas chinesas têm recebido isenções, muitas com um efeito prejudicial ao Paquistão; isto é uma das coisas que estamos analisando atentamente, porque não é justo que as empresas paquistanesas estejam em desvantagem (Khattak, 2019; tradução nossa).

Em suas recomendações, Husain (2018, p. 17) sugere que:

[...] as taxas de câmbio devem ser manejadas para estimular novos produtos de exportação, novas empresas e a penetração em novos mercados, mas garantindo que os preços de importação de bens de capital, máquinas e equipamentos não sejam inflados a ponto de afastar novos investimentos. As empresas paquistanesas e outras empresas estrangeiras que ganharem as licitações **devem receber o mesmo tratamento fiscal** para garantir um nivelamento. Os acordos de livre comércio precisam ser renegociados para preservar as vantagens competitivas das exportações paquistanesas e **quotas de impostos devem ser introduzidos** para salvaguardar as manufaturas paquistanesas. Tarifas sobre importação devem ser reduzidas de forma gradual para possibilitar a participação de empresas paquistanesas nas cadeias de fornecimento globais (grifo e tradução nossos).

Para Ahmad (2017, p. 3), o problema pode se agravar ainda mais com a instalação das ZEEs, que têm um potencial para destruir a indústria local, ao prometerem isenções tarifárias para as empresas multinacionais que se instalarem, num processo semelhante ao descrito por Medeiros (2019) e Nogueira (2012, 2015b), ao abordarem a inserção dos países periféricos nas CVG.

4.2.3.3 Khan e a ascensão de um novo consenso

Os sinais de desgaste da coesão em torno do projeto do CECP ficaram claros quando os nomes do então PM Nawaz Sharif (PML-N) e de membros de sua família apareceram nos *Panama Papers* em abril de 2016. O líder do PTI, partido de oposição ao governo, Imran Khan, convocou a população às ruas e assinou uma petição acusando Sharif de corrupção e demandando investigações. As ruas do país foram tomadas de manifestantes, resultando em confrontos entre apoiadores do PM e de Khan, e entre manifestantes e policiais, inclusive em Punjab, base de apoio do PML-

N. Em outubro de 2016, a Suprema Corte acatou a petição e abriu as investigações contra o PM, resultando em uma paralisação de “Ação de Graças” organizada por Khan na capital (Chughtai, 2016; Fitzgibbon, 2016; In Pictures:..., 2019).

No início de 2018, a aliança entre o governo provincial do Balochistan e o governo federal de Sharif começou a ruir. Desde 2015, o PML-N e o PML-Q formavam uma coalizão majoritária com apoio do governo federal. Numa debandada de 20 congressistas em março de 2018, ex-membros dos partidos formaram uma aliança local entre o PPP e o PTI de Imran Khan para eleger líderes regionais numa clara diminuição do poder de Sharif na região. Pouco tempo depois os dissidentes se uniam para formar o *Balochistan Awami Party* (BAP), um partido nacionalista de centro com preocupações progressistas, para disputar as eleições de 2018. Apesar dos próprios fundadores admitirem manter a mentalidade do PML, o novo partido dá nova ênfase à autonomia e aos problemas socioeconômicos do Balochistan frente ao governo federal. Nas eleições de julho de 2018, a coalizão de centro entre o BAP e o PTI foi bem-sucedida e conquistou a maioria na assembleia provincial (Bap and PTI..., 2018; Hashim, 2018; New political..., 2018; Shah, 2018).

Após ser condenado por crimes financeiros pela Suprema Corte paquistanesa em decorrência dos vazamentos dos *Panama Papers*, Sharif renunciou ao cargo em julho de 2017 um ano antes do fim do seu mandato e as forças armadas paquistanesas, que aderiram ao projeto foram a público garantir que os investimentos do CECP não seriam afetados e que a transição de poder ocorreria da forma mais suave possível. Além dos elos forjados entre Pequim e os principais partidos políticos do Paquistão, a construção de uma boa relação entre as forças armadas dos dois países tem sido um dos principais ativos da diplomacia chinesa para garantir seus interesses no CECP. Em fevereiro, Sharif foi removido da liderança do partido e em 13 de abril foi banido de concorrer à a cargos públicos para o resto da vida. Menos de 20 dias antes da eleição, Nawaz Sharif foi condenado a 10 anos de prisão e preso pouco tempo depois. Após sua condenação e subsequente incapacidade de seu partido de ganhar as eleições, Sharif – que havia sido projetado como uma figura pública com a benção das forças armadas – as responsabilizou pela instabilidade política de seu governo (Hussain, 2018; In Pictures..., 2019; Pakistan: Former..., 2018; Pakistan: Ousted..., 2018).

Surfando na onda anticorrupção global e apoiado nos movimentos de insatisfação popular, o PM Imran Ahmed Khan Niazi¹⁴⁹ foi eleito em 25 de julho de 2018 (Paquistão; [s.d] a; Ashan warns..., 2019) num turbulento processo de votação com mais de 280 causalidades, incluindo 31 mortos num ataque à bomba num colégio eleitoral, bem como diversos protestos e acusações de fraudes. Apesar de inicialmente terem acusado Khan de fraude eleitoral (How Pakistan's..., 2018), o PML-N, (2º colocado nas eleições) seguiu os passos do PPP (3º colocado) e decidiu não boicotar as eleições. O partido dos Sharif ainda buscou o apoio do PPP para tentar garantir maioria em seu reduto, Punjab (Khan; Sikander, 2018), mas o PTI ficou com o governo e Khan indicou o líder tribal Usman Ahmed Khan Buzdar para a liderança da assembleia local, relegando o irmão de Nawaz, Shehbaz Sharif (PML-N), à oposição (Yasif, 2019).

A eleição do PTI foi uma vitória retumbante conseguindo sozinho mais assentos no parlamento que os dois partidos mais tradicionais juntos e atingindo a maioria com uma coalizão com mais 5 partidos, além do apoio de outros 3. Durante a campanha, Khan se apoiou na onda anti-China e declarou que renegociaria os projetos do CECP em caso de vitória. Entre os seus eixos de campanha se destacam a criação de um estado de bem-estar social islâmico, e o discurso anticorrupção. De acordo com o Secretário Geral do PML-N, Ashan Iqbal, o PTI adotou a retórica negativa do CECP baseado em informações errôneas e enganosas, contribuindo para uma visão internacional negativa do projeto (Ashan warns..., 2019; Eder; Mardell, 2018b; How Pakistan's..., 2018; Kugelman, 2019).

Pouco tempo depois, Abdul Razak Dawood sugeriu que o país iria suspender o CECP por um ano durante a revisão (Kugelman, 2019) e em 19 de setembro, o Chefe do Estado-Maior do Exército paquistanês Qamar Javed Bajwa se reuniu com Xi Jinping para discutir segurança regional. Além de agradecer ao presidente pelas contribuições às forças armadas, Bajwa declarou que “o CECP, como carro-chefe da NRS está destinada ao sucesso independente de tudo e que as forças armadas do

¹⁴⁹ A chegada ao poder de Imran Khan traz paralelos com outros casos de ascensão de celebridades pelo mundo. Antes de se dedicar à política, Khan foi o capitão da seleção nacional de críquete responsável pela conquista da Copa do Mundo em cima da maior potência do críquete e ex-algoz Inglaterra em 1992. Nos anos 2000 sua imagem passou por um gigantesco processo de reformulação para atenuar sua fama de mauricinho cosmopolita e conquistador, e enquadrá-lo nos costumes do país e da religião (How Pakistan's..., 2018).

Paquistão devem garantir a segurança do CECP a todo custo” (Abi-habib, 2018; Chughtai, 2017; Paquistão, 2018a).

Khan é menos entusiasmado com o CECP que Sharif e herdou o projeto de seu opositor, a quem acusou de corrupção, e tem trabalhado para tentar garantir benefícios e reduzir danos. Khan e o PTI teriam direcionado atenção especial para as iniciativas sociais do CECP (Kugelman, 2019). Ainda no ano da eleição, Xi pareceu se esforçar para dar prioridade a alguns projetos de especial interesse do partido do PM. De acordo com ambos: “A assistência chinesa também será direcionada para a agricultura, educação, saúde, redução da pobreza, projetos de água potável e treinamento vocacional” (Full Text of..., 2018). Pelo lado do Paquistão, Khan passou a adotar um discurso mais comedido em relação ao projeto. Em novembro de 2019, pouco tempo após o embaixador da China no Paquistão Yao Jing afirmar que a primeira fase do CECP está chegando ao fim e que a segunda fase do projeto teria início em breve, o Ministro das Relações Exteriores do Paquistão Shah Mehmood declarou que o CECP é a “prioridade máxima” do país (Kugelman, 2019).

Em setembro de 2018, a coalizão vitoriosa nas eleições deu um passo significativo no combate aos grupos considerados extremistas, numa direção completamente contrária da “cortina de ferro” que caracterizou as administrações passadas. Em cerimônia organizada pela assembleia provincial, o governo concedeu anistia e distribuiu cerca de meio milhão de Rúpias paquistanesas para os militantes de grupos extremistas que decidissem abandonar a luta armada. O “pacote de reconciliação” atraiu mais de 265 pessoas (Shahid, 2018).

Em 2019, o PTI criou quatro programas de combate à extrema pobreza. A primeira das medidas adotadas foi instaurar um subsídio (preço abaixo do custo de produção) na tarifa de energia Rs.200 bilhões (US\$1,3 bilhões) para todos que consumem menos de 300 unidades de energia no mês, o que de acordo com o governo, representa 75% dos consumidores no país (Paquistão, 2019b, p. 7-8). O segundo, custando Rs.110 bilhões (US\$0,715 bilhões) é chamado *Eshaas* (New Division of Poverty Alleviation and Social Safety), e inclui subsídios, transferências de renda do governo e assistência a mãos e idosos, que deve atingir 5,7 milhões famílias em situação de pobreza extrema. O terceiro, chamado *Sehat Sahulat* (cuidados de saúde, em tradução livre) busca prover acesso a qualquer um dos 270 hospitais selecionados, espalhados em 42 distritos do país. O custo por ano do programa ficou em Rs.15 milhões (US\$ 0097 milhões) e estima atingir 3,2 milhões de famílias. O

último programa, *low-cost housing* (casas a baixo custo) não possui maiores detalhamentos no orçamento. O governo de Khan também trabalhou em algumas iniciativas conjuntas com as Nações Unidas para a inserção de mulheres no mercado de trabalho, o que também reflete o foco da atual administração de Islamabad em relação às disparidades sociais do país em diversas esferas (Paquistão, 2019b, p. 8-10; Organização Para O Desenvolvimento Industrial, 2019).

No mesmo sentido, o orçamento federal de 2019-2020 também prevê a alocação de Rs.48 bilhões para os distritos pertencentes à antiga FATA (hoje parte do KPK) como parte do processo de integração. Além do desembolso do governo federal, as demais províncias farão parte da política totalizando Rs.152 bilhões no ano fiscal. Ao todo, o plano prevê a alocação de Rs.10 trilhões na região ao longo de 10 anos. O governo de Khan também aumentou no mesmo orçamento o salário-mínimo do país, que alcançou Rs.17,5 mil. No entanto, o orçamento federal para o CECP mostrou uma redução de US\$645 milhões nos projetos da NRS em relação a 2018 (Paquistão, 2019b, p. 16-18; Kugelman, 2019).

Após um resultado fiscal ruim em 2017-18, o orçamento cortou cerca de 60% do financiamento associado a projetos do CECP para o ano fiscal de 2019-20. Pressionado por resultados ruins na economia, Khan se reuniu em setembro com o FMI para solicitar um empréstimo de US\$ 6 bilhões. Os representantes do FMI pressionaram o PM paquistanês, solicitando que o Paquistão revelasse os acordos com a China e mantivesse abertos ao público todos os acordos que viessem a ser assinados com a China. As casas legislativas dos Estados Unidos ficaram apreensivas com a ideia do governo paquistanês poder utilizar o dinheiro do fundo para pagar suas dívidas com os chineses, o que foi prontamente incluído nas negociações pelo FMI. Após conversas com Xi Jinping em novembro, o PM do Paquistão declarou considerar outras opções além do FMI, inclusive a própria China, mas acabou recorrendo ao FMI, o 13º empréstimo do país desde o final dos anos 1980. Em conformidade com as políticas do fundo, o governo adotou medidas de austeridade econômica. De acordo com o orçamento de 2019-2020, além dos US\$6 bilhões de empréstimos, o acordo com o FMI envolveu a possibilidade de o Paquistão pegar entre US\$2 e US\$3 bilhões adicionais de empréstimos com o Banco Mundial e o BDA. Ainda segundo o documento, o governo concedeu autonomia ao Banco Central para perseguir o combate à inflação, abdicando sua capacidade de ingerência

sobre a política monetária (Aamir, 2019b; Abi-habib, 2018; Associated Press of Pakistan, 2016; Khattak, 2019; Paquistão, 2019b, p. 4; Why China..., 2018).

Tendo em vista essas dinâmicas de poder internas e externas, analisaremos os projetos do CECP e alguns dos principais resultados da economia do Paquistão para dar luz às possibilidades de e constrangimentos ao desenvolvimento do país.

5 CORREDOR ECONÔMICO CHINA-PAQUISTÃO E DESENVOLVIMENTO

Se você quer ficar rico, construa estradas primeiro.

Ditado chinês.

Dentre os projetos em andamento, o CECP é aquele que melhor sintetiza as ambições chinesas com a NRS, amarrando dimensões geopolíticas dos mares e do petróleo, e da rivalidade com a Índia, com a geoeconomia na relação com o Paquistão e alguns vizinhos, além da criação de um corredor que possa ser eficientemente utilizado para o comércio em tempos de paz, e para fins militares em caso de conflitos, envolvendo comércio, expansão do capital chinês e segurança. De acordo com o PLP, o CECP é eixo de crescimento e cinturão de desenvolvimento dividido em sete áreas e em três fases. As áreas seriam: conectividade; campos relacionados à energia; comércio e parques industriais; desenvolvimento agrícola e alívio da pobreza; turismo; cooperação em áreas relacionadas à qualidade de vida e intercâmbios não-governamentais; e cooperação financeira (Paquistão; China, 2017, p. 14-22).

O PLP também destaca as principais formas de financiamento dos projetos, incluindo governos, empresas, instituições financeiras nacionais e organizações multilaterais. De acordo com o documento, a China deve assegurar os fundos necessários para assegurar a “prioridade estratégica dos projetos” através de empréstimos subsidiados, inclusive livres de juros; empréstimos concessionais, e créditos preferenciais para compra de exportações¹⁵⁰. Além do financiamento chinês, o documento estressa a responsabilidade do governo do Paquistão em investir e financiar projetos de bem-estar de interesse público. Não são atribuídas responsabilidades específicas às demais entidades citadas no projeto, como bancos

¹⁵⁰ Tradução livre para “preferential export buyer’s credit”, que se refere a uma política de crédito de médio a longo prazo para a compra de exportações originárias da China subsidiada parcialmente pelo governo chinês (Banco da China [s.d]).

e empresas públicas e privadas dos países, o Banco Mundial, o BDA e o BIIA (Paquistão; China, p. 24).

As três fases do projeto estão divididas em: projetos de curto, médio e longo prazo. Os projetos de curto prazo seriam entregues até 2020, com foco no que consideram ser os principais gargalos ao desenvolvimento socioeconômico do Paquistão. Ao fim de 2020, o CECP deve ser capaz de promover crescimento econômico para ambos os países. Ao fim de 2025 os projetos de médio prazo devem ser entregues, o sistema industrial deve estar aproximadamente completo e o CECP deve ter aumentado a qualidade de vida no entorno dos projetos e promovido um desenvolvimento regional mais balanceado no Paquistão. No longo prazo, ao fim de 2030 o CECP deve estar aproximadamente concluído e como resultado deve ter gerado um mecanismo endógeno de crescimento econômico sustentado. Sua implementação deve ter estimulado o crescimento econômico na Ásia Central e no Sul da Ásia, além de transformar a última em uma zona econômica internacional de influência global (Paquistão; China, 2017, p. 2; 9).

Tendo em vista a dimensão de longo prazo do projeto e seu escopo alargado, o presente trabalho pretende se focar nos objetivos iniciais, seus sucessos e fracassos. Na seção 5.1, apresentaremos os detalhes disponíveis dos projetos do CECP e analisaremos os dados, destacando os possíveis efeitos sobre a economia política internacional paquistanesa. Para tanto, as fontes primárias são a forma principal de informação sobre os detalhes, e contrastaremos essas informações com fontes independentes quando possível¹⁵¹. Na seção 5.2, analisaremos a trajetória de desenvolvimento do país utilizando os indicadores selecionados na seção 2.3 discutindo alguns de seus principais resultados e desafios.

5.1 PRINCIPAIS PROJETOS DO CECP: DESCRIÇÃO E ANÁLISE

De acordo com fontes oficiais, os projetos podem ser organizados segundo quatro categorias: Energia, Infraestrutura, Gwadar e Outros. Cientes das limitações

¹⁵¹ Os dados oferecidos pelas fontes primárias (Paquistão, [s.d] b; 2013; Conselho de Desenvolvimento de Energias Alternativas, [s.d.]; China Overseas Port Holding Company LTD, a, b; Paquistão [s.d] f; Paquistão; China, 2017) foram contrastados com o de entidades independentes dos governos antes de serem considerados válidos (Baloch, 2016a, 2016b, 2017a, 2017b; Center for Strategic & International Studies, 2018; Eder; Mardell, 2018a; Mercator Institute For China Studies, 2018).

de tal escolha, optou-se por selecionar as três primeiras áreas e analisar seus principais objetivos e resultados. De acordo com a metodologia aqui adotada, consideram-se *operacionais* os projetos que já estão operando comercialmente, ao menos parcialmente; consideramos *em desenvolvimento* os projetos cuja cerimônia de abertura das obras já ocorreu; e consideramos em *planejamento* todos os demais projetos, em suas variadas etapas. De acordo com essa classificação, até o final de 2019 já estavam concluídos ou em operação: oito projetos de Energia; três projetos de Infraestrutura; e três projetos de Gwadar. Tomados os projetos das áreas escolhidas como um todo, foram empenhados US\$ 37,04 bilhões em quarenta e seis projetos diferentes, dos quais US\$ 10,60 bilhões (28,63%) foram investidos em quatorze projetos (30,43%) operacionais.

Tabela 1: Projetos do Corredor Econômico China-Paquistão por campo relacionado.

Campo	Total de projetos (Nº)	Operacionais (número)	Total (US\$ milhões)	% Total	Operacionais (US\$ milhões)	% Operacional
Energia	22	8	\$ 19.558,61	52,80%	\$ 7.378,65	69,57%
Infraestrutura	8	1	\$ 16.662,49	44,98%	\$ 3.091,31	29,15%
Gwadar	9	3	\$ 824,00	2,22%	\$ 136,00	1,28%
Total	39	12	\$ 37.045,10	100,00%	\$ 10.605,96	100,00%
% do Total	100%	30,77%	100%	-	28,63%	-

Fonte: Paquistão; [s.d] c. Elaboração própria.

Do campo de Energia (52,8% do investimento total e 69,57% dos operacionais), selecionou-se os oito projetos concluídos, dos vinte e dois existentes. Essa escolha se baseia no objetivo de entender que tipo de projetos foram priorizados e em especial, sua dispersão geográfica. Além disso, pretende-se observar os efeitos do CECIP para a capacidade instalada de um setor considerado estratégico e de que forma a estrutura desses novos provedores e do financiamento podem ajudar a entender as mudanças recentes no país.

Da infraestrutura (44,98% do investimento total e 29,15% dos projetos operacionais) optou-se por trabalhar com todos os quinze projetos existentes de acordo com as fontes oficiais. Com isso, o objetivo é identificar não apenas as prioridades, mas também os desafios por trás da criação de uma conexão de

transporte no país acidentado geograficamente e dividido política e demograficamente como o Paquistão.

No caso de Gwadar (2,2% do total e 1,28% dos projetos operacionais) também se optou por analisar todos os nove projetos existentes. Além de oferecer um panorama das dificuldades enfrentadas pelo CECP, a estrutura de financiamento dos projetos do porto e alguns de seus detalhes oferecem valorosas contribuições para a presente discussão.

Do ponto de vista dos dados, optou-se por recorrer às fontes oficiais, complementando com fontes primárias, como relatórios, documentos e discursos oficiais. Fontes secundárias foram utilizadas apenas para a parte da *análise*, quando se discute os resultados. As informações obtidas sobre os projetos foram retiradas diretamente de canais oficiais do governo do Paquistão, em especial o dedicado ao CPEC (Paquistão, [s.d] c).

5.1.1 Projetos de Energia

Os oito projetos de energia completados são: (i) as Usinas Termoelétricas de Carvão em Porto Qasim (Karachi); (ii) as Usinas Termoelétricas de Carvão de Sahiwal (Punjab); (iii) o Bloco II das Usinas Termoelétrica de Carvão da Engro em Tharparkar (Sindh); (iv) o Parque de Energia Eólica da Hydro China Dawood (Gharo); (v) o Parque de Energia Eólica da UEP (Jhimpir); (vi) o Parque de Energia Eólica da Sachal (Jhimpir); (vii) os Projetos de Energia Eólica Conjuntos da Three Gorges Second e da Third Wind Power Project; e (viii) a Usina Termoelétrica de Carvão da CPHGC (Hub). De acordo com as fontes oficiais, os US\$ 19.558,61 milhões prometidos devem gerar 12389 MW de capacidade. Desse total, os US\$ 7.378,65 milhões (37,77% dos investimentos planejados) investidos nos oito projetos de energia já operacionais adicionaram um total de 4918 MW por ano na capacidade produtiva do setor (39,69% do planejado).

Tabela 2: Projetos de energia do CECP por região.

Região	Punjab	Sindh	Balochistan
Custo	\$ 1.912,20	\$ 3.554,25	\$ 1.912,20
Capacidade	1320,0	2278,0	1320,0

Fonte: Paquistão; [s.d] c. Elaboração própria.

Custo (% investido)	25,92%	48,17%	25,92%
Capacidade (% gerado)	26,84%	46,32%	26,84%

Desse agregado, US\$ 1.912,2 milhões (25,92%) foi investido em Punjab, adicionando 1320 MV de capacidade (26,84%); US\$ 3.554,25 milhões (48,17%) foram investidos em Sindh, adicionando 2278 MW (46,32%) de capacidade; e US\$1.912,2 milhões (25,92%) foram investidos no Balochistan, adicionando 2278 MW (45,32%) de capacidade.

Tabela 3: Projetos de energia do CECP desagregado por matriz.

Matriz	Eólica	Carvão (doméstico)	Carvão (importado)	Carvão Total
Custo	\$ 646,65	\$ 995,40	\$ 5.736,60	\$ 6.732,00
Capacidade	298,0	660,0	3960,0	4620,0
Custo (% investido)	8,76%	13,49%	77,75%	91,24%
Capacidade (% gerado)	6,06%	13,42%	80,52%	93,94%

Fonte: Paquistão; [s.d] c. Elaboração própria.

Ao desagregarmos por fonte de energia produzida, vemos que US\$ 6.732 milhões (91,24%) foram investidos em carvão, responsáveis por gerar um incremento de 4629 MW (93,94%) na capacidade do setor, contra US\$ 646,65 milhões (9,76%) de investimento em energia eólica, que aumentaram em 298 MW (6,06%) a capacidade de geração de energia por ano. Ao decompor os projetos de termelétrica com capacidade de geração doméstica e aquelas que necessitam de carvão importado, vemos que o primeiro grupo responde por apenas US\$ 995,4 milhões (13,94%) do investimento e 660 MW (13,42%) de geração de capacidade, enquanto o segundo corresponde a US\$ 5.735,6 milhões (77,75%) de investimento e 3960 MW (80,52%) de capacidade instalada.

Tabela 4: Projetos de energia do CECP desagregado por propriedade do investimento.

Propriedade	Paquistanesa	Joint venture	Chinesa
Custo	\$ 2.446,20	\$ 995,40	\$ 3.937,05

Capacidade	1568,50	660,00	2689,50
Custo (% investido)	33,15%	13,49%	53,36%
Capacidade (% gerado)	31,89%	13,42%	54,69%

Fonte: Paquistão; [s.d] c. Elaboração própria.

No que se refere à estrutura da propriedade, todos os investimentos no setor de energia foram feitos segundo o modelo de IPP instituído em 1994, o que significa que os incrementos de capacidade foram feitos pela iniciativa privada. Quando desagregamos as empresas investidoras por nacionalidade, observamos que as empresas paquistanesas investiram US\$ 2.446,2 milhões (33,15%), acrescentando 1568,5 MW (31,89%) anuais no setor; por sua vez, as empresas chinesas investiram US\$ 3.937,05 milhões (53,36%) gerando 2689,5 MW (54,69%) de capacidade instalada por ano, enquanto as *joint ventures* instalaram 660 MW (13,42%) de capacidade anuais, a partir de um investimento de US\$ 995,4 milhões (13,49%).

Sobre as tarifas, apenas quatro dos oito projetos contém informações, mesmo que incompletas, sobre as regras de formação, sendo todos eles localizados em Sindh. Proporcionalmente, apenas US\$ 646,65 milhões (8,77%) do total dos investimentos e 298 MW (6,06%) da nova capacidade instalada disponibilizam informações sobre sua formação de preços. De acordo com as informações do Ministério da Energia (Conselho de Desenvolvimento de Energias Alternativas, [s.d.]), as tarifas adiantadas (5,05% da geração) são formadas pelo órgão regulador responsável pelo projeto, o que nos três casos, é a Conselho de Desenvolvimento de Energias Renováveis; enquanto as tarifas Custo+ (1,01%) são formadas pelas próprias IPPs e submetidas à aprovação da NEPRA.

Tabela 5: Projetos de energia do CECF desagregado por tipo de tarifa.

Tarifa	Adiantada	Custo+	Sem Informação
Custo	\$ 512,65	\$ 134,00	\$ 6.732,00
Capacidade	248,5	49,5	4620,0
Custo (% investido)	6,95%	1,82%	91,24%
Capacidade (% gerado)	5,05%	1,01%	93,94%

Fonte: Paquistão; [s.d] c. Elaboração própria.

5.1.1.1 *Análise*

A literatura sobre o CECP tem sido especialmente otimista sobre o impacto do projeto sobre o setor de energia do país e com alguma razão (ABBA, 2019; Ali, 2019; Ahmad, 2017; Bashir *et al*, 2019; Husain, 2018; Hussain, 2019). A promessa de 12389 MW de capacidade, ou mesmo os 4918 MW já adicionados representam um grande passo para um país com enorme gargalo estrutural de energia. Mesmo alguns críticos do CECP admitem a melhora significativa no país se tomado como um todo (Bacon, 2019; Baloch, 2016a, 2017a, 2017b; Ismail, 2014; Kugelman, 2019). De acordo com Bacon (2019, p. 24-25), a capacidade instalada no setor de energia do Paquistão era de 28399 MW, e entre 2013 e 2015, 83% das firmas do país reportaram falta de energia, numa média de setenta e cinco episódios por mês, com duração média de dezessete horas. Em perspectiva comparada, 66% e 59% das firmas instaladas reportaram apagões na Ásia e no resto do mundo, respectivamente, numa média de 24 e 6 episódios, com duração média de 5,3 e 4,5 horas (Bacon, 2019, p. 28). Somente os projetos do CECP em operação foram suficientes por aumentar em 17,31% a capacidade do setor. Com a maturação dos demais projetos, é esperado um aumento de 43,62% no setor apenas com o CECP.

Entretanto, dos números apresentados sobre o setor de energia, chama a atenção a concentração regional dos investimentos, uma vez que 74,08% dos fundos empreendidos foram concentrados nas duas regiões mais ricas do país, Punjab e Sindh. Por outro lado, nova capacidade instalada (1320 MW) no Balochistan criaria um superávit de aproximadamente 170 MW de energia numa província em que 71% da população vive na pobreza e sofre constantemente com crises de abastecimento¹⁵². Contudo, as expectativas otimistas devem ser balanceadas pelo fato de que os projetos do CECP, sobretudo as ZEEs, devem aumentar consideravelmente a demanda por energia na província.

No que se refere à fonte, a alta concentração dos investimentos em energias fósseis (93,94% da geração) chama atenção para a possibilidade de impactos ambientais. A estrutura 100% privada aponta para a insistência na direção de um modelo de geração privado baseado no IPP. Ao renunciar um setor estratégico como o de energia, sobretudo num país com o histórico do Paquistão, o Estado relega ao

¹⁵² Para esse cálculo levamos em consideração as estimativas do líder da oposição e crítico do CECP, Sanaullah Baloch, abordadas na seção 4.2.3.1, e disponíveis em Baloch, 2017b.

“mercado” a decisão de investimento e coloca na iniciativa privada a responsabilidade de prover a oferta de um recurso simultaneamente indispensável e escasso no país. Combinado com a estrutura privada, a incerteza sobre a formação da tarifa de 93,94% da capacidade adicionada pode ter impactos socioeconômicos negativos, como a instabilidade macroeconômica associada à preços determinados pelos produtores, e a incapacidade de estabelecer mecanismos redistributivos através dos preços, como por exemplo subsídios oferecidos pelo Estado a regiões mais precárias financiados por tarifas ligeiramente mais elevadas no resto do país.

Por fim, a informação mais alarmante disponibilizada diz respeito à combinação de 80,52% da nova geração de energia ter como insumo o carvão importado e 54,69% da capacidade instalada ser de firmas chinesas. Não apenas o Paquistão coloca parte considerável de um recurso estratégico imprescindível na mão de empresas de outro país, como também aumenta a necessidade de importação de recursos para garantir o funcionamento normal de sua economia, aprofundando sua vulnerabilidade externa, e com possíveis impactos para a sua já deficitária Balança de Pagamentos.

Alguns desses efeitos já podem ser sentidos mesmo no curto prazo com o aumento da intensidade do comércio entre os dois países, que possuem uma disparidade considerável tanto em termos de suas pautas exportadoras e importadoras, quanto da competitividade externa de suas empresas. Como vimos anteriormente, autoridades do Paquistão e da China já demonstraram reconhecer o desequilíbrio e se propuseram a enfrentar o problema que, caso não seja resolvido, não apenas aprofundará a vulnerabilidade externa do Paquistão, como também afetará a imagem do CECP, e conseqüentemente, da NRS.

5.1.2 Projetos de Infraestrutura

Atualmente, o CECP engloba quinze projetos compreendidos como infraestrutura, divididos em onze projetos de construção ou modernização de estradas, um projeto de ferrovia, um projeto de metrô, uma estação aduaneira e um projeto de desenvolvimento de capacidade. São eles: (i) a Estrada N-85 (Seção Surab-Hoshab); (ii) a Estrada M8 (seção Gwadar - Turbat - Hoshab); (iii) a Rodovia Peshawar-Karachi (Seção Multan-Sukkur); (iv) a Rodovia Hakla-Dera Ismail Khan; (v) a Rodovia N-50 (Seção Zhob-Quetta); (vi) a Rodovia Kakakoram (Seção Thakot-Raikot) N-35; (vii) a Rodovia Kakakoram (Seção Thakot-Havelian); (viii) a Linha

Laranja - Metrô Lahore; (ix) a Rodovia N-50 (Seção Yarik-Zhob); (x) a Estrada N-25 (Seção Quetta-Chaman); (xi) a Estrada Khuzdar-Basima N-30; (xii) a Modernização da Rodovia Dera Ismail Khan-Yarik-Zhob (N-50) (xiii) a Expansão e Reconstrução da Ferrovia Karachi-Lahore-Peshawar (ML-1); (xiv) o Porto Seco de Havelian; e (xv) o Desenvolvimento de Capacidade da Pakistan Railways. Destes, três projetos estão operacionais, expandindo em 392km a malha rodoviária, e modernizando 642km de extensão sua extensão; cinco estão em desenvolvimento (554 km de expansão e 331 km de modernização) e os sete restantes estão em planejamento (281 km de expansão e 541 km de modernização). As obras de modernização incluem a expansão da largura da pista (criação de novas faixas), criação de infraestrutura auxiliar, como iluminação, pedágios, postos da AEN, postos de abastecimento e lazer, instalação de sistemas de câmeras, entre outros.

(i) A Estrada N-85 (Seção Surab-Hoshab) no Balochistan teve um trecho de 449 km modernizados, num projeto com custo estimado de Rs. 17,97 bilhões (US\$ 116,81 milhões)¹⁵³.

(ii) A Estrada M8 (seção Gwadar - Turbat - Hoshab), também no Balochistan, foi modernizada em um trecho equivalente à 193km, custando Rs. 13,00 bilhões (US\$84,50 milhões).

(iii) A Seção Multan-Sukkur da Rodovia Peshawar-Karachi adicionou 392 km de extensão à estrada entre as províncias Sindh e Punjab, custando ao todo US\$ 2,89 bilhões.

(iv) A Rodovia Hakla-Dera Ismail Khan, ligando as províncias de KPK e Punjab está em construção, e os custos são estimados em Rs. 122,18 bilhões (US\$ 794,18), para criar um trecho de 285 km.

(v) A Rodovia N-50 (Seção Zhob-Quetta) no Balochistan está sendo modernizada, custando Rs. 66,83 bilhões (US\$ 434,41 milhões) para um trecho de 331 km.

(vi) A Seção Thakot-Raikot da Rodovia Kakakoram (N-35) que irá adicionar 136 km entre KPK à GB está em construção, com custo estimado Rs. 8,15 bilhões (US\$ 52,98 milhões).

¹⁵³ Os valores em dólares, quando entre parênteses, foram convertidos da rúpia paquistanesa a uma taxa de 1:0,0065, conforme a paridade do final de 2019, simplesmente para facilitar a visualização e a comparação. Esses valores não devem ser utilizados para estimar o montante ou os juros sobre o financiamento, nem refletem necessariamente a paridade do câmbio quando os investimentos foram feitos.

(vii) A Seção Thakot-Havelian da Rodovia Kakakoram, exclusivamente em KPK, está em andamento, tem seu custo estimado em US\$ 1,315 bilhões, e almeja criar um trecho de 118 km.

(viii) A Linha Laranja do Metrô Lahore está sendo construída em Punjab de 27km de trilhos, num valor de US\$ 1,63 bilhões.

(ix) A Rodovia N-50 (Seção Yarik-Zhob) entre KPK e Balochistan está em planejamento, com custo estipulado em Rs. 75,49 (US\$ 497,16), adicionando mais 210 km à malha rodoviária.

(x) A Estrada N-25 (Seção Quetta-Chaman), no Balochistan, planeja adicionar 431 km de estradas, ainda sem custo divulgado.

(xi) A Estrada Khuzdar-Basima (N-30) visa construir um trecho de 110 km no Balochistan. O projeto está em andamento e seu custo estimado é de Rs. 19,19 bilhões (US\$ 124,74 milhões)

(xii) A Rodovia Dera Ismail Khan-Yarik-Zhob (N-50), com custo de Rs. 75,49 bilhões (US\$ 490,72 milhões), irá modernizar 205 km entre as cidades de KPK e Balochistan.

(xiii) A Expansão e Reconstrução da Ferrovia Karachi-Lahore-Peshawar ML-1 planeja expandir 1872 km da malha ferroviária entre KPK, Punjab e Sindh.

(xiv) O Porto Seco de Havelian, em KPK, foi escolhido para ser uma estação aduaneira interior, que comporta um terminal de contêineres para o armazenamento de produtos na junção entre a Rodovia Kakakoram e a infraestrutura ferroviária do país. A ideia do projeto é melhorar a infraestrutura já existente no local para adaptar ao aumento do fluxo de mercadorias. O valor estimado seja de US\$ 65 bilhões.

(xv) O Desenvolvimento de Capacidade da *Pakistan Railways* é o projeto com menos informações disponíveis e ainda se encontra na fase do planejamento. De acordo com as fontes oficiais, seu objetivo é expandir a capacidade e melhorar o treinamento da estatal paquistanesa homônima.

5.1.2.1 Análise

As informações disponíveis são escassas e pouco organizadas. Alguns dos valores apresentados estão denominados em rúpias paquistanesas, totalizando Rs. 339,31 bilhões; enquanto outros, denominados em dólares estadunidenses, totalizam

US\$ 14,07 bilhões. Ao todo, 1068 km de extensão estão sendo adicionados à malha de transporte do país, enquanto 3691 km de infraestrutura estão sendo reformados.

A concentração geográfica dos investimentos também preocupa, embora haja mais projetos dispersos, passando no mínimo uma vez por cada uma das regiões do Paquistão. O custo total dos investimentos *que incluem* o Balochistan é de US\$ 1,75 bilhão (10,49%), consideravelmente menor do que todas as províncias mais ricas (US\$ 12,69, US\$ 11,06, US\$ 11,39, ou 76,14%, 66,38% e 68,34% dos investimentos, para Punjab, Sindh e KPK, respectivamente); enquanto a extensão total dos projetos *que passam pelo* Balochistan é de 1929 km (40,53%), pouco abaixo das demais (2291 km, 2264 km, 2826 km, ou 48,14%, 47,57%, 59,38% das investimentos, para Punjab, Sindh e KPK, respectivamente). O maior projeto em extensão e volume de recursos (expansão e reconstrução da ferrovia Karachi-Lahore-Peshawar ML-1) passa por todas as demais províncias, exceto o Balochistan.

Tabela 6: Projetos de Infraestrutura do CECP desagregado por região

Por região	Custo (Rs.\$ Milhões)	Custo (US\$ Milhões)	Construção (km)	Extensão (km)	
Punjab	Rs	-	\$ 12.687,00	419	1872
Sindh	Rs	-	\$ 11.061,00	392	1872
KPK	Rs	282.313,00	\$ 9.552,00	539	2287
Balochistan	Rs	268.975,00	\$ -	110	1819

Fonte: Paquistão; [s.d] c. Elaboração própria.

Apesar disso, é importante ressaltar que o Balochistan é a província pelo qual o maior número de projetos passa, empatado com KPK, com 7 dos 15 totais. Em termos de projetos de integração dentro da província, o Balochistan também lidera com 5 projetos transcorrendo inteiramente em seu território, contra 2 do KPK, 1 de Punjab e nenhum de Sindh. Outro destaque que merece ser feito é que dos projetos já concluídos, o Balochistan também se destaca. Alguns projetos da Rota Leste foram considerados “prioritários”, o que pode ser mais um reflexo da mudança de política do governo federal para o Balochistan na administração de Khan.

A baixa densidade demográfica do Balochistan incentiva, em parte, a negligência dos governos provinciais. Nos governos militares, que são mais a regra do que a exceção do sistema político do país, a província se torna relevante apenas

pelo seu valor geoestratégico. A saída em geral é o controle das insurreições através da repressão. Nos períodos democráticos, sua população ainda responde por uma parcela muito pequena do eleitorado, recebendo pouca atenção dos *policy makers*, conforme destaca Ismail (2014, p. 195):

A crença ou ideia mais perniciosa conectada com as democracias é de que a democracia é um sistema caracterizado por 'uma pessoa, um voto' e pelo 'governo da maioria'. Tal crença respalda a ideia de que o grupo social – religioso, étnico ou de classe – majoritário tem o direito de comandar a sociedade. Essa forma de democracia e governo padrão é a causa para o fratricídio (tradução nossa).

Outro elemento que merece destaque é o impacto deflacionário de projetos de infraestrutura sobre os alimentos, que reduzem custos logísticos associados principalmente à distribuição (Abbas *et al*, 2019). A partir deste raciocínio, investimentos públicos em infraestrutura reduzem os preços de alimentos, que por sua vez contribuem para a diminuição da pobreza e melhora distributiva. Essa lógica é similar à ideia apresentada na seção 2.2.1 de que um aumento na produtividade dos bens salários tem impactos sobre o perfil distributivo da sociedade (Medeiros, 2001b; Serrano, 2004, p. 180).

Apesar de uma parte considerável dos investimentos totais serem justamente no setor de infraestrutura, existem pelo menos dois fatores a se considerar que parecem pesar na direção oposta dessa tendência. O primeiro é a indisponibilidade dos dados sobre a estrutura de capital e de financiamento dos projetos. Embora o financiamento chinês em geral seja carregado de subsídios e taxas de juros baixos, a prevalência de investidores privados ou estrangeiros pode direcionar o setor para uma lógica de lucro com impactos contrários. De acordo com Husain (2018, p. 19-20), os projetos de infraestrutura estão sendo financiados através de empréstimos concessionais entre governos à taxa de 2% ao ano, o que poderá ter impactos positivos sobre a inflação, a pobreza e a distribuição de renda.

O segundo fator de contrapeso diz respeito à concentração regional da infraestrutura. A princípio, se as regiões mais pobres não forem afetadas por melhorias estruturais, como percebemos ser uma tendência no caso do Paquistão, existe pouco ou nenhum motivo para se esperar uma queda no preço dos alimentos nesses lugares, ou de índices de pobreza ou distribuição.

5.1.3 Projetos de Gwadar

O projeto de Gwadar consiste em três eixos: a criação de um polo industrial, o desenvolvimento de uma ZEE para o processamento de exportações, e a instalação e modernização da infraestrutura do porto. Para tanto, foram cedidos 4,05 km² de terras para a instalação da ZEE¹⁵⁴, 12,14 km² para a construção do polo industrial¹⁵⁵, e 9,23 km² para a zona portuária, esta última cedida à COPHCL num contrato de concessão de 43 anos (contados da concessão em 2013).

Gwadar está dividido em nove projetos, totalizando US\$ 825 milhões, dos quais três estão operacionais (um está concluído, dois estão na segunda fase do projeto), três estão em construção, e três ainda estão na etapa do planejamento. O único projeto concluído é o (i) Plano Diretor Gwadar Cidade Portuária Inteligente (US\$ 4 milhões). Os planos na segunda fase são o (ii) Desenvolvimento da Zona Franca (US\$ 32 milhões) e o (iii) Hospital da Amizade China-Paquistão (US\$ 100 milhões). As obras foram inauguradas para a (iv) Construção da Via Expressa Baía-Leste (US\$ 168 milhões); o (v) Aeroporto Internacional de Gwadar (US\$ 230 milhões); e o (vi) Instituto Técnico e Vocacional Paquistão-China (Gwadar) (US\$ 10 milhões). Ainda na fase do planejamento estão: as (vii) Instalações necessárias para o tratamento, abastecimento e distribuição de água potável (US\$ 130 milhões), a (viii) Construção de Quebra-mares (US\$ 123 milhões); e as obras de (ix) Dragagem dos atracadouros e canais (US\$ 27 milhões).

(i) Para a elaboração do Plano Diretor Gwadar Cidade Portuária Inteligente, foi nomeada a *China Fourth Harbour Design Institute* que assinou o contrato em 2017. O objetivo do projeto é revisar o plano diretor atual (2005) com foco para a integração entre a cidade e o porto, e criar uma estratégia de desenvolvimento socioeconômico para Gwadar, que leve em conta suas vantagens competitivas, sua contribuição para a criação de mercados, industrialização, turismo, geração de receitas e um “crescimento liderado pelas exportações”. Dentre as atribuições da firma contratada, estão incluídas a recomendação de políticas e intervenções regulatórias, além de estratégias para facilitar os objetivos traçados. De acordo com as informações oficiais,

¹⁵⁴ Cedidas à Autoridade das Zonas de Processamento de Exportação (AZPE), subordinada ao Ministério da Indústria e Produção do Paquistão.

¹⁵⁵ Cedida à Autoridade de Desenvolvimento de Propriedades Industriais de Gwadar (ADPIG), entidade ainda em desenvolvimento criada pelo Governo do Balochistan em 2009.

o Plano Diretor foi aprovado pelo Comitê de Cooperação Conjunta em novembro de 2019 (Paquistão, 2016).

(ii) A primeira fase da ZEE está completa e foi inaugurada em janeiro de 2018, com a primeira *Gwadar Expo*. A área do porto é isenta de impostos sobre receitas, juros, vendas, operações financeiras, combustível para navios, além de taxas corporativas por um período de vinte anos; e as importações são isentas de taxas por um período de quarenta anos (Paquistão, 2016). O porto é responsabilidade da COPHCL, enquanto a infraestrutura de acesso à zona portuária é de responsabilidade da Autoridade do Desenvolvimento de Gwadar (ADG), subordinada ao governo do Balochistan (Paquistão; China, [s.d] d). Conforme destacamos na seção 4.2.1, a APG recebe 9% das receitas das atividades da COPHCL no porto, enquanto a empresa chinesa fica com os 91% restante (Khan, 2017).

A COPHCL emitiu o guia para investimento detalhando as atividades desejadas: Indústria leve e de processamento (agrícola, pesca, de mármore, comida halal¹⁵⁶); centros de recreação, treinamento vocacional, depósitos, frigoríficos e containers, estofamento, montagem e remontagem leve, empacotamento e etiquetamento; serviços de suporte, como hotéis, médicos, restaurantes, centros de informação, pontos de venda, entretenimento; serviços financeiros e aquisições internacionais; entre outros. São proibidos armamentos e munições, explosivos, substâncias radioativas e drogas. Em janeiro de 2018, a primeira fase foi concluída e inaugurada com o lançamento da primeira *Gwadar Expo*, atraindo potenciais investidores para conhecer as instalações. Para tanto, foram desenvolvidas ruas de acesso e internas, água, gás, energia, segurança, depósito, entre outros, sob responsabilidade da ADG, APG, ADPIG e AZPE (China Overseas Port Holding Company LTD).

(iii) O Hospital da Amizade China-Paquistão se refere à expansão do Hospital de Gwadar, que atualmente conta com cinquenta leitos. O hospital está assentado em um terreno de mais de 270 mil m². Cada uma das seis novas alas médicas conta com 50 leitos, totalizando um incremento de trezentos leitos. Além das alas, a expansão inclui a construção de institutos paramédicos e de enfermagem, uma faculdade de medicina, um laboratório central e outras instalações, com fornecimento de equipamentos médicos, embora não se especifique a origem.

¹⁵⁶ Alimentos em conformidade com a religião muçulmana.

(iv) A Via Expressa Baía-Leste se refere à expansão da infraestrutura de acesso ao porto através da construção de uma via expressa de 6 faixas e um corredor ferroviário de 30 m de largura conectados à Rodovia Costeira de Mekran (N-10). O corredor de acesso atual se dá através de uma rua de 4,87 m de largura na Baía-Oeste, gerando congestionamento no tráfego. Os trabalhos de construção da Via Expressa tiveram início em novembro de 2017 e a previsão de inauguração é para outubro de 2020.

(v) As obras para a construção do Aeroporto Internacional de Gwadar começaram em outubro de 2019, e a estrutura está sendo preparada para voos domésticos e internacionais, com suporte a aviões entre os maiores modelos civis, como o ATR 72, o Airbus (A-300) e o Boeing (B-737 e B-747).

(vi) O Instituto Técnico e Vocacional Paquistão-China (Gwadar) é uma instalação de capacitação da mão-de-obra local para a administração e operação da Zona Franca. Para abrigar o projeto, a APG adquiriu 72,8 km² e as instalações da antiga *Gwadar Degree College*.

(vii) As Instalações necessárias para o tratamento, abastecimento e distribuição de água potável incluem além do sistema de fornecimento e distribuição, uma estação de dessalinização e um sistema de coleta e tratamento de esgoto. Até as últimas atualizações a primeira fase do projeto estaria próxima de ser concluída, consistindo na conexão de tubulações para o abastecimento de água.

(viii) Sob responsabilidade da APG, as obras de Construção de Quebra-Mares se referem à expansão do píer quebra-mar existente de Gwadar, com adição de 1,2 km a 1,5 km de extensão à ala leste, aos 4,2 km já existentes. De acordo com o *Reconnecting Asia*, o projeto já foi concluído, embora não tenha havido qualquer atualização oficial até o presente momento.

(ix) As obras de dragagem dos atracadouros e canais, além da manutenção, são de responsabilidade da APG, e são pré-requisitos para que a COPHCL possa desenvolver a infraestrutura para terminais de contêineres na parte leste e nordeste do porto, adicionando entre 1,2 km e 10 km de área de armazenamento. Tanto no caso das instalações de água, quanto no caso da construção de quebra-mares, são indicados a contratação de terceiros para a prestação dos serviços.

Entre os US\$ 824 milhões prometidos para a região, apenas três projetos chegaram a concluir pelo menos uma fase das obras, totalizando apenas US\$ 136 milhões, ou 16,51% do investimento total prometido. Os projetos em andamento

representam a maior parte dos investimentos do porto, com US\$ 408 milhões, ou 49,51% do total, enquanto os projetos na etapa do planejamento representam US\$ 280 milhões ou 33,98% do total.

Tabela 7: Projetos de Gwadar no CECF desagregado por etapa.

Etapa	Custo (US\$ milhões)	(% do custo total de projetos)
Operacional	\$ 136,00	16,50%
Em construção	\$ 408,00	49,51%
Planejamento	\$ 280,00	33,98%
Total	\$ 824,00	100,00%

Fonte: Paquistão; [s.d] c. Elaboração própria.

5.1.3.1 Análise

Ao analisarmos a estrutura de crédito dos projetos, a primeira coisa que chama atenção é a responsabilidade do governo chinês pelo financiamento de 95,65% dos planos. Ao desagregarmos por tipo de empréstimo, observamos que a maior parte dos investimentos em Gwadar são oriundos de créditos subsidiados ou livres de juros (US\$ 638 milhões ou 77,43%), representando 57,04% (US\$ 470 milhões) e 20,39% (US\$ 168 milhões) do total de investimentos. Os empréstimos concessionais e mistos (conjunto de subsidiados e concessionais) representam uma parcela pequena do total, com 3,28% (US\$ 27 milhões) e 14,93% (US\$ 123 milhões), assim como os financiamentos não especificados (US\$ 36 milhões ou 4,37%). Em particular, no caso do Desenvolvimento da Zona Franca admite-se uma miríade de instrumentos de financiamento divididas entre os diferentes atores responsáveis pelo projeto. A tendência de concentração do financiamento em empréstimos livres de juros e, em especial, empréstimos subsidiados, se acentua quando analisados em relação apenas aos projetos em andamento (62,50% de subsídios e 30,88% livre de juros) ou com algum grau de conclusão (73,53% subsidiados).

Outro elemento que chama atenção diz respeito às responsabilidades atribuídas à empresa responsável pelo Plano Diretor Gwadar Cidade Portuária Inteligente. De acordo com o Plano Diretor, após minucioso estudo, que deve levar em consideração o plano traçado em 2005, é de responsabilidade da empresa: “Recomendar estratégias para criar uma ‘demanda’ pelo porto de Gwadar no contexto nacional, regional e global (através de tipos específicos de mudanças nas políticas,

na regulação ou subsídios à indústria etc.)” (Paquistão, 2019d, p. 2)¹⁵⁷. Ainda no mesmo documento, o governo do Paquistão estabelece que também cabe à empresa:

Aconselhar em relação a criação de parcerias público-privadas, especialmente no que se refere à aquisição de terras da população local em Gwadar (obs. O Governo do Paquistão quer se assegurar de que a população local é a primeira a se beneficiar social e economicamente – portanto os consultantes podem sugerir meios de proteger o interesse da população local através de cooperativas, PPP's com o Estado, parcerias, joint-ventures, patrocínios, etc.) (Paquistão, 2019d, p. 7; tradução nossa).

Em conjunto com as referências anteriormente mencionadas do Plano Diretor às “vantagens competitivas” de Gwadar e ao “crescimento liderado pelas exportações”, se destacam três observações importantes. Em primeiro lugar, o reconhecimento das partes de que a oferta da estrutura portuária não criará sua própria demanda, sendo necessárias políticas ativas para incentivar a “demanda” pelo porto nacional e internacionalmente, ampliando as vantagens competitivas domesticamente. Longe desse reconhecimento ser motivo de comemoração, as experiências de ZEEs em países periféricos tendem a buscar a “competitividade externa” através de uma combinação de corrida para o fundo de impostos e salários que minam a capacidade do Estado de socializar essas receitas domesticamente, e comprimem a remuneração do fator trabalho e o poder de barganha dos trabalhadores internamente. No caso do Paquistão, como vimos, a concessão do Porto à COPHCL e as isenções tarifárias se encerram em 2056, enquanto a isenção sobre os impostos de importação se encerra em 2036. Nesse período, a única receita do porto diz respeito aos 9% das receitas diretas da administração da COPHCL em Gwadar, limitando consideravelmente a capacidade de socialização dos ganhos acima referidos.

Em segundo lugar, chama a atenção o apelo do governo feito à empresa responsável pelo Plano Diretor referente à “proteção dos interesses da população local”. Por um lado, o pedido soa simultaneamente como uma tentativa de diálogo com a população local, que como vimos, possui históricos de insurreição. Por outro lado, a observação também evoca o que parece ser uma admissão da transferência do controle sobre as políticas locais, o que dialoga precisamente com o próximo ponto.

¹⁵⁷ O documento possui duas páginas 2. A parte inicial vai até a página 4 e reinicia a contagem. A página aqui referida é a segunda página 2.

Por fim, a atribuição de responsabilidade sobre o planejamento estratégico da cidade e do porto a uma entidade externa, o Paquistão passa a ser um mero observador de seu próprio desenvolvimento, adotando uma postura passiva ou, na melhor das hipóteses, reativa. No mesmo sentido, ao contrário do que observamos nas experiências de envolvimento da China com países periféricos na seção 3.1.3, parece ter se criado no Paquistão, através da atuação da *China Fourth Harbour Design Institute*, subsidiária da estatal *China Communications Construction Company*, um mecanismo de ingerência sobre as políticas do Paquistão, inclusive macroeconômicas. Mesmo que esse mecanismo esteja supervisionado pelo Estado paquistanês, através de seus próprios departamentos, a relação de poder entre os dois países é extremamente assimétrica, e não há dúvidas de que se assim desejar, a China pode utilizar sua influência para redirecionar, ao menos parcialmente, as políticas da província e até mesmo do país.

5.2 INDICADORES PARA O DESENVOLVIMENTO PAQUISTANÊS

Conforme definimos na seção 2.3, o desenvolvimento econômico é um processo caracterizado pelo *crescimento econômico* com *progressiva transformação da estrutura socioeconômica* do país em direção a *etapas mais intensivas em tecnologia*, resultados de um *contexto geopolítico favorável* e *políticas* implantadas por um *Estado* dominado por uma *hegemonia de um projeto desenvolvimentista*. Nessa seção utilizaremos o conjunto de indicadores escolhidos para interpretar o desenvolvimento do Paquistão em referência ao seu desempenho econômico, sua estrutura produtiva, a sustentabilidade de seu crescimento, sua inserção externa, sua posição geopolítica, sua coesão interna e poder do Estado.

Os dados para esta seção foram retirados majoritariamente da base do Banco Mundial, complementando com algumas informações disponibilizadas pela Organização internacional do Trabalho e relatórios do governo paquistanês quando possível. Para observar o movimento da economia paquistanesa recente, foi escolhido o período de 2000 até o dado mais recente. Em alguns casos, julgou-se necessário ampliar o escopo temporal para oferecer algum nível de perspectiva histórica sobre determinado assunto.

Uma informação relevante que se reflete em alguns dos dados desta seção diz respeito a uma grande enchente que atingiu o Paquistão em 2010. Entre 1950 e 2014,

o Paquistão sofreu com cerca de 20 grandes enchentes, em função das monções, mas a de 2010 foi até hoje a pior da história do país. As chuvas começaram no Balochistan, mas rapidamente se espalharam pelo resto do país, inundando uma área de cerca de 38,6 mil km, afetando cerca de 18 milhões (10% da população), destruindo mais de 1,7 milhão de casas e causando um dano estimado em US\$ 10 bilhões em infraestrutura, sistemas de irrigação e estradas. No total, 1,98 mil pessoas morreram e 2,95 mil ficaram feridas. Mais de 1,2 milhão de animais para fins pecuários também morreram, afetando ainda mais a população rural. Mais de 4 mil km² de cana, algodão e arroz foram destruídos, além dos danos aos produtos já armazenados (Anis; Pearson, 2010; Khan *et al*, 2014; Kiani, 2019; Tarakzai, 2010).

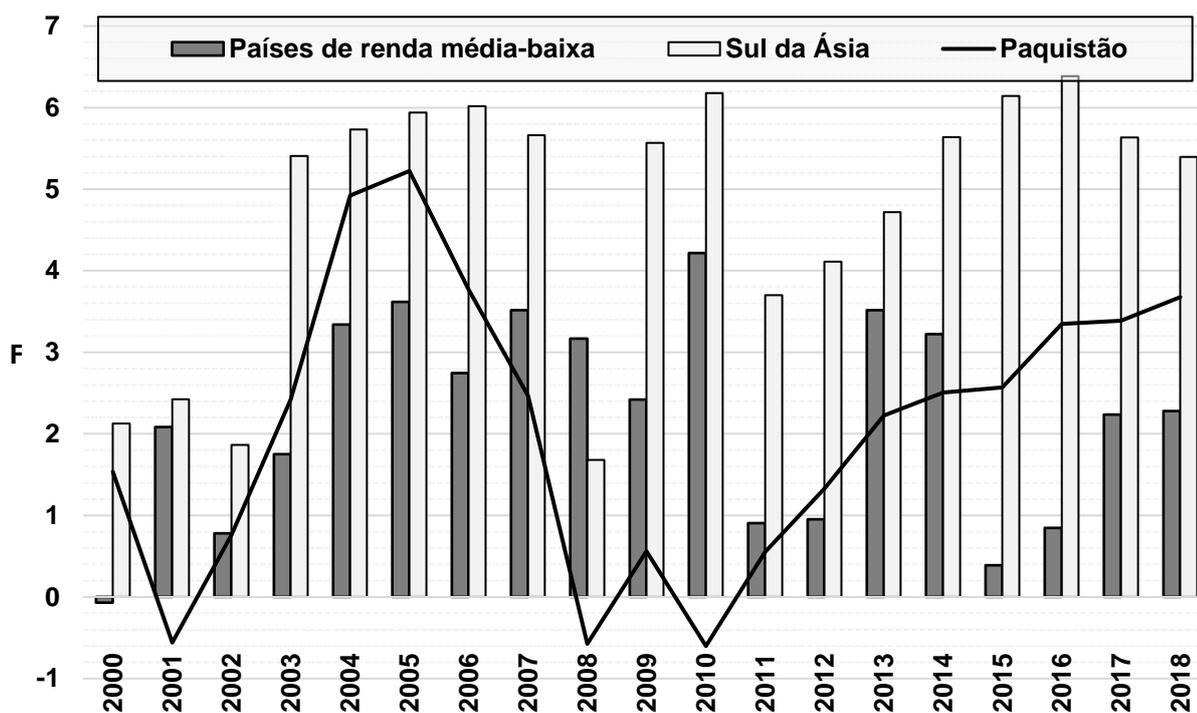
5.2.1 Desenvolvimento, Crescimento e Distribuição

De forma geral, ao se observar o desempenho da economia paquistanesa pode-se afirmar que o país tem crescido em um bom ritmo. Salvo raras exceções, o PIB cresceu a uma taxa entre 2% e 8% ao ano dos 1960 a 2018, de acordo com dados do Banco Mundial. É importante observar que, ao contrário de um crescimento estável, as taxas de crescimento apontam para uma economia volátil, condizente com o passado de instabilidade do Paquistão. O crescimento do país se acelerou no início do século XXI, chegando a 7,67% na máxima em 2005, mas desacelerou até 2008. Desde 2010 o crescimento do Paquistão vem se acelerando, atingindo 5,83% em 2018. Em comparação com a média dos países de renda média baixa, o Paquistão

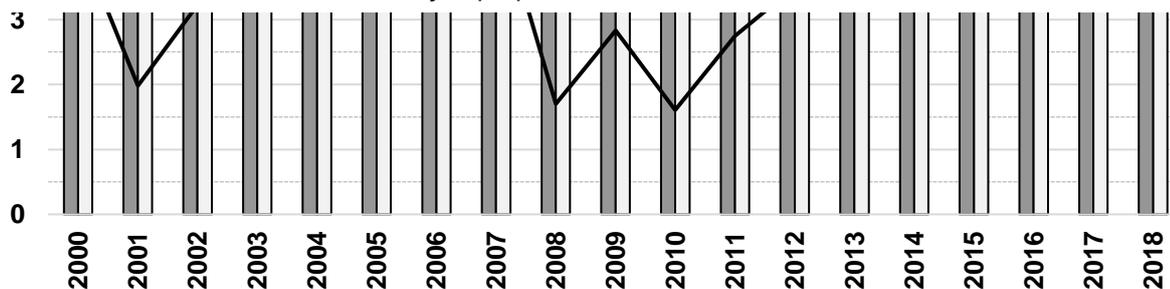
ultrapassou a taxa de crescimento do grupo em 2018 pela primeira vez desde 2005. Em comparação com o Sul da Ásia, o país continua crescendo a um ritmo mais baixo, porém mais acelerado. Entre 2011 e 2018, a taxa de crescimento aumentou 2,32 pontos percentuais no Paquistão, contra 1,16 pontos percentuais da média dos demais países da região, que começou a desacelerar nos últimos anos.

O PIB *per capita* ainda tem apresentado um resultado mais modesto, crescendo a apenas 3,68% em 2018, contra os 5,39% dos países do Sul da Ásia, mas superior aos 2,28% dos demais países de renda média-baixa. Apesar disso, o PIB *per capita* do Paquistão tem se acelerado mais rapidamente. Entre 2011 e 2018, a taxa de crescimento do PIB *per capita* do Paquistão cresceu 3,12 pontos percentuais,

Figura 5: Crescimento do PIB per capita do Paquistão em perspectiva comparada (2000-2018).



Fonte: BANCO MUNDIAL. Elaboração própria.

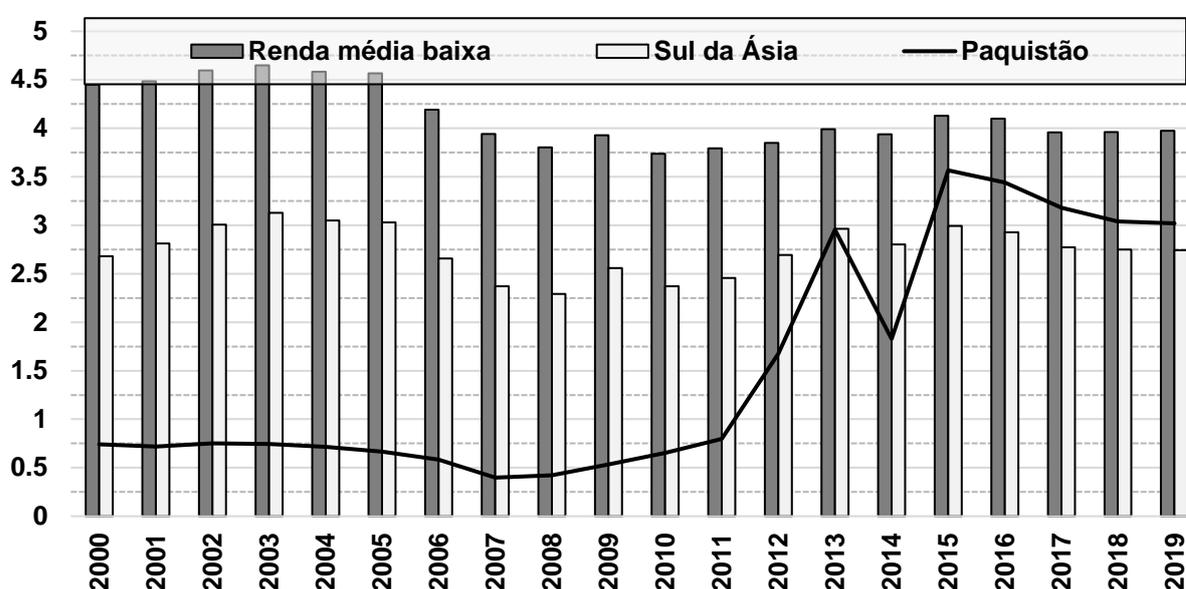


Fonte: BANCO MUNDIAL. Elaboração própria.

contra 1,37 pontos percentuais dos demais países de renda média-baixa e 1,70% dos países do Sul da Ásia.

Do ponto de vista do emprego, as estimativas do Banco Mundial sugerem que o número de pessoas empregada em proporção ao tamanho da força de trabalho no país cresceu muito, sobretudo a partir de 2011, após a recuperação econômica posterior às catástrofes. Em 2013 o desemprego do país ultrapassou pela primeira vez a média dos países do Sul da Ásia, embora nunca tenha chegado no patamar dos países de renda média baixa. O que chama a atenção é que após 2015 o desemprego

Figura 6: Desemprego (% da força de trabalho) no Paquistão em perspectiva comparada (2000 e 2019).



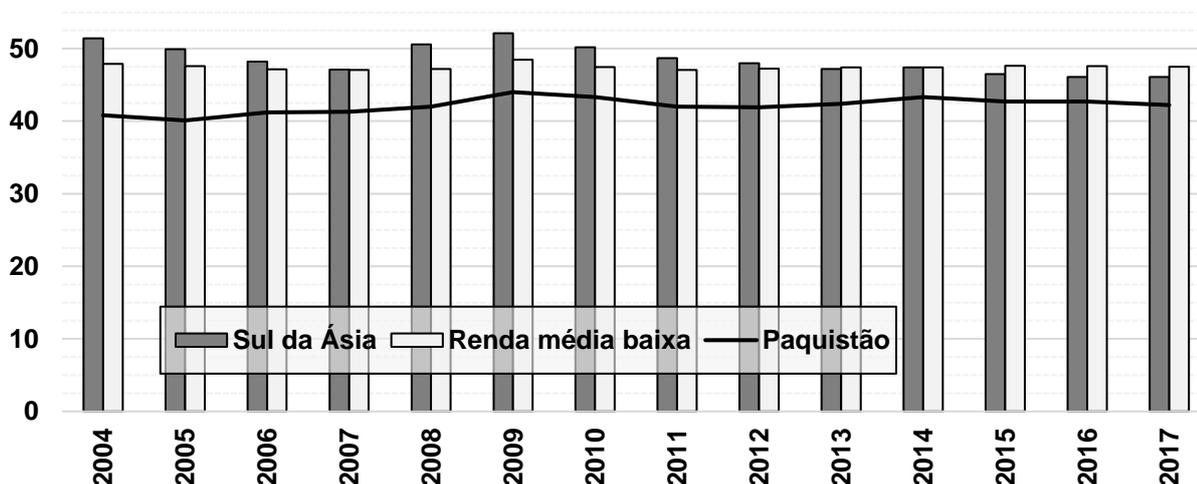
Fonte: BANCO MUNDIAL. Elaboração própria.

começou a cair, mesmo que de forma incipiente, o que também se verifica para os demais países da região. Embora ainda seja cedo para relacionar a queda ao CECP, é perceptível que a queda foi mais acentuada no Paquistão. Entre 2015 e 2019 o desemprego caiu para 3,02% no país, uma queda de 0,55 pontos percentuais, contra 0,15 nos países de renda média baixa e 0,24 nos países do Sul da Ásia. Vale ressaltar que no “descomunal crescimento” do desemprego do país entre 2011 e 2015, o ponto máximo foi de 3,57% da força de trabalho.

Do ponto de vista do conflito distributivo, de acordo com estimativas da OIT, a participação dos salários na renda aumentou de 40,8% para 42,3% entre 2004 e 2017, mantendo-se abaixo da média dos países do Sul da Ásia e de renda média baixa, com 46,1% e 47,5% em 2017, respectivamente. Embora sejam resultados incipientes, o feito se destaca pela trajetória de crescimento, a despeito da queda dos demais. No período disponível, a participação dos salários na renda teve uma queda de em média 0,4 pontos percentuais nos países de renda média baixa; e uma piora ainda mais acentuada na média dos países Sul da Ásia, com 5,3 pontos percentuais; enquanto o Paquistão registro um aumento de 1,4 pontos percentuais no período.

De acordo como dados do Banco Mundial, o investimento público em educação oscila entre 2% e 3% do PIB, menos de 12% da população tem acesso a redes de proteção social, e apenas 6% da população tem acesso a algum tipo de seguro social. Na saúde, o governo é responsável por menos de 30% do financiamento do orçamento total do setor, com o restante recaindo sobre entidades privadas. O investimento estrangeiro também passa a aparecer nos dados em 2003, embora sua participação seja relativamente muito pequena. Desde 2008 a participação do setor público no total tem aumentado em detrimento da participação privada. Esse movimento, pouco significativo até então, sequer restaura o ponto máximo (desde 2000) de 39,7% de investimento público em 2002. Entre 2008 e 2016 a participação

Figura 7: Participação dos salários (em % da renda) no Paquistão em perspectiva comparada (2004-2017).

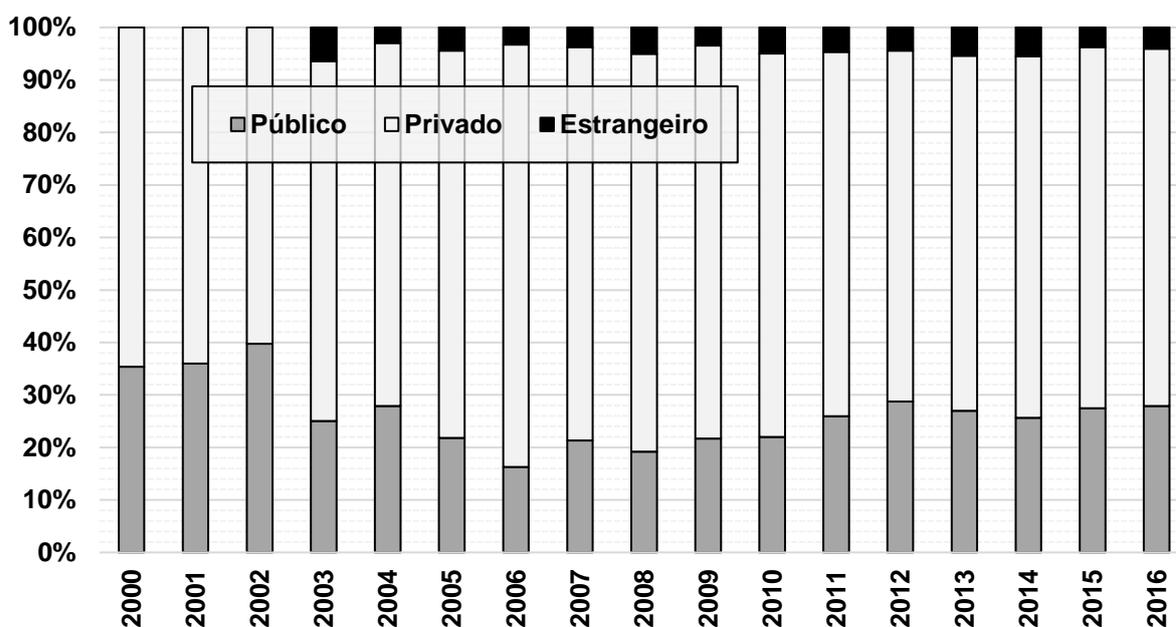


do setor público na saúde cresceu 8,7 pontos percentuais, contra uma queda de 7,8% da participação privada.

Dados todos esses fatores, não é de se espantar que não tenha ocorrido melhoras significativas nos indicadores sociais. O Paquistão teve sucesso em reduzir a pobreza no país, embora o principal movimento tenha se dado em algum momento antes dos anos 2000. No período de 14 anos entre 1987 e 2001, a porcentagem da população vivendo com menos de \$1,99 (PPP constante de 2011) por dia, caiu 33,6 pontos percentuais, contra 15,5 pontos percentuais da população vivendo abaixo de \$3,20 e 3,6 pontos percentuais de quem com menos de \$5,50 por dia. No mesmo intervalo de tempo, entre 2001 e 2015, a queda da participação de quem vive com menos de \$1,99 por dia foi de 24,6 pontos percentuais, contra 37,7 e 17,7 pontos percentuais da população que vive com menos de \$3,20 e \$5,50 por dia, respectivamente. A pobreza extrema (abaixo de \$1,90 por dia) foi praticamente eliminada entre 1987 e 2015, enquanto a população que vive abaixo da linha de pobreza dos países de renda média-baixa (\$3,20 por dia) continua representando mais de um terço da população.

Figura 9: Porcentagem da população que vive abaixo da linha da pobreza no Paquistão (anos selecionados).

Figura 8: Participação dos atores (% do total) no orçamento da saúde (2000-2016).



Fonte: BANCO MUNDIAL. Elaboração própria.

Em alguma medida esse resultado reflete bem a priorização que os governos do Paquistão até Khan deram aos centros urbanos mais populosos, sacrificando a

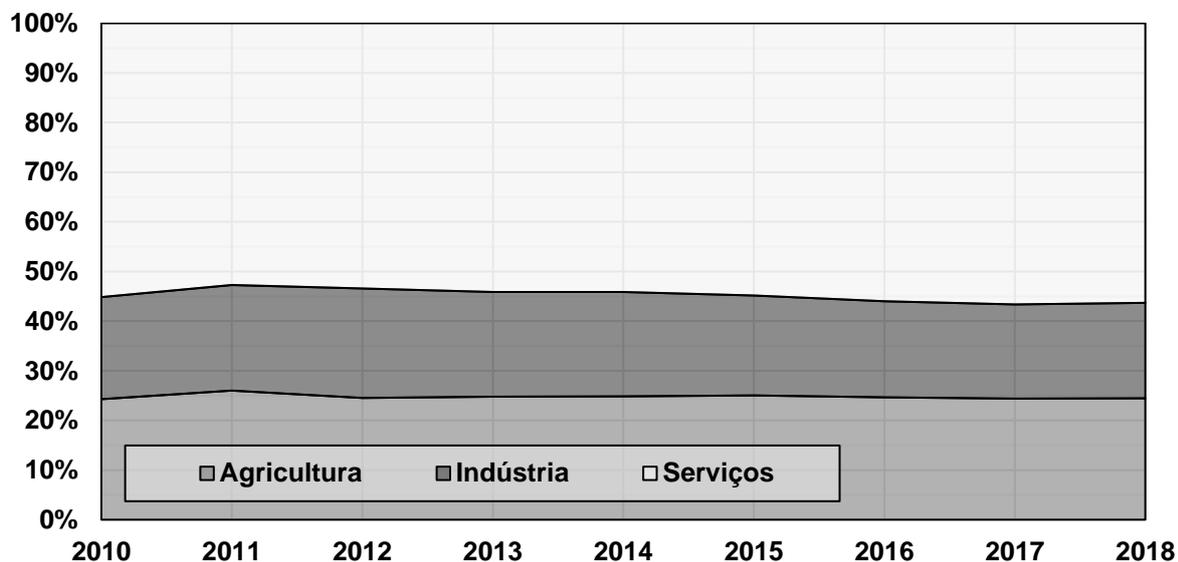
qualidade de vida de uma parcela da população em prol de melhoras que atinjam lugares com maior potencial eleitoral.

5.2.2 Mudança estrutural, progresso técnico e heterogeneidade

Do ponto de vista dos estrutural, a indústria paquistanesa vem se recuperando lentamente da piora significativa nos anos 2000. Segundo dados do Banco Mundial, desde 2010 o setor voltou a crescer e de 2014 a 2018 a taxa de crescimento da indústria se estabilizou em torno dos 5,0%.

Do ponto de vista da participação setorial no valor adicionado no produto, não parece haver transformação estrutural significativa entre 2000 e 2018. Após se recuperar em 2011, a indústria retomou seu patamar de 20% do PIB, enquanto o setor de serviços vem crescendo relativamente não somente em cima da agricultura, mas também da indústria. No período de 8 anos, a participação da indústria caiu 1,73 pontos percentuais e da agricultura 0,43 pontos percentuais no valor adicionado ao produto.

Figura 10: Valor Adicionado (% do PIB) da agricultura, indústria e serviços no Paquistão (2010-2018).

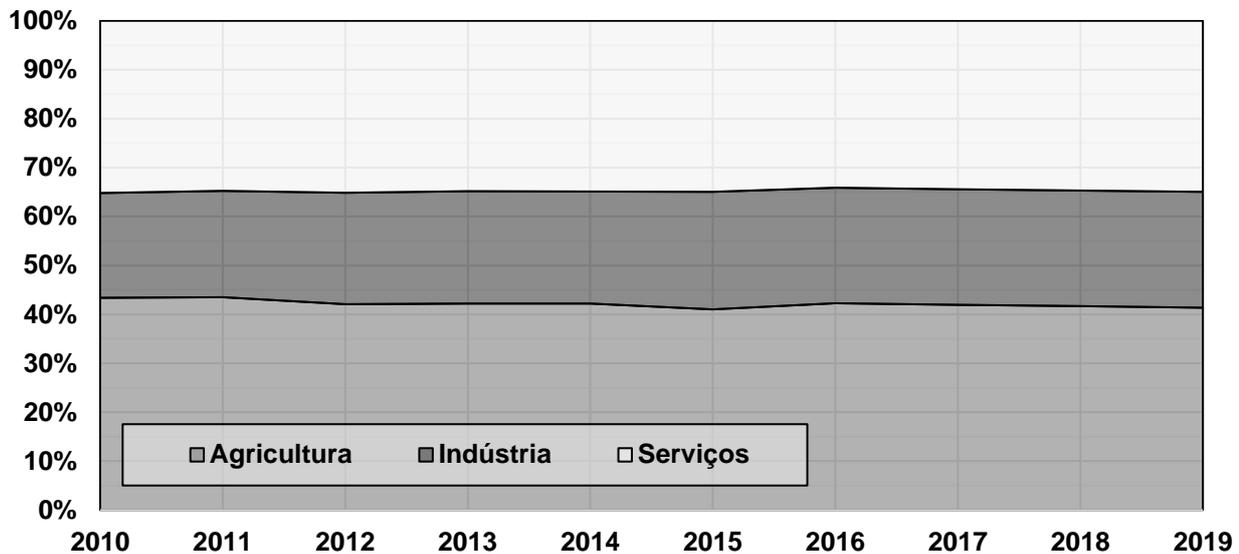


Fonte: BANCO MUNDIAL. Elaboração própria.

No que se refere ao emprego, é possível observar uma pequena melhora na participação da indústria, que passa a empregar 2,25 pontos percentuais a mais da força de trabalho entre 2010 e 2019. No mesmo período, a agricultura perde 2,02 pontos percentuais de participação.

Entretanto, essa mudança incremental não muda o fato de que a agricultura paquistanesa continua tendo peso fundamental na economia, tanto em termos de emprego, quanto de valor adicionado. Ao fim de 2018, a agricultura ainda respondia por 22,85% do valor adicionado ao PIB, e 41,37% da força de trabalho no país.

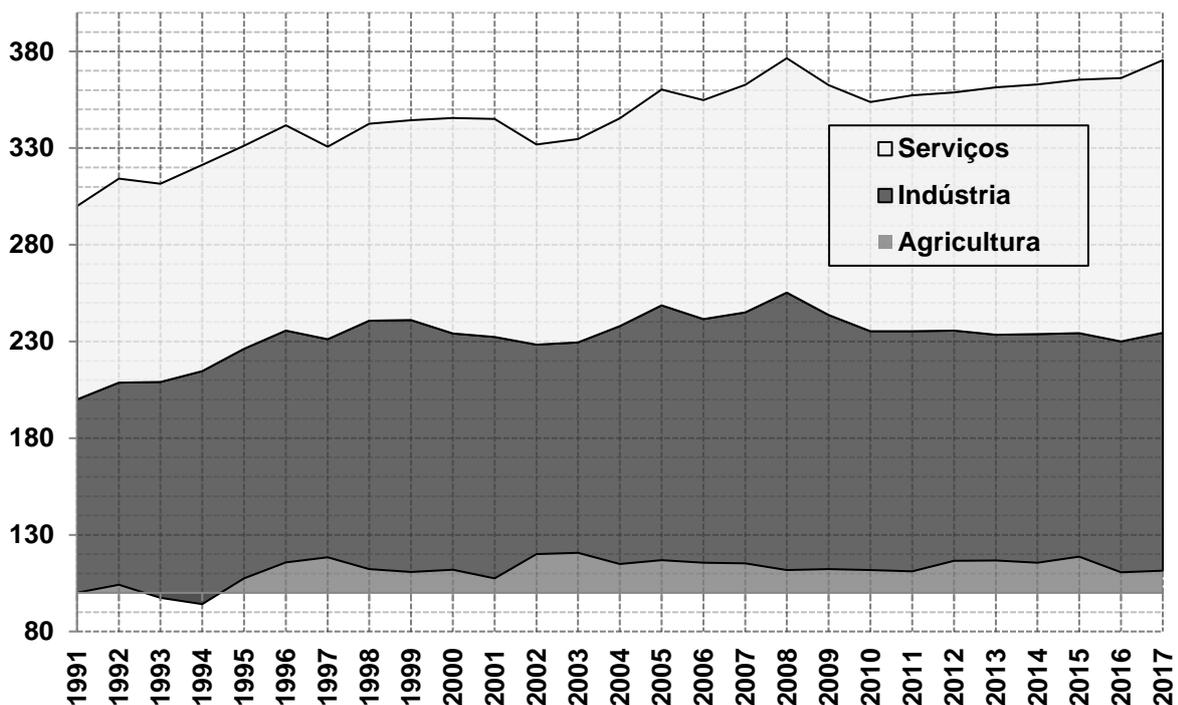
Figura 12: Emprego (% da força de trabalho) da agricultura, indústria e serviços no Paquistão (2010-2019).



Fonte: BANCO MUNDIAL. Elaboração própria.

Do ponto de vista do produto/ocupado, a agricultura foi a que cresceu menos desde 1991, acumulando 11,39% de crescimento até 2017, contra 23,13% da indústria e 40,99% dos serviços. De 2000 a 2017, o setor ficou estagnado, registrando inclusive uma ligeira queda, de 0,49% no agregado, e uma ligeira melhora no período

Figura 11: Produto/ocupado (1991=100) na Agricultura, Indústria e Serviços do Paquistão (1991-2017).

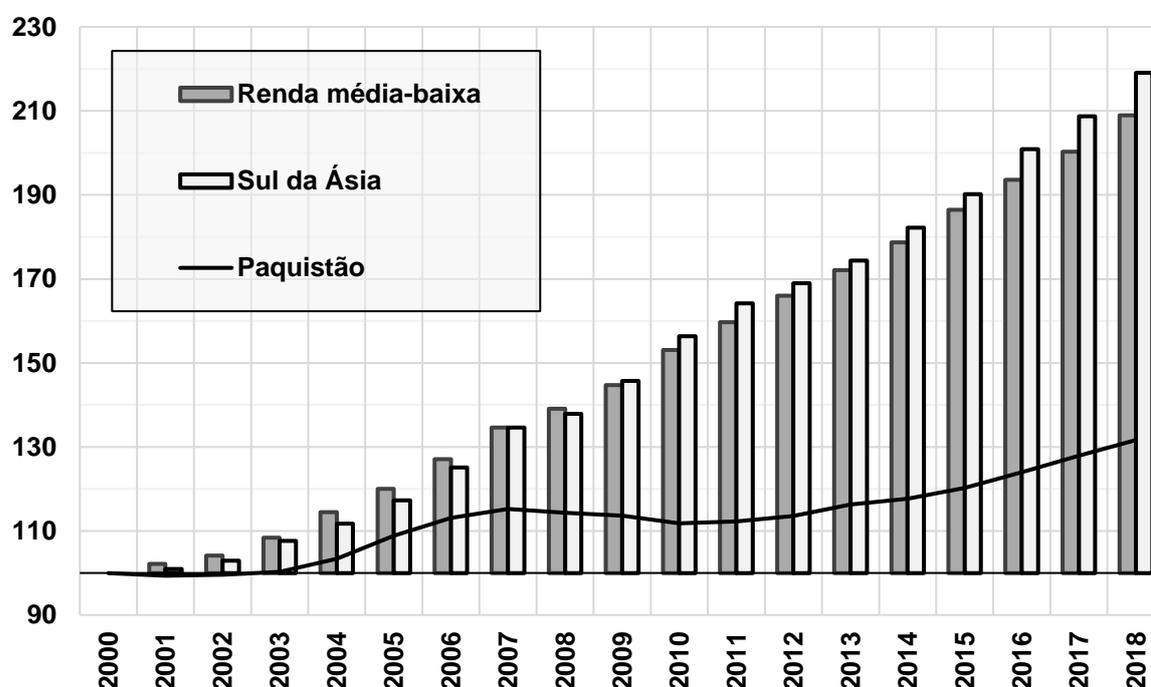


Fonte: BANCO MUNDIAL. Elaboração própria.

de aceleração do crescimento entre 2011 e 2017, de 0,29%. Por sua vez, a indústria também ficou estagnada, com uma melhora de 0,91% no agregado e uma perda de 1,05% após 2011. Os serviços registraram um aumento expressivo na relação, com 29,50% entre 2000 e 2017 e 18,95% após 2011.

No agregado, a produtividade do trabalho no Paquistão cresceu abaixo da média entre os países de renda média baixa e do Sul da Ásia 2000 e 2018. Seguido ao período de desaceleração, a produtividade caiu 3,4% entre 2007 e 2010. Após 2011, voltou a crescer, acumulando 19,8%, em especial nos últimos três anos, nos quais acumulou 7,66%. Vale ressaltar que mesmo após a retomada do crescimento da produtividade paquistanesa, seu desempenho ainda ficou abaixo da média das demais economias do Sul da Ásia e de renda média baixa. Entre 2011-2018 o primeiro grupo acumulou 54,45% de crescimento, enquanto o segundo teve 49,23%. Mesmo nos três últimos anos, os países do Sul da Ásia acumularam em média 18,21% de crescimento da produtividade, enquanto os países de renda média baixa cresceram em média 15,32% no período.

Figura 13: Produtividade do trabalho (2000=100) no Paquistão em perspectiva comparada (2000-2018).



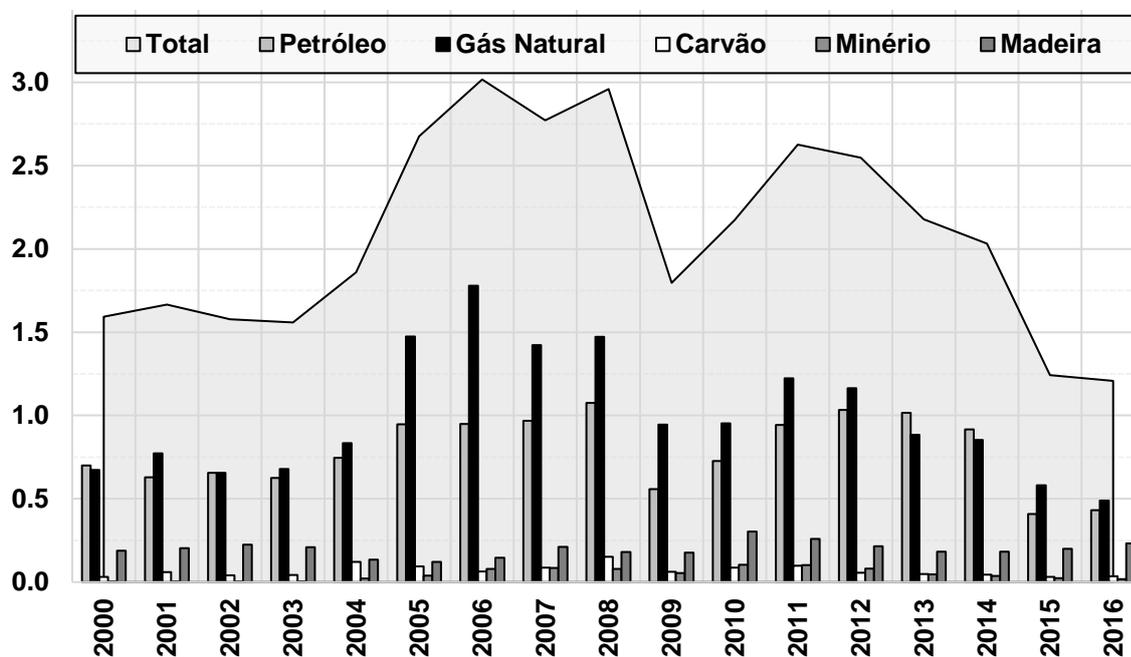
Fonte: ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Elaboração Própria.

A despeito da pequena participação no produto, a extração de recursos naturais também merece destaque devido à relevância da segurança energética para o Paquistão. A participação das atividades no produto cresceu de forma praticamente

ininterrupta, entre 2003 e 2008, momento de maior desaceleração da economia do país, chegando a 3,02% do produto em 2006.

Todavia, chama atenção o aumento da participação relativa do petróleo e do gás natural em relação a outras atividades extrativas. Em seu auge, a extração de gás respondeu por 1,78% do produto e 55,09% do total da atividade extrativa, enquanto em 2008, o petróleo atingiu seu ponto máximo representando 1,07% do produto e 36,32% da extração total. Após a economia volta a se acelerar em 2011 os recursos naturais voltaram a perder importância relativa no produto e sua participação cai 1,8 pontos percentuais.

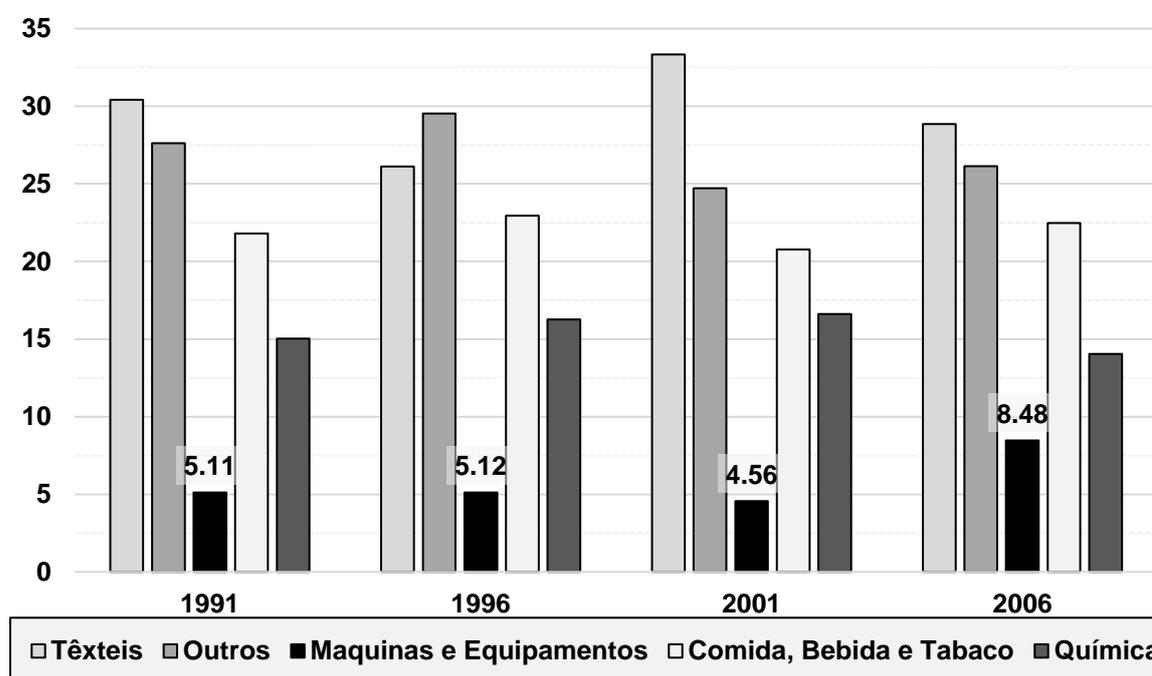
Figura 14: Extração de recursos naturais (% do PIB) no Paquistão (2000-2016).



Fonte: BANCO MUNDIAL. Elaboração própria.

O último dado publicado relevante sobre a participação do setor de bens intermediários e de capitais na economia paquistanesa é de 2006. Entre 1991 e 2006, o valor adicionado domesticamente pelo setor de máquinas e equipamentos saiu de 5,11% do total da manufatura, para 8,47%, tendo ocorrido a maior variação entre 2001 e 2006. Ainda assim, a pequena proporção do setor, combinado com a baixa participação da indústria no produto indica uma baixa integração produtiva doméstica e razoável dependência das exportações para a obtenção bens de capital para a expansão (ou mesmo reposição) da capacidade produtiva. No entanto, é preciso ressaltar que trabalhar com esse dado é invariavelmente insuficiente, uma vez que a estrutura da manufatura no país em 2006 pode não refletir a composição atual.

Figura 15: Decomposição setorial da manufatura (% do total de manufaturados) do Paquistão (1991, 1996, 2001 e 2006).



Fonte: BANCO MUNDIAL. Elaboração própria.

Conforme apontamos na seção 4.2.3.3, o saldo comercial negativo com a China vem aumentando recentemente, o que tem gerado algumas tensões entre os países. Mesmo assim, o governo de Khan aprovou a isenção de 1600 tarifas de importação entre matérias primas e bens intermediários no orçamento de 2019-20. Como justificativa, o governo federal apontou que as receitas tarifárias oriundas das importações aumentaram significativamente, mas o *custo de bens primários e intermediários* acompanhou, impactando a competitividade da indústria doméstica e exportadora. Com a medida, Islamabad espera que o crescimento da indústria mais do que compense pelas perdas tributárias (Paquistão, 2019b, p. 21-22). A preocupação de Khan com o custo das importações de bens intermediários é outra evidência da ausência de um setor desenvolvido domesticamente.

A partir da discussão sobre as disparidades regionais na seção 4.2.3.1 e da análise sobre os projetos do CECP na seção 5.1, é perceptível que o Paquistão é um país fragmentado e heterogêneo do ponto de vista social e produtivo. Existe um enorme *déficit* de infraestrutura no país e a pouca infraestrutura existente está concentrada em duas das quatro províncias do país, Sindh e, especialmente, Punjab. A grade de energia do país não apenas é fragmentada, como também não chega em algumas regiões.

Nesse sentido, a aproximação com a China tem tentado aliviar alguns desses gargalos. No âmbito do CECP o Paquistão recebeu pelo menos US\$2,89 bilhões em infraestrutura e foi prometido um total US\$16,27 bilhões. A estrutura concentrada do investimento executado coloca em dúvida a capacidade do projeto de promover uma melhor distribuição regional e criar o mesmo nível de “conectividade” interna que se espera com a China.

Por outro lado, a China estabeleceu historicamente uma série de iniciativas em cooperação com o Paquistão que envolveram transferência de tecnologia, de *know how* e ajuda técnica. As iniciativas militares recebem destaque, tanto pelo apoio incondicional recíproco entre os países, quanto pelo valor geoestratégico que a China tem em manter o Paquistão forte o suficiente para oferecer algum tipo de contrapeso à Índia (Chughtai, 2017; Paquistão, 2019a; Pakistan PM..., 2015; Pakistan to launch..., 2018; Siddiqi, 2017). No âmbito do CECP, alguns dos projetos estão sendo estabelecidos em *joint ventures* entre empresas chinesas e paquistanesas, o que facilita a absorção de conhecimento por parte das firmas locais. Husain (2019, p. 11) destaca a importância da experiência das empresas chinesas atuando no CECP:

As estatais chinesas designadas pelo governo chinês, escolhidas pela sua *expertise* e experiência, estão executando os projetos com financiamento de bancos estatais [...]. Em muitos casos, empresas chinesas e paquistanesas criaram *joint ventures* (tradução nossa).

A responsabilidade sobre as iniciativas de treinamento e capacitação da mão de obra do CECP recaem de forma praticamente total sobre o governo do Paquistão. Em todo caso, a China tem a ganhar com a qualificação da mão-de-obra no país, que reduz os custos associados à contratação de chineses nos projetos. Contudo, esses efeitos ainda não começaram a ser sentidos e a produtividade do trabalho no Paquistão ainda cresce abaixo dos países de mesmo nível de renda.

Em 2018, Pequim e Islamabad assinaram mais parcerias, inclusive no campo aeroespacial (Paquistão; China, 2017; Full Text of..., 2018). De acordo com a declaração conjunta:

[o Paquistão e a China estão] fortalecendo sua cooperação em áreas como exercícios militares, cooperação em treinamento, intercâmbios de oficiais e **cooperação em equipamento e tecnologia**, [além de terem] assinado 15 memorandos de entendimento em uma variedade de assuntos bilaterais (Full text of..., 2018, tradução nossa).

5.2.3 Investimento, capacidade produtiva e demanda efetiva.

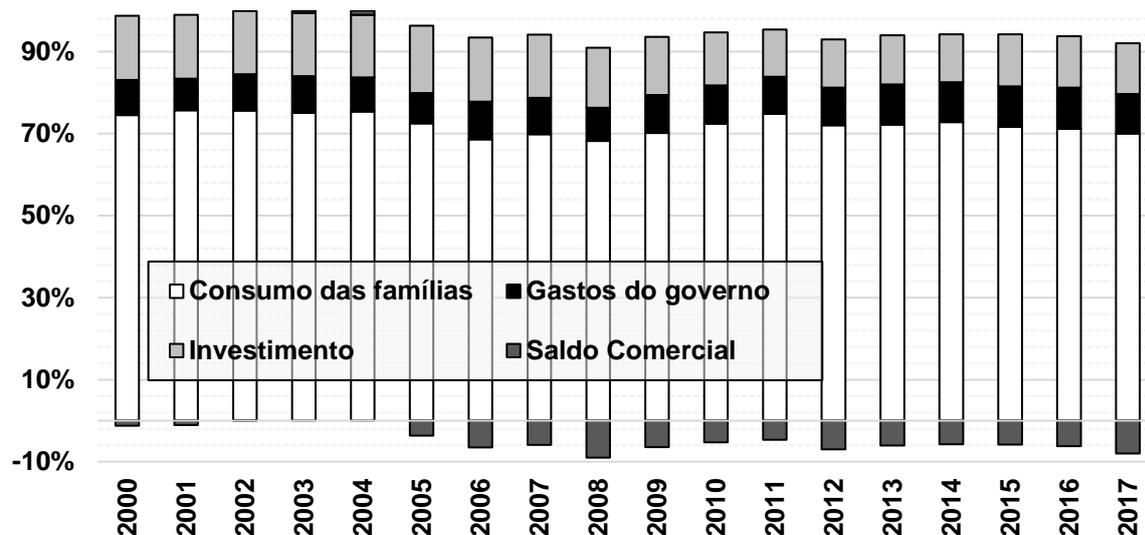
Do ponto de vista do último orçamento (2019-2020), as políticas econômicas do Paquistão ficaram condicionadas ao “problema do déficit do governo”, com uma redução de gastos de quase Rs. 1 bilhão em relação ao ano anterior, além da perseguição de uma política monetária contracionista com o objetivo de controlar a inflação. Por outro lado, o orçamento redistribuiu os tributos, implementou um imposto sobre VA e aumentou a arrecadação ao reforçar a obrigatoriedade da tributação. Algumas áreas consideradas prioritárias, como o combate à pobreza e o setor de energia receberam subsídios nos preços ao consumidor final, o que em conjunto com a elevação do salário-mínimo pode ter impactos positivos sobre a demanda, a despeito das demais políticas de austeridade (Paquistão, 2019b).

O Paquistão é um país com potencial para um enorme mercado interno cuja pobreza e desigualdade acentuada travam o desenvolvimento do consumo. A elevação dos salários e a redução do custo de vida dos mais pobres deve gerar um impacto no consumo, que compõe a parcela majoritária das despesas. Se as políticas sociais tiverem efeito, é esperado que o investimento privado comece a acompanhar a demanda. Para que isso ocorra, é necessário observar o movimento do IDE, uma vez que a expansão da demanda doméstica pode ser atendida não apenas pelas importações (o que é menos provável no caso de políticas focalizadas que atingem populações praticamente à margem do mercado), mas também por empresas transnacionais.

Ao decompor a despesa paquistanesa entre 2000 e 2017, chama a atenção o enorme peso do consumo das famílias, que realiza em média 78,61% da despesa, além da baixa participação dos gastos do governo, que respondem por 9,80% da despesa agregada em média, sem grandes oscilações no período. A balança comercial do país é cronicamente deficitária, respondendo por um vazamento de em média 5,09% do produto.

Considerando o papel do gasto improdutivo apresentado na seção 2.2.1, pode-se argumentar que os gastos reduzidos do governo em conjunto com um perfil concentrado da renda são um entrave à criação de uma dinâmica endógena de desenvolvimento no Paquistão. Isto porque o consumo privado não financiado pela folha salarial precisa compensar a pouca participação do governo nos gastos autônomos. Por sua vez, a despeito do tamanho do mercado, quando ocorre uma

Figura 16: Decomposição da despesa (% do PIB) do Paquistão (2000-2017)

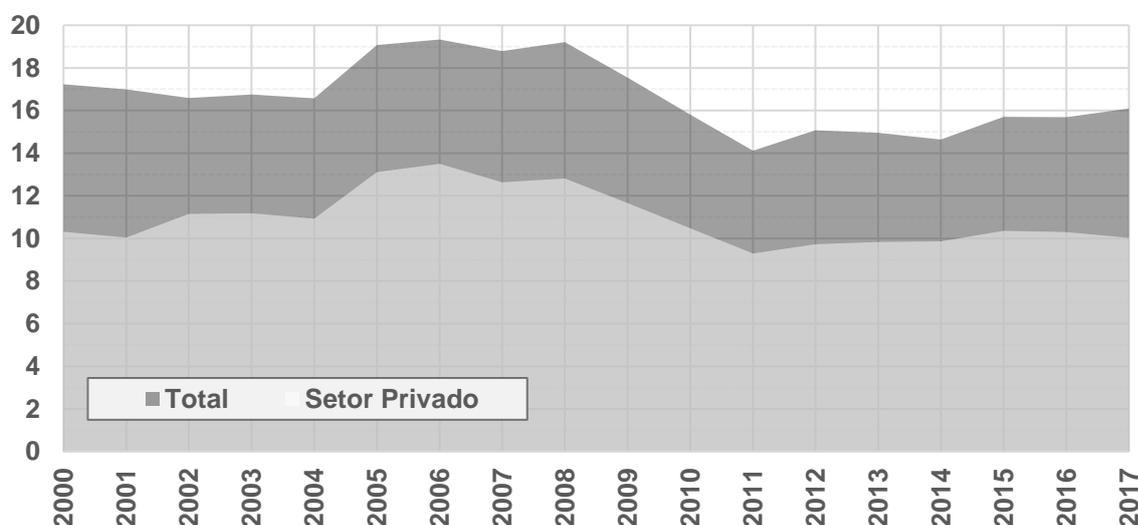


Fonte: BANCO MUNDIAL. Elaboração própria.

mudança de patamar ocasionado por um aumento dos gastos improdutivo, esse aumento não se sustenta em decorrência de um efeito multiplicador reduzido. Essa mudança de patamar da demanda efetiva logo encontra uma forma de “escapar” na forma de importações, de forma que não surte efeito persistente sobre os níveis de investimento.

A taxa de formação bruta de capital fixo se mantém estagnada em uma pequena proporção do produto no período que vai de 1974 a 2017, com máximo de 19,23% em 1993 e mínimo de 12,22% em 1974. Para efeitos de comparação, a média mundial se manteve acima dos 20% durante todo o período analisado (Banco Mundial). Entre 2000 e 2017 não houve melhora no quadro. No agregado, houve

Figura 17: Formação Bruta de Capital Fixo (% do PIB) no Paquistão (2000-2017).

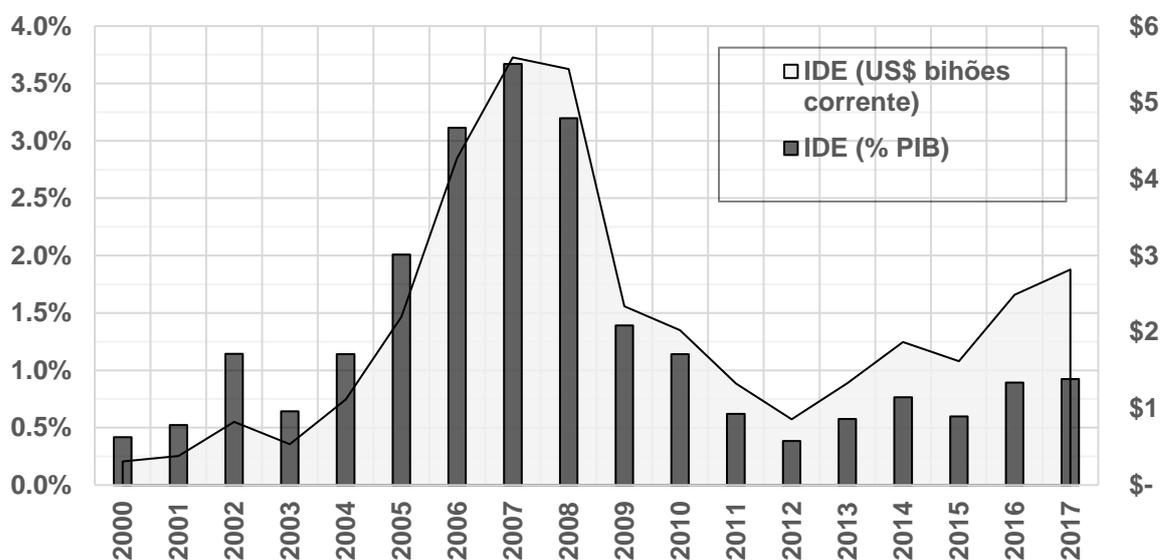


Fonte: BANCO MUNDIAL. Elaboração própria.

diminuição de 1,13 pontos percentuais da participação no PIB, e se considerado apenas a formação bruta de capital fixo do setor privado, a perda foi de 0,29 pontos. Desde 2011, houve melhora tanto do total, de 1,97 pontos percentuais, quanto do setor privado, de 0,74 pontos.

Não obstante, o investimento estrangeiro também pode ser um contestador ao doméstico. O IDE líquido¹⁵⁸ para o Paquistão se acentuou entre 2000 e 2008, resultando num montante de investimentos US\$5,28 bilhões maior, um ganho de 3,25 pontos percentuais em sua participação no PIB. Do período que dura da crise financeira até a recuperação das enchentes, o montante de IDE recua 4,73 bilhões e a participação no PIB cai para 3,28 pontos, patamar abaixo de 2000. Seguindo a aceleração do crescimento que vem desde 2010, o IDE volta a crescer no país, chegando a US\$ 2,81 bilhões em 2017¹⁵⁹. Todavia, seu crescimento foi comedido, de forma que sua participação no PIB avança apenas 0,55 pontos percentuais e se mantendo abaixo de 1% em 2017.

Figura 18: Investimento Direto Estrangeiro líquido (US\$ bilhões corrente e % do PIB) no Paquistão (2000-2017).



Fonte: BANCO MUNDIAL. Elaboração própria.

¹⁵⁸ Considera para todos os efeitos o total de investimentos menos o total dos desinvestimentos no período.

¹⁵⁹ A disparidade entre esse número e os US\$ 10,6 bilhões do CECP podem ser entendidas à luz de quatro principais eixos. O primeiro diz respeito à questão discutida na seção 4.2.3.2 sobre a dificuldade de obtenção de dados relacionada aos projetos do CECP. A segunda, se refere ao montante de US\$ 10,6 bilhões ser investido ao longo de um período, de forma que o agregado de investimentos no Paquistão desde que a NRS foi anunciada foi de US\$ 10,12 pelos cálculos do Banco Mundial. O terceiro ponto se refere à medida ser de investimento líquido, de forma que os desinvestimentos do período contrabalanceiam os investimentos. O quarto e mais importante se refere ao fato de que as formas principais de entrada do capital chinês no país se deram através do sistema financeiro e em gastos em construção, que para a metodologia adotada para esse dado, não está incorporado.

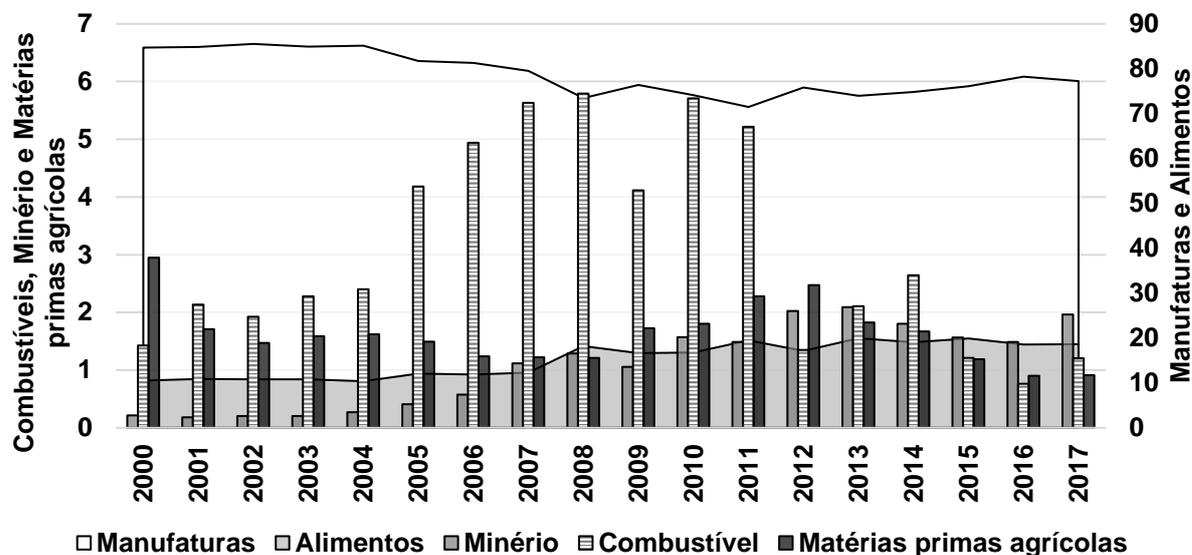
5.2.4 Restrição, liquidez e vulnerabilidade externa

A pauta exportadora do Paquistão de mercadorias é composta de forma majoritária por produtos manufaturados. Assim como boa parte dos países subdesenvolvidos em meados do século XX, o Paquistão era um país exportador de produtos primários, que chegavam a ocupar, em 1962, mais de 75% da pauta exportadora do país, enquanto as manufaturas ocupavam mais de 70% das importações no mesmo período. Conforme ressaltamos na seção 4.1, o país passou por um processo de industrialização nos anos 1970, e em 1990 mais de 80% de suas exportações era composta por manufaturas. Esse processo substituiu sobretudo algumas indústrias leve de consumo, de forma que produtos manufaturados ainda representavam cerca de 50% da sua pauta importadora no mesmo período. Outro componente de destaque das exportações do Paquistão são os alimentos, que chegam a ocupar 32% da exportação de mercadorias em 1976. O aumento da participação das manufaturas e dos alimentos se deu em cima das matérias primas agrícolas, que decrescem até desaparecerem da pauta exportadora em 1992. Em contrapartida, a importação de combustíveis ganha força no processo de industrialização, também impulsionadas pelo esforço de guerra com a Índia. Como resultado, as manufaturas e os combustíveis são principais componentes da pauta importadora de mercadorias do país (Banco Mundial).

A proporção de manufaturados na pauta de exportação tem caído de forma lenta desde 2000, perdendo espaço para a exportação de alimentos. Mesmo assim, as manufaturas ainda representavam 77,23% da pauta exportadora de mercadorias de 2017. Desde 2011 até 2017 a exportação de manufaturas vem retomando sua participação, ganhando 5,72 dos 13,19 pontos percentuais perdidos desde 2000. Enquanto os combustíveis, que ganharam 3,8 pontos percentuais até 2011, sofreram uma queda de 4,01 pontos entre 2011 e 2017.

Os produtos manufaturados também compõem a maior parte da pauta das importações de mercadorias do Paquistão, embora em menor proporção do que no caso das exportações, o que se deve majoritariamente às importações crônicas de combustíveis. Entre 2011 e 2017 a importação de combustíveis caiu 10,26 pontos percentuais, o que é surpreendente se considerado o fato de que no mesmo período, as importações subiram 13,00 pontos percentuais em relação ao PIB, e o produto não apenas está crescendo, como se acelerando.

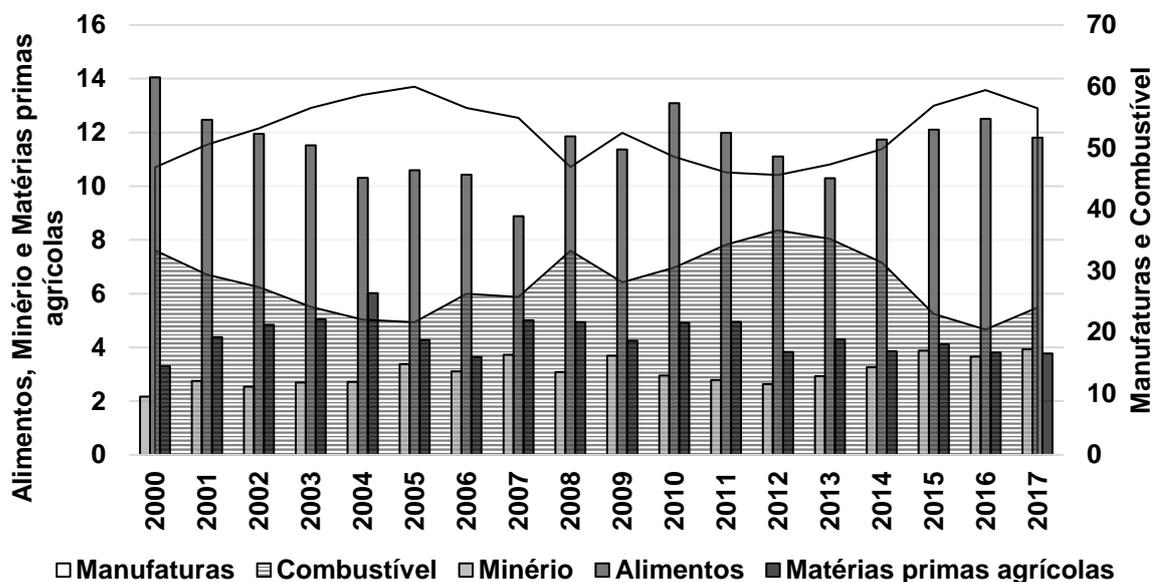
Figura 20: Pauta exportadora de mercadorias do Paquistão desagregada (% das exportações) (2000-2017).



Fonte: BANCO MUNDIAL. Elaboração própria.

Observa-se a partir da análise da composição setorial do valor adicionado no produto e da composição das exportações e importações que o Paquistão é um país cuja *elasticidade-renda da demanda* por seus produtos é menor do que aquela dos produtos que importa. Entretanto, os dados sobre a pauta de comércio do Paquistão também apontam para um alívio considerável de um dos principais gargalos ao crescimento econômico do país: o abastecimento de energia, o que evidentemente é um dos impactos de curto prazo mais positivos do projeto.

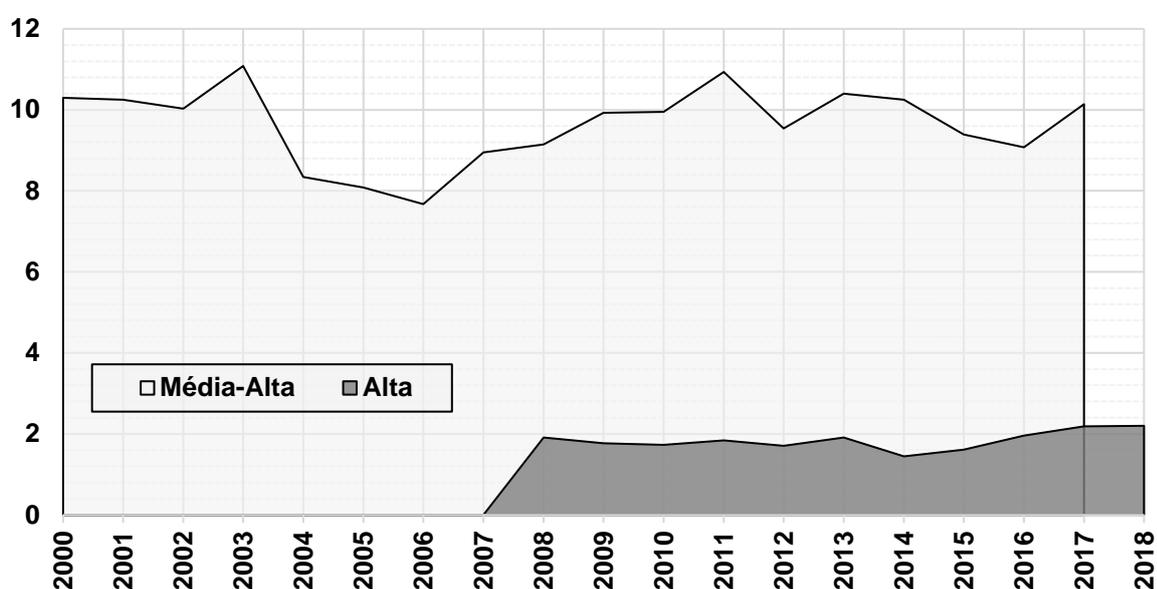
Figura 19: Pauta importadora de mercadorias do Paquistão desagregada (% das importações) (2000-2017).



Fonte: BANCO MUNDIAL. Elaboração própria.

Também é preciso ressaltar que a manufatura exportada pelo Paquistão não possui alta Intensidade Tecnológica. De acordo com o Banco Mundial, de 1990 a 2017, entre 8% e 12% das exportações manufatureiras do país possuíam média ou alta Intensidade Tecnológica. De 2000 a 2016, menos de 2% possuía alta Intensidade Tecnológica. Apesar do país ter ultrapassado atingido a marca dos 2%, isso não garante que esse valor seja adicionado internamente, como discutimos na seção 2.2.2.2 .

Figura 21: Intensidade Tecnológica das manufaturas exportadas (% das manufaturas exportadas) pelo Paquistão (2000-2018).

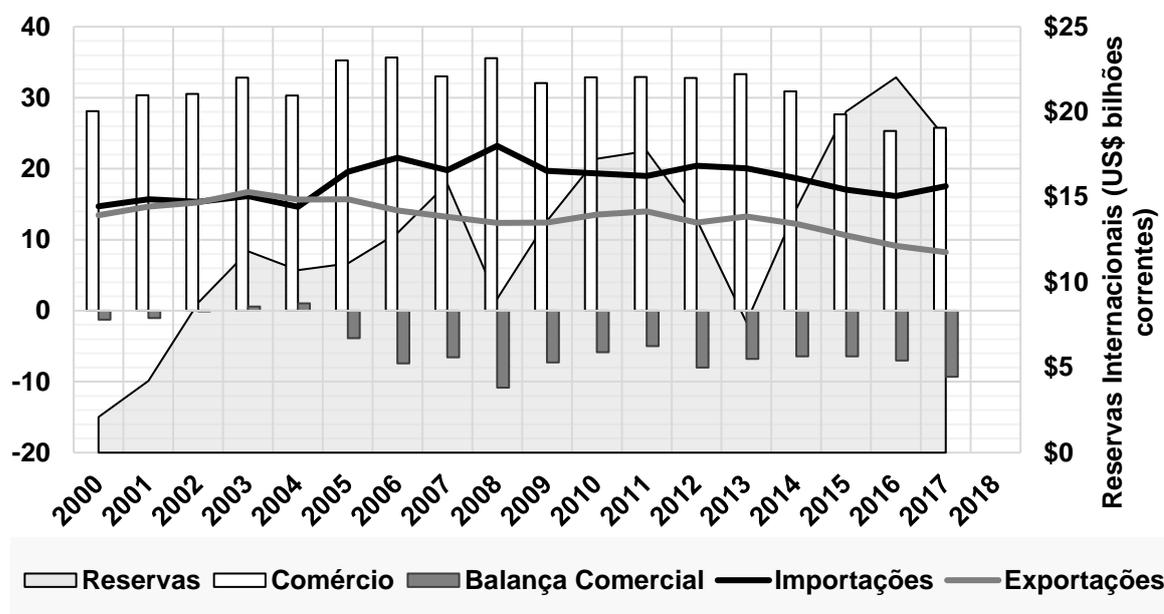


Fonte: BANCO MUNDIAL. Elaboração própria.

Em conjunto com a ausência de um setor de bens de capitais desenvolvido, as pautas de exportação e importação do Paquistão oferecem verdadeiros desafios à Balança de Pagamentos do país. Ao analisar mais a fundo o comércio exterior entre 1967 e 2017, percebemos que esses sucessivos déficits são consequência de importações cronicamente maiores do que as exportações (Banco Mundial). Apenas por um breve momento, entre 2003 e 2004, as exportações de bens e serviços ultrapassaram as importações, para rapidamente se afastarem nos anos seguintes. É interessante notar que desde o anúncio da NRS, todos os indicadores, com exceção das reservas, perderam importância em relação ao produto. As importações sofreram uma queda de 2,50 pontos percentuais enquanto as exportações caíram 5,04 pontos. No mesmo período, as reservas aumentaram em US\$ 10,8 bilhões.

Desde os anos 2000, o estoque da dívida externa paquistanesa tem subido constantemente e num nível mais acelerado do que as reservas. Desde 2005, as reservas do país equivalem a menos do que cinco meses das exportações, e a dívida de curto prazo tem crescido de forma errática (Banco Mundial). Conforme ressaltamos nas seções 4.2.3.2 e 5.1, a entrada de capitais chineses no país tem gerado tensões na Balança de Pagamentos do Paquistão. Mesmo salientando os prazos alargados de retorno dos pagamentos do CECP, o acúmulo de dívidas combinado à deterioração da balança comercial pressionou o PM Khan a buscar o empréstimo no FMI de 2019, que por sua vez vem atrelado a um aprofundamento em direção à austeridade, um dos pilares do orçamento de 2019/2020.

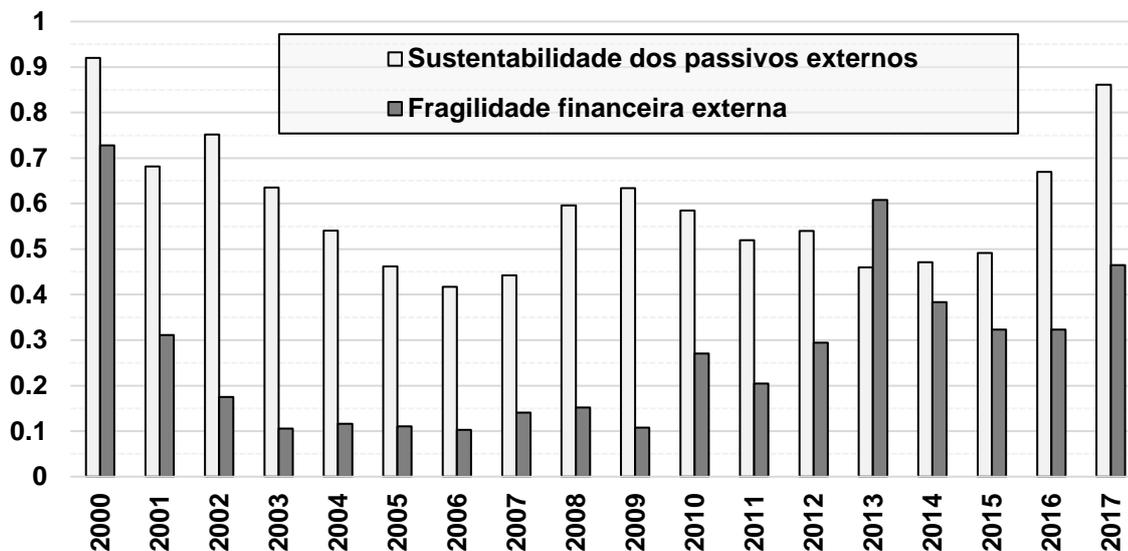
Figura 22: Comércio, Exportações, Importações e Balança Comercial (% do PIB), e Reservas Internacionais (US\$ bilhões correntes) no Paquistão (2000-2017)



Fonte: BANCO MUNDIAL. Elaboração própria.

No que se refere à *sustentabilidade* dos passivos, a relação passivo externo/exportações diminuiu no período entre 2000 e 2017. Entretanto, após cair para 0,46 em 2013, a relação voltou a crescer, chegando a 0,86 em 2017, o que indica eu a trajetória de crescimento acelerada do Paquistão não é sustentável no longo prazo. No que se refere à *fragilidade financeira*, a relação estoque da dívida de curto prazo/ reservas internacionais do país parece um pouco mais confortável. O indicador também caiu no período entre 2000 e 2017, mas ao contrário do indicador de sustentabilidade, este caiu de 2013 a 2017 também, de 0,61 para 0,46, apesar de ter aumentado entre 2016 e 2017.

Figura 23: Sustentabilidade e fragilidade externa do Paquistão (2000-2017).



Fonte: BANCO MUNDIAL. Elaboração própria.

No que se refere às CVGs, o projeto de criação da ZEE em Gwadar, além dos planejamentos de outras nove ZEEs aponta para um caminho em direção à integração com a economia chinesa. Embora não haja dados a integração produtiva do Paquistão em CVGs, observamos que o VA das exportações do país é concentrado em produtos de baixa Intensidade Tecnológica. Mesmo sem as isenções tarifárias, a entrada de empresas estrangeiras pode não ter impactos positivos sobre a economia do país. De acordo com o Ministério das Finanças, o Paquistão possui uma das menores razões arrecadação/PIB (11%) do Sul da Ásia. Dos mais de 200 milhões de habitantes, apenas 2 milhões pagam impostos, dos quais 600 mil são trabalhadores. Apenas metade das 100 mil empresas registradas no país pagam tributos (Paquistão, 2019b, p. 6-7).

Não somente, um setor de bens de capitais e intermediário pouco desenvolvido pode limitar a capacidade de transbordamento do investimento estrangeiro, por criar uma barreira à produção de VA domesticamente e exportar os efeitos de encadeamento gerados pela inserção nessas cadeias. Conforme observamos na seção 5.1, a maior parte do capital chinês que vem para o Paquistão se concentra na Infraestrutura, mesmo que o setor de energia tenha sido priorizado num primeiro momento. Em última instância isso significa que a maior parte daquilo que tem sido considerado investimento no país são gastos em construção e não firmas estrangeiras criando filiais ou transferindo etapas do seu processo de produção para o país. Enquanto isso, os investimentos no setor de energia e a ZEE de Gwadar, assim como

as demais, pretende atrair investimento estrangeiro que compita com o setor privado doméstico e, se não houver políticas de proteção à indústria local, a tendência é que estas sejam fagocitadas pelas empresas estrangeiras, incluindo as chinesas.

5.2.5 Posição Geopolítica e Estado

Conforme discutimos no presente trabalho, o Paquistão é um país periférico, desigual com uma estrutura econômica atrasada e território fragmentado. Fiori (2014) ressalta que a capacidade de cobrar tributos sobre um determinado território foi um dos pilares fundamentais para a consolidação de uma dinâmica de poder que se associou explicitamente com a acumulação de capital e foi fundamental para o sucesso dos países do centro. Nesse sentido, a incapacidade do Estado paquistanês de impor o pagamento de tributos sobre o seu próprio território em pleno século XXI diz muito sobre o poder do Estado.

Além disso, com a retração dos Estados Unidos do Oriente Médio, a importância geopolítica do Paquistão pareceu abalada, o que se refletiu na Ajuda Oficial ao Desenvolvimento recebida pelo país. Esta foi parte integrante da trajetória de crescimento do Paquistão, chegando a representar pouco mais de 10% de sua RNB em 1963, mas foi perdendo importância relativa na economia do país ao longo do tempo, chegando a 1,42% em 2017 (Banco Mundial).

Contudo, a ascensão da China reposiciona o Paquistão geopoliticamente, e o país passa a ser o “terceiro interessado” em muitas disputas no continente asiático e no mundo, o que abre um leque de possibilidades para o país no presente. No esquema analítico proposto por Fiori (2014) que elucidamos no primeiro capítulo, o CECP moveria o Paquistão de um país do tipo (iv), isto é, um país da periferia, que não tem condições ou não se propõe a desafiar o *status quo*, para um país do tipo (ii), um país que adota estratégias de inserção “integrada” ou subordinada às potências líderes (no caso, a China). Em termos dos *graus de liberdade*, não significa um avanço significativo para uma atuação autônoma, mas em um momento de acirramento do conflito entre as grandes potências e de contestação, mesmo que incipiente, à hegemonia dos Estados Unidos, pode significar a diferença entre a possibilidade de desenvolvimento e sua impossibilidade.

Do ponto de vista das *forças sociais* em atuação no Paquistão, é possível observar que existe uma disputa clara entre dois projetos de poder. Um projeto

representado pelos Sharif, associado ao CECP e à NRS, subordinado à China, e encabeçado pelas principais frações de classe dominantes no país concentradas em Punjab, incluindo as forças armadas. O segundo se apoia na rejeição do grupo político associado à CECP por parte significativa da população, incluindo não apenas grupos separatistas como as que atuam em Balochistan, mas também nos centros urbanos, e capitaneados pela “guerra à corrupção” global.

A atuação da China tem tido resultados contraditórios no que se refere ao tratamento desses conflitos. Por um lado, o gigante asiático tem tentado dissuadir movimentos que possam representar riscos ao projeto. Por outro lado, sua presença crescente no Paquistão tem gerado desconfortos em parcelas da população e fomentado episódios isolados de conflito. Mesmo tendo se fortalecido com essa dinâmica, o grupo político de Khan entende o CECP como “grande demais para falhar”¹⁶⁰, trabalhando para tentar acomodar suas demandas no projeto. O PTI, partido do atual PM, é o mais próximo de uma fração dominante que se opõe ao projeto de desenvolvimento subordinado associado à NRS e ao CECP, mesmo que de forma sutil e pontual.

Tanto as autoridades chinesas quanto paquistanesas entendem que o sucesso do CECP depende de coesão social e da ação do Estado paquistanês, sobretudo no que concerne à segurança física. Os militares, principal força política do país, perderam poder relativamente ao longo dos anos 2000 ao amparar a Guerra ao Terror estadunidense de forma irrestrita. Desde então, permaneceram nos bastidores enquanto se formou uma forte coalizão social em torno de reformas democratizantes, descentralizadoras e liberalizantes. Ao mesmo tempo, a aproximação com a China tem sido frutífera para as forças armadas, que ganharam força com a priorização dada à segurança com a criação do CECP, mas parecem não intervir a não ser que a segurança do projeto, e de suas relações com a China, estejam em risco (Paquistão, 2018a; Report: Pakistani..., 2017).

Nesse sentido, Khan tem trabalhado para fortalecer os arranjos de segurança na região como uma forma, inclusive, de diminuir a ingerência das forças armadas sobre o Estado. As tentativas de aproximação com a Índia, o Afeganistão, e mais

¹⁶⁰ Expressão utilizada por Eder e Mardell (2018b) ao se referir ao CECP, em menção à crise do sistema financeiro de 2008, na qual uma lista de instituições financeiras estadunidense eram consideradas grandes demais para falir pelo governo, pois sua queda levaria a um efeito sistêmico que se alastraria por toda a economia.

recentemente, as tentativas de negociação para a paz no Irã são vistas como necessárias para manter as forças armadas sob controle (China: China-Pakistan..., 2018; China's Wang Yi..., 2019; Pakistan: Foreign..., 2018; Pakistan's Imran..., 2019; Siddiqi, 2018). Internamente, o PM tem tentado uma paz com o Balochistan pelo diálogo de forma inédita, e tem tentado apaziguar o conflito distributivo do país. Por ora, seu projeto é coeso, mas seu criticismo do CECP o levou a mais uma negociação com o FMI que fortaleceu o consenso neoliberal no país em prol de um maior controle das contas do governo.

Resumidamente, por um lado, a fratura geopolítica resultante da NRS, e em particular do CECP, cria oportunidades de desenvolvimento para o Paquistão que não se concretizam por questões domésticas. O desafio que o CECP coloca ao país é o mesmo que todas as estratégias de desenvolvimento com capital externo: garantir a “alocação eficiente das divisas escassas” (Medeiros; Serrano, 2001, p. 110). Os resultados até então são pouco significativos e os prospectos pouco animadores, embora o gargalo energético tenha diminuído (com investidores privados/estrangeiros). Por outro lado, o Paquistão, como toda economia periférica exposta de forma escancarada a uma potência militar, econômica e financeira como a China sem qualquer tipo de proteção, está sujeito a uma industrialização “menos significativa” se tornando um país ainda mais dependente do gigante asiático. A experiência do Paquistão deve servir de exemplo para os demais países da periferia, pois as oportunidades para o desenvolvimento não aparecem a todo momento, mas os diversos obstáculos colocados guardam muitas semelhanças.

6 CONCLUSÃO

Como tentamos ressaltar, o Paquistão é um país subdesenvolvido, com um passado colonial recente e que sofre enorme pressão das potências imperialistas em conflito na Eurásia. Mesmo não estando situado nos mesmos espaços de disputa que levaram pensadores do modelo centro-periferia a desenvolver suas análises, algumas dinâmicas pensadas por esses autores nos ajudar a entender a realidade do país

Se por um lado é verdade que a economia do Paquistão mudou nas últimas décadas, por outro lado não é possível observar transformações estruturais significativas que caracterizam o desenvolvimento econômico. Apesar de alguns dos gargalos da economia, como o de produção de energia, terem sido aliviados com o investimento chinês no setor, não se pode dizer muito sobre aumentos significativos na produtividade ou na intensidade tecnológica da produção do país.

Em razão da instabilidade política do Paquistão e seus vizinhos, os fluxos de investimento e financiamento externo são poucos e contidos. Nesse sentido a aproximação com a China parece ser inevitável para o atual PM Imran Khan, que se volta para os FMI orientado por uma visão ortodoxa sobre o funcionamento da economia. Essa ampliação das possibilidades de negociação é um legado inestimável para o país, mesmo que no caso tenha significado abdicar da capacidade de operar a política econômica. Outros atores têm surgido para fazer frente à China, como a Índia e o Japão, o que de acordo com o trabalho aqui desenvolvido, pode fortalecer o poder de barganha da periferia nas mesas de negociação. O *mainstream* também tem rediscutido alguns assuntos que pareciam esquecidos nos livros de história para o Consenso de Washington, como a questão do desenvolvimento, do crescimento, e do emprego.

A NRS e o CECP são bons exemplos de como a Teoria do Poder Global do professor José Luís Fiori ajuda a organizar a relação entre geopolítica, guerras, acumulação de poder e riqueza. Num momento de contestação da hegemonia, os Estados Unidos não buscarão soluções que “reequilibrem” o sistema, mas atuaram de forma ainda mais desestabilizadora, acelerando possíveis conflitos, como vemos na atuação “caótica” do governo Trump, mas já estava presente em alguma medida na política externa de Obama.

Em nossa análise do desempenho da economia paquistanesa, observamos que o Paquistão se encontra num momento de aceleração do crescimento do produto

e do produto *per capita*. Além disso, o país possui um padrão de distribuição concentrado, por mais que tenha havido melhora no período mais recente, com aumento do emprego e da fatia dos salários na renda, e algumas políticas redistributivas tenham sido adotadas. Entretanto, não houve mudança estrutural significativa no país, nem setorialmente, nem tecnologicamente, apesar de alguns esforços conjuntos estarem sendo tomados para a capacitação da força de trabalho, troca de experiências, *know how* e tecnologia.

Enquanto isso, a ausência de um setor de bens de capitais e intermediário desenvolvido exporta os efeitos de encadeamento do crescimento do país, e a produtividade da agricultura e da indústria seguem caindo, a despeito do setor de serviços “puxar” a produtividade do trabalho agregada. A estrutura produtiva segue sendo atrasada e heterogênea, com enormes disparidades regionais. O consumo das famílias é o principal componente da demanda agregada, mas não consegue multiplicar o crescimento dos gastos improdutivos devido à concentração de renda e seu vazamento para outros países. O governo, que poderia ser o elemento impulsionador do gasto improdutivo, segue uma política de austeridade em conformidade com o consenso neoliberalizante, em busca de solucionar o seu “déficit extraordinário”.

O atraso na estrutura produtiva faz o Paquistão concentrar suas exportações em produtos e setores com baixa elasticidade-renda da demanda, relativamente aos produtos que importa. Nesse sentido, a abertura comercial promovida por sucessivos governos do país agravou ainda mais a situação da indústria ao expô-las à competição internacional ao mesmo passo que agrava ainda mais as contas do país ao se abrir para a importação de bens e serviços de alto valor agregado sem qualquer tipo de contrapartida tarifária. As ZEEs são mais um passo nessa direção inserindo a indústria paquistanesa em etapas de menor valor agregado nas CVGs e com salários e lucro reduzidos, em troca da promessa do desenvolvimento e do emprego.

Finalmente, a situação externa se reflete no crescimento da relação passivo externo/exportações, indicando que o padrão de crescimento traçado pelo Paquistão aprofunda a vulnerabilidade externa estrutural do país. Por sua vez, a relação entre passivo externo de curto prazo/reservas não aponta para a vulnerabilidade financeira alarmante que os críticos da NRS e do CECP tem apontado, em grande parte pois o país tem contraído dívidas externas com prazos mais alargados e melhores condições de pagamento.

Khan se elege para perseguir objetivos específicos com o combate à corrupção que derrubou seu opositor, e a redução da heterogeneidade socioeconômica do país, em parte como uma resposta ao projeto de Sharif, que encontrava grande sinergia entre os chineses. Sua relação com a China em conjunto com o arsenal de políticas adotadas parece ter efeitos contraditórios. Por um lado, fortalece a coesão social em torno do “Estado de bem-estar Social Islâmico” que advoga. Por outro lado, promove políticas de austeridade com potencial destrutivo para a economia e para a sociedade. Se na história do país o desenvolvimento nunca atingiu a coesão necessária para se tornar um projeto hegemônico de fato, o “social-liberalismo” de Khan, combinando políticas focalizadas, maior engajamento popular e austeridade, parece ter atingido os corações e mentes do povo do Paquistão.

REFERÊNCIAS

- AAMIR, A. China's efforts to speed up Belt and Road in Pakistan falters. **Asian Review**. Set. 2019a. Disponível em: <<https://asia.nikkei.com/Spotlight/Belt-and-Road/China-s-efforts-to-speed-up-Belt-and-Road-in-Pakistan-falters>>. Acesso em: dez. 2019.
- _____. Why Is Pakistan Cutting Funding from Belt and Road Projects? **China-US Focus**. Jul. 2019b. Disponível em: <<https://www.chinausfocus.com/finance-economy/why-is-pakistan-cutting-funding-from-belt-and-road-projects>>. Acesso em: dez. 2019.
- ABBAS, G.; LIU, Z.; WASTI, S.; MUNIR, U. CPEC's Utility and Concerns under OBOR' Initiative: A Pakistani Industrial Perspective. **Economies**. Vol. 7, n. 90. Set. 2019. p. 1-13.
- ABI-HABIB, M. China's 'Belt and Road' Plan in Pakistan Takes a Military Turn. **The New York Times**. Dez. 2018. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2018/12/19/world/asia/pakistan-china-belt-road-military.html>>. Acesso em: fev. 2019.
- ABRAR, M. Between the devil and deep Gwadar Waters. **Pakistan Today**. Dez. 2015. Disponível em: <<https://www.pakistantoday.com.pk/2015/12/05/between-the-devil-and-deep-gwadar-waters/>>. Acesso em: fev. 2019.
- AGLIETTA, M.; BAI, G. **China's Development: Capitalism and Empire**. Londres: Routledge, 2014.
- AHMAD, M. New Great Game and the CPEC in Balochistan: Opportunities and Challenges. **Pakistan Journal of History and Culture**. V. 38, n. 1, 2017.p. 83-108.
- ALI, M. China-Pakistan Economic Corridor: prospects and challenges. **Contemporary South Asia**. Set. 2019. p. 1-13.
- ALMEIDA, V. G. **A China e a cooperação internacional para o desenvolvimento no sudeste asiático: os casos das Filipinas, Vietnã e Camboja**. 2018. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) -Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.
- AMERICAN ENTERPRISE INSTITUTE. **China Global Investment Tracker**. Disponível em: <http://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>. Acesso em: jan. 2019.
- AMJAD, R.; BURKI, S. J. (Ed.) **Pakistan: Moving the Economy Forward**. Delhi: Cambridge University Press, 2015.
- AMSDEN, A. **A ascensão do "resto": Os desafios ao Ocidente de economias com industrialização tardia**. São Paulo: Editora da UNESP, 2001-2009.

ANDORNINO, G. B. The Belt and Road Initiative in China's emerging grand strategy of connective leadership. **China & World Economy**. Pequim, v. 25, n. 5, 2017. p. 4-22.

ANIS, K; PEARSON, M. Sugar, Wheat, Rice Worth \$2,9 Billion Ruined By Pakistan Floods. **Bloomerg**. 12 Ago. 2010. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2010-08-12/wheat-stocks-sugar-cane-rice-crops-ruined-by-pakistan-s-worst-flooding>>. Acesso em: set. 2019.

ANSARI, U. Pakistan, China Finalize 8-Sub Construction Plan. **Defense News**. Out. 2015. Disponível em: <https://www.defensenews.com/naval/2015/10/11/pakistan-china-finalize-8-sub-construction-plan/>>. Acesso em: mar. 2019.

ANWAR, M.; MICHAELOWA, K. The Political Economy of US Aid to Pakistan. **Review of Development Economics**. Nova York, v.1, n. 2, 2006. p. 195-209.

ARTICLE 370: What happened with Kashmir and why it matters. **BBC**. Ago. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-india-49234708>>. Acesso em: ago. 2019.

ASHAN warns PTI against making CPEC controversial. **Pakistan Today**. Nov. 2019. Disponível em: <https://www.pakistantoday.com.pk/2019/11/24/ashan-warns-pti-against-making-cpec-controversial/>>. Acesso em: nov. 2019.

ASSOCIATED PRESS OF PAKISTAN. Construction of industrial free zone in Gwadar begins. **The Express Tribune**. Jun. 2016. Disponível em: <https://tribune.com.pk/story/1126021/gwadar-development-industrial-free-zone-construction-begins/>> . Acesso em: fev. 2018.

BACON, R. Learning from Power Sector Reform: The Case of Pakistan. **World Bank Group: Policy Research Working Paper**. Washington DC., n. 8842. 2019. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/403611557151850485/Learning-from-Power-Sector-Reform-The-Case-of-Pakistan>>. Acesso em: out. 2019.

BALOCH, S. CPEC: a Baloch perspective. **The News International**. Out. 2016a. Disponível em: <https://www.thenews.com.pk/print/154685-CPEC-a-Baloch-perspective>> . Acesso em: fev. 2019.

_____. No energy in Balochistan. **The News International**. Jan. 2017a. Disponível em: <https://www.thenews.com.pk/print/182491-No-energy-in-Balochistan>>. Acesso em: fev. 2019.

_____. The new divide. **The News International**. Abr. 2017b. Disponível em: <https://www.thenews.com.pk/print/200717-The-new-divide>>. Acesso em: fev. 2019.

_____. What's wrong in Balochistan? **The News International**. Ago. 2016b. Disponível em: <https://www.thenews.com.pk/print/141885-Whats-wrong-in-Balochistan>>. Acesso em: fev. 2019.

BANCO DA CHINA. **Export Buyer's Credit**. Disponível em: <https://www.boc.cn/en/cbservice/cb2/cb22/200806/t20080630_1324061.html>. Acesso em: mar. 2018.

BANCO MUNDIAL. **World Bank Open Data**. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/>>. Acesso em: Set. 2019.

BAP and PTI to form Balochistan government together. **Dawn**. Jul. 2018. Disponível em: <<https://www.dawn.com/news/1424060>>. Acesso em: fev. 2019.

BARROW, C. W. **Critical Theories of the State: Marxist, Neomarxist, Postmarxist**. Madison: The University of Wisconsin Press, 1993.

BASHIR, S.; ARSHAD, M.; BARECH, S. Local Communities Participation In China-Pakistan Economic Corridor (CPEC): The Case of Balochistan. **Pakistan Journal of Applied Social Sciences**. Multan. V. 9, 2019. p. 71-87.

BASTOS, C. P.; BRITTO, G. Introdução do livro “A Economia do Desenvolvimento”. **A Economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

BEIJING UNISTRONG SCIENCE & TECHNOLOGY CO. **Pakistan 1st foreign nation to fully benefit from China's BeiDou system**. May. 2017. Disponível em: <<https://en.unistrong.com/component/unistrong/newsevent/newsevent/28.html>>. Acesso em: fev. 2019.

BELT AND ROAD INITIATIVE. **Cooperation agreements and MoUs under the Belt and Road Initiative**. Disponível em: <<https://www.beltroad-initiative.com/memorandum-of-understanding-belt-and-road-initiative/>>. Acesso em: out. 2019.

_____. **HKTDC Research**. Mai. 2018. Disponível em: <<http://china-trade-research.hktdc.com/business-news/article/The-Belt-and-Road-Initiative/The-Belt-and-Road-Initiative/obor/en/1/1X000000/1X0A36B7.htm>>. Acesso em: dez. 2018.

BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos de pensamento na Cepal – Uma resenha. In: ____ (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 13-68.

_____. Introdução do estudo sobre padrões de desenvolvimento em 13 países – esquema analítico. In: ____ (Org.). **Padrões de desenvolvimento econômico (1950-2008): América Latina, Ásia e Rússia**. Brasília: Centro de Gestão de Estudos Estratégicos, 2013b. p. 9-20.

BLACKWILL, R. D.; HARRIS, J. **War by other means: Geoeconomics and statecraft**. Harvard: Bellknap Press, 2016.

BLANK, S.; KIM, Y. Does Russo-Chinese Partnership Threaten America's Interests in Asia? **Orbis**. V. 60, n. 1, 2016. p.112-127.

BRAGA, J. C.; CINTRA, M. A. Finanças Dolarizadas e Capital Financeiro: exasperação sob comando americano. In: FIORI, J. L. (Org.). **O Poder Americano**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004-2005. p. 253-307.

BUSTILLO, R.; ANDONI, M. China, the EU and multilateralism: the Asian Infrastructure Investment Bank. **Revista Brasileira de Política Internacional**. V. 61, n. 1, 2018.

CAI, P. Understanding China's Belt and Road Initiative. **Lowy Institute for International Policy**. Mar. 2017, p. 1-22.

CALABRESE, L. Chinese OFDI in Africa. In: PETERS, E. D. (Ed.). **China's Foreign Direct Investment in Latin America and the Caribbean: conditions and challenges**. México: [s. n.], 2019. p. 61-86.

CAROLL, W. K. **The Making of a Transnational Capitalist Class: Corporate power in the twenty-first century**. Londres e Nova York: Zed Books, 2010.

CARR, E. H. **Vinte anos de Crise 1919-1939**. Brasília: Editora UnB, 1939.

CASSIOLATO, J. E.; PODCAMENI, M. G. B. As políticas de ciência, tecnologia e inovação na China. In: CINTRA, M. A. M. *et al*, (Org.). **China em Transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ipea, 2015. p. 493-520.

CENTER FOR STRATEGIC & INTERNATIONAL STUDIES. **China's Belt and Road at Five**. 2018. Disponível em: <<https://www.csis.org/events/chinas-belt-and-road-five-0>>. Acesso em 18 mar. 2019

_____. **Reconnecting Asia**. Disponível em: <<https://reconnectingasia.csis.org/database/projects/>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

CHANG, H. J. **Chutando a Escada**. São Paulo: Editora da UNESP, 2002-2004.

CHEEMA, B. A. Kashmir – The Pivot of Geopolitical Dynamics in South Asia. **Indian Defence Review**. Ago. 2018. Disponível em: <<http://www.indiandefencereview.com/spotlights/kashmir-the-pivot-of-geopolitical-dynamics-in-south-asia/>>. Acesso em: dez. 2018.

CHEN, Y.; FAN, Z.; ZHANG, J.; MO, M. Does the Connectivity of the Belt and Road Initiative Contribute to the Economic Growth of the Belt and Road Countries? **Emerging Markets, Finance and Trade**. V. 55, n. 14, 2019. p. 3227-3240.

CHENG, L. K. Three Questions on China's "Belt and Road Initiative". **China Economic Review**. V. 40, 2016. p. 309-313

CHINA. Conselho de Estado da República Popular da China. **Belt and Road Initiative and RMB internationalization serve global interest: Report**. 09 Out. 2015a. Disponível em:

<http://english.gov.cn/news/top_news/2015/10/09/content_281475207613875.htm>. Acesso em: jul. 2018.

_____. **China's BeiDou Navigation Satellite System**. Jun. 2015b. Disponível em: <http://www.china.org.cn/government/whitepaper/node_7238634.htm>. Acesso em: fev. 2019.

_____. **Chronology of China's Belt and Road Initiative**. 28 Mar. 2015c. Disponível em: <http://english.gov.cn/news/top_news/2015/04/20/content_281475092566326.htm>. Acesso em: out. 2017.

_____. Escritório do Grupo Líder para a Iniciativa Cinturão e Rota. **Building the Belt and Road: Concept, Practice and China's Contribution**. Beijing: Foreign Languages Press Co. Ltd. 2017a. Disponível em: <<https://eng.yidaiyilu.gov.cn/zchj/qwfb/12731.htm>> Acesso em: Out. 2017.

_____. Full Text of China-Pakistan joint statement. **Xinhua News Agency**. 6 Nov. 2018. Disponível em: <<https://eng.yidaiyilu.gov.cn/zchj/sbwj/70841.htm>>. Acesso em: nov. 2018.

_____. **Full text on the Action Plan on the Belt and Road Initiative**. 30 Mar. 2015d. Disponível em: <http://english.gov.cn/archive/publications/2015/03/30/content_281475080249035.htm>. Acesso em: out. 2017.

_____. **Full text on the Vision for Maritime Cooperation under the Belt and Road Initiative**. 20 Jun. 2017b. Disponível em: <http://english.gov.cn/archive/publications/2017/06/20/content_281475691873460.htm> . Acesso em: out. 2017.

CHINA: China-Pakistan Economic Corridor Extended to Afghanistan. **Stratford**. 09 Abr. 2018. Disponível em: <<https://worldview.stratfor.com/situation-report/china-china-pakistan-economic-corridor-extended-afghanistan>>. Acesso em: jan. 2019.

CHINA in talks with Baloch militants to secure CPEC projects, says FT. **Dawn**. 20 Fev. 2018. Disponível em: <<https://www.dawn.com/news/1390520>>. Acesso em: jan. 2019.

CHINA OVERSEAS PORT HOLDING COMPANY LTD. **Investment Guide**. Disponível em: http://cophcgwadar.com/files/pdf/Investment_guide.pdf . Último acesso: Ago. 2019a.

_____. **Why Gwadar**. Disponível em: <<http://cophcgwadar.com/whygwadar.aspx>>. Último acesso: ago. 2019b.

CHINA-PAKISTAN 'economic corridor'. **Al Jazeera**. 20 Abr. 2015. Disponível em: <<https://youtu.be/0-lc5hGilRQ>>. Acesso em: out. 2019.

CHINA signs MOUs with 37 African countries, AU on B&R development. **Xinhuanet**. 7 Set. 2018. Disponível em: <http://www.xinhuanet.com/english/2018-09/07/c_137452482.htm>. Acesso em: out. 2019.

CHINA'S Belt and Road Initiative: 5 Years Later. **Bloomberg Markets and Finance**. Fev. 2019. Disponível em: <<https://youtu.be/Z0iMgoFPnDw>>. Acesso em: nov. 2019.

CHINA'S Wang Yi meets Pakistan, Afghan foreign ministers, vowing to maintain regional stability. **Xinhua**. 08 Set. 2019. Disponível em: <http://www.xinhuanet.com/english/2019-09/08/c_138374566.htm>. Acesso em: set. 2019.

CHUGHTAI, A. Nuclear Neighbours: The India-Pakistan arms race. **Al Jazeera**. 10 Ago. 2017. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/indepth/interactive/2017/08/nuclear-neighbours-india-pakistan-arms-race-170808180107857.html>>. Acesso em: 15 jan.2019.

_____. Pakistan PM Nawaz Sharif denies corruption allegations. **Al Jazeera**. 3 Nov. 2016. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2016/11/panama-leaks-pakistan-pm-denies-corruption-allegations-161103075638498.html?src=ilaw>>. Acesso em: jan. 2019.

CINTRA, M. A.; SILVA FILHO, E. B.; PINTO, E. C. O Sistema Financeiro Chinês: A Grande Muralha. In: CINTRA, M. A. M. *et al* (Org.). **China em Transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ipea, 2015. p. 425-491.

CLARKE, M. Beijing's March West: Opportunities and Challenges for China's Eurasian Pivot. **Orbis**. V. 60, n. 2, 2016. p. 296-313.

_____. The Belt and Road Initiative and China's Xinjiang Dilemma: "Connectivity" Versus Control? **The Central Asia-Caucasus Analyst**. 20 Jul. 2017. Disponível em: <[http://www.cacianalyst.org/publications/analytical-articles/item/13458-the-belt-and-road-initiative-and-china's-xinjiang-dilemma-\"connectivity\"-versus-control?.html](http://www.cacianalyst.org/publications/analytical-articles/item/13458-the-belt-and-road-initiative-and-china's-xinjiang-dilemma-\)>. Acesso em: 27 ago. 2017.

COHEN, S. P. **The Idea of Pakistan**. Washington D.C.: Brookings Institution Press, 2004.

COMITÊ DE SEGURANÇA MARÍTIMA. SOLAS amendments to make IGF Code mandatory approved by Maritime Safety Committee. **Organização Marítima Internacional da Organização das Nações Unidas**. 26 Nov. 2014. Disponível em: <<http://www.imo.org/en/MediaCentre/PressBriefings/Pages/40-MSC94wrap.aspx#.XipgM2hKjIU>>. Acesso em: fev. 2019.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DE ENERGIAS ALTERNATIVAS. **FAQ: Divisão de Energia do Ministério da Energia do Paquistão**. Disponível em: <<http://www.aedb.org/ae-technologies/31-faq>>. Acesso em: ago. 2019.

COX, R. W. (1981) Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. **Journal of International Studies**. V. 10, n. 2, 1981. p. 126-155.

CRAIG, D.; PORTER, D. Pakistan: A fortress of edicts. In: _____. **Development Beyond Neoliberalism? Governance, poverty reduction and political economy**. Nova Iorque: Routledge, 2006. p. 185-216.

DANILOVICH, M. The 'Belt and Road Initiative' in the discourses of the Central Asian states: political rhetoric of growth and academic prognostication. **Journal of Chinese economic and business studies**. V. 16, n. 2014, 2018. p. 293-312.

DAS, K. C. The Making of One Belt, One Road and Dilemmas in South Asia. **China Report**. V. 53, n. 2, 2017. p. 152-142.

DEOS, S. S. Sistema bancário chinês: evolução e internacionalização recente. In: Cintra, M. A. M. *et al* (Org.) **China em Transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ipea, 2015. p. 391-424.

DEYON, P. **O Mercantilismo**. São Paulo: Perspectiva, 1969-2001.

DJIBOUTI: China is Establishing Its First Permanent Military Mission Overseas. **Stratfor**. Jul. 2017. <<https://worldview.stratfor.com/article/djibouti-china-establishing-its-first-permanent-military-mission-overseas>>. Acesso em: dez.2017.

DREHER, A.; FUCHS, A.; PARKS, B.; STRANGE, A.; TIERNEY, M. Aid, China, and Growth: Evidence from a New Global Development Finance Dataset. **AidDataWorkingPaper**. 2017.

DRYSDALE, P.; TRIGGS, A.; WANG, J. China's New Role in the International Financial Architecture. **Asian Economic Policy Review**. V. 12, n. 2, 2017, p.258-277.

EASTERLY, W. The Political Economy of Growth Without Development: A Case Study of Pakistan. **Paper for the Analytical Narratives of Growth Project, Kennedy School of Government, Harvard University**. 2001. p. 1-53.

EBRAHIM, Z. T. China's New Silk Road: What's in it for Pakistan? **China Dialogue**. 22 Abr. 2015. Disponível em: <<https://www.chinadialogue.net/article/show/single/en/7864-China-s-new-silk-road-What-s-init-for-Pakistan->>. Acesso em: ago. 2017.

EDER, T. S.; MARDELL, J. The BRI in Pakistan: China's flagship economic corridor. **Mercator Institute for China Studies**. 18 Set. 2018a. Disponível em: <<https://www.merics.org/en/-/bri-tracker/the-bri-in-pakistan>>. Acesso em: dez. 2018.

_____. The BRI in Pakistan: Too big to fail. **Mercator Institute for China Studies**. 20 Set. 2018b. Disponível em: <<https://www.merics.org/en/blog/bri-pakistan-too-big-fail>>. Acesso em: dez. 2018.

END of China's Dengist Diplomacy, The. **Stratfor**. Out. 2017. Disponível em: <https://worldview.stratfor.com/article/end-chinas-dengist-diplomacy?utm_source=Bloomberg&utm_nid=290039>. Acesso em: dez. 2017.

FAIR, C. Why Pakistan army is here to stay: prospects for civilian governance. **International Affairs**. V. 87, n. 3, 2011. p. 571-588.

FALLON, T. The New Silk Road: Xi Jinping's Grand Strategy for Eurasia. **American Foreign Policy Interests**. N. 37, 2015, p. 140-147.

FIORI, J. L. De Volta à questão da riqueza de algumas nações. In: _____. (Org.) **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1999-2000. p. 11-46. 1999a

_____. De Volta à questão da riqueza de algumas nações. In: _____. (Org.) **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1999-2000. p. 49-85. 1999b

_____. Dialética da Guerra e da Paz. In: _____. (Org.) **Sobre a Guerra**. Petrópolis: Vozes, 2018.

_____. Formação, Expansão e Limites do Poder Global. In: _____. (Org.) **O Poder Americano**. 3. ed.1. reimpr. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004-2018.

_____. Globalização, Hegemonia e império. In: TAVARES, M. C; FIORI, J. L. (Orgs.). **Poder e Dinheiro: Uma economia política da globalização**. 7. ed. Petrópolis: Vozes. 1997-2017., p. 87-147.

FIORI, J. L. Prefácio: Conjeturas e História. In: _____. **História, Estratégia e Desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo**. Petrópolis: Boitempo, 2014.

_____. Sistema Mundial: império e pauperização para retomar o pensamento crítico latino-americano. In: _____.; MEDEIROS, C. A. (Org.). **Polarização mundial e crescimento**. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 39-75.

FITZGIBBON, W. Pakistan's PM Responds To Supreme Court Hearing On Panama Papers. **International Consortium of Investigative Journalists**. 3 Nov. 2016. Disponível em: <<https://www.icij.org/investigations/panama-papers/20161103-pakistan-supreme-court/>>. Acesso em: jan. 2019.

FLINT, C.; ZHU, C. The geopolitics of connectivity, cooperation, and hegemonic competition: The Belt and Road Initiative. **Geoforum**. V. 99, 2018. p. 95-101.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. Pakistan: 2009 Article IV Consultation and First Review Under the Stand-By Arrangement—Staff Report; Staff Statement; Public Information Notice and Press Release on the Executive Board Discussion; and Statement by the Executive Director for Pakistan. **Country Reports Nº 09/123**. Abr. 2009. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2009/cr09123.pdf>> . Acesso em: fev. 2018.

_____. Pakistan: Selected Issues. **Country Reports N. 17/213**. Jul. 2017. Disponível em: <<https://www.imf.org/en/Publications/CR/Issues/2017/07/13/Pakistan-Selected-Issues-45079>>. Acesso em: ago. 2019.

FURTADO, C. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 1961-2000. p. 239-262.

_____. **Formação Econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1957-2007.

GARCIA, A. E. S. BRICS: um balanço crítico. **Caderno do CEAS**, Salvador/Recife, nº 241, p. 374-391, mai./ago. 2017.

GARCIA, A. E. S. Emergindo de onde para onde? “Países emergentes” e a possibilidade de configuração de uma nova ordem mundial. **Em debate**, Florianópolis, nº 7, p. 4-27, jan./jul. 2012.

GILANI, S. H. S. Of Pakistan’s strategic position and progressing economy. **The Express Tribune**. 23 Abr .2017. Disponível em: <<https://blogs.tribune.com.pk/story/48954/of-pakistans-strategic-position-and-progressing-economy/>>. Acesso em: jun. 2019.

GRUPO DE FORNECEDORES NUCLEARES. **Participants**. Disponível em: <<https://nuclearsuppliersgroup.org/en/about-nsg/participants1>>. Acesso em: nov. 2019.

GUIMARÃES, J. V. A Nova Rota da Seda: Implicações Geopolíticas e mudanças no Padrão de Acumulação Chinês. **Anais do 4º Seminário de Relações Internacionais da ABRI**, Foz do Iguaçu: ABRI, 2018. Disponível em: <<https://www.seminario2018.abri.org.br/simposio/anaiscomplementares>> .

_____. Impactos da Nova Rota da Seda para o desenvolvimento da periferia: o caso do Paquistão. **Anais do 7º Encontro Nacional da ABRI**, Belo Horizonte: ABRI, 2019. Disponível em: <<https://www.encontro2019.abri.org.br/site/anais2?AREA=7#J>>

GUNMEN kill 10 labourers in Balochistan’s Gwadar. **Al Jazeera**. 13 Mai. 2017. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2017/05/gunmen-kill-10-labourers-balochistan-gwadar-170513111330168.html>>. Acesso em: mai. 2019.

GWADAR’S \$100 Million Pak-China Friendship Hospital under CPEC – Development Update. **Gwadar Jaidad**. 12 Out. 2019. Disponível em: <<https://gwadarjaidad.com/gwadars-100-million-pak-china-friendship-hospital-under-cpec-development-update/>>. Acesso em: dez. 2019.

HAQQANI, H. **Pakistan: Between mosque and military**. Washington D.C.: Carnegie Endowment, 2010.

HASHIM, A. Gunmen attack hotel in Pakistan's Gwadar, kill five people. **Al Jazeera**. 12 Mai. 2019. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2019/05/gunmen-attack-hotel-pakistan-port-city-gwadar-190511134034253.html>>. Acesso em: mai. 2019.

HASHIM, A. Sadiq Sanjrani: Pakistan's first senate chair from Balochistan. **Al Jazeera**. 13 Mar. 2018. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2018/03/sadiq-sanjrani-pakistan-senate-chair-balochistan-180313095112786.html>>. Acesso em: mar. 2019.

HIRATUKA, C. Mudanças na estratégia chinesa de desenvolvimento no período pós-crise global e impactos sobre América Latina. **Revista de Economia Contemporânea**. V. 22, n. 1, 2018. p. 1-25.

HIRSCHMAN, A. **The Strategy of Economic Development**. New Haven: Yale University Press, 1958.

HOW Pakistan's Cricket superstar became prime minister. **Vox**. Ago. 2018. Disponível em: <<https://youtu.be/BE9kOIBRHok>>. Acesso em: jan. 2019.

HUANG, Y. Understanding China's Belt and Road Initiative: Motivation, framework and assessment. **China Economic Review**. V. 40, 2016. p.314-321.

HUNDLEY, T. Pakistan and India: The Real Nuclear Challenge. **Pulitzer Center**. Jul. 2012. Disponível em: <<https://pulitzercenter.org/projects/india-pakistan-nuclear-arms-race-china-power-reactors>>. Acesso em: jan. 2019.

HUNG, H-F. A Ascensão da China, a Ásia e o Sul Global. **Revista de Economia Contemporânea**. V. 22, n. 1, 2018. p. 1-26.

HURLEY, J.; MORRIS, S.; PORTELANCE; G. Examining the Debt Implications of the Belt and Road Initiative from a Policy Perspective. **Center for Global Development Policy Paper**, Washington D.C., n. 121, 2018.

HUSAIN, I. CPEC & Pakistani Economy: An Appraisal. **Centre of excellence for CPEC**. Mai. 2018. Disponível em: <<https://cpec-centre.pk/>>. Acesso em: dez. 2018.

_____. **Pakistan: The Economy of an Elitist State**, Oxford University Press: Karachi, 1999.

HUSSAIN, E. CPEC: Governance and Security Challenges – Implications for the Belt and Road Initiative. **Chinese Political Science Review**. V. 4, n. 1, 2019, p. 135-147

HUSSAIN, T. With Sharif gone, what happen to China's investments in Pakistan now? **South China Morning Post**. 29 Jul. 2019. Disponível em: <<https://www.scmp.com/week-asia/politics/article/2104551/sharif-gone-what-happens-chinas-investments-pakistan-now>>. Acesso em: jan. 2019.

HUSSEIN, S. Deciphering the myths: CPEC not a debt trap as liabilities quite manageable. **The Express Tribune**. 5 Nov. 2018. Disponível em:

<<https://tribune.com.pk/story/1840612/2-deciphering-myths-cpec-not-debt-trap-liabilities-quite-manageable/>>. Acesso em: dez. 2018.

IN pictures: The rise and fall of Nawaz Sharif. **Dawn**. 6 Nov. 2019. Disponível em: <<https://www.dawn.com/news/1348024>>. Acesso em: nov. 2019.

INDIA, Pakistan & Partition: Borders of Blood. **Al Jazeera**. 10 Ago. 2017. Disponível em: <<https://youtu.be/zbHMCWbwOKM>>. Acesso em: jan. 2019.

ISMAIL, M. Geostrategic Importance of Balochistan: Baloch Insurgency and the Global Politics of Energy Resources. **Journal of Political Studies**. V. 21, n. 2, 2014. p. 181-201.

JALAL, A. **The State of Martial Rule: The origins of Pakistan's political economy of defense**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

JESSOP, R. **The Future of the Capitalist State**. Cambridge: Polity Press, 2002

JOY-PEREZ, C.; SCISSORS, D. Be Wary of Spending on the Belt and Road. **American Enterprise Institute**. Nov. 2018. Disponível em: <<http://www.aei.org/publication/be-wary-of-spending-on-the-belt-and-road/>>. Acesso em: dez. 2018.

JUNCHI, M. The Challenge of Different Perceptions on the Belt and Road Initiative. **Croatian International Relations Review**. v. 23, n. 78, 2017.

KARACHI SHIPYARD & ENGINEERING WORKS. Keel Laying Ceremony of 1500 Tons Maritime Patrol Vessel Being Built for Pakistan Maritime Security Agency at KS&EW. Disponível em: <<http://www.karachishipyard.com.pk/keel-laying-ceremony-of-1500-tons-maritime-patrol-vessel-being-built-for-pakistan-maritime-security-agency-at-ksew/>>. Acesso em: mar. 2019.

KASHMIR: Born To Fight. **Al Jazeera**. 09 Fev. 2017. Disponível em: <<https://youtu.be/AXbJPCWSXS0>>. Acesso em: jan. 2019.

KHAN, F. Five more Chinese held in Karachi for ATM fraud. **The Express Tribune**. 14 Jan. 2018. Disponível em: <<https://tribune.com.pk/story/1608487/1-another-chinese-national-arrested-atm-skimming-karachi/>>. Acesso em: fev. 2018.

KHAN, I. A. China to get 91pc Gwadar income, minister tells Senate. **Dawn**. 25 Nov. 2017. Disponível em: <<https://www.dawn.com/news/1372695>>. Acesso em: ago. 2019.

KHAN, R.; SIKANDER, S. PML-N decides against parliament boycott. **The Express Tribune**. 29 Jul .2018. Disponível em: <<https://tribune.com.pk/story/1769005/1-pml-n-ppp-leaders-weigh-future-course-action-polls/>>. Acesso em: jan. 2019.

KHAN, S; SIKANDER, T; KHAN, R. S; EBRAHIM, Z. T. Is Pakistan ready for a monsoon catastrophe? **Dawn**. 06 Set .2014. Disponível em: <<https://www.dawn.com/news/1130060>>. Acesso em: jun. 2019.

KHANA, P. Washington is Dismissing China's Belt and Road. That's a Huge Strategic Mistake. **Politico Magazine**. Abr. 2019. Disponível em: <<https://www.politico.com/magazine/story/2019/04/30/washington-is-dismissing-chinas-belt-and-road-thats-a-huge-strategic-mistake-226759>>. Acesso em: out. 2019.

KHATTAK, D. Belt and Road Tests China's Image in Pakistan. **Foreign Policy**. 10 Out. 2019. Disponível em: <<https://foreignpolicy.com/2019/10/10/belt-and-road-tests-china-image-pakistan-imran-khan-xi-jinping-diplomacy-special-relationship/>>. Acesso em: out. 2019.

KIANI, K. The blessing and pain of rain. **Dawn**. 05 Ago .2019. Disponível em: <<https://www.dawn.com/news/1498090>>. Acesso em: set. 2019.

KOH, A. Piracy Along Malacca-Singapore Straits Jump Nearly Fourfold. **Bloomberg**. 27 Dez. 2019. Disponível em: <<https://www.bloomberg.com/news/articles/2019-12-27/piracy-along-malacca-singapore-straits-jump-nearly-fourfold>>. Acesso em: jan. 2020.

KUGELMAN, M. Pakistan's High-Stakes CPEC Reboot. **Foreign Policy**. Dez. 2019. Disponível em: <<https://foreignpolicy.com/2019/12/19/pakistan-china-cpec-belt-road-initiative/>>. Acesso em: dez. 2019.

KUZNETS, S. Driving Forces of Economic Growth: What Can We Learn from History? **Review of World Economics**. V. 1116, n. 3, 1980. p. 409-431.

_____. Modern Economic Growth: Findings and Reflections. **The American Economic Review**. V. 63, n. 3, 1973. p. 247-258.

LELE, A. China's 2016 Space White Paper: An Appraisal. **Institute for Defence Studies and Analyses**. 6 Jan .2017. Disponível em: <https://idsa.in/issuebrief/china-2016-space-white-paper_avlele_060117>. Acesso em: mar. 2019.

LI, Y. **A Iniciativa Cinturão e Rota e Oportunidades para a América Latina**. 15 Ago .2019. Palestra destinada ao Seminário de pesquisa do Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional do Instituto de Economia da UFRJ, Rio de Janeiro, 2019.

LIMA, M. C.; BARBOSA, M. P.; FONSECA, P. A.; MIRANDA JÚNIOR, R. A.; ALVES, V. L. Nova Rota da Seda e a ascensão pacífica chinesa. **Século XXI**. Porto Alegre. V. 7, n. 1, p. 61-76, jan./jun. 2016.

LIST of banned organizations in Pakistan. **The Express Tribune**. 24 Out .2012. Disponível em: <<https://tribune.com.pk/story/456294/list-of-banned-organisations-in-pakistan/>> . Acesso em: dez. 2018.

LOPES, B. F.; NASCIMENTO, D. C.; VADELL, J. A. FOCAC: estratégia econômica e política de cooperação Sul-Sul Sino-Africana. **Carta Internacional**. V. 8, n. 2, p. 81-99, jul./dez. 2013.

LUCE, M. S. **Teoria marxista da dependência: problemas e categorias – uma visão histórica**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MACKINDER, H. The geographical pivot of history. **The Geographical Journal**. V. 23, n. 4, 1904. p. 421-437.

MAJEROWICZ, E. Relações econômicas entre China e Malásia: comércio, cadeias globais de produção e a indústria de semicondutores. In: CINTRA, M. A. M. *et al* (Org.). **China em Transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ipea, 2015, p. 127-187.

MAJEROWICZ, E.; MEDEIROS, C. A. Chinese Industrial Policy in the geopolitics of the information age: the case of the semiconductors. **Revista de Economia Contemporânea**. V. 22, n. 1, p. 1-28, jan./abr. 2018.

MALIK, M. R. A perspective on Military Courts. **The Nation**. 22 Jan. 2019. Disponível em: <<https://nation.com.pk/22-Jan-2019/a-perspective-on-military-courts>>. Acesso em: fev. 2019.

MARLOW, I.; HAIDER, K. Pakistan Downs Two Indian Jets, Pilot Arrested, Army Says. **Bloomberg**. 27 Mar. 2019. Disponível em: <<https://www.bloomberg.com/news/articles/2019-02-27/pakistani-jets-violate-indian-air-space-in-kashmir-pti-reports>>. Acesso em: mar. 2019.

MCKINDY, E.; SAIFI, S. Chinese consulate attack: Four killed in thwarted raid in Karachi. **CNN**. 23 Nov. 2018. Disponível em: <<https://edition.cnn.com/2018/11/23/asia/karachi-chinese-consulate-attack-intl/index.html>>. Acesso em: mar. 2019.

MEDEIROS, C. A. Auge e declínio dos estados desenvolvimentistas. **Novos Desafios, Parcerias Estratégicas**. Brasília: Centro de Gestão de Estudos Estratégicos. V. 15, n. 30, 2010. p. 159-176.

_____. A China como um duplo pólo na economia mundial e a recentralização da economia asiática. **Revista de economia política**. V. 26, n. 3, 2006. p. 381-400.

_____. China: Entre os séculos XX e XXI. In: FIORI, J. L. (Org.) **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. Desenvolvimento econômico, distribuição de renda e pobreza. In: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. A. (Orgs.). **Polarização mundial e crescimento**. Petrópolis: Vozes, 2001b. p. 165-199.

_____. O Desenvolvimento Tecnológico Americano no Pós-Guerra como um empreendimento militar. In: FIORI, J. L. (Org.). **O Poder Americano**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004-2005. p. 225-252.

_____. **A Economia Política da China: Padrões de Acumulação, Novas tensões**. Apresentação na Conferência Internacional Economia Política do

Desenvolvimento da China. Rio de Janeiro. 9 Mar. 2017. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=xd7pWVe4bfA>>

_____. Estratégias nacionais de desenvolvimento. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Padrões de desenvolvimento econômico (1950-2008): América Latina, Ásia e Rússia**. Brasília: Centro de Gestão de Estudos Estratégicos, 2013a. p. 79-112.

_____. Instituições, Estado e Mercado no Processo do Desenvolvimento Econômico. **Revista de Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro. V. 5, n. 1, 2001a. p. 49-76.

_____. Padrões de investimento, mudança institucional e transformação estrutural na economia chinesa. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Padrões de desenvolvimento econômico (1950-2008): América Latina, Ásia e Rússia**. Brasília: Centro de Gestão de Estudos Estratégicos, 2013b. p. 435-490.

_____. Política Industrial e Divisão Internacional do Trabalho. **Revista de Economia Política**. V. 39, n. 1 (154), 2019. p. 71-87.

_____. The Political Economy of the Rise and Decline of the Developmental States. **Panoeconomicus**. V. 58, n. 1, 2011. p. 43-56.

MEDEIROS, C. A.; SERRANO, F. O Desenvolvimento Econômico e a Retomada da Abordagem Clássica do Excedente. **Revista de Economia Política**. V. 24, n. 2 (94), 2004. p. 238-256.

_____. Inserção externa, exportações e crescimento no Brasil. In: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. A. (Orgs.) **Polarização mundial e crescimento**. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 105-134.

_____. Padrões monetários internacionais e crescimento. In: FIORI, J. L. (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 119-151.

MERCATOR INSTITUTE FOR CHINA STUDIES. China Creates a global infrastructure network: interactive map of the Belt and Road Initiative. 07 Jun. 2018. Disponível em: <<https://www.merics.org/en/bri-tracker/interactive-map>>. Acesso em: 10 fev .2019.

METRI, M. Imperativos Geoestratégicos: O (geo)político, o (geo)econômico e o (geo)monetário. **Anais do 6º Encontro da ABRI**. Belo Horizonte: ABRI, 2017.

MIGLIOLI, J. A longa vida da Lei de Say. In: MIGLIOLI J. **Acumulação de Capital e Demanda Efetiva**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1981.

MORTON, A. D. **Unravelling Gramsci: Hegemony and Passive Revolution in the Global Political Economy**. Londres: Pluto Press, 2007.

MUSTAFA, U. Fiscal Federalism in Pakistan: The 7th National Finance Commission Award and Its Implications. **Pakistan Institute of Development Economics**. Islamabad. Working Paper 73, 2011.

NANWANI, S. Belt and Road Initiative: Responses from Japan and India – Bilateralism, Multilateralism and Collaborations. **Global Policy**. V. 10, n. 2, 2019. p. 284-289.

NAYYAR, D. **A corrida pelo crescimento: países em desenvolvimento na economia mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

NEW political party launched in Balochistan. **Geo News**. 29 Mar. 2018. Disponível em: <<https://www.geo.tv/latest/188475-new-political-party-launched-in-balochistan>>. Acesso: jan. 2019.

NOGUEIRA, I. Cadeias Produtivas Globais e agregação de valor: A posição da China na Indústria eletroeletrônica de consumo. **Revista Tempo do Mundo**. V. 4, n. 3, 2012. p. 5-46.

_____. **Desenvolvimento econômico, distribuição de renda e pobreza na china contemporânea**. 2011. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

_____. Desigualdade e Políticas Públicas na China: Investimentos, Salários e Riqueza na era da Sociedade Harmoniosa. In: CINTRA, M. A. M. *et al* (Org.). **China em Transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ipea, 2015a. p. 237-275.

_____. Estado e Capital em uma China com Classes. **Revista de Economia Contemporânea**. V. 22, n.1, 2018. p. 1-23.

_____. Políticas de Fomento à Ascensão da China nas Cadeias de Valor Globais. In: CINTRA, M. A. M. *et al*, (Org.) **China em Transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ipea, 2015b. p. 45-80.

NOGUEIRA, I.; BACIL, F.; GUMARÃES, J. V. A Caminho de um Estado de Bem-Estar Social na China? Uma análise a partir dos sistemas de saúde e educação. **Centro de Estudos sobre Desigualdade & Desenvolvimento**. 2018 Texto para Discussão 141. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/grupo_cede/publica%C3%A7%C3%B5es/discuss%C3%A3o/2018/td141_0ab21.pdf>

NOGUEIRA, I.; GUIMARÃES, J. V.; BRAGA, J. P. Inequalities and Capital Accumulation in China. **Revista de Economia Política**. V. 39, n. 3 (156), 2019. p. 449-469.

NOGUEIRA, I.; OLLINAHU, O.; PINTO, E. C.; BARUCO, G.; SALUDJIAN, A.; PINTO, J. P.; BALANCO, P.; SCHONERWALD, C. Mozambican economic porosity and the role of Brazilian capital: a political economy analysis. **Anais do 3º Seminário de**

Relações Internacionais da ABRI. Santa Catarina: ABRI, 2016. Disponível em: <<http://www.seminario2016.abri.org.br/simposio/anaiscomplementares>>.

Nordin, A. H. M.; WEISSMANN, M. Will Trump make China great again? The Belt and Road initiative and the international order. **International affairs.** V. 94, n. 2, 2018. p. 231-249.

OLIVEIRA, A. C. A geopolítica da energia e do desenvolvimento no Leste Asiático: as Ilhas Senkaku/Diaoyu e as tensões sino-japonesas. **Revista Ponto de Vista.** V. 1, 2015. p. 1-20.

_____. As configurações de segurança e a governança regional nas disputas territoriais marítimas do Leste Asiático. **Anais do 2º Encontro Nacional de Economia Política Internacional.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2017a. p. 256-277.

_____. O poder militar do Sol Nascente: Japão, a militarização e o entorno regional. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa.** V. 4, n. 1, 2017b. p. 203-225.

OLIVEIRA, A. C.; NOGUEIRA, I. Ameaça externa e o sistema de educação na construção do nacionalismo chinês. **Estudos Internacionais.** V. 6, n. 1, 2018. p. 107-127.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons. **Escritório das Nações Unidas para Assuntos de Desarmamento.** Disponível em: <<http://disarmament.un.org/treaties/t/npt>>. Acesso em: out. 2019.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **ILOSTAT – The leading source of labour statistics.** Disponível em: <<https://www.ilo.org/ilostat/>>. Acesso em: Out. 2019.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Glossary of statistical terms.** Disponível em: <<https://stats.oecd.org/glossary/detail.asp?ID=5901>>. Acesso em: set. 2018.

ORGANIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. **Pakistan Statement at the 18th Session of UNIDO General Conference to be delivered by Mr. Amir Ashaf Khawaja, Secretary, Ministry of Industry and Production.** 05 Nov. 2019. Organização das Nações Unidas. Disponível em: <<https://www.unido.org/api/opentext/documents/download/15713513/unido-file-15713513>>. Acesso em: nov. 2019.

OSÓRIO, L. F. **Imperialismo, Estado e Relações Internacionais.** São Paulo: Ideias & Letras, 2018.

PADULA, R. A geopolítica estadunidense e a Eurásia. In: Fiori, J. L. (Org.). **Sobre a Guerra.** Petrópolis: Vozes., 2018.

PADULA, R.; FIORI, J. L. Geopolítica e desenvolvimento em Petty, Hamilton e List. **Revista de Economia Política.** V. 39, n. 2 (155), 2019. p. 236-252.

PAKISTAN: Foreign Minister Meets With Iranian Counterpart. **Stratfor World View**. 12 Mar. 2018. Disponível em: <<https://worldview.stratfor.com/situation-report/pakistan-foreign-minister-meets-iranian-counterpart>>. Acesso em: 14 jan .2019.

PAKISTAN: Former Prime Minister Sharif Arrested. **Stratfor World View**. 13 Jul. 2018. Disponível em: <<https://worldview.stratfor.com/situation-report/pakistan-former-prime-minister-sharif-arrested>> . Acesso em: 15 jan .2019.

PAKISTAN: Islamabad Delays Signing Free Trade Agreement With Beijing. **Stratfor World View**. 04 Abr. 2018. Disponível em: <<https://worldview.stratfor.com/situation-report/pakistan-islamabad-delays-signing-free-trade-agreement-beijing>>. Acesso em: 14 jan. 2019.

PAKISTAN: Ousted Former Minister Sentenced To 10 Years In Jail. **Stratfor World View**. 06 Jul. 2018. Disponível em: <<https://worldview.stratfor.com/situation-report/pakistan-ousted-former-prime-minister-sentenced-10-years-jail>>. Acesso em: 15 jan .2019.

PAKISTAN: Sectarian Divide. **Al Jazeera**. Set. 2013. Disponível em: <<https://youtu.be/N68o2PD0YMo>>. Acesso em: jan. 2019.

PAKISTAN launches strategic port. **BBC**. 20 Mar. 2007. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/south_asia/6469725.stm>. Acesso em: jan. 2019.

PAKISTAN PM approves deal to buy eight Chinese submarines: official. **Reuters**. 01 Abr .2015. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-china-pakistan/pakistan-close-to-buying-eight-chinese-submarines-ft-idUSKBN0MT05M20150402>>. Acesso em: mar. 2019.

PAKISTAN to launch first space mission in 2022: Fawad Chaudhry. **Geo News**. 25 Out .2018. Disponível em: <<https://www.geo.tv/latest/216047-pakistan-to-launch-first-space-mission-in-2022-fawad-chaudhry>>. Acesso em: fev. 2019.

PAKISTAN'S Imran Khan in Tehran to facilitate Iran-Saudi talks. **Al Jazeera**. Out. 2019. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2019/10/pakistan-imran-khan-tehran-facilitate-iran-saudi-talks-191013144217969.html>>. Acesso em out. 2019.

PANDIT, R. India express strong opposition to China Pakistan Economic corridor, says challenges Indian sovereignty. 12 Jul. 2018. **The Economic Times**. Disponível em: <<https://m.economictimes.com/news/defence/india-expresses-strong-opposition-to-china-pakistan-economic-corridor-says-challenges-indian-sovereignty/articleshow/57664537.cms>>. Acesso em: dez.18.

PANITCH, L.; GINDIN, S. **The Making of Global Capitalism**. Londres: Verso, 2012.

PAQUISTÃO, República Islâmica do. Assembleia Nacional do Paquistão. **Parliamentary History**. Disponível em: <<http://www.na.gov.pk/en/content.php?id=75>>. Acesso em: ago. 2018. [s.d] (a)

_____. Autoridade de Estradas Nacional. **Maps**. Disponível em: <<http://nha.gov.pk/en/maps/>>. Acesso em: set. 2018. [s.d] (b)

_____. Autoridade do Corredor Econômico China Paquistão. **CPEC Projects Progress Reports**. Islamabad. Disponível em: <<http://cpec.gov.pk/progress-update>>. Último acesso em: nov. 2019. [s.d] (c)

_____. Autoridade Portuária de Gwadar. **China-Pakistan Economic Corridor (CPEC)**. Disponível em: <<http://www.gwadarport.gov.pk/project.aspx>>. Acesso em: nov. 2018. [2013]

_____. Complexo Aeronáutico do Paquistão Kamra. **JF-17 Aircraft**. Disponível em: <<https://www.pac.org.pk/Jf-17>>. Acesso em: fev. 2019. [s.d] (e)

_____. Conselho Federal de Receitas do Paquistão. **Finance Act 2016-17**. 24 Jun. 2016. Disponível em: <<https://www.fbr.gov.pk/Categ/Finance-Acts/620>>. Acesso em: jul. 2019.

_____. Conselho Federal de Receitas do Paquistão. **Pakistan – India escalations**. Disponível em: <<https://www.pakistanarmy.gov.pk/pak-india-escalation.php>>. Acesso em: set. 2019. [s.d] (f)

_____. **Constituição (Eighteenth Amendment), Act 2010**. Disponível em: <<http://www.pakistani.org/pakistan/constitution/amendments/18amendment.html>> Acesso em: fev. 2019. [2010]

_____. **Constituição (Seventeenth Amendment), Act 2003**. Disponível em: <<http://www.pakistani.org/pakistan/constitution/amendments/17amendment.html>> Acesso em: fev. 2019. [2003]

_____. Exército do Paquistão. **Journey from scratch to nuclear power**. Disponível em: <<https://www.pakistanarmy.gov.pk/journey-scratch-nuclear-power.php>>. Acesso em: set. 2019. [2018a]

_____. Forças Armadas do Paquistão. General Qamar Javed Bajwa, Chief of Army Staff (COAS) called on Chinese President Xi Jinping on special invitation. **Inter-Services Public Relations**. 9 Set. 2018 (a). Disponível em: <<https://www.ispr.gov.pk/press-release-detail.php?id=4940>>. Acesso em: set. 2019.

_____. Senado do Paquistão. **Report of the Senate Standing Committee on Communications** (Report nº 1 of 2019). Disponível em: <http://www.senate.gov.pk/uploads/documents/1548669262_399.pdf>. Acesso em: mar. 2019. [2019a]

_____. Ministério da Defesa. Pakistan Official Map. **Organização De Pesquisa E Mapeamento Do Paquistão**. Disponível em: <<http://www.surveyofpakistan.gov.pk/images/downloads/pak3m.pdf>>. Acesso em: dez. 2018. [2018b]

_____. Ministério das Finanças. **Federal Budget Speech 2019-20**. Governo do Paquistão. Disponível em: <http://www.finance.gov.pk/fb_2019_20.html>. Acesso em: out. 2019. [2019b]

_____. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Iniciativas Especiais. **Gwadar Smart Port City Master Plan**. Governo do Paquistão. Disponível em: <https://www.pc.gov.pk/uploads/tender/ToR-Integrated-Gwadar-Smart-Port-City-Master-Plan-Version-2.pdf> . Acesso em: dez. 2019. [s.d] (g)

PAQUISTÃO, República Islâmica do; CHINA, República Popular da. **CPEC: Long Term Plan for China-Pakistan Economic Corridor (2017-2030)**. Dez. 2017. Disponível em: <www.cpec.gov.pk/>. Acesso em: jun .2018.

PARASHAR, S. For the second time, India declines China's invite for BRI fórum. **Times of India**. Abr. 2019. Disponível em: <<https://timesofindia.indiatimes.com/india/for-the-second-time-india-declines-chinas-invite-for-bri-forum/articleshow/68769033.cms>>. Acesso em: set. 2019.

PENCE, M. Sobre a política da administração em relação à China. 04 Out .2018. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/briefings-statements/remarks-vice-president-pence-administrations-policy-toward-china/>>. Acesso em: fev. 2019.

PETERS, E. D. China's OFDI in Latin America and the Caribbean: Debates and General Tendencies. In: _____ (Ed.). **China's Foreign Direct Investment in Latin America and the Caribbean: conditions and challenges**. México: [s. n.], 2019. p. 105-120.

PINTO, A. Natureza e implicações da “heterogeneidade estrutural” na América Latina. In: Bielschowsky, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 1970-2000. p. 567-588.

PINTO, E. C.; BALANCO, P. **Transformações do capitalismo contemporâneo e os impactos para a América Latina: retrospectivas, mudanças e perspectivas**. Texto para discussão 003, mar. 2013. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/hpp/arquivos/td_ie_003_2013.pdf>. Acesso em: out. 2017.

PINTO, E. C. A integração econômica entre a China e o Vietnã: estratégia China plus one, investimentos e cadeias globais. In: Cintra, M. A. M. *et al* (Org.). **China em Transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ipea, 2015. p. 81-125.

PM Imran Khan warns India of a war in Occupied Kashmir that nobody will win. **Times of Islamabad**. 06 Ago. 2019. Disponível em: <<https://timesofislamabad.com/06-Aug-2019/pm-imran-khan-warns-india-of-a-war-in-occupied-kashmor-that-nobody-will-win>>. Acesso em: ago. 2019.

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico na América Latina e alguns de seus principais problemas. In: Bielschowsky, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 1949, v.1. p. 69-136. 1949-2000.

PRESS TRUST OF INDIA, THE. CPEC should not be politicized, says Nawaz Sharif. 12 Jul. 2018. **The Economic Times**. Disponível em: <https://economictimes.indiatimes.com/news/defence/cpec-should-not-be-politicised-says-nawaz-sharif/articleshow/58668661.cms?from=mdr>>. Acesso em: dez.18.

PRESS TRUST OF INDIA, THE. Pakistan hands over 2000 acres to China in Gwadar port city. **Times of India**. 12 Nov .2015. Disponível em: <https://timesofindia.indiatimes.com/world/china/Pakistan-hands-over-2000-acres-to-China-in-Gwadar-port-city/articleshow/49758336.cms>>. Acesso em: dez. 2018.

RAMOS, L.; VADELL, J.; SAGGIORO, A.; FERNANDES, M. A Governança econômica global e os desafios do G-20 pós-crise financeira: análise das posições de Estados unidos, China, Alemanha e Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília. V. 55, n. 2, p. 10-27, jul./dez. 2012.

RASHID, S.; ZIA, M. M.; WAQAR, S. Employment Outlook of China-Pakistan Economic Corridor: A Meta Analysis. **Centre of Excellence China-Pakistan Economic corridor**. Islamabad, Working Paper #028, n. 2. 2018.

RAZA, S. I. China given contract to operate Gwadar port. **Dawn**. 18 Fev .2013. Disponível em: <https://www.dawn.com/news/786992/china-given-contract-to-operate-gwadar-port>>. Acesso em: ago. 2019.

REPORT: Pakistani Defence Budget Expected To Reach \$15.8bn In 2022. **Army Technology**, 11 Mai. 2017. Disponível em: <https://www.army-technology.com/news/newsreport-pakistani-defence-budget-expected-to-reach-158bn-in-2022-5812497/> >. Acesso em: jan .2019.

RIBEIRO, V. L. A economia política dos Estados Unidos e da China pós crise de 2008: interdependência econômica e relações interestatais. **Geosul**. V. 33, n. 67, p. 11-37, mai./ago. 2018.

_____. A expansão chinesa na África: comércio, investimentos e fluxos financeiros. **Textos de Economia**. V. 18, n. 1, p. 11-36, jan./jun. 2015.

_____. A expansão chinesa recente e novas determinações do imperialismo no século XXI. **Estudos Internacionais**. V. 5, 2017. p. 121-140.

RICHARDSON, S. Pakistan Should Heed Alarm Bells Over 'Bride' Trafficking. **Human Rights Watch**. 26 Abr. 2019. <https://www.hrw.org/news/2019/04/26/pakistan-should-heed-alarm-bells-over-bride-trafficking>> . Acesso em: set. 2019.

RODRÍGUEZ, O. **O estruturalismo latino-americano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006-2009.

SADER, E. (Org.). **Gramsci – Poder, Política e Partido**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005-2012.

SERRANO, F. A acumulação e o gasto improdutivo na economia do desenvolvimento. In: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. A. (Eds.) **Polarização Mundial e Crescimento**. Petrópolis: Vozes, 2001a, p. 135-164.

_____. Equilíbrio neoclássico de mercado de fatores: um ponto de vista sraffiano. **Ensaio FEE**, Porto Alegre. V. 22, n. 1, 2001b. p. 7-34.

_____. Política Macroeconômica e estratégia de desenvolvimento: uma visão crítica. In: SICSÚ, J.; CASTELLAR, A. (Orgs.). **Sociedade e Economia: Estratégias de crescimento e desenvolvimento**. Brasília: Ipea, 2009. p. 121-129.

_____. Relações de poder e a política econômica americana, de Bretton Woods ao padrão dólar flexível. In: FIORI, J. L. (Org.). **O Poder Americano**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004-2005. p. 179-222.

SHAH, A. A. PML-N dissidents, independents launch 'Balochistan Awami Party'. **Dawn**. 29 Mar. 2018. Disponível em: <<http://www.dawn.com/news/amp/1398266>>. Acesso em: mar. 2019.

SHAHID, S. 265 militants in Balochistan surrender arms. **Dawn**. 19 Set. 2018. Disponível em: <<https://www.dawn.com/news/1433819>>. Acesso em: mar. 2019.

SHAIKH, A. **Globalization and the Myths of Free Trade: History, Theory and Empirical Evidence**. Artigo apresentado em Conference on Globalization and the Myths of Free Trade. Nova Iorque: New School University. 5 Abr. 2003. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/238541036> .Acesso em: ago. 2019.

_____. Real Exchange Rates and the International Mobility of Capital. **Working Paper nº 265**. Levy Institute, Mar. 1999. Disponível em: <http://www.anwarshaikhecon.org/sortable/images/docs/publications/international_trade/1999/4-Levyxrus.pdf>. Acesso em ago. 2019.

SIDDIQA, A. **Military Inc. Inside Pakistan's Military Economy**. Karachi: Oxford University Press, 2007.

SIDDIQI, S. Can the SCO Bring India and Pakistan Together? **The Diplomat**. 10 Fev .2018. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2018/02/can-the-sco-bring-india-and-pakistan-together/>> . Acesso em: nov. 2018.

_____. Pakistan benefits from China's Sat-Nav System. **China.org.cn**. 23 Mai .2017. Disponível em: <http://www.china.org.cn/business/2017-05/23/content_40873203.htm> . Acesso em: fev. 2019.

SONG, X. Regulations of Chinese OFDI: General trends in Latin America and the Caribbean (2000-2018). In: PETERS, E. D. (Ed.). **China's Foreign Direct Investment in Latin America and the Caribbean: conditions and challenges**. México: [s.n.], 2019. p. 15-32.

SPENCE, J. **Em busca da China moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SUMMERS, T. China's 'New Silk Roads': sub-national regions and networks of global political economy. **Third World Quarterly**. V. 37, n. 9, 2016. p. 1628-1643.

SWAINE, M. D. Chinese Views and Commentary on the 'One Belt, One Road' Initiative. **China Leadership Monitor**. V. 46, n. 2, 2015.

SYRQUIN, M. Patterns of Structural Change. In: CHENERY, H. B. *et al* (Eds.) **Handbook of Development Economics**. Elsevier Science Publishers. V. 4, 1988. p. 203-272.

TAHA, S. M. Political Instability Explains Political Economy of Pakistan: A Retrospective Analysis. **International Journal of Economics Business and Management Studies**. V. 1, n. 2, 2012. p. 50-59.

TALBOT, I. **Pakistan: A Modern History**. Londres: Hurst & Company, 1998.

TARAKZAI, S. Pakistan battles economic pain of floods. **Jakarta Globe**. 19 Ago. 2010. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20100927062703/http://www.thejakartaglobe.com/afp/pakistan-battles-economic-pain-of-floods/392220>>. Acesso em: set: 2019

TAVARES, M. C. A retomada da hegemonia norte-americana. **Revista de Economia Política**. V. 5, n. 2, 1985. p. 5-15.

_____. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 1963-2000. p. 217-238.

TAVARES, M. C.; MELIN, E. Pós-escrito 1997: a reafirmação da hegemonia norte-americana. In: TAVARES, M. C.; E FIORI, J. L. (Orgs.). (1997) **Poder e Dinheiro: Uma economia política da globalização**. 7. ed. Petrópolis: Vozes. 1997-2017. p. 55-86.

TEKDAL, V. China's Belt and Road Initiative: at the crossroads of challenges and ambitions. **The Pacific Review**. V. 31, n. 3, 2018. p. 373-390.

THE New Silk Road is Old: Why You Should Ignore Belt and Road Initiative Maps. **The Diplomat**. 25 Mai .2018. Disponível em: <https://thediplomat.com/2018/05/the-new-silk-road-is-old-why-you-should-ignore-belt-and-road-initiative-maps/>> Acesso em: jun. 2018.

THREE groups active in Xinjiang banned. **Dawn**. 24 Out .2013. Disponível em: <https://www.dawn.com/news/1051477/three-groups-active-in-xinjiang-banned>>. . Acesso em: dez. 2018.

TORRES, E.; POSE, M. (2018) A Internacionalização da Moeda Chinesa: Disputa Hegemônica ou Estratégia Defensiva? **Revista de Economia Contemporânea**. Vol. 22 n. 1, 2018. p. 1-23.

TREBAT, N. M.; MEDEIROS, C. A. Modernização Militar no Progresso Técnico e na Inovação Industrial Chinesa. In: CINTRA, M. A. M. *et al* (Org.). **China em Transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ipea, 2015. p. 521-550.

VADELL, J. A China na América do Sul e as implicações geopolíticas para o Consenso do Pacífico. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba. V. 19, n. suplementar, nov. 2011. p. 57-79.

VALDUGA, F. Paquistão prepara base na fronteira da Índia para receber caças JF-17. **Cavok**. 14 Ago. 2019. Disponível em: <<https://www.cavok.com.br/blog/paquistaoprepara-base-na-fronteira-da-india-para-receber-cacas-jf-17/>>. Acesso em ago. 2019.

VERGHANINI, R. **O debate sobre a mudança estrutural da economia brasileira nos anos 2000**. 2013.. Dissertação (Mestrado em Economia) -Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

WANG, Y.; LIU, X. Is the Belt and Road Initiative a Chinese geo-political strategy? **Asian affairs**. V. 50, n. 2, 2019. p. 1-8.

WASHIM, A. Military courts cease to exist today. **Dawn**. 31 Mar. 2019. Disponível em: <<https://www.dawn.com/news/1472947/military-courts-cease-to-function-today>> . Acesso em: abr. 2019.

WEISS, A. M. **Culture, Class and Development in Pakistan: The Emergence of an Industrial Bourgeoisie in Punjab**. Colorado: Westview Press, 1991.

WHY China and the US are vying for Dominance in Pakistan. **Wallstreet Journal**. Set. 2018. Disponível em: <<https://youtu.be/IVYdgoVJleI>>. Acesso em: 02 fev .2019.

WONG, B. The political economy of agrarian empire and its modern legacy. In: BROOK, T; BLUE, G (Eds.) **China and Historical Capitalism**, Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

WU, F. India's Pragmatic Foreign Policy towards China's BRI and AIIB: Struggling for Relative and Absolute Gains. **Journal of Contemporary China**. Jul. 2019. p. 1-15.

YAN, X. The Rise of China in Chinese Eyes. **Jornal of Contemporary China**, V.10, n. 26, 2001. p. 33-39.

YASIF, R. PTI's Usman Buzdar becomes new Punjab chief minister. **The Express Tribune**. 19 Ago .2019. Disponível em: <<https://tribune.com.pk/story/1784399/1-punjab-assembly-pick-20th-chief-minister/>>. Acesso em: set. 2019.

YEH, E. T.; WHARTON, E. Going West and Going Out: discourses, migrants, and models in Chinese development. **Eurasian Geography and Economics**. V. 57, n. 3, 2016. p. 286-315.

YELERY, A. **The Asian Tango: India, China and their Strategic Choices?**

Palestra destinada ao Seminário de pesquisa do Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional do Instituto de Economia da UFRJ, Rio de Janeiro, 2019.

YU, D.; ZHANG, Y. China's industrial transformation and the 'new normal'. **Third World Quarterly**. V. 36, n. 11, 2015. p. 2075-2097.

ZHANG, J. Chinese foreign assistance, explained. Jul. 2016. **Brookings**. Disponível em: <<https://www.brookings.edu/blog/order-from-chaos/2016/07/19/chinese-foreign-assistance-explained/>> Acesso em: mai. 2018.